



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXIX — Nº 3

SÁBADO, 2 DE MARÇO DE 1974

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE MARÇO DE 1974

SESSÃO DESTINADA À SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 7ª LEGISLATURA

2 — ATA DA 2ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE MARÇO DE 1974

2.1 — ABERTURA

2.2 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Providências adotadas pela Mesa no sentido de sanar erro nos autógrafos do Projeto de Lei nº 18/73 (CN), que “adapta ao novo Código de Processo Civil as leis que menciona, remetido à sanção.

2.3 — ORDEM DO DIA

2.3.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

— Nº 1/74-CN (nº 514/73, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, parcialmente, o Projeto de Lei nº 13/73-CN, que regula os Direitos Autorais, e dá outras providências.

2.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação do calendário para sua tramitação.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 3ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE MARÇO DE 1974

3.1 — ABERTURA

3.2 — ORDEM DO DIA

3.2.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

— Nº 2/74-CN (nº 513/73, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 92/73 (nº 1.595-B/73, na origem), que fixa os valores de vencimentos dos cargos do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, e dá outras providências.

3.2.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação do calendário para tramitação da matéria

3.3 — ENCERRAMENTO

ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE MARÇO DE 1974

DESTINADA À SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 7ª LEGISLATURA PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TORRES

Às 15 horas, achum-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Luiz Cavalcante —

Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Italfvio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Ney Braga — Antônio Carlos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Chefe da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00
Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3 500 exemplares

E os srs. Deputados:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser Almeida — ARENA;
Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo
Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Édison Bonna — ARENA; Gabriel
Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Juvêncio Dias —
ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA;
Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João
Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA; Pires Saboia —
ARENA.

Piauí

Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Heitor Ca-
valcanti — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz —
ARENA; Pinheiro Machado — ARENA; Severo Eulálio — MDB.

Ceará

Álvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Flávio
Marcelio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Januário Feitosa
— ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA;
Leão Sampaio — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Osiris
Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade —
MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Ernesto Valente.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA;
Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB;
Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Jan-
duhy Carneiro — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB; Wilson Bra-
ga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos
Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando
Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos
— ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite —
ARENA; Lins e Silva — ARENA; Magalhães Melo — ARENA;
Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Thales Rama-
lho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA;
Luiz Garcia — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo
Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA;
Hanequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves —
ARENA; João Borges — MDB; José Penedo — ARENA; Lomanto
Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Ney Ferreira —
MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA;
Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA;
Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Fal-
cão — ARENA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Dirceu Cardoso — MDB; José Carlos
Fonsêca — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacir Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Reynaldo Santana — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonsêca — MDB; Fernando Fagundes Netto — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coêlho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sinal Boaventura — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Athiê Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Bezerra de Mello — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Ítalo Fittipaldi — ARENA; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Paulo Alberto — ARENA; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruy-dalmeida Barbosa — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Silvio Lopes — ARENA; Susumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasília Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fante — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA;

Fernando Gama — MDB; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Luiz Losso — ARENA (SE); Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Roberto Galvani — ARENA; Túlio Vargas — ARENA.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Cesar Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Aldo Fagundes — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Arnaldo Prieto — ARENA; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Mário Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Issler — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

Compõem a Mesa, à direita do Senhor Presidente, o Senhor Deputado Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados, e os Srs. Senadores Ruy Santos e Ruy Carneiro, respectivamente 1º e 3º Secretários; à esquerda, os Senhores Senadores Augusto Franco e Luis de Barros, respectivamente, 2º e 4º Secretários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Está aberta a Sessão. Tenho a honra de convidar Sua Excelência o Senhor Ministro Eloy José da Rocha, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a tomar assento à Mesa.

O Senhor Ministro Eloy José da Rocha toma assento à Mesa, à esquerda do Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Declaro instalada a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 7ª Legislatura. (Pausa.)

É executado o Hino Nacional nas Galerias. A tropa no exterior presta as continências de estilo. É hasteada a Bandeira Nacional nos mastros das duas Casas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — A Presidência comunica aos Senhores Congressistas que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas.

Cabe-me anunciar, ainda, que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados farão realizar suas sessões ordinárias dia 4, segunda-feira, nos horários regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Está presente, na Casa, Sua Excelência o Senhor Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República, Professor João Leitão de Abreu, portador da Mensagem Presidencial. Solicito aos Srs. Primeiro e Segundo Secretários da Câmara dos Deputados e aos Líderes de ambas as Casas que introduzam Sua Excelência no recinto. (Pausa.) Acompanhado da Comissão designada dá entrada no recinto o Senhor Professor João Leitão de Abreu, que faz a entre-

ga da Mensagem Presidencial, indo em seguida ocupar o lugar reservado a Sua Excelência no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Srs. Embaixadores, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Srs. Ministros de Estado, Sr. Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Srs. Ministros Plenipotenciários e demais Membros do Corpo Diplomático, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores e Regionais, Srs. Governadores, Srs. Parlamentares e demais autoridades civis e militares:

Ao declarar instalada a 4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, esta Presidência se permite assinalar as gratas circunstâncias sob cujos auspícios se inicia o ano parlamentar de 1974. As tarefas reservadas ao Poder Legislativo dentro da Revolução democrática de 1964, cujo decênio de vigência comemoramos este mês, estão destinadas a operar uma transformação radical nos processos de elaboração e de fiscalização atribuídos às duas Casas do Congresso Nacional. A colaboração estreita entre os Poderes não se firmou apenas, nesses dez anos, no ordenamento jurídico que permitiu o estabelecimento de uma nova estrutura legal. A ordem política é também o resultado direto dessa colaboração fecunda, e se exprime no espetáculo cívico da transição do poder, sem crises, sem abalos institucionais, e sem alteração da ordem vigente, cometimento que a legislação revolucionária atribuiu, com sabedoria, às correntes democráticas aqui representadas. Não há, portanto, como deixar de se creditar à liderança política do Congresso Nacional o sucesso do pleito que, de forma tão democrática quanto autêntica, legitimou perante a consciência nacional o processo pacífico da transferência do poder.

Estas circunstâncias, que consubstanciam a realidade do processo político brasileiro, num continente e num mundo marcados pela discórdia e pela dissensão, nos permitem antever a ação que o Congresso Nacional será chamado a desenvolver, nesta nova fase da Revolução brasileira, para que se atinja, sem antagonismos, os objetivos nacionais que estão projetando a presença cada vez mais ativa do País no concerto das Nações.

É oportuno lembrar que o mês de março de 1974 assinala também um século e meio de vida constitucional, já que se comemora a 25 do corrente o sesquicentenário da Carta política de 1824. Esta data há de ser uma inspiração constante para que a classe política brasileira possa inferir, da realidade do processo histórico, a potencialidade de sua missão no presente. O fato de ser um instrumento outorgado não impediu que fosse a Constituição mais duradoura de nossa vida constitucional, como não impediu igualmente que, sob seus auspícios, se concretizassem todas as conquistas e transformações que marcam mais de meio século de nossa História.

Esta Sessão Legislativa, que se antecipa profícua, é o elo que liga o grande governo do Presidente Médici, — constitucionalmente caminhando para o seu radiante crepúsculo — nova Administração, que desponta como insigne continuadora dos imensos serviços que a Revolução já prestou ao Brasil.

Devemos, pois, aqui e agora, lembrar as luminosas palavras com que o Presidente Médici traçou os contornos do Movimento de que tanto nos orgulhamos:

“Essencialmente política, no mais alto e amplo sentido, a decisão histórica de 1964, imposta pela vontade irresistível do povo brasileiro, continua a encontrar no consenso popular o título da sua incontestável legitimidade. Esse consenso se reitera, a cada passo, nos comícios eleitorais convocados por lei, em obediência aos postulados democráticos do regime.”

E em outro pronunciamento, que nos desvanece, afirma o Presidente:

“Para esse conjunto de vitórias concorreu, em alto grau, o dinamismo e o devotamento da classe política, que se desincumbiu fielmente, com unidade e disciplina, dos seus

deveres de liderança, quer pela propaganda dos ideais revolucionários, quer pelo esclarecimento da opinião pública quanto à maneira prática e eficiente pela qual o interesse coletivo está sendo tutelado pelo governo.”

No Parlamento somos, governistas e oposicionistas, os legítimos representantes do povo e temo-nos comportado patrioticamente no cumprimento de nossos mandatos, pelejando e porfiando, com dignidade e bravura, na busca das soluções que atendam aos anelos, os mais caros, da gente brasileira em cujo nome falamos e agimos. Se ainda não estamos vivendo, em toda a plenitude, as realidades institucionais que são a razão basilar da própria Revolução, delas nos acercamos a passos largos, firmando a cada dia novos marcos que assinalam o território próprio de homens livres e dignos, ou seja, aquele onde a liberdade só tem como limite a Lei.

Cumpra aos nossos patrícios, sem quaisquer exceções, ficar convencidos de que nosso potencial econômico, nossa densidade demográfica, nossa massa continental representam um conjunto de fatos positivos que estão a exigir um tremendo esforço coletivo na procura e no encontro de soluções nitidamente brasileiras.

Entendemos que o Poder Legislativo é a fonte e a origem de todos os demais Poderes. Há, entretanto, um consenso universal que tem por base a tecnificação de decisões e a velocidade de comunicações, realidades que, por si sós, impuseram a necessidade do fortalecimento do Poder Executivo. O reconhecimento desta verdade não significa, nem de leve, que ao Congresso não caiba o exercício de suas imensas virtualidades, dentre as quais merecem destaque o poder de revisão das leis, o de debatedor de todos os grandes temas nacionais, o de fiscalizador permanente da atuação do Executivo e de severo guardião do legítimo emprego das verbas públicas.

O fenômeno a que assistimos é mundial. Mas é lógico que entendemos, e com a convicção daqueles que lutaram nos campos talados da última guerra mundial em defesa da democracia, que não existirá sociedade democrática onde não se exhiba um organismo legislativo que represente a vontade soberana do povo. Cabe a ele o direito maior da decisão política. E esta há de ser tomada por aqueles a quem o povo outorgou tal responsabilidade, que é intransferível e inegociável.

Socorremo-nos, neste instante, de um pensamento alteado e nobre do eminente líder Petrônio Portella e que vale como um apelo que renovo a todos os Srs. Congressistas:

“De nosso gênio criador, de nossa capacidade de ação, de nosso idealismo, que exigem obstinação e sacrifício, façamos, Oposição e Governo, dos Partidos o instrumento político de um País adulto, capaz de, no debate que implica no dissenso e na disputa, convencer e conduzir o povo à participação consciente do processo de desenvolvimento nacional, que inclui o processo político. E ao Congresso, que queremos reformado e habilitado a um trabalho ainda mais eficiente, que todos, motivados pelos compromissos partidários, possamos dar-lhe a dimensão política sem a qual a democracia fica a flutuar, instável, entre o jogo personalista de líderes sem mensagens e a aventura dos que, valendo-se dos carismas, substituem Instituições protetoras por místicas truncadoras da História”.

Somos testemunhas e participantes de um processo histórico. A Revolução de Março está no consenso da Nação. Não foi um golpe de Estado que se destinou a alijar do poder uma facção para entregá-lo à outra. Nunca. Em 1964 as forças vivas da nacionalidade, sob lideranças civis e militares as mais autênticas e desambiciosas, somaram suas vontades para evitar que o Brasil desgarrasse no rumo de soluções antinacionais.

A Revolução, que condicionou à ordem a salvação nacional, não se erigiu em ditadura. Os Chefes de Estado da Revolução galgaram o árduo posto ali levados pelo voto soberano que o Congresso

Nacional, verdadeira representação do povo, lhes deu. Nenhum se apossou do cargo, pela força; nenhum ali ficou, ou ficará, um dia além do prazo que lhe foi deferido.

Estamos na antevéspera de uma sucessão presidencial. Para suceder à figura impoluta do general Emilio Garrastazu Médici, credor da estima e do respeito da Pátria, daremos, aqui, posse, dentro em breves dias, ao vulto eminente do General Ernesto Geisel, símbolo de soldado e de estadista, cuja vida é uma página gloriosa de trabalho profícuo e de capacidade mais do que comprovada, na vida militar e civil.

Estamos caminhando por estradas ensolaradas e cumprindo, patrioticamente, todos os ritos que, inelutavelmente, nos conduzirão à completa estabilidade das instituições, que estamos reedificando depois de havermos visto e sofrido tudo quanto se fez para solapá-las, senão, mesmo, para derruí-las de todo. O ciclo vai-se completando, no tempo e no espaço, e é imperioso que o Congresso Nacional, cumprindo devotadamente o seu dever, transforme em fulgurantes realidades as grandes e legítimas aspirações nacionais. (Muito bem! Muito bem!) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura da Mensagem presidencial.

É lida a seguinte:

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Senhores Membros do Congresso Nacional:

No período governamental, prestes a findar, seguiram-se, na ordem econômico-financeira, os postulados estabelecidos, desde o primeiro momento, pela Revolução de Março, cujo objetivo fundamental, neste particular, consistia em acelerar o crescimento da economia. Conduzida com objetividade e firmeza, essa política entrou, desde logo, a transformar a fisionomia econômica do País, cuja prosperidade, entre 1969 e 1973, alcançou os maiores índices da nossa história.

Sem se afastar da melhor teoria, consagrada pela experiência internacional, fundou-se o modelo brasileiro de desenvolvimento na realidade nacional, nos meios e recursos da Nação, nas suas peculiaridades e condicionantes. Aumentou-se, diante disso, gradualmente, a taxa de investimentos públicos e privados, sem comprimir-se o consumo, isto é, sem ônus excessivo para a geração presente, dirigindo-se essas inversões para os setores mais dinâmicos da economia, onde maiores os efeitos multiplicadores e mais equitativa a distribuição dos resultados.

Para se alcançar e manter, no seu nível médio, de dez por cento nos últimos seis anos, a taxa de crescimento, coordenou-se a ação governamental, programando-se criteriosamente e racionalmente os gastos do setor público e mobilizando-se a iniciativa privada, em clima de confiança e otimismo. Desdobraram-se, além disso, os métodos de formação da poupança nacional, aperfeiçoando-se os sistemas de captação de recursos internos. Procedeu-se, igualmente, à abertura do País para o exterior, tanto para atrair inversões diretas ou financiamentos, quanto para expandir as exportações, a fim de se garantir o volume crescente de importações, bem como a regularidade do serviço da dívida externa.

Intensificou-se, concomitantemente, a política de combate à inflação, dados os graves problemas que esta suscita. Sobre desorganizar o trabalho, sobre lançar os empregados contra os empregadores, sobre gerar incerteza e desconfiança, sobre produzir toda a sorte de desequilíbrios financeiros, sobre comprometer a continuidade do desenvolvimento, a inflação desencoraja a poupança, desestimula as iniciativas produtivas, destorce os investimentos e favorece operações de cunho meramente especulativo.

Especial empenho se aplicou na busca do equilíbrio orçamentário, reduzindo-se, gradativamente, o déficit do Tesouro Nacional.

que, em 1972, significou apenas dois décimos por cento do Produto Interno Bruto. O déficit orçamentário desapareceu, todavia, em 1973, por completo — fato não ocorrente havia mais de vinte e dois anos —, para dar lugar a *superavit* de cerca de duzentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros.

O Tesouro Nacional que se constituía, tradicionalmente, numa das maiores fontes de inflação, passou, bem ao revés, a suprir recursos às autoridades monetárias e, bem assim, a gerar meios pecuniários de caráter suplementar provenientes da colocação de títulos públicos federais, contribuindo, assim, de modo ponderável, para reduzir as pressões inflacionárias.

Melhorou-se, por via da legislação fiscal, o sistema da correção monetária, propiciando-se meios para a formação da poupança do público por intermédio da rede financeira. Quanto às empresas, facultaram-se, mediante reavaliação dos valores contábeis, concernentes tanto ao ativo fixo, como ao capital de giro próprio, maiores possibilidades de capitalização por meio do reinvestimento de lucros.

Na década de 50, a taxa de formação bruta de capital fixo esteve entre treze e desesseis e meio por cento. Nos últimos anos, entretanto, essa mesma taxa se elevou para cerca de vinte e dois por cento, dos quais aproximadamente dois por cento correspondem a recursos originários do exterior. Atingiram-se, por conseguinte, do ponto-de-vista quantitativo, as condições indispensáveis para assegurar crescimento acelerado e permanente, porque apoiado, de maneira fundamental, em recursos gerados dentro da própria economia nacional.

Condicionou-se o ingresso de capitais estrangeiros — de investimento direto — a prévia e rigorosa avaliação dos seus benefícios e sujeitaram-se os financiamentos obtidos no exterior a estrito processo de administração e controle pelo Banco Central. Dilataram-se, ainda, cuidadosa e convenientemente, os prazos da dívida externa, utilizando-se, para isso, entre outros meios, incentivos fiscais. Diminuiu-se também, o custo dos empréstimos e multiplicou-se a capacidade de absorção dos recursos obtidos.

A dívida externa deixou de ser elemento aleatório para se converter em valioso instrumento de cooperação no esforço nacional, como parte integrante e previamente programada da política econômica. Acordos tributários com outras nações, celebrados segundo nova diretriz, favoreceram a entrada de capitais, bem como a redução dos custos dos financiamentos e da tecnologia importada.

Equacionados os problemas quantitativos da formação de capital, cumpria, outrossim, com o mesmo grau de prioridade, buscar, para os investimentos, modos mais racionais e eficientes de emprego, com o objetivo de se utilizarem, sob rendimento máximo, as vocações naturais da economia brasileira, estimulando-se o aproveitamento dos fatores de produção mais abundantes, assim como de todo o potencial da capacidade industrial instalada. Conduziu essa orientação ao apoio, largo e decidido, dos projetos de expansão agrícola, industrial e de exportações.

A estratégia agrícola teve em mira não só a exportação, mas, de forma prioritária, o abastecimento do mercado, concentrando-se os esforços na melhoria da produtividade, ponto nevrálgico do desenvolvimento econômico, senão a sua própria essência.

A serviço da agricultura nacional se colocou, assim a política de crédito, como a política fiscal. Reduziram-se impostos, outorgaram-se incentivos fiscais, dispensou-se assistência técnica, distribuiu-se crédito abundante em benefício da atividade agrícola. Juros foram subsidiados, quer para aumentar os investimentos no setor agropecuário, quer para incrementar o uso de fertilizantes, quer para estimular o emprego de sementes selecionadas, quer, enfim, para a aquisição de defensivos, de máquinas e equipamentos agrícolas. No último quinquênio, a compra de tratores para atividade agrícola cresceu cinco vezes, elevando-se o consumo de fertilizantes em mais de trezentos por cento. O alívio da carga fiscal sobre o setor se manifestou, de modo principal, pela sensível rebaixa do Imposto de Circulação de Mercadorias e pela virtual eliminação do Imposto de Renda pelo período de dez anos.

A assistência financeira do Banco do Brasil à agricultura — assistência que representa hoje quarenta e cinco por cento de suas operações — monta, atualmente, em mais de treze bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros. Os empréstimos rurais do sistema bancário privado, nele incluídos os bancos estaduais, atingiram cifras de iguais proporções: aproximadamente dez bilhões de cruzeiros. Os repasses do Banco Central ao setor privado, somente para as atividades agropecuárias e agroindustriais, subiram, nos últimos quatro anos, de quinhentos e quarenta e quatro milhões para três bilhões e vinte e nove milhões de cruzeiros, representando acréscimo superior a quatrocentos e cinquenta por cento.

Em decorrência dessa política, a nossa produção agrícola cresceu vinte e oito por cento no período de 1969 a 1972, a despeito da sensível redução das safras cafeeiras, já agora, no entanto, com perspectivas extremamente promissoras. Iguais perspectivas se abrem, de modo geral, no corrente ano, enquanto ao conjunto das demais culturas agrícolas.

Para diminuir desequilíbrios regionais, concentraram-se esforços na execução de múltiplos e amplos programas, que estão destinados a mudar a face do Brasil. A ocupação de imensos espaços vazios implica a abertura de ilimitadas fronteiras econômicas, essenciais à consolidação do desenvolvimento nacional, pelo que significam em termos de criação de riqueza, alargamento do mercado interno de produção e consumo, criação de novas frentes de trabalho e novas oportunidades de emprego, que minimizam os problemas da expansão demográfica e favorecem a geração de grandes excedentes de carne, de cereais, de frutas, de madeiras e de minerais, cuja colocação pode dizer-se assegurada no mercado externo, sequioso de alimentos e de matérias-primas essenciais.

Não se descuro, por igual, dos produtos tradicionais de exportação: ao mesmo tempo em que se encoraja, por todos os modos, a exportação de produtos manufaturados, procura-se, também, abrir todas as perspectivas para a exportação de produtos primários.

Não tem paralelo na história do Brasil a revolução que se operou, nos últimos anos, no campo das exportações, comparando-se os êxitos governamentais, a esse respeito, aos dos países de maiores e mais expressivos feitos nesse setor. Basta dizer que o aumento das exportações entre 1972 e 1973 — mais de dois bilhões e duzentos milhões de dólares — corresponde a quase o dobro da média das exportações totais do Brasil nos anos de 1958 e 1963.

Constituem as exportações, hoje, elemento estratégico de suma importância, porquanto mais grave talvez do que a crise de energia que agita o mundo seja o problema de escassez de alimentos e de matérias-primas naturais. Poderá o Brasil, entretanto, pela disponibilidade de recursos naturais, pela enorme reserva de terras agricultáveis, bem como pela abundância de mão-de-obra, colocar-se em posição privilegiada como nação supridora dos mercados internacionais. A política de exportações seguida pelo Brasil, nos últimos anos, criou a consciência dessa possibilidade, tanto mais real quanto é certo que, pelas estruturas e meios instituídos, a economia brasileira já se acha em situação excepcionalmente vantajosa perante o mercado mundial.

No que diz respeito à política de exportação de produtos manufaturados, o que se realizou, tanto no setor fiscal, como no creditício, não encontra similar em nenhuma outra experiência internacional. Entre as medidas mais importantes tomadas para incremento desse tipo de comércio, cumpre mencionar: a simplificação burocrática; os incentivos fiscais, assim na área federal, como na estadual; as facilidades de crédito para a produção exportável e para a exportação propriamente dita; os programas de estímulo à instalação e expansão do parque industrial voltado para a exportação; a criação da Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio; a regulamentação das *trading companies* e a instalação de agências do Banco do Brasil nas praças mundiais. Importa destacar, a seu turno, como pedra angular dessa política, a instituição da taxa de câmbio flexível, inovação bá-

sica, de influência decisiva na abertura para a economia mundial e no aumento da produção interna.

Essas realizações, que fizeram as exportações brasileiras crescerem trinta e sete e meio por cento em 1972, e cinquenta e cinco e meio por cento em 1973, constituem hoje a infra-estrutura em que se apoiarão as exportações brasileiras nos anos vindouros, garantindo, sem solução de continuidade, ao contrário do que ocorria no passado, a sustentação do desenvolvimento econômico.

Nesse quadro de prosperidade, até hoje inigualado, na crônica da nossa história econômica, assume o mais alto significado a ocorrência, no Brasil, pela primeira vez, da falta de mão-de-obra em todos os níveis, fato social que gerou sensível elevação do salário real dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que se cuida, no campo da saúde, de estabelecer nova política sanitária, para elevar, mediante processos racionais e eficientes, o padrão de bem-estar físico, mental e social da nossa população, trata-se também de expandir e agilizar os serviços de erradicação das enfermidades transmissíveis e de combater as enfermidades crônicas, provendo-se, para isso, grande soma de recursos.

Com o objetivo de acudir às populações de menor renda, instituiu-se o programa de assistência farmacêutica, que proporciona medicamento gratuito ou a baixo preço a milhões de brasileiros. Com pouco mais de dois anos de funcionamento, esse serviço estende o seu campo de ação a mais de dois mil municípios de todas as regiões do País, pondo ao alcance dos órgãos oficiais da saúde o remédio que os doentes, sem isso, não poderiam obter.

Mais de nove milhões de pessoas se valeram, somente em 1973, da ajuda prestada por esse serviço em estreita cooperação com os Estados e Municípios. Computados os atendimentos feitos em 1972, quando, no mês de abril, se inaugurou esse serviço, sobe para doze milhões e trezentos mil o número de beneficiários. Em regime de harmonia e eficaz descentralização executiva, as Secretarias de Saúde e outros órgãos setoriais levam o medicamento ao beneficiário, segundo as normas para tanto estabelecidas.

Concorreu o programa de assistência farmacêutica para o desenvolvimento das atividades de imunização, suprimindo-lhes a totalidade dos antígenos necessários. Mais de vinte e oito milhões de doses de vacinas se forneceram aos órgãos federais e estaduais de saúde, possibilitando o desenrolar das medidas de prevenção da tuberculose, do sarampo, da poliomielite, da raiva, da difteria, da coqueluche, do tétano e da febre amarela.

Os produtos farmacêuticos — medicamentos e vacinas — entregues à rede distribuidora, em 1973, alcançaram, a preços de custo, montante próximo de sessenta e um milhões de cruzeiros. Se esses medicamentos tivessem de ser adquiridos aos preços vigentes no mercado, custariam eles quase cinco vezes mais, isto é, cerca de trezentos milhões de cruzeiros.

Embora o programa farmacêutico se concentre, por enquanto, na distribuição de medicamentos essenciais, busca, ademais, desenvolver, particularmente no que toca à indústria farmacológica, a tecnologia nacional, para conquista da necessária autonomia quanto à produção, no País, dos elementos indispensáveis à composição dos medicamentos.

São promissores os resultados já assinalados nas pesquisas para a síntese e produção, entre nós, de matérias-primas essenciais, bem como no aperfeiçoamento de técnicas e processos para a fabricação de produtos farmacêuticos, atestando os êxitos já obtidos, não só a alta qualificação das equipes de pesquisadores e dos institutos especializados empenhados nessa tarefa, como, por igual, o acerto da orientação ditada pelo Governo.

Segundo o censo de 1970, somente cerca de vinte e seis milhões de pessoas residentes em cidades recebiam água encanada. Para suprir essa grave deficiência, está em operação amplo programa, do qual participam ativamente Estados e Municípios, com o objetivo de proporcionar, até o fim da década, água de boa qualidade a mais de

quarenta milhões de brasileiros e de elevar, assim, para sessenta e seis milhões o número dos usuários do serviço de água. Pelo que já se realizou, até agora, nesse setor, pode dizer-se que se acha plenamente assegurado o êxito desse empreendimento, no qual se investem recursos de grande vulto. Também de suma relevância, no que concerne à saúde, é a ampliação do abastecimento de água, bem como de outros benefícios sanitários, às áreas rurais, a fim de se prevenirem doenças oriundas da precariedade das condições de higiene e, bem assim, de elevar o nível sócio-econômico dos que vivem no meio rural. Para avaliar-se, com objetividade, o alcance social desse programa, nada melhor do que atentar para o fato de que numa capital, como é o caso de Manaus, a implantação do sistema de tratamento de água fez com que, num ano, a mortalidade infantil caísse em cerca de sessenta por cento.

O investimento governamental no campo educacional se elevou a níveis sem precedentes, figurando o Ministério da Educação e Cultura, no orçamento federal, de 1970 a 1974, com ressalva somente de um ano, como o mais bem dotado de todos os Ministérios. As dotações orçamentárias foram aumentadas, de ano para ano, em proporções substanciais, para que se pudesse converter em realidade a democratização do ensino e assegurar, não apenas nominalmente, mas de fato, o direito à educação.

Cumpria incorporar ao processo educacional, com a maior urgência, milhões de crianças, na faixa dos sete aos quatorze anos, bem como resgatar do analfabetismo quase dezoito milhões de brasileiros com mais de quinze anos de idade, ou seja, um terço da população adulta.

Andou-se nesse sentido com tal rapidez que, em curto prazo, mediante a operação escola, levada a todos os céus do País, a taxa de escolarização, na faixa dos sete aos quatorze anos, passou de sessenta e seis para oitenta e um por cento.

Reduziu-se, por sua vez, drasticamente, o analfabetismo dos adultos, diminuído, pela primeira vez, na história brasileira, em números absolutos. Dos dezoito milhões de analfabetos com mais de quatorze anos, existentes em 1970, restam, no limiar de 1974, pouco mais de treze milhões. Alfabetizaram-se, em três anos, cinco milhões e trezentos mil brasileiros, caindo de trinta e três para vinte e dois por cento a percentagem de iletrados relativamente à população adulta. A prevalecer a tendência revelada de 1940 a 1970, chegar-se-ia ao ano de 1980 com vinte e oito por cento de analfabetos naquela faixa. Em vez disso, graças à ação governamental e à notável receptividade do povo brasileiro quanto ao trabalho desenvolvido pelo poder público, o percentual de analfabetismo caía, já em 1973, para vinte e dois por cento. Saiu-se, paralelamente, da posição incômoda de país que permanecia entre os poucos ainda com educação obrigatória dos sete aos onze anos de idade, pois que se duplicou a idade do ensino obrigatório, distendida dos sete aos quatorze anos. Reformou-se, simultaneamente, a estrutura da escola de primeiro e segundo graus, unindo-se, neste particular, à vanguarda das nações que, na UNESCO, transformam a velha escola, elitista e acadêmica, na atuante escola democrática e preparadora para a vida, sem quebra da formação humanista.

Inovou-se, por outro lado, o processo seletivo para ingresso no ciclo universitário, criou-se maior número de vagas, especialmente no campo das áreas prioritárias, quais as de saúde, de tecnologia, de formação do magistério superior e de segundo grau, assim como se incrementou a interiorização das escolas.

A proporção de universitários, que era de 374 alunos para cem mil habitantes, disparou, em razão das providências governamentais, para mil alunos por cem mil habitantes. Haverá, por conseguinte, no princípio do presente ano letivo, mais de um milhão de estudantes nos bancos acadêmicos, o que traduz crescimento, sem igual no mundo, de mais de trinta e cinco por cento ao ano.

Ao imprimir amplitude e vigor, sem similar, à sua política educativa, ao incrementar quantitativamente, em grau que jamais se alcançara, a prestação do ensino, ao enviar o melhor dos seus esforços em lhe aperfeiçoar a qualidade, quis o Governo, sobretudo, tornar a escola o instrumento por excelência da parificação de oportunidades, princípio em que repousa, fundamentalmente, a democracia

social. Quis, de acordo com esse ditame de justiça, não só criar condições para melhorar a distribuição de renda, como preparar os brasileiros para se adaptarem, dentro de um mundo cada vez mais sujeito às pressões da ciência e da tecnologia, às mudanças sociais, que constituem um dos traços característicos da nossa época.

No terreno habitacional, aperfeiçoou-se o plano da casa própria, conferindo-se-lhe maior amplitude, a fim de se fazer frente aos problemas derivados do crescimento urbano, que se processa com rapidez cada vez maior.

Particular atenção se dispensou à situação das famílias mais pobres, instituindo-se plano especial para oferecer casa própria de renda regular entre um e três salários-mínimos, ao mesmo passo que se determinavam providências para encaminhar a solução do problema habitacional enfrentado por famílias com rendimento inferior a um salário-mínimo.

Em dez anos, a partir de 1973, o País precisará construir, para famílias com renda regular entre um e três salários-mínimos, pelo menos dois milhões de moradias. Este enorme objetivo, que implica o investimento, a preços atuais, de cerca de trinta e um bilhões de cruzeiros, somente em obras de construção civil, equivale, aproximadamente, a um terço do esforço que, durante a década, se terá de fazer para atender à procura de moradias.

A produção de dois milhões de casas, limitadas quanto ao custo por força do nível de renda das famílias a que se destinam, somente será possível se o trabalho comum já em andamento nos três níveis de Governo assumir nova dimensão.

Cerca de vinte por cento do total de famílias urbanas no Brasil não possuem, contudo, renda regular correspondente sequer a um salário-mínimo. Trata-se, na maioria dos casos, de famílias que se deslocam da zona rural para se incorporarem progressivamente à força de trabalho urbana.

Para tais famílias, ainda em trânsito social, não se poderia cogitar de programa definitivo de habitação. Não só lhes faltam condições para adquirir e pagar regularmente a casa própria, como lhes falta, também, a opção definitiva pelo local de moradia.

Como o campo tende a liberar mão-de-obra na proporção em que absorve mais capital, impõe-se que as cidades se preparem para receber grande número de famílias de baixo nível de renda e para promovê-las sanitária e socialmente, no prazo mais curto e aos menores custos possíveis.

Conduziu este estado de coisas a que se estimulassem dois tipos de experiências com o objetivo de fornecer abrigo a famílias com renda abaixo de um salário-mínimo ou às que não dispõem de renda regular, embora, esporadicamente, possam vir a perceber renda média acima daquele nível. Entre essas famílias se incluem as que, obtendo renda média superior a um salário-mínimo, encontram dificuldade de comprometer maior parcela de sua renda, por força do número elevado de dependentes menores.

O primeiro tipo de experiência consiste em apoiar os Governos de Estado e as Prefeituras Municipais para que preparem, nas grandes cidades, loteamentos dotados de infra-estrutura mínima indispensável, com requisitos de educação, saúde, comunicações, transporte e segurança.

O segundo tipo de experiência, em favor das famílias com renda regular igual ou superior a um salário-mínimo, visa à urbanização de áreas já ocupadas por essas famílias, respeitando-se, assim, a opção de moradia já feita, mesmo a título precário.

Os rigorosos estudos geológicos, geotécnicos, jurídicos e sócio-econômicos levados a cabo na zona de Alagados, na Bahia, onde vivem cerca de dezesseis mil famílias, permitirão urbanizar totalmente a zona e, na prática, implantar uma cidade de mais de oitenta mil habitantes.

Este primeiro grande projeto de urbanização justifica o cuidadoso acompanhamento sócio-econômico que se lhe dispensa no intuito de aperfeiçoar a experiência e tentar repeti-la em outras grandes cidades brasileiras, onde áreas urbanas bem localizadas, por força de processo espontâneo e muitas vezes predatório de ocupação, se transformaram em favelas, impondo aos seus ocupantes condições higiênicas e educacionais absolutamente inaceitáveis.

Novos e largos horizontes se rasgaram no universo da assistência social, em razão de medidas governamentais, que se singularizam, quer pela originalidade, quer pela eficácia. Milhões de trabalhadores, assim do setor privado, como do setor público, assim da cidade como do campo, se erigiram em beneficiários de prestações estatais, que repercutirão profundamente em nossa ordem social.

No quadro dessas providências figura o Programa de Integração Social, que objetiva integrar o empregado na vida e no desenvolvimento das empresas, mediante participação cada vez maior nos resultados do progresso econômico. O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, inspirado também em propósitos assistenciais e distributivistas, garante aos agentes da administração e aos integrantes das corporações militares proveitos análogos aos dos que exercem atividades, como empregados, na ordem privada.

Estão cadastrados, atualmente, como participantes do Fundo de Integração Social, cerca de onze milhões e quinhentos mil trabalhadores, montando em cerca de quatro bilhões de cruzeiros os recursos já arrecadados. Estima-se que, até 1975, esses recursos subirão à casa dos nove bilhões de cruzeiros, implicando outorga de quota média, por trabalhador, se acumulada, de oitocentos cruzeiros, aproximadamente.

Quanto ao servidor público, acham-se inscritos, até agora, no fundo que lhes corresponde, cerca de três milhões de participantes, elevando-se os recursos já recolhidos a cerca de três bilhões de cruzeiros. Prevê-se que tais recursos atingirão, até 1975, oito bilhões de cruzeiros, com uma quota média, para cada participante, de dois mil e quatrocentos cruzeiros, mais ou menos.

Consideradas em conjunto as parcelas referentes a esses dois fundos, tem-se que sobe a quatorze milhões e quinhentos mil o número de empregados e servidores já cadastrados. Por sua vez, a receita arrecadada, que soma, por enquanto, sete bilhões de cruzeiros, deverá, dentro em pouco, isto é, em 1975, chegar a dezessete bilhões de cruzeiros. Mostram essas cifras, com suficiente clareza, o que, em futuro próximo, representarão esses dois programas, seja para os seus beneficiários, seja para o nosso sistema econômico-financeiro.

O Programa de Valorização do Trabalhador Rural, ou PRORURAL, procura, de outra parte, preencher grave e antiga omissão verificada no tocante ao operário do campo, até então inteiramente desprotegido sob o ponto de vista assistencial. Para mitigar o desequilíbrio entre as populações rurais e as populações urbanas, cumpria dar àquelas tratamento mais justo, ainda que desse ato resultasse para as últimas algum sacrifício. Se do campo, onde mourejam cerca de quinze milhões de brasileiros, provém o alimento da massa populacional do País, e se, na pauta de nossas exportações, os produtos agrícolas figuram com realce, não se compreendia, em verdade, que o homem do campo continuasse proscrito dentro de sua própria terra e não gozasse da proteção e do amparo dispensado aos demais trabalhadores.

As prestações assistenciais desse programa, entre as quais, aposentadoria, pensão, serviços médicos e odontológicos, acodem, nesta altura, a milhões de brasileiros. Somente no que concerne a aposentadorias, por idade ou por invalidez, bem como a pensões **post-mortem**, o número de beneficiários, em menos de dois anos, já anda por mais de milhão e cem mil, número a que importa acrescentar o dos pescadores, também incluídos entre os usufrutuários do PRORURAL. Cumpre salientar que, de acordo com o regime jurídico estabelecido, o trabalhador rural ou o pescador aposentado é o único brasileiro que, por morte, deixa, em nosso sistema assistencial, pensão igual ao provento da aposentadoria.

Traço comum a esses três programas — o de Integração Social, o de Formação do Patrimônio do Servidor Público e o de Valorização do Trabalhador Rural, programas que beneficiam larga faixa da população brasileira —, é que as vantagens por eles dispensadas não se acham vinculadas a qualquer contraprestação de caráter financeiro, assim como, em grande parte, não está sujeita a contraprestação pecuniária a assistência farmacêutica dada a milhões de pessoas, por intermédio da Central de Medicamentos. Cumpre-se, por intermédio desses programas, inelutável imperativo de justiça distributi-

va, que se realiza, no caso, por meio de amplo e vigoroso processo pelo qual as classes economicamente mais frágeis acentuam a sua participação na renda nacional.

Na área assistencial, sucedeu, ainda, a extensão do regime previdenciário aos empregados domésticos, antes sem qualquer amparo social, já estando inscritos como segurados quase trezentos e cinquenta mil prestadores desse tipo de trabalho. Ainda na mesma esfera, registrou-se a concessão, por intermédio dos sindicatos, entre outubro de 1969 e dezembro de 1973, de setecentos e treze mil quatrocentos e sessenta e três bolsas de estudo a trabalhadores sindicalizados e seus dependentes. Envolvem essas bolsas de estudo benefício da mais alta relevância, porquanto favorecem, de maneira decisiva, enorme contingente de trabalhadores, contribuindo para sua formação cultural ou profissional e para conseqüente elevação do seu **estatus** na comunidade a que pertencem.

Reforma introduzida na Lei Orgânica da Previdência Social elevou substancialmente os proventos de pensionistas e de aposentados. Não era possível, como se ressaltou, ao encaminhar o projeto desse ato legislativo, assistir sem constrangimento, ao doloroso espetáculo de homens e mulheres, já avançados em idade, que recebiam menos de cinquenta cruzeiros por mês, impondo-se, assim, dar-lhes tratamento melhor e mais humano. Diante disso, foram assegurados aos pensionistas ao menos sessenta por cento do salário-mínimo, e aos aposentados, um percentual, que vai de setenta a noventa por cento do mesmo salário. Quer isso dizer, para dar um só exemplo, que um pensionista, com direito a cinquenta cruzeiros mensais, passou a receber importância aproximada de cento e sessenta cruzeiros, vale dizer, mais do triplo do valor que anteriormente percebia.

Razões de natureza social inspiraram, outrossim, o delineamento da política de comunicações e de transportes.

No caso das regiões virgens — notadamente a região amazônica — os investimentos governamentais não se consideraram como aplicações específicas no setor das comunicações e dos transportes, mas como parte dos investimentos globais destinados a unir, de modo mais estreito, essa vasta porção do nosso território, econômica e socialmente, à comunidade nacional.

Iniciou-se em 1969, para romper o isolamento em que a região se encontrava, a implantação do Sistema de Telecomunicações da Amazônia, integrado ao Sistema Nacional de Telecomunicações, que compreende onze mil e quinhentos quilômetros de microondas em visibilidade do Norte ao Sul do País a cinco mil e cem quilômetros em troncos de microondas em Tropodifusão, que atravessam toda a Região Amazônica. O sistema é usado igualmente para a televisão, telex, teletipo, processamento de dados, radiodifusão educativa e educação cívica, proteção ao voo, meteorologia, climatologia, orientação agrícola e telegrafia. Em 1972 concluíram-se os últimos troncos principais do sistema, permitindo definitiva integração da área ao Sistema Nacional.

Presidiu, invariavelmente, à elaboração de projetos rodoviários relativos à Amazônia o intento superior de ocupar a região, preencher-lhe os vazios demográficos, utilizar neles parte da mão-de-obra excedente em outras áreas. Significativo plano de colonização acompanhou sempre, desse modo, a extensão da rede viária, com o fito de fixar o homem nesses espaços.

Estabeleceu-se, além disso, adequado sistema viário no concernente a outras regiões que, possuindo expressivo potencial econômico, tinham entravada a circulação da sua riqueza pela dificuldade de acesso aos centros consumidores. Abriram-se para essas regiões, assim, novos horizontes, condizentes com a vida moderna e com o interesse do País.

Prevaleceu esse mesmo propósito na concepção dos projetos relativos às regiões mais desenvolvidas, pois, na sua avaliação, não se tomaram em conta somente os benefícios econômicos proporcionados diretamente aos usuários das rodovias, mas as vantagens sociais logradas pelas populações das áreas servidas pela expansão do sistema de transporte. Juntamente com o incentivo à criação e circulação da riqueza, o que se teve em mira, nas obras efetuadas nesse setor, foi colocar ao alcance de cada cidadão, e da co-

munidade em que a sua vida transcorre, os bens, materiais e culturais, que o progresso econômico e social pode oferecer.

Convocaram-se, pois, todas as energias, usaram-se todos os recursos, materiais e humanos, para fazer com que a revolução quantitativa, efetuada pelo crescimento da economia, se convertesse por igual em revolução qualitativa, expressa pelo desenvolvimento social. Aos esforços para promover o progresso econômico juntou-se o trabalho, imaginativo e inovador, para melhorar a qualidade de vida, chegando-se, nesse duplo combate, aos limites do possível. Batalhou-se, em suma, arduamente, para modernizar, com rapidez, a sociedade brasileira, dentro do princípio de que a abundância só adquire sentido se colocada a serviço da justiça social, da melhoria das condições de vida, da expansão das qualidades humanas, da atenuação das disparidades individuais e regionais.

Em face das mudanças que inevitável e necessariamente acarreta, diante das expectativas que suscita, em razão das frustrações a que pode dar lugar, em consequência das desigualdades que, pelo seu próprio dinamismo, tendem, por vezes, a exasperar, o crescimento econômico se converte, não raro, em perigoso fator de instabilidade social e política. Entre nós, não se conheceu, porém, a intranquilidade, que o processo desenvolvimentista, em regra, produz. Conjugando-se, adequadamente, a criação de riqueza com o progresso social, instaurou-se, no País, clima de ordem, de paz, de harmonia e de segurança, que faz a felicidade da nação brasileira.

Em momento histórico extremamente complexo, quando a tônica, no quadro mundial, é a perplexidade e o sobressalto, em época na qual ganham corpo, em todos os horizontes, fatos ou fenômenos sociais, inéditos e complexos, está o Brasil, seguramente, entre as nações que, pela peculiaridade de suas condições físicas e gráficas, pelas virtudes de sua gente e pela capacidade revelada para encontrar, quanto aos seus problemas, econômicos, sociais ou políticos, as soluções mais condizentes com o interesse nacional, podem olhar para o futuro com justificada confiança.

Na vontade política do povo brasileiro se tem apoiado, constante e firmemente, a autoridade em que se investiu o regime vigente para conferir unidade, eficiência e rapidez à tarefa de modernização de nossa sociedade, tarefa só exequível dentro do novo estilo que se impriu, desde março de 1964, à gestão do interesse coletivo.

Expressa em todas as esferas e setores da vida nacional, essa vontade se manifestou, sempre, com o maior relevo, por meio dos condutores políticos que, nesta preclara assembléia, se congregam em torno dos ideais perseguidos pelo Governo, ao qual não faltou, em nenhum momento, a solidariedade e a cooperação do órgão legislativo para a execução dos grandes planos e programas empreendidos em favor da comunidade brasileira.

A realçar, como ora faço, a cordialidade que presidiu, ao longo de todo o meu mandato, às relações entre Executivo e Legislativo, cumpro, ainda, o dever de prestar ao Egrégio Congresso Nacional maior reconhecimento pela inestimável solidariedade e ajuda com que essa ilustre corporação política me distinguiu, no exercício do cargo de Presidente da República.

Conto que o apoio a mim invariavelmente dispensado continue a ser deferido, com igual devoção e discernimento, ao meu ilustre sucessor, GENERAL ERNESTO GEISEL, a fim de que o novo Chefe do Poder Executivo, a ser empossado no dia 15 deste mês, encontre, na representação popular, o concurso de que há mister para levar a termo a grande obra administrativa, econômica, social e política, que, pelos seus raros predicados, intelectuais e cívicos, está fadado a realizar como Presidente do Quadro Governo da Revolução.

Brasília, 1º de março de 1974.

EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI.

POLÍTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Estabelecidas por lei, em novembro de 1971, as diretrizes e prioridades do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento — PND, para o período 1972/74, instituiu-se também, com vigência para o mesmo período, o Segundo Orçamento Plurianual de Investimentos.

A promoção do desenvolvimento da economia nacional obedeceu às diretrizes, prioridades e programas fixados nesses documentos.

De 1969 a 1973, o desenvolvimento global da economia apresentou resultados que corresponderam aos objetivos da política econômica do Governo e às metas setoriais programadas, destacando-se entre eles:

- Taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto superior aos 9,8% previstos.

- Aumento das exportações em 160%, estimando-se receita cambial, relativa ao exercício de 1973, em US\$ 6 bilhões, dos quais US\$ 1,8 bilhão correspondem a produtos industrializados.

- Redução do ritmo inflacionário, que atingiu, em 1973, pouco mais de 12% quanto ao Índice de Preços ao Consumidor (Guanabara) em confronto com a elevação de 24,3% ocorrida em 1969.

- Aumento substancial do emprego na indústria de transformação, à taxa média de 4,7% ao ano, superior à estabelecida no PND (3,5% ao ano). A taxa de crescimento do emprego no setor manufatureiro, para o ano de 1973, estima-se em 8,5%.

- Expansão da produção industrial, à taxa média de 12,9% ao ano, ultrapassando a meta de 10% ao ano, estabelecida no PND. A taxa de crescimento da produção industrial, em 1973, é estimada em 13%.

- Expansão acelerada dos investimentos, hoje superiores em 65,2% aos níveis de 1969.

Comparando-se esses resultados com as previsões dos Planos do Governo, observa-se que as metas globais do PND, para 1974, foram alcançadas ou ultrapassadas ao final de 1973.

As taxas de crescimento da renda nacional superaram, ano após ano, a média anual de 8% prevista para o período, embora o crescimento efetivo do produto agrícola tenha oscilado significativamente em torno das taxas esperadas.

A despeito das variações das taxas de crescimento do produto do setor primário, em alguns exercícios, praticamente todos os setores lograram, em termos de taxas médias, os resultados previstos no PND, o que indica desempenho harmônico e equilibrado do sistema produtivo.

Quanto às oportunidades de trabalho, os dados mais recentes indicam que, no período 68/72, a ocupação total foi superada em 142%.

O setor primário expandiu o emprego à taxa bastante satisfatória de 2,9% a.a. (que se compara com a meta de 1,2% a.a.), mas a maior contribuição para o aumento do emprego foi da indústria de transformação que alcançou taxa de expansão de oportunidades de trabalho a cerca de 4,6% a.a.

A essa expansão acelerada da demanda de mão-de-obra correspondeu aumento mais que proporcional da população economicamente ativa, não apenas em decorrência das modificações na estrutura etária da população como também da elevação da taxa de atividade que passou de 36% em 1968 para 37,2% em 1972.

Dessa forma, a expansão do emprego não pode refletir-se em diminuição dos índices de desocupação aberta, embora o fenômeno possa ser atribuído a desajustes temporais de oferta e demanda no mercado de mão-de-obra ou à eventual transformação do desemprego disfarçado em desocupação aberta.

A mais alta taxa de expansão (4,4% a.a) foi alcançada na Região Nordeste.

Para a indústria de transformação, os dados indicam tendência de expansão do emprego a ritmo crescente. Para 1973, estima-se que o emprego industrial cresceu em 8,5%, a mais alta taxa registrada na história econômica do País.

Se é singular em números relativos a evolução do emprego na indústria de transformação, mais significativa é sua tradução em números absolutos. Em 1973, a expansão do emprego em 8,5% no parque manufatureiro significa a criação de aproximadamente 295 mil novas oportunidades, ou sejam, 36,4% dos novos empregos necessários calculados em 800 mil ao ano.

Cuidados especiais tem a Revolução dispensado à participação do trabalhador nos frutos do desenvolvimento. A política governamental, nesse particular, não se restringe ao ataque à pobreza absoluta, ou alternativamente, à pobreza relativa. Ambas caminham paralelamente, merecendo, por conseguinte, atenção simultânea. A política salarial não há de arbitrar pisos de remuneração que admitam falsa escassez de mão-de-obra, pois seus efeitos serão os de limitar a criação de oportunidades de emprego. Não pode, por outro lado, ignorar que cabe ao trabalhador beneficiar-se diretamente do incremento de sua produtividade.

Somando a esse imperativo a necessidade adicional de corrigir disparidades regionais de salário, coube à política salarial participação notável no registro dos dados de crescimento do emprego e bem assim na elevação dos salários-mínimos reais.

Em consequência desta estratégia, assim como do próprio desenvolvimento do parque produtivo, logrou-se ainda, pelas próprias forças do mercado, absorver maior número relativo da mão-de-obra e, com isso, provocar natural elevação do salário médio.

Solucionando a tão longamente discutida participação dos empregados nos lucros das empresas, instituiu o Governo o Programa de Integração Social que, ao basear-se sobre o faturamento da empresa e não simplesmente sobre seus eventuais lucros, reúne todas as vantagens da participação nos lucros sem lhe herdar os inconvenientes.

O problema dos preços constituiu ponto de maior significação em toda a programação de desenvolvimento, dando-se ênfase à continuidade dos esforços realizados desde o primeiro Governo Revolucionário, no sentido de reduzir, gradual mas constantemente, a taxa de inflação.

Os resultados iniciais desse processo permitiram reduzir aquela taxa de mais de 90%, registrada em 1964, para cerca de 20%, ao início do atual período governamental, e a 15% até outubro de 1973.

Tendo enfrentado, em anos anteriores, frustração de safras de certos produtos essenciais, defronta-se o Brasil, em 1973, com os efeitos da grave crise internacional de alimentos em geral e o consequente recrudescimento da espiral inflacionária internacional, o que tem determinado ajustamentos constantes de nossa política, para neutralizar a inflação importada, o mais sério obstáculo a que se atingisse a meta de 12% esperada para o exercício.

O Brasil é, porém, atualmente dos poucos países em que se registra declínio da inflação e talvez o único a conciliar tal evolução com acelerado ritmo de desenvolvimento.

Pelas próprias exigências do desenvolvimento, requer hoje o Brasil não apenas melhor funcionamento de seu sistema financeiro tradicional, mas também mercado de capitais extremamente ágil e flexível, capaz de atender, em suas dimensões e multiplicidade, às necessidades de financiamento a médio e longo prazos.

Neste sentido, o Governo deu continuidade aos esforços anteriores, agindo tanto do lado dos incentivos e crescimento mais rápido dos recursos como no de melhoria das condições e oportunidade de sua aplicação.

Assegurado o êxito do mercado de títulos de crédito, o Governo tratou de incentivar mais intensamente o mercado de títulos de participação. Esta política visou especialmente a reforçar as bases democráticas do sistema acionário.

O mecanismo do Decreto-lei nº 157 foi aperfeiçoado conforme estava previsto no programa de "Metas e Bases". Em abril de 1972, a taxa única de 12% de desconto do Imposto de Renda em favor dos fundos "157" foi substituída por escala de taxas de 12% e 24% em razão inversamente proporcional à renda do contribuinte. Indo mais além, o mesmo diploma legal deu maior amplitude ao sistema, admi-

tindo o ingresso de todas as sociedades anônimas, desde que caracterizadas como de capital aberto.

A democratização do sistema empresarial brasileiro tem sido reforçada com outros favorecimentos, como é exemplo a obrigatoriedade da aplicação de quota mínima de 25% dos recursos de cada fundo fiscal de investimento em ações ou debêntures conversíveis em ações de empresas de pequeno e médio portes.

A admissão de ações preferenciais na fórmula de distribuição do capital social das empresas, para efeito de registro como sociedade anônima de capital aberto, e a isenção do imposto de renda sobre a parcela de reavaliação dos bens integrantes do ativo imobilizado, no caso de fusões e incorporações de empresas, foram duas outras medidas de largo alcance para o fortalecimento do sistema empresarial brasileiro.

A permissão para os bancos oficiais e privados emitirem ações preferenciais ao portador constituiu prerrogativas que beneficiou também as seguradoras e as empresas de economia mista.

Graças ao elenco de medidas tomadas pelo Governo, a que se somaram os esforços da iniciativa privada, pôde o País apresentar resultados extremamente favoráveis no que tange à capitalização e à democratização do sistema empresarial brasileiro. O número de empresas com capital popularizado elevou-se de 296 em dezembro de 1969 para 580 no final de 1973.

A fim de assegurar o equilíbrio entre os segmentos do mercado de capitais, ameaçado por persistente preferência pelos instrumentos creditícios, o Governo resolveu tributar mais acentuadamente os rendimentos nominais proporcionais obtidos com esses instrumentos.

Com o objetivo de acentuar, nas decisões dos acionistas, a rentabilidade das empresas e sua capacidade de remuneração — e não simplesmente a evolução das cotações da Bolsa — o Governo deu novo tratamento fiscal aos dividendos, tornando-os mais atrativos pela redução da alíquota do imposto de renda cobrado na fonte e pelo direito dado a seus titulares de abaterem de seu rendimento a importância recebida, desde que reaplicada em sociedades anônimas de capital aberto.

Por outro lado, as empresas foram estimuladas a seguir política remunerativa mais generosa, concedendo-lhes o Governo isenção fiscal para toda distribuição de dividendos excedente a 25% e até 50% do lucro tributável.

Marcou o Brasil sua presença internacional não mais como País de periferia nas quotas e fluxos de comércio, mas sim como nação emergente, delinheadora de quotas e fluxos significativos de exportações e importações.

Sinteticamente, esta nova situação pode ser assim apresentada:

- Crescimento do intercâmbio comercial de US\$ 4.304 milhões para cerca de US\$ 12.000 milhões em 1973.

- Ampliação substancial da capacidade de importar, o que favoreceu o aumento do nível de investimentos, principalmente no setor secundário, através do incremento da importação de bens de capital de US\$ 625 milhões em 1969 para US\$ 1.900 milhões em 1973.

- Melhoria substancial na capacidade de endividamento externo, seja em relação ao escalonamento de cobertura a longo prazo, seja em proporção ao volume das exportações anuais.

Os resultados obtidos em nosso comércio exterior durante o período 1969/1973 assumem significado especial, pois as previsões estabelecidas nas Metas e Bases para a Ação do Governo, e no Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, foram amplamente superadas.

As exportações brasileiras tiveram largo incremento no período, passando de US\$ 2.311 milhões em 1969 para mais de US\$ 6.000 milhões em 1973, segundo estimativas preliminares.

Além do seu notável incremento, as exportações brasileiras apresentaram modificação importante em sua composição percentual durante o período em análise, pois, em virtude dos elevados índices de crescimento da venda de produtos industrializados no exterior, os produtos primários tiveram participação percentual reduzida na pauta de exportações.

O crescimento das exportações de produtos industrializados reflete o esforço feito no País para diversificar a pauta das exportações, a fim de que as faixas mais dinâmicas do comércio internacional sejam atingidas por produtos brasileiros.

Embora o café ainda seja nosso principal artigo de exportação, o açúcar e a soja e derivados aumentaram consideravelmente sua importância no campo internacional. Enquanto as exportações de açúcar passaram de US\$ 115 milhões em 1969 para cerca de US\$ 450 milhões em 1973, as vendas de soja ao exterior praticamente duplicaram no período, atingindo, em 1973, cifra próxima de US\$ 500 milhões, bem superior, portanto, aos US\$ 53 milhões em 1969.

Por outro lado, as importações tiveram incremento de cerca de 200% no quadriênio, elevando-se de US\$ 1.993 milhões para pouco menos de US\$ 6.000 milhões em 1973.

As estimativas para 1973 indicam que as importações de bens de capital se situaram em US\$ 1.900 milhões, o que comprova o excelente desempenho da economia no referido ano e oferece animadores prenúncios de que a tendência de obtenção de elevados índices de crescimento do PIB não sofrerá alterações em 1974.

A síntese do que a Nação ditou a si própria como tarefa básica, no período em análise, está consubstanciada no seguinte elenco de realizações:

- Consecução dos objetivos nacionais de desenvolvimento e transformação social mediante processo de competição capaz de assegurar níveis internacionais de eficiência aos setores público e privado; e processo de integração, com articulação harmônica entre Governo e setor privado, União e Estados, entre regiões desenvolvidas e regiões em desenvolvimento, entre empresa e trabalhadores.

- Implantação de novos instrumentos para modernizar a empresa nacional.

- Atuação eficiente do Governo, na administração direta, autarquias ou empresas governamentais.

- Mobilização ainda mais intensa do sistema financeiro nacional e do mercado de capitais, em benefício do sistema empresarial.

- Implementação de Política Tecnológica Nacional que permita a aceleração e orientação da transferência de tecnologia para o País, associada a forte componente de elaboração tecnológica própria.

- Política de aproveitamento dos recursos humanos do País, considerando sua importância como fator de produção e de consumo.

- Efetivação de grandes programas de investimentos, em consonância com o propósito de consolidar a infra-estrutura econômica e as indústrias básicas.

- Realização de Estratégia Regional voltada para a efetivação da Integração Nacional.

- Abertura social visando a assegurar a participação de todas as categorias sociais nos resultados do desenvolvimento.

- Estratégia Econômica Externa orientada no sentido da maior integração do Brasil na economia mundial, com o objetivo principal de possibilitar ao País mais rápido crescimento.

A meta indicada para a elevação da taxa de investimento bruto correspondia a um crescimento de 17%, em 1970, para 19%, em 1974, nível esse já praticamente alcançado em 1973.

O programa de investimentos para o período 1972/74 compreende (a preços de 1973):

- Na área da Educação, dispêndios totais de Cr\$ 34.944 milhões.

- Para execução do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no período 1973/74, dispêndios de Cr\$ 4.267 milhões.

- Na Agricultura-Abastecimento, aplicações governamentais de Cr\$ 17.472 milhões (não computados os financiamentos de custeio).

- Em Saúde-Saneamento, dispêndios públicos de Cr\$ 17.024 milhões.

- No desenvolvimento industrial (com elevada participação do setor privado), Cr\$ 34.048 milhões.

- Em Mineração, Cr\$ 4.133 milhões.

- No setor de Energia, Cr\$ 27.328 milhões, sendo: Energia Elétrica, Cr\$ 19.376 milhões, Petróleo e Xisto, Cr\$ 7.952 milhões.

- Em Transportes, por parte do Governo Federal, Cr\$ 22.512 milhões.

- Em Comunicações, investimentos públicos de Cr\$ 3.494 milhões.

- Em Habitação, por intermédio do Sistema Financeiro da Habitação, Cr\$ 19.600 milhões.

- Na área de Integração Social, aplicações por intermédio do PIS e do PASEP, Cr\$ 6.418 milhões.

- Na área de Integração Nacional (PIN e PROTERRA), Cr\$ 6.821 milhões, além de Cr\$ 4.995 milhões relativos a incentivos fiscais ao Norte e Nordeste.

Os bancos oficiais registraram saldo de recursos de Cr\$ 145,6 bilhões em 1973, contra Cr\$ 45,3 bilhões em 1969. Em termos reais a preços de 1973, a elevação foi de 69,3%.

O incremento líquido das aplicações dos bancos oficiais, no período 1970/1973, atingiu o valor aproximado de Cr\$ 68,8 bilhões.

Quanto às aplicações regionais, as estimativas mostram que a Região Sudeste é a que tem absorvido o maior saldo de aplicações no período 1969/1973, seguida das Regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Em termos percentuais, apenas a Região Centro-Oeste apresenta declínio de sua participação relativa no período, nos saldos de aplicações dos bancos oficiais, passando de 21,7% em 1969 para 11,1% em 1973. As demais regiões registraram participações crescentes no período.

As taxas de crescimento real foram:

Região Norte, 163,4%, Região Sul, 148,7%, Região Sudeste, 110,8% e Região Nordeste, 106,9%.

A presença operante do Governo e do setor privado nas áreas prioritárias do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste — regiões que correspondem a 7.000.000 de km² — marca a diferença entre os programas tradicionais de desenvolvimento regional em outros países, desenvolvidos e subdesenvolvidos, e o programa brasileiro de integração nacional.

A essas três regiões o Governo Federal destina, no biênio 1973/74, Cr\$ 25,9 bilhões: Cr\$ 17,3 bilhões para o Nordeste, Cr\$ 5,5 bilhões para a Amazônia e Cr\$ 3,1 bilhões para o Centro-Oeste, incluindo a região geoeconômica de Brasília.

Destacadamente, com relação ao Nordeste, cabe assinalar:

Os recursos de incentivos fiscais, antes da criação do PIN e do PROTERRA, proporcionavam ao Nordeste Cr\$ 1.300 a Cr\$ 1.400 milhões anuais, em 1970 (a preços de 1973). A atual estratégia deu origem a programas novos em favor do Nordeste que agora proporcionam à Região, anualmente, cerca de Cr\$ 4.700 milhões.

Da mesma forma, o setor industrial do Nordeste, antes do PIN e PROTERRA, recebia dos incentivos fiscais cerca de Cr\$ 900 milhões anuais (a preços de 1973). Com a presente estratégia, por meio dos incentivos e de outros programas novos, a indústria do Nordeste está recebendo mais de Cr\$ 2 bilhões anuais.

Em termos de estratégia, o que se tem hoje é uma política global em relação ao Nordeste — e não somente política de industrialização —, dotada de instrumentos que inclui: PIN (com o Programa de Irrigação do Nordeste), PROTERRA, PROVALE, Programa de Apoio às Indústrias Básicas do Nordeste, Programa de Apoio à Infra-Estrutura Urbana do Nordeste, Programa de Integração Empresarial São Paulo-Nordeste, Esquema Especial de Apoio aos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará (Terceiro Pólo do Nordeste) Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste.

A atuação concentrada e integrada em áreas prioritárias da zona rural do Nordeste torna-se hoje possível por intermédio do recém-instituído Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados, compreendendo: vales úmidos, serras úmidas, tabuleiros costeiros, áreas de cerrados, áreas de lavouras xerófilas, áreas de colonização. Vai-se nessas áreas de atuação prioritária integrar a utilização de instrumentos como o PROTERRA, PROVALE, PIN, com a ação sistemática dos bancos oficiais e dos Ministérios executores de programas de infra-estrutura, através de cinco linhas de atuação congregadas: crédito orientado, pesquisa agrônômica e tecnológica, estradas vicinais, eletrificação rural, armazenagem.

Essa atuação concentrada e orgânica está sendo complementada pelo Grande Programa de Agroindústria do Nordeste, já em implantação.

Na execução do programa de incentivos, na área da SUDENE, foram aprovados, de 1970 a junho de 1973, 945 projetos dos quais 653 industriais e 292 agropecuários. Desse número, 491 são projetos novos; 216 industriais e 275 agropecuários. Até junho de 1973 já se haviam aprovado 2.548 projetos no Nordeste, dos quais 2.010 industriais e 538 agropecuários. Os projetos novos somavam 1.520, sendo 1.002 industriais e 518 agropecuários.

De 1970 até o primeiro semestre de 1973, aprovaram-se na área da SUDAM, 332 projetos: 206 agropecuários, 109 industriais e 17 serviços básicos. Desses, 228 são projetos novos, sendo 162 agropecuários, 54 industriais e 12 de serviços básicos. Os investimentos totais dos projetos foram de Cr\$ 5.930 milhões, dos quais Cr\$ 3.454 milhões correspondem a incentivos fiscais.

Até junho de 1973, a SUDAM já havia aprovado 659 projetos: 378 agropecuários, 256 industriais e 25 de serviços básicos. O número de projetos novos era de 515, sendo 328 agropecuários, 158 industriais e 19 de serviços. Ainda no mesmo prazo, o investimento total nos projetos aprovados elevava-se a Cr\$ 10.397 milhões, ao qual correspondiam Cr\$ 6.366 milhões de recursos de incentivos fiscais.

O investimento total, segundo os setores, distribuía-se em Cr\$ 4.259 milhões para os projetos agropecuários, Cr\$ 4.113 milhões para os industriais e Cr\$ 2.035 milhões para os de serviços básicos. Os recursos de incentivos fiscais comprometidos superavam os recolhimentos em 114%.

A ditretriz do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento se fundamenta no reconhecimento de que o processo de desenvolvimento tende a ser cada vez mais de transformação qualitativa da economia e da sociedade, ao longo do qual as formas modernas de produção e de relacionamento social substituem os sistemas produtivos rotineiros e os comportamentos tradicionais.

Daí a atenção especial que tem dado o Governo aos programas de desenvolvimento científico e tecnológico, de fortalecimento do poder de competição nacional, de aproveitamento dos recursos humanos, de desenvolvimento urbano, de reforma da administração pública, de melhoria do sistema estatístico e de informações, a par da realização de programas de investimentos, em setores prioritários.

O Setor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico recebeu tratamento prioritário no período 1969/73. A par de importantes medidas de natureza institucional, visando dotar o setor de mecanismos compatíveis com as metas estabelecidas pelo Governo, foram-lhe substancialmente ampliados os recursos financeiros.

Iniciaram, em 1970, as operações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) que experimentaram substancial incremento, passando de Cr\$ 81,2 milhões (a preços de 1973) em 1970 para Cr\$ 340,4 milhões em 1973.

Em cumprimento a disposições do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborou-se o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT). Guardando coerência com o período de vigência do Plano Nacional de Desenvolvimento, o PBDCT e seu Orçamento-Programa têm validade para o biênio 1973/74.

Define o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico política de ciência e tecnologia que permita ao País acompanhar o progresso científico mundial, obter, para os setores

prioritários, a tecnologia mais atualizada e montar internamente estrutura capaz de, gradualmente, passar a produzir tecnologia, e não apenas bens e serviços.

No que concerne à integração do Brasil na economia mundial, trata-se de levar o País da condição de periferia no contexto internacional para Nação participante no delineamento das rotas e fluxos internacionais. De um lado, por exemplo, a política atual para o setor externo procura atrair investimentos externos simultaneamente à atração de novas tecnologias. De outro, inclina-se para o estabelecimento de empresas brasileiras no exterior. A expansão internacional do Banco do Brasil, a criação do EUROBRAS são, neste sentido, exemplos significativos da nova estratégia.

A busca continua por ajuda externa, na qualidade e quantidade de que ainda necessitamos, agora se associa à extensão da ajuda brasileira a outros países, até mesmo em termos de *know how*. Embora ainda importador líquido, já hoje o Brasil assume também a posição de exportador de capitais e tecnologia, especialmente para nações da área da ALALC e do Continente Africano.

No período 1969/73, tratou o Governo Federal de definir arcabouço institucional adequado ao eficiente desempenho das atividades de planejamento, orçamento e reforma administrativa. Desenvolveram-se, efetivamente, essas atividades com a elaboração e a implementação de planos de Governo, de grandes programas de integração nacional e social, de orçamentos plurianuais e programas gerais de aplicações e de projetos de modernização administrativa.

Do ponto de vista institucional, merece destaque o Decreto nº 71.353, de 9 de novembro de 1972, que regulamentou o Sistema de Planejamento Federal; instituído pelo Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

No tocante à elaboração e implementação de planos, merecem registro: Metas e Bases para a Ação de Governo (1970/73); 1 Plano Nacional de Desenvolvimento — PND (1972/74); Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — PBDCT (1973/74); Segundo Orçamento Plurianual de Investimentos — OPI (1972/74); Primeiro Programa Geral de Aplicações — PGA (1973/75).

De não menor importância para a consolidação do Sistema de Planejamento foi a institucionalização do Programa de Acompanhamento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Dando continuidade à ação do Primeiro e do Segundo Governos da Revolução, o programa de "Metas e Bases" preconizava como objetivo-síntese nacional o ingresso do Brasil no mundo desenvolvido, até o final do século.

Esse objetivo-síntese se traduzia em metas setoriais que por sua vez eram detalhadas em cerca de 200 projetos prioritários, em cada uma das áreas econômicas e sociais.

Do ponto de vista institucional, o PND destaca-se por haver sido o primeiro plano de desenvolvimento a ser submetido ao Congresso Nacional desde o Plano SALTE, em 1950.

Iniciou-se com o Primeiro PND nova sistemática de vigência de planos de Governo no Brasil, mediante a qual o Plano Nacional de Desenvolvimento é elaborado e submetido ao Congresso Nacional durante o primeiro ano do mandato presidencial, tendo como período de vigência os demais anos desse mandato, estendendo-se até o primeiro ano do governo seguinte.

O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento estabeleceu como objetivos nacionais: colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria das nações desenvolvidas; duplicar, até 1980, a renda *per capita* do Brasil (em comparação com 1969); elevar a economia às dimensões resultantes da consecução das seguintes metas específicas: manutenção das taxas anuais de crescimento do PIB entre 8 e 10%; aumento da taxa de emprego até atingir 3,2%, em 1974; redução do ritmo inflacionário ao nível de 10% ao ano, até o final do mandato presidencial; política econômica externa que acelere o desenvolvimento do País, sem prejuízo do controle progressivo da inflação.

Os pressupostos para conferir auto-sustentação e caráter integrado ao processo, foram no sentido de: ampla disseminação dos

resultados do progresso econômico em termos sociais, setoriais e regionais; transformação social, para modernizar as instituições, acelerar o crescimento, promover melhor distribuição de renda e manter uma sociedade aberta; estabilidade política e segurança nacional, interna e externa.

O Setor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico recebeu tratamento prioritário, no período 1969/73.

De acordo com as disposições do Decreto nº 70.553, de 17 de maio de 1972, elaborou-se o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — PBDCT, aprovado pelo Decreto nº 72.527, de 25-7-73.

Concebido como instrumento de previsão, orientação e ordenação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, o Plano compreende orçamento-programa trienal, que deverá ser revisto anualmente e que inclui a programação de todas as fontes de recursos internas e externas, a serem utilizadas.

Guardando coerência com o período de vigência do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, o primeiro PBDCT e seu Orçamento-Programa têm período de validade para o biênio 1973/1974.

No tocante aos recursos financeiros para a implementação do Plano, cumpre assinalar que o nível de dispêndios programados monta a Cr\$ 4.267 milhões, para o biênio 1973/74 (a preços de 1973), sendo Cr\$ 1.958 milhões em 1973 e Cr\$ 2.309 em 1974. Estas cifras, bastante expressivas, ganham em importância quando comparadas com os dispêndios realizados em 1968, da ordem de Cr\$ 100 milhões (também a preços de 1973).

A elaboração do Segundo Orçamento Plurianual de Investimentos — 1972/74 representou notável avanço para a implantação da técnica de Orçamento-Programa e para sua integração com os Planos Nacionais de Desenvolvimento.

A partir da experiência obtida por ocasião do Primeiro Orçamento Plurianual de Investimento — 1968/1970, foi possível, no segundo OPI, superar as deficiências do primeiro documento. Verificou-se que em projetos de alguns setores com elevada prioridade, como Educação, por exemplo, a atuação do Governo não poderia ser avaliada apenas pelo lado dos gastos de capital, uma vez que dispêndios relativos ao funcionamento do sistema de ensino, embora não classificados como gastos de capital, nos termos da Lei nº 4.320/64, respondem por substancial parcela dos gastos no Setor. Também a superestimativa da capacidade de investir por parte de diversos órgãos, quase sempre não acompanhada de estimativa adequada dos gastos correntes deles resultantes, ocasionou profundas alterações na programação, por ocasião da execução orçamentária.

Quando da elaboração do segundo OPI, foram superadas tais deficiências mediante as seguintes providências: processamento eletrônico das propostas; identificação das fontes de financiamento para os projetos e atividades programadas; inclusão dos Gastos Correntes, além dos Gastos de Capital; elaboração simultânea à do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento; estimativa realista da poupança orçamentária; comprometimento dos recursos financeiros necessários à fase de operação dos investimentos programados; aprimoramento dos critérios de estimativa da Receita.

Criado pelo Decreto nº 70.852, de 20 de julho de 1972, o Programa Geral de Aplicações é documento de caráter interno que objetiva proporcionar visão integrada de todos os recursos e de todas as aplicações do Governo Federal. Espera-se que, no futuro, tal programa venha ampliar seu grau de abrangência, passando a compreender, não apenas os recursos e as aplicações do Governo Federal, mas também os dos governos estaduais.

Em 1973 elaborou-se novo Plano Geral de Aplicações para o período 1973/75, com a colaboração de todos os órgãos que integram o sistema de planejamento nacional.

A utilização do Orçamento-Programa, substituindo técnicas orçamentárias tradicionais, permitiu melhor orientação e destinação

dos recursos públicos aos objetivos básicos fixados no planejamento governamental.

Visando a aperfeiçoar a sistemática orçamentária foram adotadas, no período 1969/73, diversas medidas de ordem técnica e institucional.

A Lei nº 4.320, que institui o Orçamento-Programa no Brasil, veio dar ampla contribuição positiva à melhoria do sistema orçamentário. A experiência demonstrou, no entanto, a necessidade de novo instrumento legal que permitisse melhor classificação por programas, subprogramas, projetos e atividades a ser utilizada em todos os níveis de Governo.

Em 1969, no âmbito do então Escritório de Reforma Administrativa, iniciou-se programa de treinamento, de amplitude nacional, cujo objetivo era motivar e preparar Agentes de Reforma e as chefias de todos os níveis para as atividades de racionalização organizacional e simplificação dos métodos. Desse programa resultou o treinamento de 27.528 pessoas em 21 Estados, nos Territórios e no Distrito Federal. Concomitantemente, as atividades de modernização diversificaram-se para a produção de medidas e instrumentos de melhoria de execução dos Programas de Governo, constantes das "Metas e Bases para a Ação do Governo" e do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento.

No período 1971/1972, essas medidas e instrumentos orientaram-se para a integração das atividades de planejamento, orçamento e modernização administrativa nas Secretarias-Gerais dos vários Ministérios.

A estratégia para estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Planejamento consistiu, nesse período, em amplo programa de assistência técnica, mediante Convênio com a Fundação Getúlio Vargas, cujo objetivo final era assegurar aos Ministérios e entidades a serem beneficiadas condições para melhorar, de forma sistemática e permanente, a formulação, execução e acompanhamento dos planos, programas e projetos a seu cargo.

Em 1972, o Escritório de Reforma Administrativa foi substituído pela Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa que passou a integrar o órgão central do Sistema Nacional de Planejamento, na qualidade de órgão normativo-supervisor do subsistema de modernização e reforma administrativa. Com isso, além da maior integração das atividades de modernização administrativa no processo de planejamento, foi possível dotar a Secretaria de condições institucionais para opinar sobre as alterações de estruturas básicas e projetos de Regimentos Internos de órgãos e entidades do Poder Executivo, acompanhar e coordenar a aplicação adequada dos princípios instituídos pelo Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e participar, em articulação com os órgãos responsáveis, da elaboração e acompanhamento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

A regulamentação do Sistema Nacional de Planejamento pelo Decreto nº 71.353, de 9 de novembro de 1972, e a formação de recursos humanos especializados para esse sistema, permitiram a institucionalização, nos Ministérios, dos órgãos setoriais de planejamento, orçamento e modernização administrativa.

Os esforços no campo da modernização e reforma administrativa têm-se voltado para a eliminação dos obstáculos institucionais à execução dos projetos prioritários do Governo. A estratégia resultante dessa orientação visa a obter a adesão do administrador público ao processo de modernização e reforma, pela motivação de todos para o aperfeiçoamento pessoal permanente e pelo desenvolvimento de medidas institucionais e técnicas capazes de aumentar a eficiência governamental.

FAZENDA

A política econômica brasileira, a partir de 1969, apóia-se em três pilares básicos:

— esforço continuado para obter e manter elevada taxa de crescimento da economia, e corrigir os desequilíbrios na distribuição regional e individual da renda;

- declínio gradativo das taxas de inflação;
- fortalecimento do setor externo da economia, garantindo o equilíbrio nas relações econômicas com o exterior.

A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, em 1973, foi de 11,4%, registrando-se no quinquênio o excepcional crescimento de 63,0%. Este resultado permitiu aumento da renda *per capita* de aproximadamente 40,0% acumulados no período, o que constituiu importante indicador da melhoria do padrão de bem-estar da população brasileira.

Os resultados favoráveis quanto ao controle da inflação, reduzida de 24,2%, em 1969, para aproximadamente 13,7%, em 1973, no tocante ao custo de vida na Guanabara, tornam-se mais expressivos ao considerar-se a elevação, no mercado mundial, dos preços dos combustíveis, dos alimentos e das matérias-primas essenciais ao desenvolvimento, cujos efeitos se fazem sentir internamente.

As exportações brasileiras triplicaram de 1969 a 1973, quando atingiram aproximadamente 6,2 bilhões de dólares. Os níveis de reservas em divisas estrangeiras, da ordem de 6,4 bilhões de dólares, dão ao País total tranquilidade quanto à situação creditícia no exterior.

De 1969 a 1973, graças à maior eficiência do aparelho arrecadador, a receita tributária acusou crescimento de quase 80,0% em bases reais.

Este aumento vem sendo conseguido sem pressão sobre a carga tributária, pois as alíquotas dos tributos não têm sido majoradas, mas, pelo contrário, inúmeros foram os casos de redução, como os decréscimos de alíquotas do imposto sobre alguns produtos industrializados, isenções baseadas no critério de essencialidade do produto. No imposto de renda, houve redução do tributo tanto da pessoa física como do lucro tributável da pessoa jurídica em razão de diversos incentivos fiscais. No imposto de importação, as reduções visaram compensar os aumentos dos preços dos produtos no mercado internacional. No imposto único sobre lubrificantes e combustíveis, as reduções de alíquotas buscaram amenizar a alta internacional dos preços do petróleo.

Adotaram-se medidas objetivando maior incidência dos impostos diretos, enquanto outras, de caráter social, procuraram diminuir o ônus fiscal sobre as classes de renda mais baixa.

O imposto sobre produtos industrializados, que de certa forma opera como complemento do imposto de renda em seu efeito redistribuidor, tem sido intensamente empregado como fator de redução de preços de artigos de consumo genérico, como é o caso dos produtos alimentícios industrializados, todos desonerados do gravame. Alíquotas e prazos de recolhimento têm sido periodicamente reajustados em função da essencialidade do bem produzido e da capacidade contributiva do setor.

Tem-se utilizado o Imposto de Importação como instrumento de política econômica, ressaltando-se a criação da BEFIEX (Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação), que proporcionou às empresas condições especiais de importação de máquinas e equipamentos, visando reaparelhar seus parques industriais.

Evidencia-se verdadeiro aumento da eficiência da função arrecadadora do fisco, uma vez que, nem o crescimento da renda interna bruta, nem a elasticidade da receita tributária bastam para explicar aquela percentagem de ampliação da receita sem acréscimo da carga tributária.

Este comportamento favorável da receita vem possibilitando ao Governo maiores recursos para a consecução de seus objetivos econômicos e sociais, permitindo-lhe aumentar a parte da receita dedicada a programas de desenvolvimento de setores prioritários, principalmente de infra-estrutura, como energia, transportes, comunicações ou educação e saúde.

No âmbito da despesa, implantaram-se diversas medidas institucionais, destacando-se, entre outras, a liberação global de cotas de

despesas aos órgãos da administração, em lugar da antiga liberação por unidades orçamentárias, a criação do cronograma de desembolso, possibilitando imediata liberação das cotas, e a reabertura automática dos saldos bancários no final do exercício. Além de orçamentos mais realistas, aperfeiçoou-se a sistemática de programação financeira, tendo-se conseguido, a partir de 1971, a eliminação das tradicionais figuras dos fundos de contenção e dos diferimentos.

O comportamento da despesa, no período analisado, vem demonstrar crescente participação das despesas de capital, evidenciando a tendência a se manterem sob controle as despesas correntes. A diminuição da participação das despesas de pessoal tem liberado maior volume de recursos para as obras de infra-estrutura. As despesas de capital, que representaram até 1971 cerca de 35,5% do total dos gastos, atingiram em 1972 o percentual de 42,3%.

O desempenho fiscal se traduz em síntese, na queda da relação **deficit PIB**, que, de 0,6% em 1969, se reduziu, gradativamente, atingindo 0,2% em 1972, e culminou em 1973, quando pela primeira vez, em 20 anos, se assinala **superavit** de caixa, de 295 milhões de cruzeiros.

Com o equilíbrio orçamentário, eliminou-se o tradicional fator inflacionário que predominou como determinante nas altas de preços, além de provocar consequências sociais negativas e desprestígio para as autoridades.

Outro aspecto estratégico da política fiscal, no período 1969-1973, foi a concessão de incentivos. Criados com a intenção de promover o desenvolvimento de setores e regiões específicas, sem intervenção direta do Governo, vêm os incentivos fiscais contribuindo para o fortalecimento da iniciativa privada em setores prioritários e áreas carentes de recursos. O total desses incentivos foi acrescido, de 1969 a 1972, de cerca de 75,0% em termos reais, equivalendo hoje, aproximadamente, a 1,5% do PIB.

Destacaram-se, durante o período, recursos oriundos de incentivos fiscais da ordem de 4,2 bilhões de cruzeiros, para a área da SUDENE e de 1,7 bilhões de cruzeiros para a área da SUDAM.

Canalizaram-se também incentivos fiscais para programas especiais, como a construção de aeronaves, por intermédio da EM-BRAER, que, de 1970 a 1973, já recebeu cerca de 150 milhões de cruzeiros. Para o MOBRAL, desde 1971, carream-se mais de 130 milhões de cruzeiros e para o mercado de capitais, os recursos do Decreto-lei nº 157, no montante de 2 bilhões de cruzeiros.

Dos recursos destinados a programas especiais, foram aplicados no PIN, 2,8 bilhões de cruzeiros entre 1971 e 1973; no PROTERRA 1,2 bilhões no período de 1972/1973; O PRODOESTE e o PRO-VALE receberam aplicações respectivamente de 434 milhões e 545 milhões de cruzeiros no biênio 1972/1973.

Em perfeita coordenação com a política fiscal, pôde a política monetária atender às metas prioritárias de controle da inflação, atendendo às necessidades de liquidez do sistema econômico, não se verificando qualquer crise de crédito que pudesse abalar as atividades empresariais. Além de assegurar aumento no nível global de crédito necessário ao bom desempenho das atividades de produção, preocupou-se o Governo com seus aspectos qualitativos. Delineou-se a política governamental visando ao desenvolvimento de novos setores de atividade econômica e ao apoio às atividades tradicionais carentes de assistência financeira, sob condições favorecidas de juros e prazos.

A melhoria do poder competitivo das indústrias nacionais nos mercados externos evidencia o acerto da política de estímulos creditícios à exportação de manufaturados.

Da mesma forma, os programas dirigidos às atividades rurais possibilitaram assegurar ao homem do campo a remuneração do seu trabalho e incentivar o aumento da produção agrícola pastoril. O PROTERRA investiu 870 milhões de cruzeiros no exercício de 1972 e 750 milhões de cruzeiros em 1973, em programas dirigidos ao homem do campo.

A expansão da oferta monetária foi compatível com a preservação da liquidez real do sistema econômico. Permitiu melhoria do nível de liquidez real da economia e, assim, atuou como importante fator de estímulo às atividades de produção, sem contudo permitir crescimento excessivo da demanda agregada, capaz de comprometer o objetivo de redução da taxa inflacionária.

Desde 1969, o saldo da colocação de títulos públicos vem excedendo as necessidades de financiamento do déficit de caixa da União, possibilitando a constituição de reserva junto às autoridades monetárias. Mesmo diante da expansão de 6 bilhões de cruzeiros em 1969 para 38 bilhões de cruzeiros em 1973, verificada na responsabilidade do Tesouro Nacional por títulos em circulação, a Dívida Mobiliária Interna Federal se mantém em nível reduzido, situando-se em torno de 10,0% do Produto Interno Bruto.

A instituição das Letras do Tesouro Nacional permitiu transformar as operações de mercado aberto em eficiente instrumento de controle monetário. Tem sido esta, desde 1970, a técnica mais utilizada para equilibrar a liquidez do sistema econômico. A partir de janeiro de 1973, o lançamento de Letras com prazo de um ano possibilitou aperfeiçoar as operações de mercado aberto, representando fator importante na administração da dívida pública federal.

O período governamental foi marcado por elevado crescimento das operações do sistema bancário com o setor privado da economia, constituindo preocupação constante do Governo eliminar os fatores institucionais e estruturais capazes de produzir elevação desnecessária no custo do dinheiro.

Por meio de incentivos e legislação adequada, promoveram-se fusões e incorporações, remanejamento e fechamento de agências, reduzindo-se o número de bancos comerciais privados nacionais de 164, em 1969, para 86, ao final de 1973. No tocante à transferência de agências, a atuação oficial foi no sentido de incentivar a abertura de unidades em praças menos assistidas, procurando diminuir o grau de concentração da rede bancária nos centros mais desenvolvidos.

A política de crédito ao setor privado, por meio do Banco do Brasil, foi orientada no sentido de atender a programas especiais, tais como: política de sustentação de preços mínimos dos produtos agrícolas; assistência às atividades rurais; incentivos creditícios às exportações.

O total dos empréstimos do Banco do Brasil S.A. ao setor privado expandiu-se no período, atingindo taxa média anual de 21,9% em termos reais. Destacam-se as operações da Carteira de Crédito Rural — que cresceram em ritmo mais acelerado em decorrência da política de estímulos à agropecuária. Este setor absorveu a maior soma de recursos no período, com a participação média anual de 43,0% do total dos empréstimos, seguido do comércio com 26,6% e da indústria com 23,5%.

Os créditos destinados ao setor rural alcançaram 30 bilhões de cruzeiros, destacando-se entre os produtos agrícolas: café, 700 milhões de cruzeiros; arroz, 634 milhões de cruzeiros; trigo, 584 milhões de cruzeiros; algodão, 481 milhões de cruzeiros; milho, 445 milhões de cruzeiros e soja, 380 milhões de cruzeiros. Este volume de recursos assegura ao Banco do Brasil o lugar de maior instituição financeira mundial dedicada ao desenvolvimento das atividades agropastoris.

A rede de agências domésticas do Banco do Brasil expandiu-se de 714 para 814, enquanto, no exterior, se elevou de 7 para 16. Os recursos e aplicações das dependências no estrangeiro, que em 1969 subiam, respectivamente, a 86,5 e 94,4 milhões de dólares, já em 1973 tinham atingido 2,3 e 2,2 bilhões de dólares. Admitida a hipótese de as agências no exterior constituírem banco autônomo, este se acharia, pelo volume de seus negócios, situado atualmente entre os 200 maiores estabelecimentos de crédito do mundo.

Refletindo a crescente participação do Brasil nos mercados financeiros mundiais, o Banco ingressou, em 1971, no campo dos consórcios internacionais, promovendo a criação do EUROBRAS. Em 1973, associou-se ao Banco Árabe e Internacional de Investimen-

tos, estabelecendo importante ponto de apoio para o mais fácil acesso ao vigoroso mercado árabe de capitais.

A política governamental, para o mercado acionário, procurou assegurar condições favoráveis ao crescimento contínuo e harmônico do autofinanciamento das empresas, promovendo a expansão da taxa global de investimentos.

Foram importantes no desenvolvimento do sistema financeiro a utilização dos recursos dos fundos de participação do Programa de Integração Social — PIS, e os do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP, cujo objetivo básico é promover maior participação dos trabalhadores e funcionários públicos no produto nacional.

O PIS, desde a sua instituição em setembro de 1970, cadastrou 10.620.441 empregados e arrecadou 3,3 bilhões de cruzeiros, aplicando em financiamentos, refinanciamentos e aquisições de títulos e valores do Mercado de Capitais cerca de 4,0 bilhões de cruzeiros.

Os recursos do PASEP, que, desde sua instituição em dezembro de 1970, alcançaram 3,5 bilhões de cruzeiros, vêm beneficiando 2.634.659 servidores públicos e permitindo a concessão de empréstimos no montante de 3,6 bilhões de cruzeiros.

O valor do intercâmbio comercial do Brasil com o exterior indica a crescente importância do comércio internacional para a economia brasileira. As exportações e importações, em bases FOB, somaram o equivalente a 4.304,4 milhões de dólares em 1969, em comparação com o total de 12.214,0 milhões de dólares em 1973.

O Governo tem ainda implementado programas e instrumentos visando expandir as exportações, dentre os quais se alinham:

- o estabelecimento do programa dos "Corredores de Exportação" ao qual já se destinaram diretamente cerca de 4.200 milhões de cruzeiros;

- a constituição das Empresas Comerciais Exportadoras ("Trading Companies");

- a expansão das agências do Banco do Brasil no exterior e sua associação a instituições financeiras bancárias estrangeiras na criação do EUROBRAS;

- a criação da Companhia Brasileira de Entrepostos e Comércio (COBEC), para manutenção de entrepostos aduaneiros no País e no exterior;

- o estabelecimento de condições favoráveis para a transferência, do exterior, de conjuntos industriais completos;

- a criação da Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais da Exportação (BEFLEX).

O alargamento da pauta das exportações deve-se também à excelente atuação das vendas de produtos industrializados. A participação desses produtos no valor da receita total das exportações elevou-se de 20,0% em 1969 para 30,0% em 1973.

As importações concentraram-se essencialmente nos bens de capital, combustíveis e matéria-prima necessários ao ritmo crescente de desenvolvimento econômico do País.

Em 1969 nossa importação foi de 712,3 milhões de dólares em máquinas e equipamentos, já em 1973 este volume se elevou a 2.240,0 milhões de dólares. As importações de petróleo e derivados elevaram-se de 204,0 milhões de dólares em 1969 para 680 milhões de dólares em 1973.

Valendo-se das condições de estabilidade econômica e política de que vem gozando o País, o fluxo de capitais externos aumentou de forma significativa, tendo o Governo orientado esses ingressos para mantê-los em níveis de apoio seguro ao desenvolvimento acelerado e sustentável do produto interno bruto. O investimento estrangeiro líquido elevou-se de 189 milhões de dólares em 1969 a 1.023 milhões de dólares em 1973, apresentando durante o período o volume líquido acumulado de 1.900 milhões de dólares.

Por outro lado, os investimentos brasileiros no exterior, praticamente inexistentes em anos anteriores, elevaram-se de 12 milhões de dólares em 1969, para 37 milhões de dólares em 1973, representando.

durante o período, volume acumulado líquido de 83 milhões de dólares.

A posição de endividamento externo do País registra a cifra de 12.500 milhões de dólares. Em 1969 o pagamento da dívida externa nos três anos subsequentes representava 43,0% do valor daquele ano, enquanto a mesma relação, ao final de 1973, decresceu para 30,0%.

No fim de 1969, a dívida externa, de 4.400 milhões de dólares, representava 7,5 vezes o volume de reservas, de 598 milhões de dólares. Em 1973, tal relação diminuiu para 2 vezes, com nível de reservas de 6.417 milhões de dólares.

As relações entre o Governo brasileiro e os diversos organismos internacionais de caráter multilateral e bilateral se caracterizam, no quinquênio, pela total harmonia e entendimento.

O País assumiu a condição de principal mutuário do grupo do Banco Mundial, mantendo idêntica situação junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e às duas principais agências governamentais atuantes no campo do financiamento externo, a USAID e o EXIMBANK, pertencentes aos Estados Unidos da América. Dos 1.877,9 milhões de dólares obtidos do grupo do Banco Mundial, 1.204,6 milhões de dólares foram contratados a partir de 30 de outubro de 1969, ou 64,1%. Junto ao Banco Interamericano, as contratações durante o período representaram 46,5% do respectivo total.

No campo das importações, formularam-se diretrizes básicas da política tarifária, a fim de adaptar o mecanismo aduaneiro às necessidades do desenvolvimento econômico e à proteção do trabalho nacional.

Nesse campo sobressai o estabelecimento do "preço de referência", medida criada para efeito de cálculo e cobrança do imposto, quando ocorrer acentuada disparidade de preços de importação da mercadoria de várias procedências, que prejudique ou venha a prejudicar a produção interna similar.

Criou-se a Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas — COFIE, órgão interministerial, para apreciar os processos de fusão e incorporação de empresas em atividades no País, para efeito de concessão de benefícios fiscais pelo Governo.

Desde a instituição do benefício fiscal, foram encaminhados à COFIE 133 processos, envolvendo 242 empresas. Deste total deferiram-se 42 pedidos, cujos projetos refletem reavaliações de ativo no valor de 1.240 milhões de cruzeiros.

Como órgão incumbido de elaborar e executar medidas destinadas à implementação da sistemática reguladora de preços no mercado interno, o Conselho Interministerial de Preços efetuou o acompanhamento dos preços nos diversos estágios de produção, comercialização e serviços, visando compatibilizar a evolução dos preços com a variação de custos.

TRANSPORTES

Constituíram finalidade da Política de Transportes a implantação e exploração, de forma integrada, dos diferentes meios de transportes, objetivando atender as necessidades presentes e suas projeções para o futuro, bem como a consecução ou a manutenção dos objetivos fixados pelas políticas de desenvolvimento e segurança.

Estabeleceram-se, então, os objetivos que permitissem dispor o Brasil de um sistema viário racionalmente coordenado em sua exploração intermodal e harmoniosamente integrado.

Tais objetivos correspondem a três ordens de necessidades: a) — circulação de pessoas e bens, particularmente dos centros de produção ou importação às regiões de consumo ou aos terminais de exportação; b) — fortalecimento da integração e da unidade nacionais, tornando a ação governamental junto aos aglomerados humanos esparsos em todo o território; c) — concentração eventual de recursos materiais e humanos, do centro de poder governamental às áreas de maior sensibilidade estratégica.

Vinculou-se a execução do Programa de Transportes a dois aspectos fundamentais da política econômica do Governo: realizar a circulação da riqueza nacional, garantindo a ligação das fontes de

produção aos centros de consumo, mediante a existência de adequada infra-estrutura viária; e conter ou reduzir os custos básicos de transportes, sob controle direto ou indireto do Governo consoante uma exploração harmônica e eficiente do sistema.

No sistema ferroviário foram remodelados mais de 5.000 Km de linhas e erradicados mais de 1.500 Km. O transporte de carga geral cresceu 13% em relação a 1970. Merece especial destaque o plano quinquenal ferroviário 1974/78 aprovado em 1973, com recursos de Cr\$ 4.289.200,00 para 1974.

O incremento da tonagem anual de movimentação de cargas nos portos foi da ordem de 50% em relação a 1969, estimando-se para 1974 a movimentação de cerca de 150.000.000 t.

A rede ferroviária federal pavimentada cresceu 57,8% em relação a 1969 enquanto o crescimento da não-pavimentada foi de 14,9%.

A participação brasileira de US\$ 187,2 milhões em 1969, no mercado de fretes gerados por todas as bandeiras, representando 35,2%, passou para US\$ 585,0 milhões em 1973, correspondendo a 45%.

No setor de Planejamento de Transportes criou-se no último exercício a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOP, com o objetivo de dar apoio técnico e administrativo aos órgãos do Poder Executivo que tenham atribuições de formular, orientar, coordenar e executar a política nacional de transportes, bem como promover, executar e coordenar atividades de estudos e pesquisas necessárias ao planejamento de transportes no País.

Os trabalhos de maior destaque da Empresa são: estudo integrado de transporte na área do médio São Francisco; estudo das áreas portuárias dos Estados do Paraná e de Santa Catarina; revisão e atualização dos Planos Diretores Rodoviários dos Estados do Sul e do Plano de Ação Ferroviário; estudo sobre as perspectivas de desenvolvimento dos transportes no Nordeste; estudos rodoviários da região abrangida pelos Estados do Ceará, Piauí, Sergipe, Bahia e Maranhão; plano integrado de transportes da Amazônia; estudo do Sistema Ferroviário Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília; Plano Diretor do Contorno da Baía da Guanabara; Anuário Estatístico dos Transportes 1971.

No setor ferroviário, o período 1970/74 marca o prosseguimento da sua recuperação dentro da economia nacional, com implantação de modernas técnicas empresariais, e com obras de excepcional importância na infra-estrutura dos transportes.

Dentre os resultados obtidos em 1973 destacam-se: transporte de 14.200 milhões de t/Km, o que representa um acréscimo de 13,5% em relação a 1970 e de 70% em relação a 1963; densidade de tráfego na RFFSA de 571.400 tkm/Km, refletindo a elevada movimentação de carga acima citada, bem como o acerto da política de melhoramentos de via permanente e de erradicação dos ramais antieconômicos.

Principais obras executadas, tanto pela RFFSA como pelo DNEF, nas quais foram investidos, no período, aproximadamente Cr\$ 6 bilhões:

- Mudança no sistema de tração na serra do Mar, 9ª Div. Santos-Jundiaí, cuja conclusão foi prevista para fevereiro de 1974.

- Concluído o acesso ao Porto do Rio Grande.

- Conclusão da variante de Cachoeira do Sul — RS e da variante Santa Maria-Canabarro.

- Recuperação do ramal D. Pedrito-Livramento, reaberto ao tráfego em maio de 1972.

- Projeto para a exportação de 12 milhões de t de minério de ferro de Águas Claras para o terminal de Sepetiba com início de operação p/1974.

- Concluído ramal que liga a mina de Águas Claras ao pátio de Ibitiré, em junho de 1973.

- Construção da variante Japeri-Brisamar, concluída em fevereiro de 1974.

- Melhoramentos no ramal São Paulo, com execução de variante objetivando elevar em 60% a capacidade de tração no ramal, e possibilitar velocidade de até 120 Km/h.

— Obras de consolidação e drenagem no trecho São José dos Campos-Manuel Feio a concluir-se em março de 1974.

— Remodelação do trecho: Vargem Alegre-Cachoeira Paulista-São José dos Campos concluído em maio de 1973.

— Construção das Linhas 5 e 6 nos subúrbios do Rio entre D. Pedro II e S. Cristóvão, na 6ª Div. Central, concluído em agosto de 1971.

— Alargamento da bitola e eletrificação do trecho Penha Circular-Duque de Caxias, concluído em junho de 1971.

— Brasília-Pires do Rio (247 Km) concluída em 1971.

— Nova linha Araguari-Uberlândia (52 Km) concluída em 1973.

— Itapeva-Ponta Grossa (até o Km 44) concluída em 1973.

— Pta. Grossa-Eng. Bley (80 Km) concluída em 1973.

— Mafra-Lajes (293 Km) concluída em 1973.

— Roca Sales-Gen. Luz (2.100 Km) concluída em 1973.

— Concluída em 1973 a variante Lins-Araçatuba — 100 Km.

— Ligação Teresina-Oiticeira (197 Km) concluída em janeiro de 1972.

— Jundiapéba-Ribeirão Pires (34 Km) inaugurada em 1971.

— Água Boa-Cianorte (68 Km) em consolidação.

— Ligação Matadouro-Capitão Eduardo, concluída em setembro de 1973.

— Ponte Rodo-Ferrovária Propriá-Colégio, entregue ao tráfego em junho de 1973.

— Viadutos em Belo Horizonte, entregues ao tráfego em dezembro de 1970.

— Conclusão do Pátio da Lapa, do Pátio de Eng. São Paulo, em 1973.

— Estações de S. Caetano e da Rodo-Ferrovária de Curitiba, concluídas em 1973.

— Acessos à nova estação terminal de passageiros e ao terminal de Embiruçu, concluídos em 1973 e 1970, respectivamente.

— Terminal açucareiro no Pátio de Recife, concluído em 1972.

— Acesso ferroviário ao Porto de Itaqui, concluído em junho de 1972.

O desempenho no setor rodoviário apresentou resultados surpreendentes. O crescimento da rede rodoviária federal foi de 57,8%. Em 1969 havia 22.014 Km pavimentados, passando em fins de 1973 para 34.736 Km.

Na rede não pavimentada o crescimento foi de 14,9%. Em 1968 havia 28.087 Km, passando em 1973 para 32.279 Km.

A criação dos Programas Especiais propiciou a realização de obras de relevante importância nos campos econômicos, social e da segurança nacional.

No Programa de Integração Nacional concluiu-se a 2ª fase da Transamazônica — trecho Itaituba-Humaitá — e prosseguem, em ritmo acelerado, os trabalhos das demais rodovias do programa, incluindo a Perimetral Norte, já iniciada.

No PROTERRA — Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste, concluiu-se a pavimentação da rodovia Belém-Brasília e com seu término para o 1º semestre de 1974 está a ligação S. Luís-Belém — BR-316.

No Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste concluiu-se a ligação Rio Verde-Cuiabá (BR-364), completando-se em março de 1974 a ligação Brasília-São Paulo, com a inauguração da BR-50 — Cristalina-Catalão.

No Programa Especial para o Vale do São Francisco — PROVALE e no de Vias Expressas, prosseguem as obras em ritmo acelerado.

Além das obras dos programas especiais, cumpre destacar: Ponte Rio-Niterói, com 13,0 Km de extensão, sendo 8,9 Km sobre a água, entregue em fevereiro de 1974; trecho da BR-101 — Rio-Bahia; ligação Curitiba-Florianópolis-Porto Alegre; ligação de todas as capitais dos Estados Brasileiros através de vias rodoviárias, merecendo destaque o trecho São Luís-Belém, e o que liga Manaus a Porto Ve-

lho, permitindo acesso à capital do Estado do Amazonas de veículos de todas as regiões brasileiras.

Como obras de vulto no Setor Rodoviário, destacam-se entre outras as seguintes rodovias, já entregues ao tráfego, totalmente pavimentadas: BR-262 — Vitória-Realeza, com 244 Km de extensão; BR-262 — Belém-Uberaba, com 441 Km; BR-267 — Juiz de Fora-Leopoldina, com 66 Km; BR-135/316 — São Luís-Teresina, com 436 Km; BR-101 — Natal-João Pessoa, com 160 Km; BR-153 — São José do Rio Preto-Lins, com 115 Km; BR-471 — Quinta-Chuí, com 220 Km; BR-232 — Recife-Salgueiro, com 512 Km; BR-116 — Fortaleza, Icó, com 654 Km; BR-304/116 — Natal-Fortaleza, com 512 Km; BR-101/468 — Curitiba-Florianópolis, com 286 Km; BR-101 — Florianópolis-Torres, com 260 Km; BR-285 — Vacaria-Carazinho, com 217 Km; BR-354 — Patos de Minas-Estalagem, com 141 Km; BR-365 — Ituiutaba-Canal de São Simão, com 115 Km; BR-230 — Pombal-BR-116, com 118 Km; BR-135 — Montes Claros-Belo Horizonte, com 168 Km; BR-290 — Alegrete-Uruguaiana, com 150 Km; BR-285 — Carazinho-Stº Ângelo, com 166 Km; BR-316 — Teresina-Picos, com 302 Km; BR-343 — Piripiri-Luís Correia, com 187 Km; BR-343/222 — Teresina-Fortaleza, com 600 Km; BR-101 — Vitória-Salvador, com 1.170 Km; BR-452 — Rio Verde-Itumbiara, com 181 Km; BR-290 — Osório-Porto Alegre, com 97 Km de extensão, sendo a primeira *free-way* do País.

Além dessas, foram abertas, com perfeitas condições de tráfego: BR-230 — Estreito-Itaituba, com 1.254 Km; BR-236 — Abunã-Rio Branco, com 215 Km; BR-319 — Porto Velho-Guajaramirim, com 343 Km; BR-242 — Argoim-Barreiras, com 675 Km de extensão, dos quais cerca de 70% pavimentados.

Estão ainda previstas para entrega ao tráfego, até março de 1974, totalmente pavimentadas: BR-116 — Pelotas-Jaguarão, com extensão de 143 Km, ligando Pelotas à fronteira com o Uruguai; BR-101 — Rio Bonito-Fazenda dos Quarenta, com 116 Km de extensão; BR-158 — Santa Maria-Júlio de Castilho, com 63 Km de extensão; BR-010/153/226 — Belém-Brasília, com extensão de 2.100 Km; BR-163 — Campo Grande-Rondonópolis, com extensão de 482 Km; BR-285 — Santo Ângelo-São Borja, com extensão de 184 Km; BR-282/470 — Campos Novos-São Miguel d'Oeste, com 326 Km de extensão; BR-293 — Livramento-Pelotas, com extensão de 330 Km; BR-050 — Cristalina-Divisa GO/MG, com extensão de 219 Km, completando a ligação direta São Paulo-Brasília; BR-472 — Itaqui — São Borja, com 80 Km de extensão; BR-382 — Santa Maria-Pelotas, com 300 Km de extensão; BR-365 — Montes Claros-Uberlândia, com 618 Km de extensão.

Da mesma forma, com perfeitas condições de tráfego: BR-230 — Itaituba-Humaitá, segundo trecho da rodovia Transamazônica, com extensão de 1.083 Km; BR-319 — Manaus-Porto Velho, com extensão de 877 Km, dos quais cerca de 360 Km asfaltados.

No que se refere às obras de arte, convém destacar: Ponte sobre o rio Paranaíba, na BR-316, com 650 m; Ponte Barão de Mauá, na BR-116, sobre o rio Jaguarão, entre o Brasil e Uruguai, com 330 m; Ponte sobre o rio São Francisco, na BR-101, com 842 m, ligando Propriá-Colégio.

No setor de Portos e Vias Navegáveis, procedeu-se o planejamento seletivo para aumentar a velocidade operacional dos portos de maior solicitação na área das exportações.

De outubro de 1969 até março de 1974, estima-se o investimento de cerca de dois bilhões de cruzeiros.

Aumentou a tonelage anual de movimentação de cargas que, em 1969 foi de 71.842.521 t, e em 1974, deverá atingir cerca de 150.000.000 t, o que representa incremento de 52,1%.

Mediante a implantação do Programa dos Corredores de Exportação desenvolveu-se o máximo esforço no sentido de incrementar a construção de novos terminais de alta capacidade destinados à movimentação de cargas específicas. Procedeu-se à dragagem de apro-

fundamento dos principais portos, e à substituição dos equipamentos obsoletos por equipamentos novos e mais eficientes.

Realizaram-se também obras de melhoramentos nos diversos sistemas de vias navegáveis interiores, visando à integração do transporte fluvial com o sistema rodo-ferroviário.

No setor portuário merecem destaque: desobstrução do canal de acesso do porto de Natal, com derrocagem de laje submarina; dragagem do canal de acesso e bacia de evolução de diversos portos (cerca de 80.000.000 m³) principalmente nos Corredores de Santos, Paranaguá e Rio Grande; e ainda conclusão das seguintes obras: 800m de cais no porto de Belém; 320 m do trecho inicial do cais de Itaqui (160 m já em operação); prolongamento em 200 m do espigão de retenção e do espigão de proteção, com 700 m, do porto de Mucuri; 400 m de cais no porto de Maceió; 840 m de cais no Macuco, margem direita do porto de Santos; 516 m de cais no porto de Paranaguá, com prolongamento do cais comercial.

São de assinalar-se ainda: recuperação dos espigões de proteção das praias de Olinda; prolongamento do quebra-mar do porto de Salvador; proteção do rio Paraíba do Sul com 405 m de muralha; aterro da enseada de São Bento, em Angra dos Reis; fixação da barra do rio Mampituba-SC, com execução de 2 molhes com 700 m e 860 m cada um.

Concluíram-se ademais não só o porto de Malhado, em Ilhéus, com 432 m de cais para exportação de cacau; os terminais para cereais a granel no Macuco Novo, para fertilizantes em Conceiçãozinha e para líquidos a granel em Alamoia, todos no porto de Santos, como também as obras de ampliação do terminal de inflamáveis.

Construiu o Governo um silo para cereais no porto de Paranaguá e uma ilha artificial, com 15.000 m², a 22 km da costa, para o terminal salineiro de Areia Branca (TERMISA).

Contam-se ainda, entre outras realizações no setor: pavimentação, construção de linhas férreas e instalação de rede de energia elétrica nos portos de Belém, Itaqui, Mucuri, Maceió e Salvador; construção ou recuperação de armazéns nos portos de Itaqui, Recife, Malhado, Santos e Paranaguá; conclusão das obras de ampliação do porto de Imbituba (168 m de cais e obras complementares); melhoramento do porto de Porto Alegre e conclusão do porto fluvial de Imperatriz, no rio Tocantins, bem como conclusão da barragem e eclusa do Anel de Dom Marco, no rio Jacuí e da eclusa de Barra Bonita, rio Tietê.

Além dessas, alinham-se também as seguintes realizações nesta área: conclusão e apresentação do Estudo Geral das Vias Navegáveis do Brasil; transformação da autarquia Administração do Porto do Rio de Janeiro (APRJ) em Sociedade de Economia Mista — "Companhia Docas da Guanabara" (CDG); contratação e início do estudo econômico para o estabelecimento do Plano Diretor Portuário do Brasil; intensificação dos melhoramentos das condições de navegabilidade do médio São Francisco, bem como a elaboração do projeto e construção das eclusas na barragem de Sobradinho, de acordo com diretrizes do PROVALE; conclusão dos anteprojetos e projetos executivos para desenvolvimento da margem esquerda do estuário santista; elaboração do Plano e projetos de engenharia para o Porto de Rio Grande e cais de Capuaba em Vitória; conclusão dos estudos e viabilidade técnico-econômica para elaboração do Plano de Desenvolvimento do Porto de Recife; contratação dos projetos de engenharia para ampliação do silo de trigo e construção do frigorífico para carne, no porto de Santos e do silo de 100.000 t de capacidade no porto de Paranaguá.

Iniciou-se a construção de 300 m de cais no porto do Rio Grande para implantação do terminal de carnes; contratou-se a aquisição de 4 guindastes flutuantes com capacidade de 100 t, de 20 rebocadores, e de 1 carregador flutuante para movimentação de cereais.

Até março de 1974, estarão concluídos os portos fluviais de Atamira, em Remanso do Pontal, na margem direita do rio Xingu; de Itaituba, na margem direita do rio Tapajós e de Santarem na confluência dos rios Amazonas e Tapajós, todos integrantes do Progra-

ma de Integração Nacional (PIN), bem como a barragem e eclusa da Amarópolis, no rio Jacuí, o terminal de cereais do porto do Rio Grande, e as obras do quebra-mar do Banco do Inglês, em Recife, com 1.148 m de extensão.

Em termos de comércio exterior, ressaltam como resultado da política nacional de Marinha Mercante: a) o total de frêtes produzidos por todas as bandeiras (nacionais e estrangeiras) no intercâmbio comercial com o Brasil, em 1969, representava US\$ 532,4 milhões e em 1973 evoluiu para US\$ 1.300,0 milhões, com crescimento de 144% (US\$ 767,6 milhões), dos quais cerca de 52% auferidos pela bandeira brasileira; b) a participação brasileira no mercado de fretes gerados por todas as bandeiras passou de US\$ 187,2 milhões, representando 352%, para US\$ 585,0 milhões em 1973, com indicativo de 45%; c) a evolução verificada pela participação nacional, a partir de 1969 até 1973, é da ordem de 213%, enquanto o crescimento do mercado de fretes com o intercâmbio comercial-brasileiro e situava em 144%. A participação estrangeira crescia no mesmo período apenas 107%.

Dentro da política de construção naval, cabe mencionar a elaboração do Programa de Construção Naval 71/75, a fim de dotar a frota mercante nacional de 1.600.000 TPB para os tráfegos de longo curso, cabotagem, navegação interior e portuária; a construção de um dique para atender a demanda de construção de navios de até 400.000 TPB, bem como obras de ampliação da capacidade de construção dos estaleiros brasileiros; a contratação dos primeiros navios de grande porte, em estaleiros nacionais, destinados à navegação especializada, de até 276.000 TPB; o ajustamento do Programa de Construção Naval 71/75, mediante adição de encomendas de volume físico em torno de 200.000 TPB, para embarcações de pequeno e médio porte, com o fim de proporcionar adequado nível de utilização da capacidade instalada de diversos estaleiros nacionais no período 73/75; a exportação de embarcações construídas por estaleiros nacionais para países estrangeiros; e a elaboração do Programa de Construção Naval 74/79, que prevê a construção de embarcações num total de 3,0 milhões de toneladas, com desembolso de Cr\$ 10 bilhões a preços de 1973.

Até dezembro de 1973 constituíam a frota mercante nacional 590 embarcações (acima de 100 TPB), perfazendo um total de 3,4 milhões de TPB, com acréscimo, em relação ao ano anterior, de 63 embarcações representativas de 916 mil TPB.

Ao findar 1969, a frota própria brasileira estava constituída de 376 embarcações representativas de 1.778.402 TPB. O crescimento verificado em relação a essa situação foi de 57% e 93%, respectivamente para número de embarcações e total de toneladas. Em 4 anos, praticamente dobramos nossa frota mercante, em termos de TPB. Em fim de 1974, a frota mercante brasileira estará atingindo 4,5 milhões de toneladas de porte bruto.

AGRICULTURA

O setor agrícola tem sido o principal responsável pelo inusitado crescimento de nosso comércio exterior. Os produtos de origem agrícola representam parcela superior a 70% das exportações do País, que, em 1973, foram três vezes maiores do que em 1968.

Os substanciais progressos observados no setor exportador se verificam tanto para os produtos tradicionais como café, cacau, algodão, madeira, açúcar e óleos vegetais, como pela rápida evolução de outros como a carne bovina, a soja, o suco de laranja e o café solúvel.

O consumo nacional de fertilizantes cresceu à taxa de 27% no período 1968/73. O consumo de defensivos agrícolas também experimentou sensíveis aumentos, com os inseticidas. Os fungicidas tiveram aumentos de 40% a.a. no período e o estoque nacional de tratores cresceu 15% a.a. Aumentos no consumo de sementes melhoradas, vacinação em massa de bovinos, melhores tratamentos culturais e manejo mais eficiente de gado são também mudanças que se fizeram sentir em época recente. Todos estes fatos indicam notável

aceleração no processo de mudança tecnológica, representando os excelentes resultados que estão sendo obtidos no setor agrícola.

O ano de 1973 foi caracterizado por vasto programa de realizações no sentido de consolidar definitivamente a colonização oficial, notadamente aquela desenvolvida ao longo da rodovia Transamazônica e demais rodovias do Programa de Integração Nacional.

No tocante ao assentamento de famílias registra-se até 1973 um total aproximado de 10.000 famílias estabelecidas nos seguintes projetos de colonização: Altamira, Marabá, Itaituba, Ouro Preto, Gi-Paraná, Sidney Girão e Bernardo Sayão.

De grande importância, e em fase final de conclusão, é o projeto Agroindustrial Açucareiro Abraham Lincoln, cujo empreendimento visa atender o seguro e amplo mercado consumidor regional, além de propiciar 3.000 novas oportunidades de emprego. O projeto acha-se dimensionado para produzir 500.000 sacos de açúcar/ano e 3.500.000 litros de álcool, ocupando uma área de 6.000h de cana, aproximadamente.

Destaca-se ainda, no período, o erguimento da Rurópolis, situada no entroncamento da Transamazônica com a Cuiabá-Santarém, compreendendo edificações urbanas completas, e pista de pouso para aeronaves, asfaltada.

No campo da assistência especializada, contam-se atualmente 121 escolas em funcionamento, com aproximadamente 8.000 alunos e o atendimento médico-odontológico, promovido nos núcleos urbanos e rurais, se faz em 31 postos médicos.

Quanto a obras de infra-estrutura física que visam introduzir condições adequadas para os passos futuros da região, construíram-se 1.554 km de estradas vicinais, 3 Agrópolis e 25 Agrovilas.

A exploração agrícola desenvolvida nos projetos de colonização ocupa área de aproximadamente 26.200 hectares.

A atividade de Pesquisa prossegue em ritmo acelerado, notadamente no setor de Pesquisas Fundamentais, onde os trabalhos de prospecção com vistas à avaliação de capacidade e uso do solo já apresentaram resultados satisfatórios.

O sistema de abastecimento foi substancialmente acrescido, e em 1973 instalaram-se mais 7 postos de abastecimento em diversos locais estratégicos da rodovia Transamazônica.

A estocagem de mercadorias e demais produtos agrícolas na rede de armazéns da CIBRAZEM acusou movimentação de cerca de 2.220 toneladas na safra 1972/73.

Na área de recursos naturais, destacam-se os trabalhos de fiscalização e levantamentos florestais, além de impressos com instruções para o aproveitamento nacional do potencial madeireiro da Amazônia.

Vencidas as dificuldades iniciais, o Programa de Redistribuição de Terras, que abrange parte dos Estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco, avança rapidamente no sentido de adotar metodologia consistente que permita ao Governo dispor de parte de áreas de imóveis classificados como latifúndio para fins de redistribuição.

No âmbito da pesquisa agropecuária, verificou-se a instalação de 253 novos experimentos nas áreas de fitotecnia e zootecnia, e incrementaram-se os trabalhos referentes à pesquisa de solos.

No campo da difusão do uso de insumos, no que se refere ao emprego de fertilizantes, avultam os resultados alcançados, em 114 campos de pesquisas e 793 campos de demonstração, além de campos experimentais e de multiplicação de sementes de algodão e oleaginosas, como soja, mamona e girassol.

O projeto de armazenagem a frio, em implantação pela CIBRAZEM, em sete capitais nordestinas, encontra-se em adiantada fase de execução. Suas instalações frigoríficas nas cidades de São Luís, Fortaleza, João Pessoa, Maceió e Aracaju acham-se concluídas.

Além desses projetos, assinalam-se as atividades de combate à cigarrinha dos canaviais de Pernambuco e Alagoas; à praga de gaf-

nhotos, no norte de Minas Gerais; à febre aftosa, no Ceará e à Campanha de Erradicação do Mosaico de Pepino, no Estado do Pará.

O Ministério promoveu, em 1973, a expedição de 1.497 títulos de posse de terras, 383 contratos de promessa de compra e venda e 1.066 autorizações para ocupação de terras na Amazônia Legal.

Com a finalidade de discriminar terras devolutas da Amazônia Legal, encontram-se em execução ou em estudos os seguintes projetos:

AMAZONAS

— Projeto Fundiário Manaus, com área de atuação em 6 municípios, em fase de implantação;

— Projeto Fundiário de Humaitá, abrangendo área de 3 municípios, ainda não ativado;

PARÁ

— Projeto Fundiário Altamira, com atuação em 7 municípios;

— Projeto Fundiário Marabá, atuando em 5 municípios;

— Projeto Fundiário Paragominas, com área de atuação em 9 municípios, em fase de implantação;

GOIÁS

— Projeto Fundiário Araguaína, abrangendo áreas de 18 municípios, já tendo expedido 7.326 títulos de regularização fundiária e 500 expedições de títulos definitivos;

MATO GROSSO

— Projeto Fundiário Cuiabá, atuando em 10 municípios, em fase de implantação;

RORAIMA

— Projeto Fundiário Boa Vista, com área de atuação restrita ao município de Boa Vista;

RONDÔNIA

— Projeto Fundiário Rondônia, atuando em todo o território, já tendo sido iniciada a fase de análise da documentação dos ocupantes nas diversas áreas de ocupação;

ACRE

— Projeto Fundiário Acre, com atuação em todo o Estado.

Na área do PROVALE, a ação do Ministério na colonização e na criação do Parque Nacional da Serra da Canastra envolveu recursos da ordem de Cr\$ 22,2 milhões, em 1973.

Consoante a estratégia adotada, serão implementados pólos de desenvolvimento, sob a influência dos municípios de maior expressão da região noroeste de Minas Gerais.

Com referência à criação do Parque Nacional da Serra da Canastra, o Ministério, por intermédio do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, objetiva proteger as nascentes do rio São Francisco.

Promoveu-se a intensificação da exploração pecuária em todo o território nacional. Cuidou-se, especialmente, do problema sanitário, estabelecendo-se grandes programas de combate às doenças de maior incidência nos rebanhos.

Em vista do notável crescimento que o setor experimenta e, principalmente, para atender às exigências sanitárias dos países importadores, o Ministério vem envidando esforços no sentido de imprimir ritmo altamente dinamizador aos serviços de inspeção e classificação de produtos de origem animal.

Estão sujeitos à fiscalização todos os estabelecimentos que manipulam carnes, leite, ovos, pescados e derivados, mel e cera de abelhas e seus derivados. Por outro lado, proíbe-se o comércio de produtos provenientes de estabelecimentos que ainda não estão sujeitos à inspeção federal nas áreas onde já tenha sido implantada.

O volume de recursos canalizados para financiar os serviços de inspeção, no triênio 1971/73, alcançou a expressiva cifra de Cr\$ 49,3 milhões.

Com a federalização da inspeção sanitária em todo o território nacional, promoveu-se a abertura de grande mercado de trabalho para os médicos-veterinários, o fortalecimento do Parque Industrial de Produtos de Origem Animal, permitindo melhor abastecimento interno e o aumento das exportações.

O combate à febre aftosa foi definido como altamente prioritário, em vista de seu alcance econômico e social.

Para o quadriênio 1971/74, o Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa abrange os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e prevê a vacinação de 95 a 100% do gado bovino de mais de 4 meses de idade, nos três primeiros Estados; entre 40 e 50% em São Paulo e entre 65 e 70% nos três últimos.

O investimento global do plano, para 1971/74, alcança US\$ 67,0 milhões, dos quais US\$ 13 milhões deverão ser financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e o restante por meio de recursos nacionais.

Distribuição dos recursos gastos até dezembro de 1973, segundo as respectivas fontes:

FONTE	1971	1972	1973(1)	Total
União	29.230	33.526	49.300	112.056
Estados e Convênios	18.934	26.704	29.800	75.438
B I D	5.620	19.540	17.182	42.342
TOTAL	53.784	79.770	96.282	229.836

Valores em Cr\$ 1.000.

(1) Previsão até dezembro.

Iniciado em 1971, o Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa prevê a imunização total do rebanho brasileiro, em 1985.

No quadriênio 1974/77, que compreende a segunda fase do plano, a vacinação deverá estender-se aos Estados de Mato Grosso, Goiás, Rio de Janeiro e Sergipe.

Já no 2º semestre de 1973, o Ministério, em convênio com a SUDECO e as Secretarias de Agricultura, iniciou os trabalhos preliminares de controle da aftosa, que cobrirão toda a área de predominância pecuária.

Vem o Ministério procurando elevar, substancialmente, a produção de semente genética e básica, dando ênfase especial à pesquisa e à primeira multiplicação, a fim de alcançar a participação do setor privado na multiplicação de sementes melhoradas.

Nas regiões Sul e Sudeste, executa-se o Subprograma "Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes", compreendendo 6 (seis) projetos específicos:

- Pesquisa em Tecnologia e Análise de Sementes;
- Melhoramento e Experimentação;
- Produção, multiplicação, beneficiamento e armazenamento de Sementes Básicas;
- Organização de Produção de Sementes Melhoradas;
- Fiscalização do comércio de sementes;
- Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal.

Nessas regiões, o Ministério instalou e ampliou laboratórios, centrais de beneficiamento, armazéns, e realizou convênios com as instituições de pesquisas e universidades, visando atender os objetivos e metas programados.

Mediante trabalhos de promoção, conseguiu-se minimizar, em aproximadamente 30%, o déficit existente no setor de sementes selecionadas, bem como elevar o nível técnico do agricultor, adotando-se práticas agrícolas adequadas ao plantio de algodão, amendoim, batata, milho, feijão, soja, trigo e arroz.

No Nordeste, ampliam-se as áreas irrigadas de produção e instalam-se 3 (três) laboratórios de análises. Também está prevista a ampliação do laboratório da Universidade do Ceará, a fim de ali se

implantar o Centro de Treinamento em Tecnologia de Sementes, como ainda a construção de 6 (seis) unidades de beneficiamento a serem localizadas nos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe. Por outro lado, iniciam-se os trabalhos preliminares de complementação do Centro de Beneficiamento e Armazenamento de Sementes de Petrolândia, Estado de Pernambuco.

A primeira fase do programa na Região Norte compreende a montagem de usina de beneficiamento de sementes, laboratórios, secador e, ainda, os gastos operacionais.

Quanto à Região Centro-Oeste, efetuou-se o levantamento de suas reais necessidades para implementação do Plano Nacional de Sementes, a partir de 1974.

Paralelamente a esses trabalhos, aprovou-se a execução de programa de incentivos creditícios aos produtores de sementes e mudas, com o fim de obter produtividade mais elevada nos futuros períodos agrícolas.

Na Região Norte, iniciou-se a implantação de Plano Piloto, com aplicação de Cr\$ 1,2 milhões, o qual prevê o estabelecimento de infra-estrutura inicial para beneficiar os trechos da Transamazônica compreendidos entre Itaituba, Altamira e Marabá.

A efetiva implementação do PLANASEM propiciará incremento da ordem de 20% na produção agrícola do País, podendo-se ainda atingir taxas mais elevadas em consequência da melhor inteligência pelo agricultor das vantagens proporcionadas pela utilização de sementes melhoradas e da assimilação de métodos mais racionais de plantio.

No campo da eletrificação rural, foram aprovados 32 projetos com 2.000 km de rede de distribuição, beneficiando 2.944 consumidores e cuja potência instalada será 17.878 kva. O custo de tais projetos atinge, a preço de 1973, o valor de Cr\$ 23.832.692,00.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A mudança estrutural que se processa no parque fabril nacional, desde 1969, tem possibilitado a implantação de novas e mais dinâmicas atividades industriais e permitido crescentes taxas de expansão das indústrias metalúrgicas, mecânicas, de material elétrico, de comunicações e de transportes. Significativas taxas de crescimento verificaram-se também nas indústrias químicas e correlatas que encontraram, no recente desenvolvimento da petroquímica, um de seus ramos mais dinâmicos.

As indústrias mecânicas e de material elétrico, como pólo de atração de mudanças tecnológicas e como fontes principais de absorção de mão-de-obra qualificada, desempenham destacado papel no processo de desenvolvimento.

As indústrias de bens de consumo acompanharam os excelentes níveis de procura interna e externa, registrando maior avanço o setor de bens de consumo durável. A indústria têxtil, ao lado do reaparelhamento do seu parque produtivo, apresentou apreciável índice de crescimento, atendendo a acelerada demanda interna e sustentando maior e constante presença na pauta das exportações. A de produtos alimentares apresentou favoráveis taxas de incremento, embora com sua expansão condicionada às flutuações da produção agropecuária.

As indústrias de matérias-primas (metalúrgicas básica, química e petroquímica), de intermediários não-metálicos, automotivas e de componentes foram as que mais procuraram os benefícios fiscais e financeiros, cabendo, em 1973, a tais setores 73,5% do total. As indústrias de bens de consumo corresponderam 18,9%; e o restante, 7,6%, às indústrias de bens de capital e intermediários metálicos.

O empresariado nacional, do qual depende, em sua maior parte, o crescimento da produção nacional, respondeu favoravelmente à política governamental de industrialização, apresentando, de 1970 a 1973, projetos e soluções aditivas, cujo número e valor representam, talvez, o maior esforço já realizado no País em favor do desenvolvimento industrial.

A crescente participação do Brasil no comércio mundial provocou, em vários setores, o esgotamento de sua capacidade ociosa e exigiu a ampliação e modernização do parque fabril brasileiro.

ro, em moldes internacionais, com a incorporação de tecnologia avançada e de substancial contingente de mão-de-obra.

Ao contrário do que se registrava no passado, o comércio exterior do Brasil de hoje guarda estreita correlação com o desenvolvimento econômico do País.

A composição das pautas de exportação e importação reflete, claramente, a mudança qualitativa dos produtos que as compõem, enquanto o número de empresários que delas participa indica ser cada vez maior a convicção da conveniência e da necessidade de se utilizar o mercado externo como complemento imprescindível ao aperfeiçoamento da produção brasileira e à busca de produtividade.

O crescimento do comércio exterior no período 1969/73 evidencia a capacidade extraordinária da economia brasileira que não só assegurou o abastecimento interno, mas também participou do mercado mundial com valores extremamente expressivos, ultrapassando tanto os países em desenvolvimento quanto muitas nações consideradas desenvolvidas.

Os déficits registrados em 1971 e em 1972 não preocuparam o Governo. Parte ponderável das importações foi constituída de máquinas e equipamentos — em sua quase totalidade sem similar nacional — adquiridos com financiamento externo a médio e longo prazo, sem desencanaie, portanto, dos valores integrais registrados na estatística, e o Balanço de Pagamentos apresentou, em todo o período, *superávits* satisfatórios, contribuindo, também, para a elevação das reservas cambiais brasileiras.

As exportações brasileiras registram acelerado crescimento nos últimos anos. Os números representam não só expressiva diversificação da pauta de produtos e de exportadores como também aumento de volume de preços, principalmente para produtos tradicionais como café, açúcar, cacau e outros.

Para o acesso, em nível crescente, ao mercado internacional, estava o País apoiado em nova estrutura de comercialização e com o firme propósito de atingir as metas a que se propôs, quando incluiu a conquista do mercado externo como elemento importante da sua política econômica.

Os produtos primários tradicionais, que em 1969 participaram com US\$ 983,2 milhões nas exportações totais, registraram US\$ 1.735,4 milhões em 1972 e, em 1973, ultrapassam US\$ 2.800 milhões, em virtude não só dos elevados preços alcançados no mercado internacional como também do aumento do volume exportado em decorrência da abertura de novos mercados e da ampliação dos já existentes.

As exportações de café diminuíram sua participação relativa no total do comércio exterior brasileiro, pois sua contribuição, em 1973, com cerca de US\$ 1.200 milhões, representou apenas 20%, enquanto em 1969 as vendas, de US\$ 826,3 milhões, corresponderam a 40% da receita de divisas.

Em 1969, os produtos industrializados, exceto solúvel, figuraram com US\$ 462,3 milhões, elevando-se para US\$ 772,1 milhões em 1971, para US\$ 1.153,8 milhões em 1972 e ultrapassando US\$ 1.900 milhões em 1973.

A apuração das exportações de "semimanufaturados" e "manufaturados" mostra o excepcional crescimento das vendas internacionais destes últimos, as quais de US\$ 251,5 milhões do total de US\$ 462,3 milhões em 1969, passaram para US\$ 483,8 milhões do total de US\$ 1.153,8 milhões em 1972, e chegando a US\$ 1.300 milhões do total de US\$ 1.900 milhões, em 1973.

As importações em 1969 chegaram a US\$ 1.993,2 milhões e, em 1973, atingem US\$ 5.750 milhões.

As compras brasileiras de máquinas e equipamentos, no montante de US\$ 712,3 milhões em 1969, atingiram US\$ 1.735 milhões em 1972 e giram em torno de US\$ 2.200 milhões em 1973.

As medidas adotadas, aperfeiçoadas e complementadas nos últimos anos, em face das alterações do comércio internacional, amparam hoje o produtor brasileiro que passou a dispor do mercado externo como complemento natural e indispensável da produção nacional, e a contar com condições excepcionais para alcançar a economia de escala em sua produção, qualquer que seja o setor de atividade.

Entre os estímulos à disposição dos empresários para que possam ampliar sua participação no mercado internacional figuram:

- importação pelas empresas exportadoras com isenção de direitos e exame de similaridade correspondendo a 10% do aumento de suas exportações anuais de produtos industrializados;

- importação de conjuntos industriais completos destinados a produzir essencialmente para exportação;

- aproveitamento de créditos fiscais entre empresas de um mesmo grupo para programas de exportações de US\$ 40 milhões por ano, durante 10 anos;

- importação, isenta de direitos e exame de similaridade, na proporção de uma unidade monetária importada para cada três de exportação;

- redução do índice de nacionalização da indústria automobilística para programas de exportação de, no mínimo, US\$ 40 milhões por ano, durante 10 anos;

- regulamentação das Companhias de Comércio Exterior, estendendo ao comércio os incentivos concedidos às indústrias para exportação, abrindo a possibilidade de criação de um mecanismo brasileiro de *trading companies*;

- novas normas de seguro de crédito à exportação, simplificando o sistema, reduzindo custos e a participação do segurado em cada risco;

- constituição da Companhia Brasileira de Entrepostos e Comércio-COBECE que, sob a liderança do Banco do Brasil S. A. e com a participação dos Bancos privados, associa definitivamente o sistema financeiro ao esforço de exportação;

- realização das Feiras Brasil Export 72, em São Paulo e, Brasil Export 73, em Bruxelas.

Exemplo significativo do fomento das vendas internacionais do Brasil é o das exportações de couros e calçados, que de US\$ 1.8 milhões, em 1969, passaram para US\$ 110 milhões, em 1973, ocupando, assim, o primeiro lugar na pauta dos manufaturados exportados. O aumento da produção de calçados para exportação gerou 18.000 empregos diretos no setor.

Em 1969, quando se iniciou a expansão das exportações de calçados, o couro *in natura* respondia por 70,8% e os calçados por apenas 4% das vendas ao exterior. Esta situação mudou radicalmente em 1972, quando 18,7% das exportações foram representados por couro *in natura* e 49,7% por calçados.

Elaborado em 1970, e exigindo investimentos da ordem de Cr\$ 15.000 milhões, o Plano Siderúrgico Nacional previa, para 1980, produção de 20 milhões de toneladas de aço em lingotes. O acelerado crescimento da economia brasileira, nos últimos anos, exigiu, contudo, a revisão integral do Plano, antecipando-se, então, a meta de 20 milhões de toneladas para 1978 e fixando-se em 32 milhões de toneladas a capacidade de produção de aço em 1980.

O Plano Siderúrgico Nacional prevê também a implantação de duas novas usinas, voltadas para a exportação, em Tubarão, no Estado do Espírito Santo, e em Itaqui, no Estado do Maranhão.

A usina de semi-acabados de Tubarão terá capacidade de produção de 3 milhões de t/a em 1977 e 6 milhões de t/a de lingotes em 1980/81. Um terço da produção de placas dessa usina destinar-se-á à laminação, com capacidade final de 2,5 milhões de t/a de bobinas a quente.

Volta-se também o Governo para o desenvolvimento do complexo da Serra dos Carajás, o qual inclui a implantação de usina de exportação de semi-acabados junto ao porto de Itaqui, no Maranhão, com capacidade de produção inicial de 4 milhões de t/ano em 1980/81 e de 12 milhões de t/ano de lingotes em 1985.

Em setembro último, foi criada a Siderurgia Brasileira S. A. — SIDERBRÁS, com capital de Cr\$ 100 milhões, vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, com os objetivos de: promover e gerir os interesses da União em novos empreendimentos siderúrgicos e de atividades afins, ressaltados os casos de empreendimentos de empresas existentes; programar as necessidades dos recursos financeiros da União para as suas subsidiárias e associadas; e dirigir sempre, por intermédio de subsidiárias ou associadas, atividades relacionadas com a indústria siderúrgica no Brasil e no exterior.

Os primeiros resultados da política siderúrgica em implantação no Brasil podem ser visualizados no quadro que mostra a evolução, no período 1969/1973, da produção brasileira de gusa, lingotes, laminados planos e laminados não planos, em 1.000 toneladas:

Produção brasileira de aço — 1969/1973 — 1.000 t

	1969	1970	1971	1972	1973*
Gusa	3.717	4.205	4.686	5.300	4.009
Lingote	4.924	5.390	6.011	6.518	5.192
Laminados planos	1.847	1.948	2.302	2.612	2.126
Laminados não planos ..	1.863	2.241	2.447	2.702	2.300

Estimativa.

A execução e a consolidação do Pólo Petroquímico de São Paulo e a fixação das diretrizes disciplinadoras para a implementação do Pólo Petroquímico do Nordeste, na Bahia, foram iniciadas a partir de 1970, com os primeiros estudos realizados pelo Ministério da Indústria e do Comércio.

O Pólo Petroquímico de São Paulo encontra-se praticamente consolidado, estando sua produção de eteno, butadieno e aromáticos com colocação assegurada. Sua importância é desde logo ressaltada quando se observa que os produtos petroquímicos dele derivados, em 1973, equivalerão a cerca de US\$ 400 milhões em termos de substituição de importações.

As diretrizes fixadas para a política petroquímica visam ao incentivo de projetos consumidores de produtos olefinicos-eteno, propeno e butadieno — em São Paulo, e os que consumirão aromáticos, na Bahia. Esta diretriz se refere aos projetos a serem executados até 1975, invertendo-se, depois, a preferência de localização, prevendo-se, contudo, exceções justificadas para esse esquema.

O Pólo Petroquímico da Bahia encontra-se atualmente em plena execução, prevendo-se para meados de 1976 o início de produção das unidades *down-stream* derivados dos hidrocarbonetos aromáticos e, nos primeiros meses de 1977, a entrada em operação dos projetos que utilizarão matérias-primas olefinicas.

A implantação dos projetos das centrais — matérias-primas, utilidades e manutenção — e das unidades *down-stream* está orçada em mais de US\$ 900 milhões e, caso sejam incluídas as indústrias de transformação de plásticos e fibras sintéticas, o volume global de recursos necessários se elevará a cerca de US\$ 1.200 milhões.

Os índices de produção de bens manufaturados e os do comércio, interno e externo, bem como o número de novos projetos industriais, comprovam que o Brasil ingressou em novo estágio de desenvolvimento, sendo necessário, agora, o fortalecimento da infra-estrutura tecnológica em que se apóia o esforço industrial do País.

O Decreto nº 70.851, de 19 de julho de 1972, criou a Secretaria de Tecnologia Industrial do MIC, com as atribuições de: orientar, coordenar e supervisionar as atividades dos três Institutos vinculados ao Ministério: Instituto Nacional de Tecnologia, Instituto Nacional de Pesos e Medidas e Instituto Nacional da Propriedade Industrial; servir como elemento de ligação direta entre o setor industrial e o Ministério da Indústria e do Comércio, para questões relacionadas com a tecnologia e a técnica, identificando problemas ou potencialidades e propondo soluções ou medidas; promover o intercâmbio de informações entre os vários órgãos e instituições relacionados com o desenvolvimento tecnológico da indústria brasileira ou nele diretamente interessado, tais como CNPq, EMFA, BNDE, Universidades, Institutos de Tecnologia não federais, organismos internacionais; elaborar, em cooperação com os órgãos apropriados do MIC e de outros Ministérios, planos e programas que visem à aceleração do desenvolvimento de capacidade tecnológica própria no País.

Considerando o desempenho da economia nacional e, especialmente, da atividade industrial e exportadora, a indústria nacional deverá preparar-se, desde já, para participar plenamente na ocu-

pação e no domínio do "espaço tecnológico" que se abre diante dos países industriais.

A operação do Sistema Setorial de Ciência e Tecnologia do MIC deverá contribuir de forma decisiva para que, por volta de 1980, a indústria e o comércio brasileiros sejam comparáveis, em volume e conteúdo, aos dos países da Europa Ocidental.

Na elaboração do SSCT-MIC foram identificados 32 programas prioritários compreendendo diversos programas e projetos a serem desenvolvidos até 1974 e envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 575 milhões.

São eles os seguintes: estudos, coordenação e estratégia do desenvolvimento tecnológico e industrial; informação tecnológica e industrial; normalização, inspeção e certificação de qualidade; metrologia; propriedade industrial; desenho industrial; avaliação e previsão tecnológica; análise operacional de sistemas e processamento de dados; automação e instrumentação; tecnologia de projetos de instalações industriais; tecnologia siderúrgica e dos metais não ferrosos; produtividade e industrialização do sal e do café; tecnologia de embalagem; tecnologia de controle de poluição; desenvolvimento tecnológico da pequena e média indústria; diversos problemas de tecnologia industrial; bem como das indústrias de bens de capital não seriados, de máquinas, ferramenta, eletrônica, de cerâmica, petroquímica, de borrachas e látex naturais, de papel e celulose, automotiva, de matérias e componentes para a indústria de habitação e construção civil, de móveis e similares, de couro e calçado, farmacêutica, de alimentos, de melhoria de produtividade e de qualidade na indústria açucareira.

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial, criado em dezembro de 1970, em substituição ao antigo Departamento Nacional da Propriedade Industrial, vem sendo organizado e implantado para enfrentar a nova fase de desenvolvimento do País, orientada para a produção e exportação de bens de maior conteúdo tecnológico.

Sua finalidade é a de executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a Propriedade Industrial, tendo em vista a sua função econômica, social, jurídica e técnica. Sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem cometidas, deverá adotar medidas capazes de acelerar e regular a transferência de tecnologia e de estabelecer melhores condições de negociação e utilização de patentes.

As diretrizes definidas pelo Governo para o INPI, no âmbito externo, visam à participação do Instituto no sistema mundial, permitindo-lhe obter informações imprescindíveis ao conhecimento das alternativas tecnológicas que mais se adaptam aos fatores existentes e concretizar melhores condições de negociação.

Expandindo a Rede Nacional de Metrologia, o Instituto Nacional de Pesos e Medidas estendeu sua ação direta, por intermédio de representações, aos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Distrito Federal, subsistindo, ainda, como órgãos estaduais delegados do Instituto, os que desenvolvem ação metrológica nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Guanabara, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Goiás e Paraná.

A partir de 1969, o INPM começou a receber a cooperação técnica do Instituto Federal Físico Técnico da Alemanha e, desde maio de 1973, do Bureau Nacional de Metrologia da França. A cooperação técnica com o Japão será iniciada em 1974. Em 1969, começou também, a cooperação técnica das Nações Unidas ao INPM, que apresentou o mais vultoso projeto já encaminhado àquela organização no campo da metrologia.

No período de 1969 a 1973, a maior receita cambial, com as exportações de café, ocorreu no ano cafeeiro de 1972/73, quando as vendas desse produto atingiram, segundo dados preliminares, a US\$ 1.214.580.000 e o maior volume exportado: 19.459.846 sacas, na safra de 1971/72.

Destaca-se, no período considerado, o fato de o comércio exportador ter ampliado sua participação nas vendas ao exterior do total de 18.315.000 sacas, efetivamente faturadas no ano cafeeiro 1972/73,

o Instituto Brasileiro do Café vendeu apenas 958 mil sacas, o menor número desde 1965, passando a se constituir no 4º exportador individual do mercado brasileiro. Tradicionalmente o IBC era o maior exportador.

Da receita global da US\$ 1.214.580.000 obtida em 1972/73, o comércio privado foi responsável por US\$ 1.180.000.000, ficando o IBC com apenas US\$ 34 milhões, baixando, em consequência, sua participação de 15,3 em 1970/71 para 5,2% em 1972/73.

Deve-se mencionar quanto ao período aludido a elevação do preço médio de saca exportada para US\$ 66,31 em 1972/73, fruto da política de coordenação de vendas dos países produtores.

A partir de 1969/70 colocou-se em execução o programa de estímulos financeiros à renovação e revigoramento de cafezais, contraindo-se o plantio de 39 milhões de cafeeiros. No ano agrícola 1970/71, elaborou-se plano mais amplo, que englobou a formação de mudas, plantio, incentivo ao uso de fertilizantes e corretivos, bem como incentivo ao uso de defensivos em cafezais. O Programa de Financiamento ao Plantio de Cafezais aceitou financiamentos, então, para o plantio de 135 milhões de pés. No ano agrícola seguinte, 1971/72, executou-se programação semelhante à do ano anterior, incluindo-se, porém, financiamento para recepção em cafezais. A área de ação do Plano também se ampliou, abrangendo, além dos quatro maiores produtores, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, os Estados de Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso e Goiás.

Contratou-se, então, o plantio de cerca de 86 milhões de pés de café.

A partir de 1972, o aumento dos preços pagos aos produtores e a criação de estímulos indiretos à produção criaram as condições necessárias para a implantação efetiva do Plano Trienal de Renovação e Revigoramento de Cafezais, atualmente em plena execução e que, prevendo a aplicação de cerca de Cr\$ 5.000 milhões no triênio 72/75, tem como meta principal elevar a produção de café para 26-28 milhões de sacas anuais.

Os resultados obtidos na primeira fase do Plano superaram as metas previstas, pois foram contratados 360 milhões de pés, ultrapassando largamente o objetivo fixado de 200 milhões, o que permite a redução do período de execução do Plano de 3 para 2 anos.

Visando à modernização e racionalização da lavoura canavieira e da indústria açucareira, iniciou-se a execução, em 1971, da política de incentivos às fusões, incorporações e realocações de usinas, ampliando-se a cota global de produção do País, estabelecendo-se o contingenciamento de produção nas Regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste e extinguindo-se definitivamente as cotas das usinas paralisadas há mais de 3 anos.

No setor agrícola, criou-se, ao mesmo tempo, o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar, reunindo medidas técnicas e administrativas destinadas à implantação e execução de projetos integrados de pesquisas de genética, de fitossanidade e de agronomia, com a finalidade de obterem-se novas variedades de cana-de-açúcar ecologicamente especializadas e elevado índice de produtividade.

Levando em conta o panorama internacional, onde se registrou escassez de açúcar, cuidou-se, também, não só do aprimoramento da qualidade do produto de exportação, mas ainda de adequação das instalações para as operações de embarque. Inaugurou-se, em setembro de 1972, o Terminal Açucareiro de Recife, com a capacidade de estocagem de 200.000 toneladas a granel e de embarque de 1.000 toneladas por hora.

Procedeu-se também a estudos de viabilidade para a construção do Terminal de Maceió, cujas obras já se encontram em fase de concorrência.

O quadro seguinte mostra o crescimento da produção e da exportação de açúcar.

SAFRA	Produção em sacos	Exportação em t.m.
1970/1971	85.300.000	1.129.848
1971/1972	89.800.000	1.235.248
1972/1973	98.874.337	2.606.456
1973/1974	115.000.000	3.300.000

O valor total das exportações de açúcar, melão e álcool, na safra de 1972/1973, atingiu US\$ 450.336.924, correspondendo ao açúcar US\$ 421.489.565; ao melão, US\$ 13.935.202; e ao álcool US\$ 14.912.157.

A safra de 1973/1974 foi iniciada sob os melhores auspícios. Fatores climáticos, aliados aos novos rumos dados à política açucareira, permitem estimar a produção em 115 milhões de sacos de açúcar, correspondentes a cerca de 7 milhões de toneladas, e em 750 milhões de litros de álcool.

A exportação na atual safra será superior a US\$ 600 milhões, com o açúcar representando 10% da receita cambial brasileira.

Nota-se que os resultados da safra anterior, 1972/1973, já haviam elevado o Brasil à categoria de primeiro produtor de açúcar de cana e segundo exportador de açúcar do mundo.

O comportamento do mercado externo e o desenrolar das negociações de vendas autorizam a estimativa de exportação de açúcar da ordem de 3.300.000 toneladas métricas até março de 1974.

Por outro lado, contratos firmados para entrega parcelada até 1978, aos países do Mercado Livre Mundial, prevêem a exportação de 2.581.140 toneladas métricas de açúcar. Os contratos de fornecimento, a longo prazo, conferem grande estabilidade à produção açucareira, assegurando mercado para as safras futuras.

A política de seguros orientou-se no sentido de fortalecer o mercado segurador nacional, seja pela ampliação da capacidade de ressegurador institucional do Instituto de Resseguros do Brasil, seja pelo aumento da possibilidade das sociedades seguradoras assumirem maiores riscos diretos.

Para que esses objetivos pudessem ser atingidos, procedeu-se à redução do número de seguradoras, de 185 em 1970, para 92 em 1973, mediante incentivos a fusões e incorporações. Deste modo o capital médio, por sociedade, entre 1969 e 1973, aumentou 13 vezes e os prêmios diretos por sociedade cresceram quase 8 vezes, representando estes os principais indicadores do fortalecimento do mercado.

Efetou-se, também, a internacionalização do mercado brasileiro, com a dinamização e a expansão das operações externas do Instituto de Resseguros do Brasil e a atuação direta de seguradoras técnica e economicamente capacitadas, e preparou-se a infra-estrutura operacional do mercado para a massificação, com o incremento de processos mecânicos e eletrônicos, o aprimoramento da qualificação profissional mediante a criação da Escola Nacional de Seguros, a ampliação e racionalização da informação estatística, o aperfeiçoamento do processo contábil e a intensificação de pesquisas para a proteção e prevenção de riscos.

O mercado brasileiro, enriquecido com novas modalidades de cobertura, está em condições, agora, de realizar praticamente toda espécie de operação de seguro. Foram a ele incorporados seguros antes colocados no exterior, total ou parcialmente, como os de cascos de navios e aeronaves de responsabilidade civil em geral, o global de bancos e os de transporte internacional de mercadorias importadas; tais operações representam economia anual de divisas da ordem de US\$ 31 milhões.

Quando à internacionalização do mercado brasileiro o Instituto de Resseguros do Brasil conseguiu elevar seu faturamento externo de US\$ 400 mil, em 1970, para US\$ 14 milhões em 1972 e, segundo estimativas, para US\$ 20 milhões em 1973. Mais de uma dezena de empresas têm atualmente autorização para operar no exterior.

As reservas técnicas cresceram de Cr\$ 807,6 milhões em 1970 para Cr\$ 1.200 milhões em 1973 e as reservas livres de Cr\$ 349 milhões para Cr\$ 622,6 milhões. Acrescendo-se a esses números a cifra de capital acionário e os recursos aplicados pelo Instituto de Resseguros do Brasil, o sistema segurador alcança, hoje, um volume de inversões da ordem de Cr\$ 3.500 milhões.

A arrecadação de prêmios cresceu no último quinquênio, de Cr\$ 551 milhões para Cr\$ 3.200 milhões. A preços constantes, o mercado duplicou suas dimensões, numa expansão acelerada à taxa real de quase 18% ao ano.

A receita, em 1973, deverá atingir a Cr\$ 4.500 milhões, com substancial eleição das reservas do mercado, que passa a ter crescente participação nas poupanças de longo prazo para o financiamento dos grandes programas de investimento do País.

O Programa de Incentivo à Produção da Borracha Vegetal, aprovado pelo Governo em julho de 1972, envolve recursos da ordem de Cr\$ 320 milhões, e está sendo desenvolvido em duas fases: a primeira, de implantação, até 1976; e a segunda de consolidação, até 1982. Cuida também o Programa da produção de material botânico, até então inexistente, e da especialização de agrônomos, no campo de produção heveícuca.

Além dos financiamentos já concedidos ou em estudo para a formação de novos cultivos e recuperação de seringueiras existentes, no montante de quase Cr\$ 200 milhões, estão sendo ativadas várias propostas para o financiamento de usinas de beneficiamento do produto, a serem administradas, em forma associativa, pelos produtores da região amazônica.

A expansão do mercado brasileiro de barrilha acompanha o desenvolvimento da economia nacional. Entre 1969 e 1973, por exemplo, registrou-se o aumento de 65% nas vendas de carbonato de sódio, correspondente a um incremento médio acumulativo de 11,6% ao ano.

A principal realização nessa área foi a ampliação da Fábrica de Barrilha, em Cabo Frio, de 100.000 toneladas/ano para 200.000 toneladas/ano.

Por outro lado, já foram preparados os estudos de viabilidade para a implantação de Fábricas de Barrilha de 200.000 toneladas/ano e de 400.000 toneladas/ano em Sergipe, bem como estudo comparativo entre Sergipe e Rio Grande do Norte para a localização, igualmente, de Fábrica de Barrilha.

Visando ainda a assegurar continuidade e segurança ao abastecimento de sal, concebeu-se o complexo de salinas para concentração de salmoura e a construção de uma fábrica à combustão submersa para produção de sal bruto. O funcionamento normal de toda área de salinas permite a obtenção, hoje, em um ano salineiro, de 1 milhão de metros cúbicos de salmoura, enquanto modificações no projeto da Fábrica de Sal, com simplificação e melhorias no projeto inglês, possibilita a sua produção contínua, hoje atingindo a mais de 100.000 toneladas/ano de sal bruto.

Até outubro de 1973, o Conselho Nacional de Turismo havia aprovado 126 projetos de construção de novos hotéis, representando investimentos globais superiores a Cr\$ 1.100 milhões e correspondendo a mais de Cr\$ 520 milhões o valor dos incentivos fiscais concedidos. Estes novos hotéis criarão 17.413 unidades habitacionais e 26.214 novos empregos diretos.

Aprovaram-se ainda 146 projetos de melhoria das condições operacionais de hotéis já existentes, com investimentos globais acima de Cr\$ 35 milhões, dos quais Cr\$ 9,6 milhões correspondem a incentivos fiscais; além de 5 projetos de ampliação de hotéis, com a criação de mais 187 novas unidades habitacionais, e 13 projetos de suplementação de incentivos concedidos a empreendimentos hoteleiros antes aprovados, suplementação essa superior a Cr\$ 50 milhões.

Os empreendimentos turísticos beneficiaram-se, também, com a ampliação das possibilidades de financiamento, pois o Programa de Integração Social — PIS, as operações do Programa RECON, admi-

nistrado pelo Banco Nacional da Habitação, as atividades dos Bancos de Desenvolvimento oficiais, a participação do Banco do Brasil S.A. e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, representaram novas fontes de crédito para a implantação especialmente de estabelecimentos hoteleiros.

MINAS E ENERGIA

Intenso trabalho foi realizado na área de Minas e Energia, com o objetivo de concorrer para o desenvolvimento do País e acompanhar o acelerado ritmo de crescimento da economia nacional.

No setor de mineração, orientou-se a ação do Governo no sentido de elevar o valor da produção mineral brasileira, ampliar a exportação de bens minerais e intensificar a pesquisa de recursos minerais.

Visando promover amplo e imediato aproveitamento desses recursos e aumentar o conhecimento do subsolo nacional, o Ministério incentivou e apoiou projetos para sua exploração e realizou extenso programa de levantamentos geológicos e pesquisas minerais.

O minério de ferro — componente principal da produção mineral brasileira — aumentou sua produção de 27,6 milhões de toneladas em 1969 para aproximadamente 53,0 milhões em 1973, correspondendo a um incremento da ordem de 92% no período. As exportações se situaram, em 1973, em torno de 43,5 milhões de toneladas que, comparadas com 21,5 milhões em 1969, apresentam crescimento de 102,5% no quadriênio.

A Companhia Vale do Rio Doce — com participação predominante no programa de produção e exportação de minério de ferro — obteve expressivos resultados. Com a SAMITRI S/A e a FERTECO Mineração S/A, suas exportações do minério passaram de 17,7 milhões de toneladas em 1969 para 42,0 milhões em 1973, significando crescimento de cerca de 140%. Já em 1972, com exportação pouco menor que 29 milhões de toneladas, pôde a CVRD conquistar a posição de maior empresa exportadora de minério de ferro do mundo.

Em termos de captação de divisas para o País, as exportações da CVRD elevaram-se a 120 milhões de dólares em 1969, 215 milhões de dólares em 1972, tendo atingido, em 1973, aproximadamente 340 milhões de dólares. O valor das exportações de minério de ferro através dos terminais de Vitória e Tubarão apresentaram, em apenas um ano, acréscimo de quase 60%, fato inédito em três décadas de exportações brasileiras do minério.

Por outro lado, em 1973, concluiu-se a primeira etapa do projeto integrado a cargo da Minerações Brasileiras Reunidas S/A, o qual visa à exportação de 15.000.000 de toneladas por ano. O projeto compreende a exploração, em grande escala, de jazidas de minério de ferro do Vale da Paraopeba, seu transporte pela Estrada de Ferro Central do Brasil, e embarque em navios de grande porte no terminal marítimo privativo de Sepetiba.

Para cumprimento de seu Programa de Expansão, que incluiu a diversificação de atividades, na área de mineração e comercialização de minérios, a Companhia Vale do Rio Doce realizou, no quadriênio 1970/1973, investimentos totais da ordem de Cr\$ 5.314 milhões (a preços de 1973).

Concluído, em 1973, o estudo de viabilidade inicial de mineração de ferro da serra dos Carajás, no Pará, iniciaram-se os trabalhos de engenharia avançada, os quais deverão estar concluídos em meados de 1974. Espera-se possam ser iniciadas as exportações em 1978, com 11,5 milhões de toneladas, para alcançarem, em 1985 e anos seguintes, 44 milhões de toneladas.

No quadriênio, acompanhou-se atentamente a evolução dos preços dos minérios no mercado internacional, e praticou-se política de fixação de preços mínimos para as exportações. Dentre as medidas dirigidas ao setor, cabe destacar o Decreto nº 71.248, de 13 de outubro de 1972, e o Decreto-lei nº 1.240, de 11 de outubro de 1972, que estabelecem incentivos à indústria de mineração e transformação primária de minerais carentes, bem como à exportação de minerais abundantes no País.

Deu-se ênfase aos trabalhos de pesquisa dos recursos minerais do País, para cuja intensa realização se criou a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, como instrumento de ação do Governo no setor.

No período 1970/1973, elaboraram-se e publicaram-se novos mapas geológico, tectônico, metalogenético e de formações magmáticas do Brasil. Estão em montagem os do potencial mineral e hidrogeológico, e em desenvolvimento o dos recursos minerais da plataforma continental do País.

Concebido, inicialmente, para execução da cobertura por imagens de radar de visada lateral, de 1.200.000 km² ao longo da rodovia Transamazônica, o "PROJETO RADAM" apresentou resultados tão rápidos e proveitosos, que se decidiu ampliá-lo para toda a região amazônica, parte da região nordeste e da região centro-leste. Presentemente encontram-se concluídos os trabalhos de obtenção das imagens de radar, em área de 4.600.000 km² do território nacional. Em franco desenvolvimento, o Projeto Radam é um dos mais amplos programas de mapeamento integrado de recursos naturais já realizados em qualquer país. Seu objetivo final é a obtenção de cartas temáticas de Geologia, Vegetação, Geomorfologia, Natureza do Solo, Hidrografia e do Uso Potencial da Terra. Além das cartas temáticas indicadas, o projeto inclui a elaboração de cartas planimétricas de alta precisão.

No campo da Hidrologia, a maior flexibilidade operacional oferecida pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, possibilitou grande incremento das atividades de campo. No quadriênio 1970/1973, foram efetuadas 41.125 medições de vazões de cursos d'água e mantiveram-se em operação 1.630 estações hidrometeorológicas.

Dada a grande importância econômica e demográfica da região do vale do Rio Paraíba, tornou-se imperiosa a realização de um projeto integrado de regularização deste rio, por iniciativa e sob a supervisão do Governo Federal.

Na área de energia elétrica, o processo industrial e a melhoria dos sistemas de distribuição dos centros urbanos determinaram apreciável acréscimo no consumo de eletricidade, que passou de 34,2 bilhões de KWh, em 1969, para aproximadamente 54,3 bilhões de KWh, em 1973, com variação no período de 59%, correspondente a acréscimo médio anual de 12,2%. Por sua vez, a produção de energia elétrica apresentou incremento de 58%, passando de 41,6 bilhões de KWh, em 1969, para 65,0 bilhões de KWh, em 1973.

Visando atender ao crescimento do mercado, cumpriu-se intenso programa de ampliação do sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Elevou-se a capacidade geradora instalada no País para 15.783 MW ao final de 1973, que, comparados aos 10.260 MW existentes em 1969, representam crescimento de 53% na potência instalada.

Dentre as Usinas que iniciaram sua operação no quadriênio 1970/1973, destacam-se:

	POTENCIA EM MW		POTÊNCIA FINAL
	EM OPERAÇÃO	EM MONTAGEM	
Usina de Ilha Solteira	640	2.560	3.200
Usina Jauará	456	456	456
Usina Xavantes	400	400	400
Usina Capivari Cachoeira	250	250	250
Usina Porto Colômbia	240	80	320
Usina Passo Fundo	220	220	220

Além disso, instalaram-se a partir de 1970 novas unidades em diversas Usinas já existentes. Dentre estas, destacam-se as seguintes ampliações:

Usina de Jupiá	Mais 800 MW
Usina de Paulo Afonso	" 618 MW
Usina de Santa Cruz	" 400 MW
Usina de Estrelito	" 350 MW
Usina de Furnas	" 140 MW

O aumento de 5.523 MW na capacidade de geração no quadriênio assume grande significação, principalmente pelo porte das usinas em operação. Em 1969 nenhuma usina do País alcançava a potência de um milhão de kw. Porém, em 1973, quatro usinas já superavam este limite: Furnas, Estrelito, Jupiá e Paulo Afonso, sem considerar Ilha Solteira que terá 3,2 milhões de kw. Além disso, por sua expressão regional, merece realce a entrada em operação de usinas menores, a saber: Usinas de Manaus e Belém na Região Norte, e Mimoso e Casca III em Mato Grosso.

Desenvolveu-se amplo programa de construção de linhas de transmissão, objetivando a interligação dos vários sistemas de energia e transferência ao mercado da energia produzida nas novas usinas, acompanhando de perto a ampliação da capacidade geradora. Considerável esforço foi exercido pelas empresas concessionárias dos serviços de energia elétrica no sentido de atualizar seus sistemas de distribuição.

Observados os índices de crescimento regional da produção e consumo de energia elétrica, as regiões menos desenvolvidas apresentaram resultados bastante superiores à média nacional, o que reflete o esforço do Governo para diminuir as disparidades regionais do País.

No quadriênio 1970/1973, os investimentos no setor de energia elétrica foram da ordem de Cr\$ 28 bilhões (a preços de 1973). Desse total, cerca de 55% destinaram-se ao programa de geração, 30% ao de transmissão e 15% ao programa de distribuição.

Aproximadamente 20% dos recursos aplicados no setor foram obtidos por via de financiamentos externos. Os outros 80% originaram de financiamentos proporcionados pela Centrais Elétricas Brasileiras S. A. ELETROBRÁS e de receitas geradas pelo próprio setor.

Procurou-se, no quadriênio, sistematizar e aprofundar os estudos para inventariar o potencial hidráulico do País, sem descuidar das possibilidades de utilização de outras fontes de energia para a produção de eletricidade.

Na Amazônia, o Comitê de Estudos Energéticos da área concluiu os trabalhos a que se propôs em fins de 1971. Presentemente o esforço de avaliação se concentra em alguns rios da margem direita do Amazonas, especialmente nas bacias do Tocantins e Xingu, cujo potencial conjunto é estimado em 40 milhões de kw.

No Nordeste, o Comitê de Estudos Energéticos da região concentrou seus trabalhos no Rio São Francisco e alguns de seus afluentes, e no Rio Paraíba. O Programa compreende, além do aproveitamento de Moxotó, a construção da grande barragem-reservatório de Sobradinho e da quarta casa de máquina de Paulo Afonso. Foi identificado para essa região o potencial de 14 milhões de kw, suficiente para atender as necessidades de energia elétrica do nordeste, até 1990.

Em colaboração com o Paraguai e Argentina, realizaram-se estudos para utilização dos rios contíguos. Definiu-se, em consequência, a construção da grande hidrelétrica de Itaipu, no Rio Paraná, na fronteira Brasil-Paraguai. O tratado entre estes dois países, para tal empreendimento, foi assinado em 1973, esperando-se que as primeiras unidades da usina comecem a operar até o final de 1981. Acha-se em plena execução por comitê misto Argentina-Brasil, o trabalho de avaliação do potencial hidráulico do Rio Uruguai, no trecho compartilhado entre os dois países.

No campo da Energia Nuclear, o período foi dos mais significativos quanto à concretização das metas da Política Nacional de Energia Nuclear definidas pelo Governo. Criada a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear, órgão executivo de natureza empresarial, ficaram a seu cargo as atividades industriais e de pesquisas relacionadas à aquisição de know-how nuclear e à implementação de indústria nuclear do País.

Destaque-se o início da construção da primeira usina nuclear no País, localizada em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, com reator de urânio enriquecido com potência de 626 MW, que deverá entrar em operação comercial em 1977. Especial atenção se

dedicou ao desenvolvimento da tecnologia de reatores e a estudos para incrementar as fases do ciclo do combustível nuclear, cuja produção atenderá suficientemente, a médio prazo, às necessidades nacionais.

No programa de prospecção de minérios nucleares, as pesquisas de urânio conduziram à descoberta de importantes reservas de minério uranífero, principalmente na região do Quadrilátero Ferrífero, no Estado de Minas Gerais.

No período, incentivaram-se, particularmente, as aplicações de radioisótopos na medicina, engenharia, indústria e agricultura. Ênfase especial merecem os trabalhos desenvolvidos no Centro de Energia Nuclear na Agricultura, em Piracicaba, com a colaboração da Organização das Nações Unidas, visando à melhoria da produtividade agrícola mediante a introdução de novas técnicas que utilizam radioisótopos.

No setor de Petróleo, de acordo com o programa estabelecido pelo Governo, a Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRÁS, como principal instrumento de ação, desenvolveu suas atividades procurando assegurar adequado suprimento de combustíveis ao mercado consumidor do País, cuja demanda de derivados registrou, de 1969 a 1973, incremento médio de cerca de 10% ao ano.

Objetivando a descoberta de novos campos e melhor conhecimento das potencialidades de áreas sedimentares, desenvolveram-se trabalhos de exploração nas bacias terrestres e na Plataforma Continental, com prioridade para esta.

A partir de 1970 intensificaram-se os trabalhos na Plataforma Continental, registrando-se resultados satisfatórios nos campos de Caioba e Camorim, dos quais Guariciema se encontra em franca produção e Caioba com início de produção previsto para meados de 1974. Nas áreas terrestres os trabalhos concentram-se nas bacias do Amazonas, Barreirinhas (MA), Alagoas/Sergipe, Tucano-Recôncavo (BA), Espírito Santo e Paraná, sendo concluída a sondagem de 279 poços dos quais resultaram 54 produtores de óleo e 16 produtores de gás.

A produção de petróleo alcançou, no período, 39,0 milhões de metros cúbicos (245,3 milhões de barris), dos quais 31,7 milhões provenientes dos campos baianos e 7,3 milhões dos campos sergipanos e alagoanos. Ao findar 1973, a PETROBRÁS mantinha em regime de produção cerca de 1.252 poços.

No setor de refinação, o objetivo primordial do Governo tem sido assegurar adequado abastecimento do mercado consumidor de derivados de petróleo. A capacidade nominal de refino do País que em 1969 era de 74.730 m³ por dia de operação (470 mil barris/dia), em 1973 atingiu 116.550 m³ (733 mil barris), correspondendo a acréscimo de 59%. Em 1973, a PETROBRÁS processou 41,3 milhões de metros cúbicos de petróleo, o que representa acréscimo de 70,6%, relativamente a 1969. O acréscimo de capacidade de processamento do parque refinador nacional deveu-se, principalmente, à entrada em operação da Refinaria do Planalto Paulista, no Estado de São Paulo, e à conclusão da modernização e da ampliação das Refinarias Presidente Bernardes, em Cubatão, e Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

O País dispõe hoje de instalações capazes de refinar todo o petróleo bruto que produz e importa, necessitando apenas realizar importações de alguns derivados especiais em quantidades relativamente pequenas.

As aplicações na atividade de transporte da PETROBRÁS resultaram na incorporação de aproximadamente 700 mil TDW à Frota Nacional de Petroleiros e construção e melhoria de terminais marítimos.

Por outro lado, estão programados ou em construção navios com capacidade global de 1.720 mil toneladas de porte bruto, cujos encomendas foram colocadas em estaleiros nacionais a proporção de 50%. Iniciaram-se as obras do Terminal da Baía de Ilha Grande em Angra dos Reis, e do Terminal de São Francisco do Sul, em Santa

Catarina, o qual servirá à Refinaria de Araucária, no Paraná, cuja construção se acha em andamento.

Por intermédio da PETROBRÁS Química S/A — PETROQUISA, realizou-se a consolidação da indústria petroquímica da região Centro-Sul, bem como iniciou-se a implantação do Pólo Petroquímico do Nordeste.

A expansão do setor de petróleo, no quadriênio 1970/1973, exigia investimento da ordem de Cr\$ 12.900 milhões (a preços de 1973). Desse total, aproximadamente 33% foram aplicados na atividade de exploração e produção de petróleo, 30% na refinação, 20% em meios de transportes e os restantes 17% distribuídos entre a petroquímica, a comercialização de derivados e a industrialização do xisto.

INTERIOR

A redução das desigualdades econômicas e sociais, a melhor distribuição da população pelo território e a utilização adequada dos recursos naturais representam pontos fundamentais da política de desenvolvimento regional a cargo do Ministério.

Parte ponderável dos trabalhos consiste no melhor conhecimento da potencialidade regional e da tecnologia necessária para o seu aproveitamento, bem como na qualidade dos recursos humanos, técnicos e empresariais, indispensáveis à realização do desenvolvimento e à utilização dos recursos financeiros.

Na área da Amazônia brasileira, realizaram-se, no período de 1969 a 1973, estudos de caráter global, setorial e espacial, visando a implantar o Plano de Desenvolvimento Regional e a estabelecer diretrizes para o Sistema de Informática.

Os estudos setoriais, voltados para a pesquisa do mercado interno e internacional, produção e comercialização, análise dos recursos, capacidade e uso de solos, recursos hídricos e transportes, permitiram definir, com base em dados econômicos-financeiros, a política a ser adotada.

Examinaram-se os setores de madeira e de pecuária de corte, avaliando-se as disponibilidades espaciais para sua exploração.

Além do estudo do vale do Tocantins, já concluído, dois outros estão em andamento: o primeiro, voltado para a elaboração do Plano Básico de desenvolvimento do Estado do Acre, e o segundo, objetivando o Desenvolvimento Integrado dos Vales dos Rios Xingu e Tapajós.

Com fundamento nos diagnósticos alcançados, elaborou-se o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia — 1972/74.

A ação planejada da Região Amazônica sugere a elaboração do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975/79), em harmonia com o Plano Nacional de Desenvolvimento e com as aspirações regionais.

A partir de 1970, tornou-se efetiva a atuação na área de influência da Transamazônica e de Santarém-Cuiabá, com o destino de verbas para Saneamento Básico e Geral.

Os sistemas de abastecimento de água da Região Amazônica evoluíram com a criação das Companhias de Saneamento e dos Sistemas financeiros, que propiciarão à área a possibilidade de ter, em 1980, 80% das populações urbanas com sistemas de abastecimento de água.

No período 69/73, o aumento nos índices dos municípios e população urbana atendidos foi da ordem de 102% e 83%, respectivamente.

O total de municípios atendidos, até 1973, é de 107 municípios, com população urbana de 1.759.121 habitantes e 177.090 ligações. Incorporaram-se 83 municípios no Pará, 12 no Amazonas, 6 no Acre, 4 no Amapá e 2 em Roraima. Em 1974, serão concluídos os serviços para 32 municípios do Estado do Amazonas e 1 do Estado do Acre.

Celebraram-se convênios com organismos regionais, no montante de 900 milhões de cruzeiros, para a intensificação dos trabalhos de imunização, melhoria das condições higiênicas de habitação e educação sanitária.

Além de contribuir financeiramente para a expansão da rede de estabelecimentos educacionais, nas capitais e no interior da Amazônia, concedeu o Governo, no período 69/73, 3.310 bolsas de estudo, para cursos de graduação e especialização, e de formação de mão-de-obra qualificada para os setores produtivos da Região.

Para melhor conhecimento da realidade física amazônica, desenvolveram-se vários projetos específicos de pesquisa mineral e florestal. Na vasta faixa de influência das Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, destacam-se os projetos:

— Tapajós/Jamanxim — identificação de novas aluviões auríferas e cassiteríticas, além de outros minerais de interesse associados aos depósitos aluvionares;

— Iriri/Curuá — à margem esquerda do rio Xingu, reconhecimento geológico e geoquímico, em caráter preliminar;

— Xingu/Araguaia — em área de 100.000 km², entre os altos Xingu e Araguaia, em fase de execução.

No campo da Pesquisa Florestal, em Santarém e Curuá-Una, realizam-se pesquisas tecnológicas de grande importância para as indústrias madeireiras da área.

A fim de estabelecer uma política para o desenvolvimento dos Recursos Florestais e de Uso de Terras na Amazônia, elaborou-se o primeiro Documento, no gênero, que procura disciplinar e racionalizar a indústria madeireira e as atividades correlatas.

No que concerne a projetos básicos, prosseguem os trabalhos de fotointerpretação das imagens obtidas pelo Projeto RADAM.

Ainda com relação aos recursos naturais, foram firmados os seguintes convênios: — Com o INPE — Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de São José dos Campos, para uso das imagens fornecidas pelo Satélite Artificial, do Sistema ERTS-1;

— com a Universidade Federal do Pará e com a Cia. Vale do Rio Doce, a fim de ser mantido em operação um laboratório, para suporte das atividades de pesquisas minerais desenvolvidas na Região;

— com a Fundação IBGE, para o início de mapeamentos topográficos na Região, em caráter sistemático;

— com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com o fim de englobar as áreas de meteorologia e hidrologia, objetivando a ampliação e a modernização das instalações existentes.

A Amazônia oferece, hoje, disponibilidade energética equivalente a 287.000 kw, dos quais 100.000 kw foram instalados no período de outubro de 1969 a outubro de 1973.

Acham-se em fase de conclusão as usinas hidrelétricas de Curuá-Una, em Santarém, com capacidade inicial de 20.000 kffi e a Usina Coaracy Nunes, no Território Federal do Amapá, com capacidade inicial de 40.000 kw. Ambas deverão entrar em operação no 2º semestre de 1974.

Por intermédio da SUDAM, deu-se substancial colaboração, em termos técnicos, logísticos e financeiros, para a implantação da Rede de Telecomunicações da Amazônia em convênio com a EMBRATEL, com extensão de serviços a 49 municípios do Pará, e formação de 150 técnicos de nível médio na região.

Diante da reconhecida vocação agrícola da Amazônia e procurando assegurar condições propícias às atividades pecuárias que nela se desenvolvem, dedicou-se, no período de 69 a 73, aprecial contingente de recursos e esforços à execução de programas e projetos, nos campos da Promoção e Extensão Rural, Abastecimento, Colonização e Reforma Agrária, Produção Extrativa, Defesa e Segurança da Produção.

Especial importância foi dada a programas de experimentação e de pesquisas pedológicas, fitotécnicas e zootécnicas, indispensáveis ao zoneamento agrícola da área.

Os 157 empreendimentos agropecuários, contemplados com estímulos fiscais, e aprovados no mesmo período, representam incremento de 98%, em número de projetos e de 186% em investimentos, correspondendo a Cr\$ 2.400 milhões.

Tendo em vista o Parque Industrial na Região que abrange 161 projetos, para investimento total de Cr\$ 2.607.603,00, vem-se promovendo estudos, pesquisas e avaliação relativos às potencialidades regionais.

Em convênio com a Universidade de Campinas — SP, iniciou-se a formação de Consultores Industriais, objetivando a implantação, em Belém — PA, de um Núcleo de Assistência Empresarial para Pequena e Média Empresa.

Compartilhando da política de estímulos à democratização das empresas, encetada pelo Governo, o Banco da Amazônia se transformou em sociedade de capital aberto, no segundo semestre de 1971, com a participação do público em 30% do seu capital, elevado para Cr\$ 200 milhões.

Na condição de agente financeiro do desenvolvimento regional e de sociedade de capital aberto da Amazônia, adaptou-se aos modernos padrões de organização bancária, realizando programa de trabalho baseado em três pontos principais: reestruturação organizacional da empresa, aperfeiçoamento de sistemas e métodos de trabalho, e montagem de novos programas juntamente com a reformulação da política de crédito.

Em 1969 contava o Banco com uma rede de 55 agências, sendo 46 na Amazônia Legal e 9 em outras regiões. Atualmente o quadro de unidades operacionais é constituído de 69 agências, das quais 58 na Amazônia Legal. Procurando apoiar os novos pólos de desenvolvimento que vêm surgindo na área em virtude das obras de infraestrutura executadas pelo Governo, em consequência do Plano de Integração Nacional, onde se destacam a construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus e como parte de técnico e racional plano de remanejamento espacial dos seus departamentos, instalaram-se as agências São Pedro (MA), Conceição do Araguaia (PA), Vila Rondônia, Londrina e Salvador, que substituíram as de Alenquer, Bragança, Breves, Várzea Grande e Ilhéus.

A montagem de novos programas e reformulação das políticas de crédito realizou-se com:

a) elaboração do programa de Crédito Rural com o objetivo de ajudar a estabelecer, na Região, padrões eficientes de produção baseado na mistura apropriada de safras arbóreas, alimentos, fibras, forrageiras e criação de animais;

b) formulação e implantação do programa de Crédito Industrial com o fim de assistir à pequena e média empresa regional, implantar e ampliar as indústrias estratégicas, orientadas para o mercado nacional e internacional, demandantes de insumos da área;

c) reformulação das políticas de Crédito Geral dando ênfase ao apoio das operações comerciais intra e extra-regionais de interesse para a economia amazônica, amparo aos estoques de produtos oriundos da área e promoção de exportações de manufaturados regionais.

As aplicações da Diretoria de Crédito Industrial e Infra-estrutura cresceram de Cr\$ 107,5 milhões em 1969, para Cr\$ 331,4 milhões em 1973. Do total dos recursos aplicados neste último ano, 88,2% beneficiaram os diversos ramos da indústria de transformação (Cr\$ 292,2 milhões) e 8,3% foram destinados ao financiamento de obras de infra-estrutura. Em 1973 criou-se o Fundo de Desenvolvimento Urbano da Amazônia mediante o qual o BASA atuará como agente antecipador de recursos a fim de garantir o andamento de obras de infra-estrutura programadas pelos governos estaduais e municipais da área. O Fundo se constituiu com dotação de Cr\$ 113,3 milhões, formada com a participação de recursos do Banco Nacional da Habitação, Caixa Econômica Federal, FINEP e BASA, tendo sido deferidos créditos no valor de Cr\$ 68,0 milhões beneficiando os governos estaduais do Amazonas e Mato Grosso e as Prefeituras Municipais de Manaus e Rio Branco.

Em fins de 1971, instituiu-se o Programa Especial de Crédito Rural destinado a amparar pequenos e médios agricultores da Região, que por motivo de enchentes e outras adversidades climáticas tiveram seus empreendimentos prejudicados.

Embora em volume de depósitos na região a participação do BASA seja reduzida, em termos de aplicações, sua posição corresponde a mais de 50% do total das instituições financeiras.

Os recursos financeiros mobilizados apresentaram, ao longo do período 1969/73, evolução favorável, denotando, em termos reais, incremento de 65%.

Até agosto/73, a SUFRAMA aprovou 100 projetos industriais, representando um investimento global da ordem de Cr\$ 1.177 milhões. Esses projetos criarão na área 18.608 empregos novos, diretos.

Além dos projetos aprovados mais 8 estão sendo analisados, representando investimentos do valor de Cr\$ 95 milhões e a criação de mais 1.630 empregos novos, diretos.

Para o montante de 20.238 empregos diretos, criados pelos projetos aprovados, e os em análise, admite-se que serão gerados indiretamente cerca de 60.000 indiretos, a médio prazo.

Duas observações importantes podem ser feitas, já agora, no processo de industrialização da Zona Franca de Manaus: a primeira diz respeito à transferência para Manaus do centro joalheiro do País, com a mudança para a área de 6 importantes indústrias do ramo, duas das quais já exportam para o exterior; a segunda relaciona-se com igual tendência observada no setor eletrônico, para o qual já se aprovaram 14 projetos diversos.

No Território do Amapá, de 1969/73, deu-se relevo ao planejamento global no sentido de melhorar a composição dos investimentos públicos, estabelecendo-se prioridades e definindo-se o papel do setor público e do setor privado no processo de desenvolvimento econômico do Território.

Foi objeto de tratamento prioritário o fortalecimento de infraestrutura social, principalmente no tocante à educação.

Institucionalizou-se a Coordenação do Desenvolvimento de Comunidades, visando a elevar as condições de vida nos vários setores de atividades, e bem assim elaborou-se o Plano de Desenvolvimento Integrado dos Municípios de Macapá, Amapá e Oiapoque.

No Território de Roraima, a formação da infra-estrutura, indispensável ao seu fortalecimento econômico e à criação de condições efetivas de apoio ao seu desenvolvimento, marcou, no período 1969/73, a preocupação dos responsáveis pela sua administração.

O número de escolas primárias em 1973 no Território é de 146, estando em funcionamento mais 41 experimentais. A matrícula passou de 6.300 para 11.000 alunos e o quadro de professores é de 413.

O abastecimento de energia do Território aumentou de 3.000 para 4.500 kw e já se programa instalar mais uma Unidade de 1.500 kw até meados de 1974.

No setor de transportes, concluiu-se a obra de estação de passageiros do Aeroporto Internacional de Boa Vista, que importou em Cr\$ 6.860 mil.

O programa de interligação do interior à capital, iniciado em 1971, com a construção de pontes metálicas, apresenta as seguintes já concluídas: sobre o rio Mucajaí, com 232 metros (na BR-174); sobre o rio Surrão, com 55 metros (na BR-401) e sobre o rio Parimé, com 55 metros (na BR-174).

Foram também implantados no Território mais de 100 km de estradas vicinais.

Introduziram-se no rebanho bovino do Território, em 1971, 1.100 exemplares de raças Zebuínas (Nelore, Guzará e Gir) para melhoramento do rebanho, que é estimado em mais de 250.000 cabeças.

Esforça-se o Governo no sentido de aperfeiçoar a exploração agrícola da área, promovendo a realização de experimentos de fruticultura, juta e fumo, e a instalação de máquinas de beneficiamento.

O Projeto Rondon aumentou o número de campi avançados de 3 para 12, na Amazônia, entre 1969 e 1973, abrangendo atualmente as seguintes cidades: Boa Vista, Parintins, Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Santarém, Altamira, Marabá, Humaitá, Alto Solimões, Itaituba, Amapá e Tefé.

Constituindo-se na principal região-problema de desenvolvimento no País, o Nordeste, região semi-árida, sujeita a estiagens cíclicas, padece crises periódicas no setor primário, com reflexos sensíveis sobre a economia regional e o bem-estar das populações.

Em 1970 a SUDENE enfrentou a primeira grande seca verificada na região, desde a sua criação.

A área atingida pela calamidade abrangeu cerca de 370.400 km², representando, aproximadamente, 62% do Polígono das Secas, e compreendendo 605 municípios.

Mediante convênios com órgãos federais que atuam na área do Nordeste, e com os Governos dos Estados atingidos pela calamida-

de, foram abertas 145 frentes de trabalho, proporcionando o atendimento direto a cerca de 2.500.000 habitantes. Para atendê-los, doaram-se 6.135 toneladas de alimentos e 17.234 unidades de medicamentos; aplicaram-se 1.206.861 doses de vacinas; adquiriram-se 1.003 veículos e distribuíram-se 987.624 unidades de ferramentas.

Como efeito da utilização da mão-de-obra nas 145 frentes de trabalho, atacaram-se 8.384 km de rodovias, construíram-se e melhoraram-se 62 açudes e intensificaram-se 9 projetos de irrigação na área do Nordeste, naquele exercício.

Observou-se também que o resultado da ação do Governo foi altamente positivo na região, quanto ao comportamento do mercado de gêneros alimentícios básicos, assegurando o controle dos níveis de preços e da oferta, mantendo-se dentro de padrões razoavelmente normais de variação.

Como resultado da ação conjunta e coordenada dos órgãos do Governo Federal que atuam na área, bem como dos Governos Estaduais, conseguiu-se a estabilidade social das populações atingidas que encontraram assistência suficiente para evitar migração desordenada e penosa, para outras regiões do País mais favorecidas.

Em 1972, pôs-se em execução um programa de obra consideradas preventivas contra os efeitos da seca, em alguns Estados da região, notadamente nas áreas de maior incidência do fenômeno.

Em virtude da prolongada estiagem que ocorreu na região dos Inhamuns, em 1972, executou-se programa de construção de 14 açudes e a perfuração, recuperação e instalação de 100 poços.

Os trabalhos de estudos e análises do setor agrícola, desenvolvidos na região, no período de 1970/73, referem-se a: estudos para determinação do tamanho típico da unidade de produção, abrangendo todos os Estados nordestinos; elaboração do projeto de defesa sanitária animal; conclusão, para os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e início, para os Estados de Pernambuco e Ceará, de estudos sobre arrendamento da terra e rentabilidade dos estabelecimentos agrícolas; realização de estudos de mercado para 17 produtos agropecuários; e execução da pesquisa básica para o desenvolvimento agrícola da área mineira do Polígono. Criaram-se, igualmente, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola em 6 Estados.

O desempenho da Companhia de Colonização do Nordeste, constituída em 1972, é assinalado, no período 1970/73, pela execução dos seguintes trabalhos de apoio: construção e conservação de 120 km de estradas vicinais, num total de 264 km, já implantados; construção de 6 depósitos, totalizando 26; abertura de mais 60 estradas para os núcleos que, somadas às anteriormente implantadas, perfazem o total de 180.

Para racionalização do sistema regional de abastecimento, iniciou-se, em 1969, a implantação da Central de Abastecimento do Recife, atualmente Central de Abastecimento de Pernambuco S/A, em fase de ampliação. Subseqüentemente, no período 1970/73, implantaram-se também Centrais de Abastecimento nas cidades de Salvador, Fortaleza e Aracaju, já em expansão.

Quanto à comercialização de sementes selecionadas, que vem sendo utilizada para permitir a melhoria da produtividade das culturas, os resultados alcançados permitem estimar a evolução dos trabalhos. Até 1969, foram adquiridas e comercializadas 240 t de algodão e 1.300 t de milho, enquanto, em 1970/73, as quantidades alcançadas foram: 6.400 t de algodão, 880 t de arroz, 1.790 t de feijão, 2.730 t de milho e 50 t de oleaginosas.

Os serviços desenvolvidos a partir de 1971, com relação à defesa sanitária animal registraram a instalação e reequipamento de 49 postos e a vacinação contra as principais zoonoses em 1.817.917 espécimes animais.

Em 1973, foram instalados campos de produção de algodão em 4.000 ha e campos de multiplicação de forrageiras em 3.200 ha. Construíram-se 3.200 m³ de silos trincheira para ensilagem e instalaram-se 8 subpostos para defesa sanitária animal, na região.

Visando ao conhecimento das possibilidades da agricultura nordestina, as atividades de pesquisa e experimentação agrônomicas foram orientadas para a elevação da produtividade do emprego dos recursos no setor.

Até fins do exercício de 1973, efetivaram-se 5 pesquisas objetivando a elaboração de mapas fitossanitários, que abrangem as culturas de feijão, milho, banana, mandioca e cebola; estudo de biologia das principais pragas e determinação da intensidade de infestação no campo; dimensionamento dos métodos de controle das principais pragas e moléstias; perspectivas de soluções para os problemas fitossanitários.

Realizaram-se 450 estudos para o zoneamento agrícola, em 1973, com vistas à determinação dos parâmetros solo e clima para as 15 principais culturas do Nordeste.

Com relação às pesquisas e experimentações realizaram-se, no período 1970/73, mais 846 experimentos.

As atividades de administração de incentivos à iniciativa privada, que se constitui em esteio da política agropecuária regional, apresentaram, de 1970 a setembro de 1973, os seguintes resultados: 278 projetos agropecuários aprovados; 104 empresas com produção iniciada, o que gerou 10.961 oportunidades de emprego direto, enquanto nos anos anteriores esse total alcançou 3.255.

O valor total dos investimentos previstos nos projetos agropecuários foi de Cr\$ 1.753,8 milhões, de 1970 a setembro de 1973, enquanto em 1969 correspondeu a Cr\$ 266,5 milhões.

Quanto às pesquisas e programação setoriais, encontram-se em andamento os estudos sobre a produção de petroquímicos de 3ª e 4ª geração, visando à implantação do pólo petroquímico do Nordeste.

Acham-se em execução a pesquisa e a programação da indústria de máquinas e implementos agrícolas, que irão provocar profunda repercussão na integração com o setor primário e a diminuição dos custos na agricultura.

Executa-se, ainda, pesquisas sobre laticínios e estuda-se o mercado de plásticos e fibras sintéticas, bem como a viabilidade, em Sergipe, da indústria de confecções.

Procedeu-se, também, a estudos e pesquisas sobre a industrialização de frutas regionais, carne, minerais não metálicos, metalúrgica e fertilizantes.

O projeto de implantação da Usina Siderúrgica da Bahia — USIBA, no município de Simões Filho, constituiu o único projeto industrial do Setor Público no Nordeste.

Na sua primeira fase de funcionamento, fabrica semi-acabados de aço para implementar indústrias mecânicas e outras, atraídas pela regularidade e qualidade do fornecimento da matéria-prima.

A fábrica se encontra em fase de testes, produzindo tarugos de aço e de estocagem da matéria-prima.

Com o objetivo de proporcionar infra-estrutura industrial adequada e a baixo custo para localização e implantação dos projetos industriais, prosseguem os trabalhos de organização e implementação de 10 Distritos Industriais em todo o Nordeste.

Os Núcleos de Assistência Industrial, cuja implantação foi complementada em 1970, realizaram estudos de viabilidade para implantação de outros seis Distritos Industriais, quatro deles no Estado da Bahia e dois no Estado do Piauí.

Os trabalhos de assistência técnica direta realizados por esses Núcleos, no período de 1970/73, elevaram-se a cerca de 400, contra 107 até 1969.

Foram concedidos, até 1969, 229 financiamentos. Nos anos subsequentes, esse total foi acrescido de mais 130, aproximadamente.

No período 1971/73, aprovaram-se 33 projetos de incentivos à Pequena e Média Empresa Industrial, relativos a pedidos de financiamento ou isenção de impostos de renda e de implantação, além de mais de 100 propostas de incentivos fiscais.

A criação do Sistema Regional de Promoção e Exportações Nordesteiras, no sentido de aumentar a contribuição do comércio exterior na renda do Nordeste, foi resultado de esforço conjugado da SUDENE e dos Estados da região.

Da atuação do Sistema resultou a inclusão de novos produtos na pauta das exportações nordestinas, com exportações estáveis e

regulares, tais como calçados, colchas de chenile, confecções, fogões e botijões de gás, redes de algodão, meias de nylon, camas portáteis, luminárias, frutas em calda, sucos de frutas, charutos e cigarrilhas, laminados de madeira, centrais telefônicas e componentes, condicionadores de ar, tapetes e muitos outros.

Notáveis incrementos caracterizam as exportações nordestinas na área de manufaturados. No Estado de Pernambuco, foram exportados US\$ 2.733.000 de manufaturados no período de janeiro a setembro de 1972 contra US\$ 712.890 no mesmo período do ano anterior, com um incremento de 283%. No Ceará, o esforço das novas empresas instaladas com os incentivos da SUDENE, elevou as exportações a US\$ 742.000,00 em janeiro/setembro de 1972, registrando aumento de 654% em relação ao mesmo período de 1971. Na Bahia e em outros Estados são igualmente notáveis os progressos na área dos produtos manufaturados.

Os projetos integrados de irrigação do Nordeste que constituem programa dos mais importantes dentro da estratégia do desenvolvimento econômico da região, prevêem o indispensável melhoramento do setor primário com a transformação da tecnologia agrícola regional.

No período 1970/73 assinala-se, dentre as realizações da SUDENE, a elaboração do diagnóstico das regiões prioritárias do PROVALE.

O Laboratório mantido em Petrolina realizou 95.923 determinações físicas e químicas em 13.490 amostras de solos, e análise de proteína em 170 amostras de forragens.

A importância da determinação das áreas produtoras de matéria-prima vegetal e a quantificação de suas reservas reclamaram maior destaque à execução do inventário florestal do Nordeste.

No período 1970/73, executaram-se trabalhos de fotointerpretação de matas remanescentes em área de 108.000 km² e fez-se o inventário florestal de 20.000 km², na Bacia do São Francisco, além de Pesquisas Tecnológicas Básicas.

O programa de geração de energia elétrica para o Nordeste está dimensionado de modo que atenda a expansão do mercado até 1985.

Na área de saúde, onze novas regiões sanitárias foram instaladas no Nordeste, recebendo assistência técnica e financeira, juntamente com as 34 existentes. Paralelamente, 30 unidades de serviços de saúde, localizadas nas capitais e sedes de regiões de Saúde dos Estados nordestinos, foram recuperadas.

O projeto "Perspectivas do Desenvolvimento do Nordeste até 1980" constitui análise prospectiva de praticamente todos os aspectos da economia nordestina no que respeita à sua possível evolução até o fim da década. Abrange estudo global e análises setoriais sobre os seguimentos que se afiguram relevantes ao estabelecimento de novos padrões para a ação planejada sob o comando governamental.

Profundas modificações se introduziram a partir de 1970 nas atividades tradicionais do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Diagnósticos da atuação anterior suscitaram a planificação do uso ordenado da água acumulada — cerca de 11 bilhões de metros cúbicos — reserva contida por infra-estrutura de obras hidráulicas de grande porte e que permanecia ociosa ante os efeitos das estiagens normais.

Iniciou-se então a irrigação de cerca de 500.000 ha a médio prazo no Nordeste, reservando-se parte dessa área para a produção de forragens.

São os seguintes os principais projetos de irrigação:

CALDEIRÃO, no Piauí, em operação, dispondo de 1.200 ha dos quais 450 ha irrigados por sistema misto de aspersão e gravidade;

GURGUEIA, no Piauí, em estudos de reconhecimento de 40.000 km², com maior detalhadamente em 150.000 ha;

LAGOAS DO PIAUÍ, com estudos de viabilidade concluídos para aproveitamento de 5.000 ha;

MORRO DOS CAVALOS (Vale do Fidalgo), no Piauí, com estudos de reconhecimento concluídos de 90.000 ha, e iniciado o plano diretor para 10.000 ha;

BANABUIÚ — MORADA NOVA, no Ceará, cujas obras dominam 3.173 ha;

ICÓ—LIMA CAMPOS, no Ceará, cuja reformulação prevê a implantação de 6.500 ha, com cerca de 3.354 ha irrigados;

BAIXO JAGUARIBE, no Ceará, com perspectiva de desenvolver 60.000 ha irrigados por processo de gravidade;

CURU—RECUPERAÇÃO E CURU—PARAIPABA, ambos no Ceará, no vale do rio Curu, utilizando águas represadas em 3 reservatórios, já construídos, que acumulam cerca de 1.000.000 m³;

QUIXABINHA, com 120 ha irrigados por aspersão; SANTO ANTONIO DE RUSSAS, com 4.300 ha; EMA, com 332 ha; VÁRZEA DO BOI, com cerca de 14.000 ha; RIACHO DO SANGUE, com 4.100 ha, todos situados na grande bacia hidrográfica do rio Jaguaribe, no Ceará;

AIRES DE SOUZA E FORQUILHA, também no Ceará, já dispõe de estrutura devidamente recuperada e adequada à sua exploração em princípios modernos e racionais, com aproveitamento de 615 ha e 400 ha, respectivamente.

BAIXO-AÇU, no Rio Grande do Norte, em fase de planejamento e estudos de viabilidade para 25.000 ha;

PAU DOS FERROS, CRUZETA, ITANS—SABUGI, no Rio Grande do Norte, para aproveitamento dos respectivos reservatórios já construídos, com previsão de aproveitamento de 2.450 ha irrigáveis;

SUMÉ, na Paraíba, com 51 colonos instalados em 240 ha;

SÃO GONÇALO, na Paraíba, envolvendo a recuperação total e racional da infra-estrutura hidráulica construída;

ENGENHEIRO ARCOVERDE, na Paraíba, também de recuperação de estrutura que abrange 281 ha;

ESTEVAM MARINHO, na Paraíba, onde se mantém área de 10 ha em demonstração de agricultura irrigada por aspersão e se desenvolvem estudos de viabilidade para 4.500 ha;

MOXOTÓ, em Pernambuco, em fase de conclusão para beneficiamento de 4.000 ha e com 50 ha implantados;

BOA VISTA, em Pernambuco, em final de execução, com 6,3 km de canal principal e 19,8 km de canal secundário, dominando 154 ha;

CACHOEIRA II, em Pernambuco, concluído no exercício, com 162 ha irrigados por aspersão;

SACO II, em Pernambuco, com estudo de viabilidade concluído para 3.000 ha;

ITAPICURU, na Bahia, com projeto executivo concluído, destinado ao beneficiamento de 9.000 ha;

BRUMADO/RIO DE CONTAS, na Bahia, com projeto executivo concluído para 5.500 ha;

VAZA BARRIS, na Bahia, com a construção da 1ª fase, 1.200 ha, já iniciada, devendo abranger 4.500 ha;

CERAÍMA, na Bahia, com projeto para 640 ha em construção. Concluídos cerca de 50%, compreendendo 10,6 km de canal principal, 16,5 km de canais secundários, 14,0 km de rede de acéguas, sistematização de 252 ha, construção de 25 casas para irrigantes, retificação de 6,5 km de leito de rio, 21,0 km de drenos e 17,5 km de estradas do sistema viário.

JACURICI, na Bahia, com perspectiva de aproveitamento de 2.000 ha, e 120 ha implantados.

Dos 253 açudes públicos no Nordeste, 4 foram concluídos no período 1970-73 e 2 prosseguem em construção.

Dos quase 10.000 poços perfurados até o presente, mais de 1.500 o foram no quadriênio, servindo a pequenas comunidades e propriedades rurais.

Na área de atuação da SUVALE, no período 69-73, foram alcançados os seguintes resultados:

— São Desidério, na Bahia, concluído o projeto executivo e iniciada a implantação de 2.000 ha;

— Projeto Rio Grande, na Bahia, para o qual foi assinado contrato de elaboração do Plano Diretor para o Desenvolvimento Integrado da Área-Programa do Rio Grande, com base na irrigação, abrangendo área agricultável de cerca de 300.000 ha, com 50% executados;

— Projeto Corrente/Divisão Formoso, na Bahia, concluído o Plano Diretor da Divisão Formoso com 75.000 ha e o projeto executivo para 400 ha;

— Projeto Mandacaru, na Bahia, com 90% dos 424 ha implantados;

— Projeto Maniçoba/Curaçá, na Bahia, concluído o estudo de viabilidade técnico-econômica para irrigação de 5.800 ha e elaborados 50% do projeto executivo;

— Projeto Itiúba/Propriá, em Alagoas e Sergipe, prevê a irrigação de 3.400 ha no baixo São Francisco, sendo 1.800 ha Várzea de Propriá, em Sergipe e 1.600 ha no Município de Itiúba, em Alagoas;

— Projeto Marituba em Alagoas e Sergipe, onde foram implantados 60% do projeto piloto com área de 350 ha;

— Projeto Massangano, em Pernambuco, concluído o estudo de viabilidade para 6.600 ha;

— Projeto Bebedouro, em Pernambuco, concluída a implantação, e acha-se em operação área de 1.114 ha.

Com regiões pastoris bem definidas a SUVALE vem dando especial realce à bovinocultura, embora a suinocultura, a caprinocultura e a avicultura seja igualmente objeto de preocupações, tendo em vista a necessidade de diversificar a economia do vale em função dos fatores ecológicos já identificados. Em consequência desse entendimento, mantêm-se nas unidades localizadas em Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Alagoas rebanhos cuja finalidade é o aprimoramento da pecuária regional.

No Centro-Oeste, no período de 1969 a 1972, a SUDECO cumpriu papel de destaque na política de integração nacional, substanciando na construção das importantes rodovias de penetração BR-070 e BR-080, visando ligar a Capital Federal, respectivamente, às capitais de Mato Grosso e do Amazonas.

A partir do último trimestre de 1972, passou a SUDECO a desenvolver ação mais dirigida para o planejamento regional e a coordenação de atividades dos organismos setoriais, elaborando o documento preliminar do Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste para o biênio 1973/74, envolvendo total reestruturação orgânica.

O ano de 1973 foi basicamente de consolidação da nova posição, de complementação e início de implantação do Plano e da reforma administrativa.

O Território Federal de Rondônia beneficiou-se no período 1969/73 com a integração das rodovias BR-364 e BR-319 e ao Plano Nacional de Telecomunicações; com a criação da província estaniífera de Rondônia e o levantamento sistemático dos recursos minerais da Região; e com a implantação das sociedades de economia mista "Centrais Elétricas de Rondônia S/A" e Companhia de Água e Esgotos de Rondônia.

Destacam-se no setor de transportes a ultimização das estradas de integração nacional, BR-364 e BR-319, que se entrecruzam no Território, e a conclusão até junho de 1974 da Estação de Passageiros do Aeroporto de Porto Velho, e do Campo de Pouso asfaltado com 2.400 m.

Com a incorporação das Centrais Telefônicas do Território ao Grupo TELEBRÁS, surgiu a Telecomunicações de Rondônia S/A, implantando nova política de comunicações para integrar o interior com a capital e esta com o mundo, através do Sistema de Microondas em tropodifusão da EMBRATEL, recentemente inaugurado.

Em 1973, foram construídas as Usinas nas cidades de Guajará-Mirim, Vila Rondônia, Abunã, Vilhena, Pimenta Bueno, Costa Marques e São Carlos, num total de 2.225 m² de área e provimento de 5.040 kw, sendo a Usina de Guajará-Mirim com a potência de 2.480 kw, a de Vila Rondônia de 720 kw e as restantes padronizadas em potência de 368 kw.

A instalação de Serviço de Mecanização da lavoura e a execução de medidas voltadas para a melhoria do rebanho bovino, o aumento das culturas existentes, a expansão da rede de armazenamento, a silagem e o tratamento de cereais, o incremento ao cooperativismo constituíram as bases da atuação do Governo no sentido de fortalecer a economia primária do Território.

Adquiriram-se tratores e implementos agrícolas, máquinas para fabricação de adubos e de rações balanceadas para aves, além de se ter dado impulso à formação de pastagens.

O Programa de Incentivos à Produção da Borracha Vegetal está dinamizando as atividades relacionadas com a exploração extrativa e cultivada da seringueira. Outra atividade extrativista é a exploração da Castanha do Pará cuja produção é de aproximadamente 3.000 toneladas/ano.

Entre os resultados mais significativos obtidos na execução do Projeto Sudoeste-1, encontram-se:

- a eletrificação rural — o estudo de viabilidade de implantação de linhas de distribuição nos municípios de Alegrete e Uruguaiana, propiciou a criação da Cooperativa de Eletrificação Rural da Fronteira Oeste e definiu a implantação de rede para o atendimento de 4 mil propriedades rurais;

- a implantação de matadouro frigorífico por parte da Cooperativa rural Alegrentense Ltda. com a capacidade de abate de 60 mil bovinos e 120 mil ovinos;

- a assistência técnica, — foram assistidas 400 propriedades, sendo 280 dedicadas ao cultivo de soja, sorgo, trigo e arroz e 120 à pecuária, atingindo-se mais de 20 mil ha;

- a fusão de Cooperativas — o projeto concede assistência técnica a estudos tendentes à concentração de capacidade de armazenagem de cooperativas e a fusão destas;

- a introdução de soja e sorgo — na safra de 71/72 foram plantados, respectivamente, 2.200 e 2.000 ha, e em 72/73, 4.900 e 4.960 ha. O total de propriedades assistidas cresceu em mais de 5 vezes para ambas as culturas, tendo a assistência alcançado acima de 80% da área plantada e da produção colhida;

- a pecuária — a introdução de pastagens melhoradas de inverno, fenação e práticas de manejo vem resultando em sensível melhoria de produtividade, obtendo-se 30% mais em peso vivo do que proporcionaram as práticas tradicionalmente utilizadas.

O Projeto Noroeste do Paraná realiza estudos sobre recursos naturais, especificamente em torno do fenômeno da erosão urbana e rural e seus reflexos econômicos e sociais, numa área de 67.000 Km² e população de 3 milhões e meio de habitantes.

De setembro de 1972 a dezembro de 1973, o projeto absorveu recursos no total de 2 milhões e meio de cruzeiros, com a seguinte composição: SUDESUL — Cr\$ 1.800.000,00; Governo do Estado — Cr\$ 200.000,00; QEA — Cr\$ 500.000,00.

Os trabalhos do Projeto Litoral Sul de Santa Catarina se iniciaram em 1972, tendo sido lançado oficialmente em outubro de 1973, prevendo-se a aplicação de recursos no total de 3 milhões e meio de cruzeiros até março de 1974.

No litoral sul de Santa Catarina foi implantado o plano de desenvolvimento do setor pesqueiro, com aplicação de Cr\$ 1.880.000,00. Efetuou-se estudo de comercialização e distribuição do pescado na Região, com aplicação de 2 milhões de cruzeiros e assinaram-se convênios para projetos coordenados visando à correção dos desequilíbrios infra-setoriais por meio de capacitação de recursos humanos, dimensionamento da frota pesqueira e infra-estrutura portuária.

Contribuiu a SUDESUL com o total de Cr\$ 3 milhões para os Fundos de Águas e Esgotos dos Estados de Santa Catarina e Paraná, conforme diretrizes do PLANASA, acelerando a construção de obras de saneamento a cargo das Companhias Estaduais. Estão em fase de implantação os sistemas de abastecimento de água de Xanxerê e São Joaquim, em Santa Catarina; em ampliação os sistemas de abastecimento de água de Lages (SC), Campo Largo e Curitiba (PR), e de assentamento de redes de distribuição em Mandaguari (PR).

Importantes obras de canalização foram realizadas em Curitiba, além das seguintes barragens: Barragem Oeste — SC, integrando o sistema de barragens de contenção de cheias no vale do Itajaí — SC; Barragem Maestra — RS, integrante do sistema de abastecimento de água para a cidade de Caxias do Sul; Barragem Vacacaí-Mirim — RS, destinada represar as águas do rio Vacacaí-Mirim, para reforço do sistema público de abastecimento da cidade de Santa Maria; Barragem Val da Serra — RS, integrante do sistema público de abastecimento de água da cidade de Santa Maria — RS; Barragem Passo Fundo — RS, proporcionando a instalação de uma usina com 220.000 kw.

Na Região Sudoeste, o BNH desenvolveu intenso programa no setor de habitação, financiando cerca de 300.000 unidades no período.

Instalaram-se Municípios-Escola, em Leopoldina, Três Corações, Salinas/Almanara, Araguari, Pirapora, Uberaba, Patos de Minas, Ponte Nova, Muriaé, Boa Esperança, Patrocínio e Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais; em São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo; em Aracacruz, Castelo e Alegre, no Espírito Santo; e em Valença, no Estado do Rio.

Destacam-se dentre as realizações do DNOS na região o sistema de abastecimento de água de Belo Horizonte e as obras de proteção contra inundações na Região do Grande Rio e da baixada de Campos.

Com o Programa de Ação Concentrada — PAC, tentou o Ministério Ordenar o esquema de desenvolvimento urbano que se esboçava naturalmente, como reflexo dos movimentos migratórios incentivados pelas melhores oportunidades de emprego e serviços oferecidos pelos centros urbanos, e para o qual se orientava naturalmente a ação de planejamento e capacitação da SERFHAU e o poder financiador do BNH.

O desempenho do SERFHAU no período 1969 a 1973 pode ser agrupado em duas grandes linhas de atuação: Planejamento Local e Organização Municipal, apoiado por programa de Capacitação de Recursos Humanos.

O Fundo de Financiamento para Planejamento Local-FIPLAN forneceu os recursos necessários à elaboração dos documentos adequados aos: Planos de Ação Imediata — PAI, Planos de Desenvolvimento Local Integrado — PDLI, Planos Micro-Regionais de Desenvolvimento Integrado — PMRDI, Planos Metropolitanos de Desenvolvimento Integrado — PMDI; bem como para projetos específicos: Reformas Administrativas, Cadastro Técnicos Municipais e outros de natureza urbana. Nesses 4 anos foram financiados 106 planos e projetos no valor global de 102 milhões de cruzeiros, para municipalidades cujo total da população atinge a casa dos 22 milhões.

Considerando-se a importância decisiva que os Estados vêm assumindo na concepção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, o SERFHAU vem desenvolvendo esforços no sentido de apoiar seus governos objetivando adequar antigas estruturas e definir novas em conformidade com o papel que devem desempenhar no Sistema Nacional de Planejamento. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram os Estados cujas condições locais permitiram a mais efetiva assistência técnica desse tipo e, no Nordeste, os Estados do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte são os que se acham em estágio mais avançado nesse particular.

O Centro de Informação para o Desenvolvimento Urbano e Local—CIDUL, até à sua implantação, exigiu 3 anos de trabalho, envolvendo assessoria técnica estrangeira e recursos da ordem de 1.200.000 dólares.

O CIDUL constitui-se em instrumento da mais alta relevância para o planejamento, em nível nacional ou municipal. Armazena todas as informações e dados concernentes aos municípios brasileiros, que processados em computador podem ser tratados das mais variadas formas, no interesse de qualquer usuário que se proponha utilizar o sistema.

O total de habitações financiadas pelo Governo, de novembro de 1969 até 31 de dezembro de 1973, atinge cerca de 543 mil. O investimento global representado por essas habitações será de Cr\$ 33,9 bilhões, 35% dos quais financiados pelo BNH. Representam essas unidades cerca de 40 milhões de metros quadrados de área construída, onde irão morar, ou já estão morando, mais de dois milhões e meio de pessoas.

No ano de 1970 entrou em funcionamento o Plano de Equivalência Salarial — PES, que veio facilitar a aquisição da casa própria por parte das pessoas de menor renda, na medida em que permitiu que a atualização monetária das prestações acompanhasse a evolução dos salários.

Dentro da política de desenvolvimento econômico e social, aperfeiçoou-se o Plano Nacional de Habitação e ampliou-se o acesso das famílias brasileiras à casa própria.

Por intermédio do Banco Nacional da Habitação, administram-se sistemas auto-sustentáveis de financiamento à casa própria e soluções para os problemas derivados do rápido processo de desenvolvimento urbano no País, cuja experiência constitui hoje acervo dos mais importantes, para áreas em desenvolvimento de grande extensão territorial.

Em 1974 esse programa já se aproxima do milionésimo financiamento habitacional, achando-se em pleno funcionamento, também, os de interesse social, que se destinam a ofertar, pelo preço de custo, a prazo de 25 anos, moradias para famílias com renda regular de um a três salários mínimos, ou de três até nove salários mínimos, respectivamente nos casos das COHABs e das cooperativas.

No campo específico das famílias com renda regular inferior a três salários mínimos, o Governo vem colhendo expressivos resultados, nesta faixa de renda, onde praticamente inexistia qualquer política oficial para facilitar o acesso à casa própria. Tais resultados se devem, em grande parte, à articulação de esforços entre a União, os Estados e os Municípios.

Embora já houvesse o Governo financiado, em 1972, mais de 250.000 moradias, o País estava longe, ainda, de eliminar o déficit de habitações neste campo. Os esforços das três áreas de governo necessitavam de objetivos físicos e financeiros compatíveis com as dimensões do problema e com a capacidade das entidades públicas a que competem as soluções.

Diante desse diagnóstico geral, providenciou o Governo se aperfeiçoassem os instrumentos capazes de assegurar o acesso das famílias mais pobres à casa própria. Os estudos nesse sentido resultaram no Plano Nacional de Habitação Popular — PLANHAP, destinado a famílias com renda regular entre um e três salários mínimos, bem como em experiências diversificadas objetivando soluções habitacionais para famílias com renda ainda inferior àquela faixa.

Em dez anos, a partir de 1973, o País precisa construir, nesse campo, pelo menos 2 milhões de novas moradias. Este enorme objetivo físico, que implica investimentos, atualmente, da ordem de Cr\$ 31 bilhões, somente em obras de construção civil, representa aproximadamente um terço do esforço que, durante a década, o País terá de fazer para atender à demanda global de moradias.

A produção de 2 milhões de casas, limitadas quanto ao custo por força do nível de renda das famílias a que se destinam, somente será possível se o trabalho comum já observado nos três níveis de

Governo se ajustar às novas dimensões e for orientado para este objetivo, alcançando, também, níveis mais altos de coordenação.

O PLANHAP, anunciado em 23 de janeiro de 1973, é o instrumento pelo qual se espera chegar a tão amplo e essencial resultado.

Conhecidas as necessidades de habitação para famílias situadas na faixa de renda entre um e três salários-mínimos e definidos os investimentos que terão de ser feitos para atendê-las, em dez anos, tratou-se de projetar mecanismo financeiro segundo o qual a indispensável colaboração dos Estados se efetive dentro de dois pressupostos básicos:

- capitalização das contribuições financeiras de modo que, após o primeiro decênio de execução do PLANHAP, os Estados já não tenham de despende recursos adicionais para construção de habitações destinadas a famílias com renda até três salários-mínimos;

- esforço anual de cada Estado, desde o início do PLANHAP, não superior a 2% da respectiva Receita Tributária.

Paralelamente, calcularam-se os investimentos mínimos em infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários exigidos, nos Estados e Municípios, pelos dois milhões de habitações planejadas, para atender a um dos princípios do PLANHAP que consiste em produzir habitações dotadas dos requisitos mínimos de conforto e higiene. Embora esse tipo de investimentos exija, a preços do primeiro trimestre de 1974, recursos que podem alcançar até Cr\$ 9 bilhões, o BNH já instituiu mecanismo de empréstimos capaz de assegurar a respectiva cobertura. Ordenados segundo suas receitas *per capita*, os Estados e Municípios terão condições financeiras para realizarem tais investimentos e de se ajudarem mutuamente, mediante esquema em que os mais pobres recebem financiamentos, a juros menores, e os mais ricos pagam juros mais elevados, tornando viável a execução do PLANHAP e concorrendo para o êxito da política governamental de distribuição de renda.

Estão plenamente delineados e em funcionamento os mecanismos financeiros do PLANHAP, ao qual já aderiram 17 Estados e o Distrito Federal.

Após a institucionalização do Plano, já se cuida de aprovar os primeiros projetos habitacionais de que resultarão casas mais baratas, em termos reais, do que as anteriormente produzidas para a mesma faixa de renda, pois, a partir do PLANHAP, não incidirão no preço desses imóveis os valores correspondentes à infra-estrutura urbana e aos equipamentos comunitários.

O PLANHAP, facultando a instituição do grande Sistema Financeiro da Habitação Popular (SIFHAP) e a melhor articulação dos esforços públicos e privados no sentido de proporcionar o acesso à casa própria pelas famílias de menor renda, deu ao programa habitacional, neste campo, dimensões técnicas, econômicas e financeiras que justificam pesquisas e soluções revolucionárias no sentido de reduzir, ainda mais, o custo final dos imóveis.

A necessidade de assegurar aos ocupantes dos conjuntos habitacionais financiados pelo BNH total acesso aos serviços públicos e à infra-estrutura urbana essencial determinou a criação, no primeiro semestre de 1973, de mais dois programas: o Financiamento para Urbanização de Conjuntos Habitacionais (FINC) e o Financiamento de Equipamentos Comunitários de Conjuntos Habitacionais (FINEC), ambos voltados para o pleno êxito do PLANHAP, encarado este como fator de integração social crescente das populações de menor nível de renda.

O Plano Nacional do Saneamento — PLANASA estabeleceu como meta intercorrente o abastecimento de 80% da população urbana até 1980.

Para a execução dos programas de abastecimento de água, o Sistema Financeiro do Saneamento terá assumido compromissos com cerca de 3.500 municípios, sendo que em cerca de 650 já foram ou estão sendo executadas obras orçadas em Cr\$ 5,3 bilhões e dimensionadas para atender a cerca de 60 milhões de pessoas.

No programa de controle da poluição das águas, o Sistema Financeiro do Saneamento já se comprometeu a financiar os Sistemas de redes de esgotos de 202 cidades. Esse programa apresenta como

característica pioneira a condição essencial de que as cidades interessadas apresentem projetos que solucionem efetivamente o problema de controle da poluição, de forma integrada, por bacia ou corpo receptor.

Outro fato de grande importância, ocorrido no período, foi a criação de três Fundos de Desenvolvimento Urbano, que se destinam ao financiamento de projetos relacionados com a infra-estrutura e obras prioritárias dos principais centros urbanos do País. O primeiro a ser criado foi o Fundo de Desenvolvimento Urbano do Nordeste, no valor global de Cr\$ 400 milhões. Veio a seguir o Fundo que visa a atender as regiões Leste, Centro-Oeste e Sul, no valor global de Cr\$ 1 bilhão.

Com vistas à complementação urbana foi instituído, no começo de 1973, o projeto CURA que visa obter o máximo de rendimento de bairros carentes de infra-estrutura urbana ou de equipamento comunitário, garantindo-se, assim, maior conforto para a população que vive nessas áreas.

foi também lançado em 1973 programa de financiamento de drenagem na área urbana, que permitirá evitar a calamidade pública representada pelas enchentes que afetam a segurança e a economia de vários núcleos urbanos do País.

Dos cento e oitenta mil índios, componentes de cento e quarenta e cinco grupos tribais, oitenta mil são diretamente assistidos pela Fundação Nacional do Índio; cinquenta mil recebem assistência das Missões Religiosas e os outros cinquenta mil são considerados isolados e arredios, sem contato com os civilizados.

A ação da FUNAI estende-se por todo o País com exceção dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo e Guanabara, onde não existem índios.

O patrimônio indígena ocupa cerca de 100.000.000 ha. Dessa área, 52.700.000 ha estão devidamente cadastrados e registrados e 68.220 ha são cultivados.

Do último trimestre de 1969 até março de 1974, estarão demarcados cerca de 3 milhões de ha.

O plano habitacional da FUNAI prevê a construção de 1.532 casas para os índios, já tendo sido entregues 344 unidades até junho de 1973.

Neste setor, destaca-se a criação, em 1970, das Unidades de Saúde, com distribuição trimestral de medicamentos aos postos indígenas; das Equipes Volantes de Saúde, atualmente em número de doze; o franco funcionamento do Hospital do Índio, no Bananal, e da Chácara-Ambulatório, em Cuiabá.

A FUNAI, por meio do Plano de Saúde para melhor atendimento ao silvícola, vem realizando, em convênio com outros órgãos, o cadastramento torácico de toda a população indígena, bem como procurando atuar de forma preventiva realizando a imunização sistemática contra as doenças transmissíveis evitáveis.

Em face da arrancada para integração da Amazônia e a fim de evitar choques entre índios e civilizados, a FUNAI teve que se anteciper nos trabalhos de abertura das Rodovias Transamazônica, Cuiabá/Santarém, Xavantina/Cachimbo, Manaus/Caracará e, agora Perimetral Norte. Para tanto, foram lançadas dezoito Frentes de Atração, sob a direção de pessoal especializado no trato com o silvícola.

Os recursos utilizados pelo Projeto Rondon evoluíram de 4 milhões de cruzeiros em 1970 para mais de 31 milhões em 1973.

O desenvolvimento das suas atividades caracterizou-se pela expansão quantitativa e qualificativa de seus programas, atingindo um total de mais de 54.000 participantes no período 69/73, passando de cerca de 6.000 em 1969 para mais de 17.000 em 1973.

A nova sistemática do Projeto abriu amplas perspectivas de cooperação com órgãos públicos em geral, especialmente as Superintendências Regionais, mediante convênios, que montaram a 240, no período considerado. De 293 municípios atingidos em 1969, chegou-se a 2.597 em 1973.

Para corresponder aos anseios da juventude universitária, o Projeto Rondon vem de criar o Programa de Estágios Remunerados, que permite ao universitário realizar experiência profissional, ao mesmo tempo que lhe proporcionou contato com setores de seu futuro campo de atuação. Convênios firmados já permitiram a admissão de 3.837 universitários para estágio nestes órgãos.

Encaminhou o Governo para as áreas menos desenvolvidas do Nordeste e Amazonas projetos no valor de cerca de 20 bilhões de cruzeiros de investimentos a preços de 1973 pelo mecanismo de incentivos, promovendo a criação de aproximadamente 115 mil empregos diretos. Em outras regiões estimulou a criação de vários projetos integrados em zonas de crescimento deficiente.

POLÍTICA SOCIAL EDUCAÇÃO E CULTURA

Em 1970 prepararam-se as linhas mestras de uma política nacional no campo da educação, partindo das seguintes premissas básicas: a educação deve ser entendida como investimento; cumpre respeitar-se a vocação dos indivíduos, mas a expansão da oferta e os incentivos às pessoas devem responder às prioridades estabelecidas em função das necessidades reais da formação de recursos humanos imprescindíveis aos reclamos do desenvolvimento brasileiro; é a democratização do ensino imperativo de natureza política e de natureza ética; a educação deve voltar-se para a valorização do homem, sem perder de vista ser a formação humanística que realiza o homem no seu todo; importa compatibilizar o papel formador da escola com as oportunidades do mercado de trabalho, para evitar a formação de excedentes profissionais; deve ser finalidade da educação preparar a pessoa para o exercício consciente da cidadania democrática, segundo a formação idealística, garantidora da prevalência dos valores espirituais e morais sobre os materiais; deve o analfabetismo ser atacado concomitantemente pela busca acelerada da universalização da taxa escolarização e pelo rápido decréscimo do número dos analfabetos adolescentes e adultos; deve-se preservar a qualidade do ensino, mesmo diante dos inevitáveis processos de massificação.

Com base em tais premissas, elaborou-se o Plano Setorial de Educação do qual derivaram, inicialmente, 33 projetos que, somados aos mais recentes, perfazem 36 considerados prioritários e em plena execução.

No nível dos 1º e 2º graus, mediante permanente assistência técnica prestada aos Estados e aos Territórios Federais e encontros anuais com os Secretários de Educação, foi possível garantir a homogeneidade de uma política nacional de planejamento da oferta.

Elevou-se a taxa de escolarização de 66% ao fim de 1969, para quase 78% em 1973, garantindo, assim, alcançar-se a meta de 80% programada para 1974.

A construção e o equipamento de novos estabelecimentos polivalentes, adequados à implantação da reforma do ensino de 1º e 2º graus, envolveu, também, a preparação do magistério. Só para os novos estabelecimentos construídos (131 escolas polivalentes, de 1970 a 1973, principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo) foram preparados, em nível universitário, mais de 7.000 professores, e qualificados ou titulados mais 120.000 professores, enquanto outros 120.000 foram atualizados para o exercício do ensino fundamental segundo os postulados da reforma, num ambicioso projeto de treinamento do magistério.

A alfabetização foi planejada para execução maciça e descentralizada. Em 3 anos de existência efetiva do MOBRAF, os efeitos são altamente animadores. Mais de 5.500.000 alfabetizados, com mais de 14 anos de idade; 100.000 postos de alfabetização espalhados por todos os municípios brasileiros; queda de 33% da população adulta analfabeta para menos de 24% e redução do número de analfabetos, em valor absoluto, de quase 18 milhões, para cerca de 14 milhões, tudo no período de setembro de 1970 a setembro de 1973, o que representa, efetivamente, salto da maior importância, reconhecido pelas

autoridades educacionais da UNESCO. É de ressaltar-se que tal redução do contingente de analfabetos, em valor absoluto, é totalmente inédita no Brasil.

Para evitar o problema da regressão, o MOBRL mantém os cursos de educação integrada e um projeto cultural, que abrange desde a publicação de um periódico até a edição de livros para neoleitores.

Paralelamente ao MOBRL, o ensino supletivo atende à clientela desse nível por intermédio do Movimento Brasileiro de Educação de Base, bem como do Projeto Minerva, que utiliza a técnica de escolas radiofônicas. A qualificação da mão-de-obra, intimamente ligada à alfabetização, completa o quadro de valorização do homem.

Pela Lei nº 5.692, de agosto de 1971, não só se reformou a natureza da educação profissionalizante, a sondagem de vocações da criança, entre os 7 e 14 anos na educação para a vida, e a terminalidade no nível de 2º grau e conseqüente preparação dos técnicos de nível médio, tão escassos no País.

Visando a modificar o quadro de política salarial aviltante, o Governo estabeleceu regime diferenciado para o magistério de grau superior e fixou valores mínimos de remuneração para o magistério de 1º e 2º graus, além de ensinar a criação do Estatuto do Magistério, já objeto de lei, em alguns Estados da Federação, como Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Quanto ao magistério superior federal, há hoje cerca de 12.000 professores universitários em regime diferenciado, de dedicação exclusiva ou de 24 horas semanais. Os Cr\$ 25.000.000,00 a ele destinados em 1970, são em 1973 mais de Cr\$ 250.000.000,00.

Não menos expressivo é o projeto de construção dos campi universitários. Além dos recursos orçamentários a isso destinados, já se aplicaram recursos externos correspondentes a 30 milhões de dólares americanos que beneficiaram 18 Universidades. Na construção acelerada do campus (1ª fase) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 1970 a 1972, aplicaram-se cerca de Cr\$ 400.000.000,00, o que possibilitou a sua inauguração em setembro de 1972.

Para atender a um número substancial de outras universidades, acaba o Governo de contratar empréstimo a juros baixos e longo prazo, no valor de US\$ 60.000.000,00, que irá atender a mais treze instituições de ensino. Negocia-se, atambém, outro empréstimo com o BID, no valor de 50 milhões de dólares para construção e equipamento de outras vinte universidades, algumas de natureza privada.

No decorrer de 1974, a grande maioria das Universidades Federais terá seus campi com a 1ª fase concluída, à semelhança da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A educação física, tornada obrigatória em todos os níveis, exigiu uma agressiva política de construções para implantar nas Universidades, como nas escolas de grau inferior, e nos estabelecimentos militares a infra-estrutura de que se ressentiam. Foram então construídos e postos ao serviço dos estudantes: 18 piscinas olímpicas; 72 piscinas semi-olímpicas; 71 pistas de atletismo; 112 ginásios cobertos; e 416 quadras polivalentes.

Desenvolve o Conselho Nacional de Desportos política de incentivo em que se salienta a valiosa contribuição do desporto para a realização da "Copa Independência", em 1972.

Além de dinamizar-se a área das bibliotecas públicas e reformularem-se as competições literárias, lançou-se política de coedições por intermédio do Instituto Nacional do Livro, cujos resultados podem considerar-se excelentes.

Com a política de coedição do livro literário, obteve o Governo um barateamento de 40% no preço de capa, graças ao aumento da tiragem, com a compra, paralela, de 40% dos exemplares, para remessa às bibliotecas públicas e salas de leitura. Mais de 3 milhões de volumes foram coeditados, entre 1970 e 1973.

A partir desse resultado altamente satisfatório, passou-se ao campo do livro didático. Entre 1972 e 1973 foram coeditados, na área do 1º grau, mais de 28 milhões de exemplares, cujo preço médio para o público não ultrapassou Cr\$ 4,30 em 1972.

Os Estados distribuíram, gratuitamente, aos alunos do ensino fundamental, mais de 24 milhões de livros.

No campo do Ensino Superior, onde foram aplicados Cr\$ 5.975.995,00, foram coeditados acima de 500.000 volumes, por preços populares, e abasteceram-se as bibliotecas centrais das Universidades, visando a colocar no mínimo 1 volume à disposição de cada dez estudantes para consulta.

Na área cultural, procedeu-se à remodelação dos museus (saliendo-se o de Belas Artes, o Histórico Nacional e o Imperial de Petrópolis), bem como a Biblioteca Nacional, que recebeu meios que lhe garantiram não só a recuperação do imóvel, como de milhares de volumes.

Visando à dinamização de toda a área cultural, o Governo destacou para 1973 o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, com os quais se financiou o atual Plano de Ação Cultural, em pleno desenvolvimento. O patrimônio histórico, artístico e natural recebeu, em conseqüência, maior soma de meios para a sua preservação.

Como resultado de sua nova estrutura, pôde o Ministério dar flexibilidade à sua administração e descentralizar a execução das decisões ministeriais, com evidentes vantagens para a consecução dos objetivos pretendidos.

Aspecto de real importância na nova estrutura foi a implementação de sistemas de planejamento, orçamento, coordenação, controle e avaliação e modernização administrativa, em todos os órgãos.

Notou-se a atuação do Ministério pelo diagnóstico e a análise da conjuntura educacional, em todos os seus níveis, coerentemente com as "Grandes Prioridades e Metas Setoriais" estabelecidas no Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento.

Com apoio nesses princípios, elaborou-se o Plano Setorial de Educação e Cultura que define a política educacional para o triênio 1972/74, no qual a educação é considerada instrumento de democratização pela universalização do ensino e das oportunidades.

Para o triênio, estabeleceram-se 33 Projetos Prioritários, que abrangem os setores Universitário, Primeiro e Segundo Graus, bem como o âmbito administrativo e da cultura.

Atribuíram-se ao Ministério os seguintes recursos globais no período de 1970 a 1974: Cr\$ 1.373.098.191,00 em 1970; Cr\$ 1.853.792.057,00 em 1971; Cr\$ 2.504.455.000,00 em 1972; Cr\$ 3.328.071.800,00 em 1973; Cr\$ 4.275.382.900,00 em 1974.

Objetivando maior entrosamento do ensino de 1º e 2º graus entre os Estados, realizaram-se encontros de Secretários de Educação e representantes de Conselhos Estaduais de Educação, com o objetivo de difundir o Plano Setorial de Educação e Cultura, proceder à análise dos Projetos Prioritários e da estrutura de sistemas educacionais, compreendendo o ensino supletivo, o Departamento de Educação Física e Desportos, MOBRL, Carta Escolar, Estatuto do Magistério e PRONTEL, bem como debater o conceito de avaliação como mecanismo de aperfeiçoamento dos produtos da educação.

Realizaram-se ainda dois encontros de Reitores de Universidades Públicas nos quais se debateram, entre outros temas, a Reforma Universitária, o Planejamento de Universidades, a Produtividade do Ensino, o Plano Global de Desenvolvimento, a Avaliação da Implantação da Reforma Universitária e a Apropriação de Custos.

Para execução das Metas Prioritárias, na área da Educação, celebraram-se vários acordos com órgãos internacionais:

Período 67/73

— Total de Recursos fornecidos pelo BID em forma de empréstimos US\$ 32.000.000.

Órgãos Beneficiados:

— Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) US\$ 4.000.000.

— Comissão Especial de Melhoramento e Expansão do Ensino Industrial (CEPETI) US\$ 3.000.000.

— Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoria e Expansão do Ensino Superior (CEPES) US\$ 25.000.000.

Período 71/75

— Total de Recursos fornecidos pelo BIRD em forma de empréstimo US\$ 8.400.000.

Órgão Beneficiado:

— Programa de Ensino Médio e Superior de Curta Duração (PRODEM) US\$ 8.400.000.

Período 73/74

— Total de Recursos fornecidos pela OEA em forma de empréstimo (projetos multinacionais) US\$ 249.942.

Órgãos Beneficiados:

— Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo US\$ 27.500.

— Universidade Federal de Santa Maria US\$ 33.842.

— Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências US\$ 46.000.

— Universidade Federal de Pernambuco TV Universitária US\$ 65.800.

— Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais US\$ 76.800.

Período 69/77

— Total de Recursos fornecidos pela USAID em forma de empréstimo US\$ 82.000.000.

Órgãos Beneficiados:

— Programa de Expansão e melhoria do Ensino (PREMEN) 1º acordo US\$ 32.000.000.

— Programa de Expansão e melhoria do Ensino (PREMEN) 2º acordo US\$ 50.000.000.

Período 67/73

— Total de Recursos fornecidos pela República Democrática Alemã US\$ 40.000.000.

— Fornecidos pela República Popular da Hungria US\$ 20.000.000.

Dados referentes ao desenvolvimento do Projeto—Operação Escola, na área de 1º grau:

ANOS	POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS	POPULAÇÃO ESCOLARIZADA DE 7 A 14 ANOS			
		Total	Primário	Médio 1.º Ciclo	Taxa de Escol. (%)
1964.	16.345.638	8.677.077	8.270.913	406.164	53,08
1968.	18.280.167	12.174.608	11.064.769	1.109.819	66,80
1969.	18.798.291	12.550.022	11.366.120	1.183.902	66,76
1970.	19.331.100	13.190.315	11.821.350	1.368.965	68,23
1971.	19.879.000	14.148.149	12.550.538	1.597.561	71,17
1972.	20.442.400	15.189.140	13.324.811	1.864.329	74,30
1973.	21.021.800	16.322.438	14.146.795	2.175.643	77,64
1974.	21.617.700	17.558.427	15.019.485	2.538.942	81,22

Em 1974, com a taxa de escolarização de 81,22%, na faixa etária de 7 a 14 anos, ter-se-á ultrapassado a previsão do programa, que era de 80%. Deverá também ser superada a meta prevista no Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, para matrículas no 1º grau.

Desenvolveram-se, ainda, outros projetos, dentre os quais cumpre mencionar:

— Projeto de Construção, Transformação, Equipamento, e Treinamento de Pessoal para as Escolas Polivalentes, com o objetivo

de desenvolvimento quantitativo, transformação estrutural e aperfeiçoamento do ensino de 1º e 2º graus, e com recursos de Cr\$ 87.889.771,00, até novembro de 1973, transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

— Projeto de Aperfeiçoamento e Treinamento de Professores para o Ensino Fundamental e Normal, com o objetivo de atualização dos professores, qualificação e titulação de 120.396 docentes, com recursos financeiros do salário-educação de Cr\$ 31.936.799,00 em 1971, de Cr\$ 37.700.000,00 em 1972, de Cr\$ 34.281.600,00 em 1973, e de Cr\$ 37.400.000,00 em 1974.

— Projeto para Plano de Carreira e Melhoria de Remuneração do Magistério de 1º e 2º graus, com o objetivo de elaborar, até 1974, o Estatuto de Magistério do Ensino de 1º e 2º graus e o anteprojeto de Política Salarial.

— Projeto de Reformulação de Currículo do Ensino Fundamental, com o objetivo de elaboração de currículos para o ensino fundamental, definição de mecanismo de implantação, controle e avaliação, treinamento de professores para conhecimento dos novos currículos e preparação do material didático adequado à sua implementação, e com recursos financeiros de Cr\$ 500.000,00 em 1972, de Cr\$ 920.000,00 em 1973, e de Cr\$ 2.990.000,00 em 1974.

— Projeto de Assistência Técnica aos Estados, Territórios e Distrito Federal, com o objetivo de implantação de técnicas de planejamento, orçamento e avaliação, e de assistência às Unidades Federadas para elaboração dos Planos de Educação, com recursos de Cr\$ 2.524.000,00 em 1972, de Cr\$ 2.899.000,00 em 1973, e de Cr\$ 4.198.400,00 em 1974.

— Projeto de Construção, Transformação e Equipamento de Estabelecimentos de Ensino Técnico, com o objetivo de melhoria e expansão das Escolas Técnicas Federais, reequipamento e modernização de Estabelecimentos de Ensino Técnico, instalação de colégios integrados e ampliação e reaparelhamento de Centros Regionais, com recursos no valor de US\$ 25.650.000,00 provenientes de acordos entre o Ministério, o BIRD e o BID.

— Projeto de equipamento dos Centros Avançados e outros estabelecimentos de Ensino Superior, com o objetivo de aumentar a produtividade do Ensino Superior mediante suprimento de equipamentos às Universidades, e construção dos campi universitários, com recursos provenientes de contrato de empréstimo celebrado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no total de US\$ 25.000.000,00.

— Projeto de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores para o Ensino Médio, com o objetivo de preparar docentes para disciplinas específicas, dirigentes especializados em formação profissional e pessoal de direção e supervisão de ensino, bem como aperfeiçoar pessoal para elaboração de material de instrução, documentação, divulgação técnica e recursos audiovisuais, e prestar assistência técnica às instituições, com recursos financeiros de Cr\$ 7.719.200,00 em 1971, de Cr\$ 8.700.000,00 em 1972, de Cr\$ 9.000.000,00 em 1973, e de Cr\$ 9.942.900,00 para 1974.

— Projeto de Construção da primeira etapa dos campi universitários, com o objetivo de racionalização das construções universitárias, assegurando a implantação no campus de todo o sistema de unidades de ensino e pesquisa básicas, com recursos de US\$ 30 milhões oriundos de empréstimo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e de Cr\$ 67.355.220,00 do Departamento de Assuntos Universitários.

Para o Projeto Fundão, destacaram-se os seguintes recursos financeiros: Cr\$ 19.978.016,00 em 1970, Cr\$ 108.789.144,00 em 1971, Cr\$ 198.934.626,00 em 1972, e Cr\$ 70.393.497,00 em 1973.

— Projeto de Operação Produtividade no Ensino Superior, com o objetivo de aplicação de modernas técnicas didáticas e de aprendizagem; de melhoria da capacidade instalada das estruturas acadêmicas de instituições de ensino superior, com recursos financeiros de Cr\$ 1.794.200,00 em 1970, de Cr\$ 2.000.000,00 em 1971, de

Cr\$ 2.000.000,00 em 1972, de Cr\$ 3.400.000,00 em 1973, e de Cr\$ 5.000.000,00 em 1974.

— Projeto de Implantação de Cursos de Pós-Graduação e Centros Regionais de Pós-Graduação, cuja meta principal é assegurar os meios necessários à implantação e funcionamento de cinco Centros Regionais de Pós-Graduação, a fim de permitir que, ao final do triênio 72/74, cada qual possua, pelo menos, um curso nos ramos de conhecimento das áreas prioritárias. Os recursos aplicados no Programa de Bolsa de Estudos deste Projeto, de 1970 a 1973, somaram Cr\$ 59.815.652,00 e ao Programa de Auxílios a Centros de Cursos de Pós-Graduação foram distribuídos Cr\$ 7.473.221,00 em 1970, Cr\$ 9.997.591,00 em 1971 e Cr\$ 8.407.787,00 em 1972.

— Projeto de Implantação Progressiva dos Diferentes Regimes de Trabalho no Magistério Superior, com o objetivo de implantação progressiva de regimes especiais de trabalho, incentivo à pesquisa, melhoria do corpo docente universitário e instituição do programa de monitoria, com recursos aplicados de Cr\$ 53.623.926,00 em 1970, Cr\$ 162.932.346,00 em 1971, Cr\$ 210.017.277,00 em 1972, e Cr\$ 250.536.203,00 em 1973.

— Projeto de Integração Escola-Empresa-Governo, com o objetivo de ajustar o ensino superior e o de segundo grau às necessidades do mercado de trabalho, motivando as empresas a participarem mais ativamente do processo educacional, integrando os estudantes nas empresas, e atualizando os currículos de conformidade com as necessidades empresariais.

— Projeto de Integração das Universidades nas Comunidades, com o objetivo de preparar estudantes, mediante estágios supervisionados nas comunidades, para enfrentarem as reais condições ambientais em que deverão exercer suas atividades profissionais, com recursos de Cr\$ 2.000.000,00 em 1972, de Cr\$ 3.000.000,00 em 1973, e de Cr\$ 3.500.000,00 para 1974.

— Projeto de Incentivo à implantação das carreiras de curta duração, com o objetivo de racionalizar a formação de profissionais de nível superior para atender à crescente procura do ensino superior e às novas e prementes solicitações do mercado de trabalho, com recursos financeiros de Cr\$ 750.248,00 em 1973 e de Cr\$ 2.000.000,00 em 1974.

— Projeto do Programa Nacional de Alfabetização, com o objetivo de erradicação do analfabetismo no País, dentro desta década, integrando o alfabetizado na comunidade e criando-lhe incentivos para o aperfeiçoamento em cursos técnicos. Este Programa apresentou os seguintes resultados: em 1970 foi de 170.000 alfabetizados em 613 municípios; no ano de 1971 foi de 1.130.000 alfabetizados em 3.405 municípios; em 1972 alfabetizaram-se 2.000.000 em 3.643 municípios, e em 1973, houve 2.250.000 alfabetizações em 3.099 municípios. O percentual de alfabetizados de 1970 a 1973 foi de 1.224%.

Em 31-07-73 o MOBREAL completou sua penetração na totalidade dos municípios brasileiros e opera, atualmente, por intermédio de mais de 100.000 Postos de Alfabetização, o que significa haver em qualquer parte do território nacional uma classe, um alfabetizador e uma organização comunitária na luta pela erradicação do analfabetismo.

Os recursos aplicados no MOBREAL, de 1970 até outubro de 1973, somaram Cr\$ 395.704.067,00.

— Projeto de Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, com o objetivo de especializar, retrainar e aperfeiçoar pessoal empregado nos setores primários, secundário e terciário, dentro de empresas, cooperativas, associação de hospitais e escolas, com recursos financeiros de Cr\$ 8.662.100,00 em 1970, Cr\$ 18.660.000,00 em 1971, Cr\$ 19.109.599,00 em 1972, e Cr\$ 34.301.100,00 em 1973.

— Projeto do Programa Integrado de Assistência ao Educando, com o objetivo de desenvolvimento do programa de alimentação escolar, equipamento de cantinas, concessão e renovação de bolsas de estudo a estudantes carentes de recursos, incentivo a atividades de

Educação Moral e Cívica, fornecimento de material escolar, e auxílio a estabelecimentos comunitários por intermédio da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. De 1970 até o primeiro semestre de 1973, este Programa prestou assistência alimentar num total de 4 bilhões e 512 milhões de refeições, aproximadamente.

O mesmo Programa beneficiou com bolsas de estudo 185.783 estudantes de 1972 a 1973 e prevê para 1974 o total de 99.858 beneficiados, o que constitui importante instrumento de democratização do ensino e resposta às aspirações de grande número de jovens.

— Projeto de Aperfeiçoamento do Sistema de Informação sobre Educação, com o objetivo de indicar, por meio de dados fidedignos, os pontos que devam ser dinamizados e reforçar programações em curso, como também introduzir correções que somente a estatística poderá mostrar adequadamente, e proceder a estudos necessários e implantar o Sistema Estatístico de Educação.

— Projeto de Carta Escolar, com o objetivo de visualização da distribuição espacial da população escolarizável e escolarizada e das escolas, segundo tipos, visando à melhor utilização da capacidade disponível e ao planejamento racional da expansão da rede escolar, com recursos financeiros de Cr\$ 11.100.000,00 em 1972 e de Cr\$ 25.573.200,00 em 1973.

— Projeto do Programa Nacional do Livro, com o objetivo de coedição do livro texto de ensino de 1º grau para estudantes e bibliotecas, coedição de livros manuais do Ensino de 1º e 2º graus e Superior, e coedição de livros de programa cultural. De 1971 a 1973 foram distribuídos por esse Programa 24.025.759 exemplares de livros didáticos às instituições de ensino e vendidos ao público cerca de 14 milhões de exemplares.

— Projeto de Desenvolvimento da Educação Física, Desportos e Recreação, com o objetivo de integração das escolas de educação física às Universidades, entre escolas e associações desportivas, pela utilização da capacidade ociosa de clubes, e aperfeiçoamento do magistério da educação física.

— Projeto de Preservação do Patrimônio Artístico Nacional, com o objetivo de beneficiar, com trabalhos de conservação e restauração, monumentos tombados de arquitetura civil, militar e religiosa e edificações integrantes dos conjuntos arquitetônicos de cidades históricas brasileiras, localizar, identificar, levantar, cadastrar, catalogar e preservar as jazidas arqueológicas, com recursos de Cr\$ 12.168.800,00 em 1973 e de Cr\$ 45.000.000,00 para 1974.

— Projeto de Incentivo à difusão e à criação no âmbito da cultura, com o objetivo de estimular e dinamizar as iniciativas culturais dos vários órgãos que integram o Departamento de Assuntos Culturais, e criar sistema próprio de concessão de bolsas de estudo e prêmios, destinados a incentivar a criatividade artística.

— Projeto de Melhoria do Ensino de Ciências ao Nível de 1º e 2º Graus, destinado a promover a elaboração de materiais didáticos para o ensino de Ciências, o aperfeiçoamento de professores em exercício para familiarizá-los com a nova metodologia do ensino de Ciências, a titulação de professores leigos mediante cursos de licenciatura parcelada, e a montagem de centro de informações sobre materiais para o ensino de Ciências, com recursos orçados em Cr\$ 6.860.900,00, conforme o Plano Operativo Anual, para 1973.

— Projeto de Educação Especial, para a expansão e melhoria das oportunidades de atendimento educacional aos excepcionais, com recursos para o segundo semestre de 1973 de Cr\$ 5.262.500,00 provenientes de dotação orçamentária e do FNDE (Loteria Esportiva).

— Projeto Nacional de Teleeducação (PRONTEL), com o objetivo de coordenar as entidades e programas que utilizem a teledidática, colaborar na universalização do ensino, cooperar no processo de educação permanente de adultos, e apoiar projetos relacionados com as atividades-meio previstas no Plano Setorial de Educação e Cultura.

Durante o ano de 1973 as atividades do PRONTEL se concentraram na complementação das obras do telecentro, bem como na

implementação do Projeto Minerva, ampliando sua área de atuação. Destinaram-se a este Projeto Cr\$ 14.410.575,00 em 1972 e Cr\$ 38.472.400,00 em 1973.

SAÚDE

Resultam da própria conceituação de saúde a magnitude e a complexidade dos problemas desse setor. Definida como área dinâmica da economia, na condição de componente básico do processo global de desenvolvimento sócio-econômico, a saúde abrange a totalidade do ser e adquire a categoria e a universalidade de direito fundamental do homem. Constitui, por isso, grande preocupação do Governo proporcionar a toda a população o acesso a esse bem.

Ao equacionar-se a disparidade ainda existente entre a procura e a oferta de serviços de saúde, importa considerarem-se os fatores que agravam tal situação; de um lado, o avanço da ciência e o progresso da tecnologia elevam o custo e tornam mais complexa e onerosa a capacitação de pessoal; de outro lado, a ocorrência anual de cerca de quatro milhões de nascimentos, no País, avoluma os grupos etários que mais exigem atenção médica e sanitária, em sua maioria, sem poder aquisitivo para custear a assistência de que necessitam.

Para solução desse problema, há de reconhecer-se que o baixo padrão de saúde representa um desperdício econômico-social e que o custo de elevação do nível de vida da população não implica custos reais para a sociedade, pois, o melhor padrão de saúde tenderá, sempre, a melhorar os demais fatores componentes do plano de vida. Devem, desse modo, estar os programas de saúde racionalmente integrados em todo o sistema de reforma econômica, social e educacional.

Com essa estratégia, a atuação do Governo, no setor, consistiu em estabelecer as diretrizes da política sanitária, executar medidas de saneamento básico, de proteção materno-infantil e de saúde mental, e intensificar o combate às doenças transmissíveis e ao câncer.

Alinham-se entre as realizações alcançadas:

- A elaboração da Política Nacional de Saúde, fixando estratégias setoriais, redefinindo prioridades e racionalizando o uso de recursos em função de custo-benefício e com vistas ao substancial aumento da procura de bens e serviços médico-sanitários.

- A elaboração de programas prioritários com base em critérios bio-sócio-econômicos e com estimativa dos recursos necessários até o ano de 1980.

- A formulação do Sistema Nacional de Saúde para atuar decisivamente no contexto intersetorial e disciplinar a prestação de serviços no setor.

- A modernização administrativa do Ministério, obtida mediante convênio com o Ministério do Planejamento e Coordenação-Geral.

- A criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN.

Entendida como conjunto de princípios e diretrizes para ação e decisão do Governo, a Política Nacional de Saúde identificou seis áreas programáticas — Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia, Saneamento, Alimentação e Nutrição, Produtos Profiláticos e Terapêuticos, Prestação de Serviços de Saúde — e definiu como postulados básicos para institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Saúde:

- Na área de Recursos Humanos — formação e capacitação de pessoal para atender às necessidades do setor, utilização de recursos humanos locais na execução de programas em áreas prioritárias; criação de novos tipos de pessoal de saúde e incremento do existente, a fim de aumentar a cobertura dos serviços, principalmente nas zonas rurais; adequação curricular dos cursos de formação e pós-graduação às necessidades do setor; capacitação de pesquisadores em saúde, de acordo com os problemas de maior prevalência no País.

- Na área de Ciência e Tecnologia — incremento às pesquisas sobre as doenças de maior incidência e gravidade no País, visando fomentar tecnologia nacional para seu controle; instalação de Centros de Referência capacitados a poderem atuar, como órgãos centrais de

sistemas nacionais, ou setoriais, e de subsistemas, nos campos de doenças transmissíveis, enfermidades cardiovasculares, crônicas e degenerativas, saneamento, saúde mental e materno-infantil, alimentação e nutrição, reabilitação, tecnologia educacional para a saúde, controle de qualidade de medicamentos, engenharia de manutenção de hospitais, e outros que se façam necessários.

- Na área de Saneamento — execução de programas, construção, operação e fiscalização de serviços públicos de água e esgoto; controle de qualidade da água distribuída à população; participação no controle da poluição ambiental; melhoria da estrutura física e das condições sanitárias das habitações.

- Na área de Alimentação e Nutrição — definição de uma política nacional para o setor, integrada no Plano Nacional de Desenvolvimento; cumprimento do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, utilizando a estrutura dos serviços que integram o Sistema Nacional de Saúde; controle sanitário mais aprimorado da qualidade e higiene dos alimentos, a fim de reduzir as enfermidades humanas e as perdas ocasionais pela contaminação dos produtos alimentícios; redução da prevalência de doenças carenciais e melhoria do estado nutricional da população.

- Na área de Produtos Profiláticos e Terapêuticos — atendimento prioritário às regiões de mais baixo nível de desenvolvimento social e às populações de menor poder aquisitivo; incentivo às pesquisas e iniciativas para obter-se, no País, produtos profiláticos e terapêuticos com matéria-prima e tecnologia nacionais; produção, pelos laboratórios oficiais, de medicamentos padronizados de acordo com as necessidades nacionais.

- Na área de Prestação de Serviços — organização e integração do complexo de bens, serviços e agentes, dos setores público e privado que se empenham na promoção, proteção e recuperação da saúde da população; obediência às diretrizes da Política Nacional de Saúde e à orientação normativa ditada pelo órgão central do Sistema Nacional de Saúde, por parte dos Estados, Distrito Federal e Territórios, na implementação dos seus sistemas de saúde; adequação dos serviços às peculiaridades e necessidades regionais e locais; hierarquização das ações de saúde, com base nas áreas e na concentração e densidade populacionais; aproveitamento racional da capacidade instalada em cada área; integração dos programas preventivos, curativos e de reabilitação, extensão dos serviços de assistência Médico-Sanitária ao interior do País; adoção dos princípios de descentralização e delegação de competência aos Estados e Municípios, mediante convênio, para execução de programas ou serviços federais, de caráter local; criação de incentivos governamentais à construção, instalação e equipamento de hospitais, casas de saúde e ambulatorios, de finalidade de não lucrativa.

Entre os projetos específicos definidos no Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico destacam-se: pesquisa de modelos de atendimento pré-escolar, câncer ginecológico, enriquecimento de alimentos, psicoterapia regionalizada, enteroinfecções e prevalência da tuberculose em escolares; estudos sobre lepra, leishmaniose, toxoplasmose e sobre o antígeno Austrália e sua incidência em doadores.

Realizaram-se, em 1973, pesquisas sobre Enterobactérias, Anaeróbios, Genética e Micro-organismos, Morfologia e Citologia Bacterianas, Peste, Micologia, Vírus da Gripe, Entomologia, Helminologia, Esquistossomose, Protozoologia, Ecologia, Hidrobiologia e Doença de Chagas, além das pesquisas em Fisiopatologia, Cancerologia, Bioquímica, Química Orgânica, Radiologia, Fisiologia, Farmacologia e Quimioterapia, bem como sobre parasitoses, desnutrição, toxoplasmose, tuberculose, doença de chagas, diabetes, esquistossomose, câncer e gestação; infertilidade e reprodução.

Em relação à Esquistossomose realizaram-se estudos quanto à terapêutica específica da doença, à luta antiomolusco, sobre a associação de métodos para controle da doença, sobre o aperfeiçoamento dos métodos de detecção, e sobre a parasitose em roedores.

Quanto às pesquisas relacionadas à Malária, destacam-se estudos em ecologia dos culicíneos, malária aviária, e novos produtos químicos para fins terapêuticos.

O Instituto de Leprologia realizou pesquisas clínicas e quimioterápicas; pesquisas em farmacologia e fisiopatologia; e estudos sobre bacteriologia, imunologia e transmissão experimental.

Desenvolveu o Instituto Presidente Castello Branco seis projetos de cooperação técnica e assessoria a outros órgãos, e três de programação de recursos humanos para a saúde.

Destacaram-se, entre os estudos concluídos, os seguintes:

- levantamento e análise de informações básicas dos 3.967 municípios brasileiros: pessoal de saúde existente e indicações de situação sócio-econômica;

- coleta direta, por correspondência, de informações sobre o pessoal e armamentário de saúde dos 1.861 municípios não providos de médicos, para a quantificação dos mecanismos adotados no atendimento às necessidades da população em serviços de saúde;

- pesquisa-piloto sobre recursos humanos dos hospitais da Guanabara e necessidades de aperfeiçoamento e atualização do pessoal de 15 categorias profissionais de nível médio e auxiliar;

- levantamento e análise de dados estatísticos sobre formação, utilização e estoques de recursos humanos para a saúde, segundo Unidades da Federação e regiões geoeconômicas do País;

- estudo-piloto do mercado de trabalho do odontólogo na Guanabara, em associação com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado e a Faculdade de Odontologia da UEG.

O Plano Nacional de Saneamento — PLANASA, objetiva abastecer com água de boa qualidade, até 1980, mais 37,9 milhões de habitantes dos centros urbanos, aumentando de 51 para 80% o percentual da população beneficiada.

Com o propósito de ampliar esses benefícios às populações das áreas rurais, dispersas ou concentradas em pequenos núcleos, elaborou-se Programa de Saneamento Básico para essas áreas, com alta prioridade.

Além dos serviços de abastecimento de água, prevê-se a construção de 2,1 milhões de melhorias sanitárias domiciliares, elevando-se o percentual da população beneficiada nessas áreas a aproximadamente 50%, até o fim da década.

O Programa de Saneamento Básico para as áreas rurais tem por objetivo levar às populações com características tipicamente rurais, a atenção governamental aos seus problemas sanitários imediatos, com o sentido de evitar doenças, como a esquistossomose, elevar a esperança de vida, melhorar sua produtividade, e assim concorrer para o desenvolvimento das condições sócio-econômicas da região em que vivem.

O processo de modernização administrativa visa a introduzir modificações na atual estrutura do Ministério, assegurando-lhe condições para ampliar sua área de ação e absorver funções desenvolvidas por outros órgãos, bem como incorporar sistemas insuficientemente institucionalizados no setor.

Integram ainda a programação de atividades do Ministério:

- a elaboração de documento básico que permitirá o incremento das atividades de formação, capacitação e aperfeiçoamento de técnicas de diferentes categorias profissionais em todos os níveis;

- a reorganização da Fundação Instituto Oswaldo Cruz e dos Centros de Produção de Vacinas e Agentes Terapêuticos do Setor Público e Privado;

- a implantação do Centro Panamericano de Qualidade de Medicamentos e do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica;

- a execução de pesquisas nos principais campos biomédicos;

- o desenvolvimento dos programas compreendidos no Plano Nacional de Saneamento — PLANASA, elaborado pelo Ministério do Interior;

- a execução do PRONAN — Programa Nacional de Alimentação e Nutrição;

- a produção e distribuição de produtos profiláticos e terapêuticos, por intermédio da Central de Medicamentos, cujas atividades já beneficiaram, com 130 tipos de medicamentos essenciais, as populações marginalizadas no mercado de consumo;

- a erradicação da varíola, e sua consolidação;

- a intensificação da Campanha de Erradicação da Malária e a vigilância epidemiológica da febre amarela;

- a implementação das atividades de controle de outras doenças transmissíveis, particularmente da esquistossomose e da doença de chagas, peste, tuberculose e lepra;

- o incremento da luta contra as doenças transmissíveis agudas, sobretudo a poliomielite e o sarampo, e a intensificação do combate ao câncer.

Desde 1971 não se registraram casos de varíola no País, considerada definitivamente erradicada.

A Campanha de Erradicação da Malária ampliou significativamente sua ação, estendendo-se a toda a área malárica do País, que compreende 1.952 municípios.

As operações regulares de ataque foram concluídas em áreas onde vivem cerca de 13 milhões de habitantes.

Postos de notificação, instalados em todas as regiões, possibilitaram, somente em 1973, o exame de mais de 2 milhões de lâminas de sangue, para a busca ativa de casos e a avaliação epidemiológica.

Na grande Região Amazônica a incidência foi reduzida em cinquenta por cento.

Considera-se que a transmissão da malária já foi interrompida nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro, Guanabara, e em extensas áreas nos Estados do Piauí, Bahia, Minas Gerais e Paraná.

A intensificação da vacinação antiamarilica, nas áreas de maior risco para a febre amarela silvestre, permitiu fossem vacinadas, em 1973, cerca de 5 milhões de pessoas.

No programa de controle da esquistossomose, deu-se especial atenção às áreas de irrigação do Nordeste, e aos núcleos de colonização da Transamazônica, para protegê-los contra a penetração da doença.

No combate à doença de chagas, atualizou-se a programação das áreas prioritárias, prevenindo-se, além da vigilância entomológica dos insetos epidemiológicos e do expurgo com inseticidas, melhorias em habitações rurais, para evitar a colonização de vetores no seu interior, beneficiando cerca de 1.200 comunidades, localizadas em áreas chagácicas, até o final da década.

No controle da peste, particularmente nas áreas de comprovado surgimento de epizootias, desenvolveu-se intenso programa de profilaxia ofensiva, pelo tratamento precoce dos casos.

Dentre as principais realizações para controle da tuberculose, destacam-se, no período:

- a introdução da vacinação BCG, por via intradérmica, aplicada em pré-escolares, escolares e adolescentes;

- a implantação da Rede Nacional de Laboratórios de Bacteriologia da Tuberculose, que já cobriu 8 Estados e o Distrito Federal;

- a elaboração do Plano de Previsão de Medicamentos para fornecer tuberculostáticos às entidades de luta contra a tuberculose, visando ao incremento das atividades de prevenção e controle da tuberculose no País;

- a manutenção de 125 Unidades de Assistência Especial, distribuídas por 14 Estados destinadas a prestar assistência médico-sanitária às populações de áreas indígenas e de outras áreas do interior do País, de difícil acesso e desprovidas de recursos.

O Programa Nacional de Controle da Lepra permitiu a distribuição de medicamentos específicos a 26 unidades Federativas, entre os quais 25 milhões de comprimidos DDS, bem como a intensificação do controle da lepra na Amazônia, particularmente no território de Rondônia e na Região das grandes Rodovias.

Concluída em fins de 1971 a vacinação em massa contra a poliomielite, no Estado do Espírito Santo, estendeu-se a outras 12 Unidades Federativas, nas quais foram aplicadas 5,8 milhões de doses de vacina Sabin, imunizando-se com 3 doses, aproximadamente, 1,5 milhões de crianças de 3 meses a 4 anos de idade.

Em 1973 a fase de ataque elevou-se a mais 9 Unidades Federativas, iniciando-se também a de manutenção dos níveis imunitários nos 12 Estados que concluíram a fase de ataque em 1972, e observou-se notável decréscimo da incidência da poliomielite nas áreas onde a fase de ataque foi concluída.

No último trimestre de 1973, iniciou-se a Campanha contra o Sarampo, em toda a Região Nordeste, assim como nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e Estado do Rio.

Além dessas realizações, outras atividades importantes se desenvolveram, relativas à Saúde Materno-Infantil e à Saúde Mental, envolvendo investigações epidemiológicas, campanhas de prevenção, assistência médico-hospitalar, pesquisa e formação de pessoal especializado.

Intensificaram-se também a ação normativa de Fiscalização da Medicina e Farmácia, o Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos, e a Vigilância Sanitária dos Portos e Aeroportos.

Acham-se em implantação os Sistemas Setoriais de Planejamento; informática para a Saúde; Vigilância Epidemiológica; Laboratórios de Saúde Pública; Finanças; Controle Patrimonial e de Estoques, bem como 10 Centros Panamericanos de Saúde, mediante convênios com as Universidades, Governos Estaduais, Organização Pan-Americana da Saúde e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Esse conjunto de centros nacionais e panamericanos, que introduzem no País as conquistas científicas e as inovações tecnológicas mais avançadas, representa, no âmbito nacional, valioso ponto de apoio para a execução dos programas prioritários de saúde, e, no campo internacional, expressiva colaboração à saúde pública latino-americana.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Marcam a evolução das atividades do Ministério, no período de 1969 a 1973: a reformulação da sua estrutura para atender aos preceitos da Reforma Administrativa; o acompanhamento da fiel execução da unificação da Previdência Social; e a dinamização das atividades sociais-trabalhistas, consoante as novas diretrizes governamentais, dirigidas para a dignificação do homem mediante sua valorização progressiva, a ser conseguida pela harmonia entre o capital e o trabalho, pela implantação da justiça social e pelo esforço conjugado em prol do bem comum.

Na área sindical adotou-se a política de não intervenção, restrita, no exato espírito da legislação, aos casos de segurança nacional ou no interesse da própria entidade, para assegurar a sua normalidade administrativa.

A participação do Ministério nas Conferências Internacionais do Trabalho contribuiu para dar ao Brasil posição de liderança na América Latina, pela apresentação de tese ligada ao problema de emprego e suas implicações com a estrutura e dinâmica do comércio internacional, pelo empenho na liberação do comércio internacional como uma das soluções do problema de empreg e absorção da mão-de-obra nos países em desenvolvimento, e pelo lançamento de uma Campanha Mundial de Reabilitação Profissional destinada a promover a recuperação dos trabalhadores de condição física ou mental reduzida.

Os programas que o Ministério vem cumprindo partem do princípio de que a justiça social deve englobar todos os grupos sociais nos frutos do desenvolvimento econômico. O elenco das realizações neste sentido tem alcançado repercussão internacional, notadamente o Programa de Integração Social e o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.

Ampliou-se a faixa de atendimentos da Previdência Social, estendendo-se aos trabalhadores rurais a assistência médica e o fornecimento de medicamentos.

Na região da Transamazônica e Amazônia Legal, atua o Ministério como um dos principais suportes à realização do Programa de Integração Nacional — PIN, tendo criado, para isso, o Grupo Tarefa da Amazônia — GTA, coordenador dos planos, tarefas e encargos preconizados por aquele Programa. A esse Grupo coube levantar as condições médico-hospitalares ao longo das rodovias, indicar os pontos onde construir os hospitais de apoio aos conjuntos residenciais e assegurar a infra-estrutura necessária à consolidação do Programa de Integração Nacional.

O amparo médico-hospitalar e a prestação de assistência previdenciária à população instalada às margens das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Belém-Brasília, Manaus-Porto Velho e Pírimetral Norte realizaram-se mediante convênios abrangendo os Estados do Piauí, Maranhão, Goiás, Amazonas, Acre, Mato Grosso e Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá. Também é objeto de permanente atenção do Governo a assistência médica aos beneficiários do INPS nas áreas urbanas de Marabá, Santarém e Altamira. Expandem-se, no momento, principalmente no Território de Roraima, os serviços ambulatoriais; amplia-se, nas demais unidades federadas, o atendimento médico-hospitalar-odontológico, e acabam de ser construídas e equipadas novas Unidades Hospitalares Leves em S. João dos Patos, Estreito e Imperatriz — no Maranhão; em Marabá e Itaituba — no Pará; e em Humaitá, Lábrea e Boca do Acre — no Amazonas.

Ao longo das rodovias e em pequenos povoados e vilas da região, foram postos em circulação 13 Ambulatórios Médicos Volantes, oferecendo consulta médica, atendimento odontológico, pequena cirurgia, assistência à parturiente e fornecendo medicamentos da CEME.

Contam os Hospitais e Ambulatórios da Amazônia com material para todas as suas necessidades, desde o aparelho de Raio X, ambulatórios médicos completos, ambulâncias, até equipamentos dentários e material de laboratório.

O apoio à mão-de-obra vem sendo fornecido pelas Agências de Colocação e Postos de Identificação Profissional das cidades de Marabá, Altamira, Santarém, Itaituba e Monte Dourado — no Pará; Humaitá — no Amazonas; Balsas, S. João dos Patos e Carolina — no Maranhão; afora os órgãos regionais de maior porte existentes nas capitais dos Estados e Territórios.

Com a implantação da Carteira Profissional Provisória, limitada à área da Amazônia Legal, trabalhadores adultos e menores, de ambos os sexos, ficarão ao abrigo da legislação trabalhista, recebendo amparo médico-assistencial e previdenciário. Disciplinou-se, também, a atuação dos agenciadores de trabalhadores — "gateiros", dos proprietários de veículos que conduzem trabalhadores e dos empregadores responsáveis.

O adestramento da mão-de-obra recebeu tratamento especial e o treinamento se destina à área primária, principalmente, mediante convênios com a SUDAM, Secretarias de Agricultura, empresas particulares, INCRA, ACAR e outros órgãos federais ou estaduais.

No exercício de 1972, foram treinados 6.754 trabalhadores em atividades da faixa primária, destinados à colonização.

Acham-se agora em funcionamento 195 Cursos, com um total de quase 10.476 trabalhadores em treinamento.

Celebraram-se também convênios para a prestação de assistência médica, odontológica, atendimento ao acidentado e pagamento de benefícios aos trabalhadores e seus dependentes, nas frentes de trabalho da Rodovia Perimetral-Norte.

A assistência em todas as frentes de trabalho e acampamentos será complementada em breve pelos Hospitais ora em construção pelo FUNRURAL, ao lado das moradias que serão erguidas pelo IPASE, com recursos do PIN, as quais deverão ser ocupadas por médicos, dentistas, enfermeiros e pessoal administrativo.

Nas Rodovias de Integração Nacional, de maio de 1971 a novembro de 1973, foram assegurados aos beneficiários do INPS 115.139 atendimentos, dos quais 111.989 se referem a assistência médica, sendo 101.116 serviços ambulatoriais diversos, 5.086 atendimentos odontológicos e 5.787 internações hospitalares. Ai também foram assistidos 2.804 acidentados no trabalho e pagos 346 benefícios.

Os maiores índices de atendimento ocorreram na Rodovia Transamazônica, 95% das hospitalizações e 56% dos atendimentos ambulatoriais e odontológicos.

Do total de Cr\$ 7.142.129,54 despendido pelo INPS naqueles 31 meses a Transamazônica consumiu Cr\$ 6.043.423,23, o que representa 85%.

O menor custo de despesa médica por beneficiários ocorreu na Rodovia Manaus/Porto Velho, uma vez que a quase totalidade dos atendimentos se referiu a serviços ambulatoriais.

Na Amazônia Legal se acham em treinamento 10.476 trabalhadores distribuídos em 195 cursos.

Como resultado do processo de interiorização de profissionais nos campos médico e paramédico, nas cidades de Altamira e Porto Velho, já se eleva a 42 o total de técnicos interiorizados, e se providencia a celebração de convênios para interiorização de mais 80 de outras especialidades.

Paralelamente ao PIN foi instituído o PIS — Programa de Integração Social, pela Lei Complementar nº 7, de 7-7-70, destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas. Sua execução atende ao duplo objetivo de incentivar a poupança do empregado e de dar expansão às empresas mediante o Fundo de Participação, formado por uma parcela de receita do Governo e uma parte dos recursos das empresas e para o qual o empregado contribui apenas com o seu trabalho e a empresa se beneficia pela possibilidade de obter o capital de giro.

É um processo rotativo, não inflacionário, de captação e redistribuição de recursos que, de um lado, aumenta a produtividade e a rentabilidade da empresa e, de outro, faculta ao trabalhador acréscimo salarial que, a médio e longo prazos, representa considerável benefício em seu ganho. Para o Governo, à medida que o programa se amplia, isso significa aumento de arrecadação, compensando largamente a parcela deduzida do Imposto de Renda, com a qual o Governo contribui para o Fundo de Participação. Tudo isto se resume em redistribuição de renda. A todo trabalhador é assegurada uma margem de participação no produto nacional, quer seja a empresa em que trabalhe lucrativa ou deficitária.

O número de trabalhadores cadastrado por esse Programa, até julho/73, é de 10.317.650, e a arrecadação atingiu, até aquele mês, Cr\$ 2.010.196.692,00, com os seguintes percentuais:

Região Sudeste	79,48%
Região Sul	13,05%
Região Nordeste	5,47%
Região Norte	1,02%
Região Centro-Oeste	0,97%

Também o servidor público foi beneficiado com um programa especial, o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 8, de 3-12-70, que tem por finalidade corrigir as distorções de renda e assegurar especificamente ao Servidor Público Civil e Militar da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal, bem como das entidades da Administração Indireta e Fundações — a fruição de um patrimônio individual progressivo, estimulando a poupança e possibilitando a paralela utilização dos recursos acumulados.

O total arrecadado até 31-7-73 é de Cr\$ 2.513.049.802,98, dos quais foram aplicados Cr\$ 2.375.066.774,80.

Até essa data, foram cadastradas 5.353 entidades sendo 3.372 da Administração Direta e 1.981 da Administração Indireta.

O montante dos pedidos de saques, iniciado em janeiro, deste ano, importou em Cr\$ 1.740.300,00 e teve a seguinte movimentação até julho/73:

Aposentadoria	15.319
Casamento	4.034
Falecimento	2.198
Transferência p/ reserva	1.721
Reforma	1.001
Aquisição de casa própria	869
Invalidez	417
Sem indicação	121

Os quadros a seguir inseridos indicam posições mencionadas.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO

POSIÇÃO EM 31/7/1973

RECURSOS

— Próprios	Cr\$	Cr\$
— Recolhimentos em favor do PASEP..... (*)	152.024.033,37	
— Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.....	805.062.139,46	
— PASEP — Provisões e Receitas do Exercício.....	41.345,16	
— PASEP — Recursos do Exercício Anterior a Distribuir.....	1.596.725.764,45	
— Receitas sobre Empréstimos PASEP, a apropriar.....	109.118.723,44	
— PASEP — Lucros e Rendas em Suspensão.....	77.797,10	2.463.049.802,98

— De Repasse

— Caixa Econômica Federal, recursos vinculados a operações PASEP.....	50.000.000,00
TOTAL.....	2.513.049.802,98

Administração Direta:

União.....	58.258.702,00	
Estados, Distrito Federal e Territórios.....	35.077.122,42	
Municípios.....	11.153.526,45	104.489.350,87

Administração Indireta:

Entidades Federais.....	33.580.965,94	
Entidades Estaduais.....	12.748.463,68	
Entidades Municipais.....	1.205.252,88	47.534.682,50
TOTAL.....	152.024.033,37	

(*) Recolhimentos em favor do PASEP.

APLICAÇÕES

— Empréstimos para Investimentos — PASEP.....	292.734.197,22	
— Empréstimos a Autarquias — PASEP.....	152.020.000,00	
— Empréstimos a Governos Estaduais — PASEP.....	25.112.060,38	
— Empréstimos a Governos Municipais — PASEP.....	209.193.453,16	
— Empréstimos para Capital de Trabalho — Impostos e Contribuições — PASEP.....	619.472.028,55	
— Empréstimos Diversos para Capital de Trabalho — PASEP.....	1.075.124.711,95	
— Créditos em liquidação — PASEP.....	1.410.317,54	2.375.066.774,80

CADASTRAMENTO DAS ENTIDADES

Administração Direta:

União.....	1	
Estados, Distrito Federal e Territórios.....	26	
Municípios.....	3.345	3.372

Administração Indireta:

Entidades Federais.....	474	
Entidades Estaduais.....	647	
Entidades Municipais.....	860	1.981
		6.353

Vem o Governo procurando elevar a capacidade cultural e profissional do trabalhador, a fim de propiciar-lhe melhor emprego, com remuneração acima do mínimo previsto. Nos últimos 5 anos, reduziram-se as faixas do salário-mínimo de 12 para 5, caminhando-se, a passos calculados e seguros, para sua uniformização. Evita-se, assim, a migração de trabalhadores em busca de maior salário e como consequência, é estimulado o incremento de indústrias locais, com absorção da respectiva mão-de-obra.

As taxas de reajustamento salarial, aplicadas até a presente data, situam-se em faixa superior à curva representativa da variação do custo de vida, continuando em vigor as diretrizes básicas da política salarial instituída pela Lei nº 5.451, de 12-6-68, que objetiva, principalmente, corrigir a taxa de previsão de inflação.

Para seus estudos, o MTPS levanta, mensalmente, com base nos componentes: alimentação, vestuário, habitação, higiene, transportes, luz-combustível, educação-recreação-diversões, coletados em 14 capitais, o índice e as variações do custo de vida brasileiro, bem como anualmente, os dados da apuração da "Lei de 2/3", que oferece valiosa gama de subsídios.

Na década 1960/70 verificou-se que nossa população economicamente ativa aumentou de 6 milhões e 900 mil, tendo a agricultura proporcionado 900 mil empregos novos, a indústria 2.300.000 e o setor de serviços 3.700.000.

Dos empregos novos 87% foram oferecidos nas cidades.

A fim de manter um ritmo que assegurasse equilíbrio entre a oferta e a procura de empregos, era necessário manter na década seguinte a taxa de crescimento de nosso País e intensificar o setor da construção civil, que no decênio 1960/70 criou um milhão de empregos novos e tende a sustentar esses índices, graças ao plano de construção de 6.000.000 de unidades habitacionais até 1980.

Procurou-se, em 1970, intensificar os programas de treinamento, enfatizando-se o setor de construção civil. O final desse exercício acusou um total de 70.000 trabalhadores treinados. Para 1971 foi estabelecida programação mais específica, elevando-se a 90.000 o número de treinados.

A evolução econômico-social exigia, cada vez mais, a racionalização dos programas da mão-de-obra.

A Região Sudeste, apesar de já atingir grau relativamente satisfatório de desenvolvimento, necessitava, ainda, de adequação tecnológica. Por sua vez, a Região Nordeste permanecia em flagrante estado de subdesenvolvimento.

Considerando que integração nacional e integração social se completam através dos resultados obtidos com o aproveitamento de recursos materiais e recursos humanos, numa associação de energias do Governo, do empresariado, e dos trabalhadores, procurou-se manter esse equilíbrio, mediante a adoção de medidas capazes de evitar que o progresso tecnológico redundasse na marginalização de parcelas de nossa força de trabalho.

É no conjunto de projetos destinados à qualificação da mão-de-obra, dirigido para uma política de emprego ajustada, tanto quanto possível, ao preconizado pelos órgãos técnicos da OEA, que se pode avaliar o esforço até agora desenvolvido. Em 1970, perante a Organização Internacional do Trabalho — OIT, o Brasil apresentou Resolução em que se dava ênfase à correlação entre a política de emprego nos países em desenvolvimento e o direito de livre competição no comércio internacional, especialmente no que concerne aos produtos manufaturados.

No Brasil não se verifica carência de emprego e sim falta de qualificação de mão-de-obra, fator que originou o Programa Nacional de Valorização do Trabalhador — PNVTV.

Esse Programa deverá beneficiar cerca de 1 milhão e meio de trabalhadores, com dispêndio dentro dos recursos previstos até 1974. Suas metas, fixadas para o período 1972/74, abrangem o treinamento de meio milhão de trabalhadores adultos carentes de qualificação profissional, concessão de 707.755 bolsas de estudos de 1º e 2º graus e de quase 15.000 para a formação técnica, em benefício dos trabalhadores sindicalizados ou de seus dependentes; preparação de 6.150 profissionais de níveis superior e médio para controle da segurança e higiene do trabalho.

Estão incluídos no programa, ainda, dois projetos:

1) Diagnóstico do Mercado de Trabalho e 2) Cadastro Brasileiro de Ocupações — CBO.

Os projetos relativos ao aperfeiçoamento profissional de meio milhão de trabalhadores até 1974 já têm convênios celebrados para

o treinamento de mais de 386.000 trabalhadores, com entidades como o SENAI, o SENAC, Escolas Técnicas Federais Estaduais e Municipais, com participação, ainda, do MEC — Ensino Industrial, do Conselho Nacional de Recursos Humanos, do Ministério do Exército, e outros órgãos da Administração, além de empresas privadas, nos seus canteiros de obras.

O total de trabalhadores já adestrados pelo PNVTV eleva-se a 214.784.

Em consonância com a política de valorização e aperfeiçoamento do trabalhador são desenvolvidos pela Administração Indireta vinculada ao Ministério, programas específicos de aperfeiçoamento, quer na área da recuperação de segurados incapacitados ou de pessoas marginalizadas por fatores sócio-econômicos.

Em 1969 foram beneficiados 2.170 sindicatos com 100.000 bolsas de estudo. No ano seguinte foram distribuídas às 2.554 entidades sindicais inscritas 134.892 quotas.

Em 1971 adotou-se novo sistema para execução dessa atividade, mediante 6 Projetos específicos, ampliando as oportunidades às classes trabalhadoras, com vistas ao seu aperfeiçoamento técnico-profissional e atendimento aos reclamos do mercado de trabalho, carente de mão-de-obra especializada nesse nível. As quotas distribuídas, em número de 146.404, beneficiaram 2.562 entidades sindicais.

Em 1972 foram atendidos 2.797 sindicatos, com a distribuição de 179.528 bolsas.

Para 1973 programou-se a concessão de 205.000 bolsas, a serem distribuídas entre 3.000 entidades sindicais, sendo 200.000 para níveis de 1º e 2º graus e as restantes para cursos técnicos prioritários de 2º grau, já em convênio com 46 escolas técnicas.

Com referência à formação de profissionais de níveis médio e superior para as áreas da segurança e higiene do trabalho, são os seguintes os treinamentos previstos de acordo com convênios celebrados até 31-8-73:

CURSOS	TREINADOS		EM TREINAMENTO	
	Cursos	Alunos	Cursos	Alunos
Médico do Trabalho.....	—	—	9	409
Engenheiro de Segurança.....	—	—	7	297
Inspeção de Segurança.....	11	401	16	586
Aux. Enf. Seg. do Trabalho.....	5	79	6	266

No tocante à alfabetização, anteriormente integrada no Programa de Valorização da Ação Sindical, três concursos foram realizados por intermédio das entidades sindicais em consonância com o MOBREAL. Aos Sindicatos que apresentam maior número de alfabetização são concedidos prêmios, representados por ambulâncias, gabinetes odontológicos, máquinas de escrever, mimeógrafos, etc.

Os cursos de Economia Doméstica, que incluem Primeiros Socorros, Puericultura, Corte e Costura e Culinária vêm-se desenvolvendo através de convênios com a LBA, num total de 682 beneficiários. Os de Administradores Sindicais e Vogais para a Justiça do Trabalho vêm alcançando ampla repercussão. Em 1972 atingiu-se mais de 92% de sua previsão, com um total de 702 finalistas.

No que tange à imigração, instituiu-se em 1969 o Cadastro de Estrangeiros, incluindo composição familiar, data de chegada, profissão, etc.

O número de estrangeiros cadastrados e seus dependentes, ao final de setembro de 1973, já se elevava a mais de 1 milhão. Os quadros anexos apresentam demonstrativos sobre a distribuição por Unidades Federadas e por profissão.

Os dados coletados acusam a preponderância de comerciantes, agricultores e operários qualificados entre os imigrantes.

A procedência do total de cadastrados, em ordem decrescente, é a seguinte: Portugal, Japão, Itália, Espanha e Alemanha, seguida de outros. Predomina a chamada de técnicos e trabalhadores qualificados.

Em número reduzido, em 1969, as agências de colocação serviram de embrião para o estudo da implantação de um Serviço Na-

cional de Emprego, que se propõe a assentar o processo de equilíbrio do Mercado de Trabalho, conseguindo melhor aproveitamento dos recursos humanos para a economia nacional. E 1970 adotaram-se providências iniciais no sentido de sua criação. No ano seguinte, instalou-se uma Agência-Piloto em São Caetano do Sul — SP, elaborando-se então um projeto preliminar, com vistas à montagem do Sistema para o triênio de 1972/1974.

ACOMPANHAMENTO — P N V T

POSIÇÃO EM 30/9/1973

M E T A S	PREVISTO 1972/74	REALIZADO	RECURSOS FINANCEIROS	
			Previsto 1972/74	Aplicado
I — Treinamento intensivo de trabalhadores adultos carentes de qualificação profissional.....	500.000	214.784	78.350.450,00	55.685.848,10
II — III — Concessão de Bolsas de Estudo a Trabalhadores sindicalizados e seus dependentes.....	722.671	363.192	254.864.470,00	119.594.990,00
IV — Preparar profissionais de nível médio e superior para o controle de Segurança e Higiene do Trabalho (*)	6.150	480	4.860.000,00	3.626.000,00
V — Alfabetização de Adultos, Economia Doméstica e Educação Cívico-Trabalhista (**).	258.810	22.596	6.485.510,00	—
VI — Promover a formação de trabalhadores para a Administração Sindical e Vocalato.....	5.132	702	5.136.680,00	519.782,94
IX — Treinamento de Servidores do MTPS e Órgãos Vinculados (***).....	65.140	25.349	8.552.880,00	—

(*) Esta Meta refere-se somente a 1973/74.

(**) Os resultados referentes ao ano de 1973, somente serão enviados ao DNT, no início de 1974, pelos Sindicatos

(***) Esta Meta está sendo totalmente atendida, tendo em vista as normas expedidas para cumprimento da legislação referente à implantação do Novo Plano de Classificação de Cargos dos Servidores Públicos.

DEMONSTRATIVO, POR NACIONALIDADE, DA CHAMADA DE MÃO-DE-OBRA ESTRANGEIRA, PELO EMPRESARIADO, "CIME" e "JAMIC", NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 1973
(TITULAR = 1; DEPENDENTES MAIORES = 2 E DEPENDENTES MENORES = 3)

N A Ç Õ E S	TOTAL	JANEIRO A AGOSTO				MÊS DE SETEMBRO			
		Soma	1	2	3	Soma	1	2	3
Estados Unidos.....	847	751	238	211	302	96	30	25	41
Chile.....	481	398	109	106	183	83	27	20	36
Alemanha.....	310	275	109	76	90	35	14	10	11
Argentina.....	295	239	84	67	88	56	18	15	23
Itália.....	223	207	97	48	62	16	6	4	6
Japão.....	180	167	94	39	34	13	4	4	5
Inglaterra.....	165	149	47	40	62	16	4	4	8
Portugal.....	126	96	35	26	35	30	8	7	15
Suíça.....	109	99	40	33	26	10	5	3	2
Holanda.....	105	105	32	28	45	—	—	—	—
Suécia.....	91	83	30	22	31	8	3	2	3
China.....	86	71	22	14	35	15	4	3	8
França.....	83	79	34	21	24	4	3	1	—
Uruguai.....	56	44	14	11	19	12	4	4	4
Córea.....	49	49	9	15	25	—	—	—	—
Dinamarca.....	43	43	18	10	15	—	—	—	—
Austria.....	42	40	17	10	13	2	1	1	—
Canadá.....	38	38	13	11	14	—	—	—	—
Israel.....	34	34	9	8	17	—	—	—	—
Outras Nações.....	404	340	182	72	86	64	28	14	22
SOMA.....	3.767	3.307	1.235	868	1.206	460	159	117	184

**DEMONSTRATIVO DA CHAMADA DE MÃO-DE-OBRA ESTRANGEIRA, PELO EMPRESARIADO
E PELOS ÓRGÃOS DE IMIGRAÇÃO DIRIGIDA, NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 1973
(EMPRESARIADO = 1; CIME = 2 E JAMIC = 3)**

PROFISSÕES	TOTAL	JANEIRO A AGOSTO				MÊS DE SETEMBRO			
		Soma	1	2	3	Soma	1	2	3
Agricultores.....	6	5	5	—	—	1	1	—	—
Engenheiros.....	432	366	255	111	—	66	51	15	—
Outras Profissões de Nível Superior.....	255	228	222	4	2	27	26	1	—
Técnicos Diversos.....	435	401	308	42	51	34	32	2	—
Dirigentes de Empresas.....	46	41	41	—	—	5	5	—	—
Funcionários de Empresas.....	60	40	36	4	—	20	19	1	—
Operários Qualificados.....	48	46	13	7	26	2	2	—	—
Profissões Diversas.....	31	27	23	4	—	4	4	—	—
Religiosos.....	79	79	79	—	—	—	—	—	—
Dependentes Maiores.....	985	868	786	55	27	117	113	4	—
Dependentes Menores.....	1.390	1.206	1.144	40	22	184	183	1	—
SOMA.....	3.767	3.307	2.912	267	128	460	456	24	—

Tal projeto está sendo estruturado com maior amplitude, conservando os princípios básicos do preliminar, cuja metodologia se procura testar, na Guanabara, por uma Agência-Piloto.

A política sindical vem-se desenvolvendo quanto ao número de Entidades oficialmente registradas e reconhecidas, que hoje se eleva a 6.413.

Tenta o Ministério soerguer aquelas entidades que deixam de satisfazer as condições para seu funcionamento, com prejuízo de uma vida associativa regular e ação sindical eficiente.

O sindicalismo tem-se fortalecido com os programas que valorizam tanto o agrupamento social quanto o associado, tornando as entidades de classe colaboradoras do Poder Público, transformando-as em entidades prestadoras de serviços, convocadas para assumirem as responsabilidades que lhes cabem, de amparo permanente à categoria que representam.

**ENTIDADES SINDICAIS EXISTENTES
EM 31 DE OUTUBRO DE 1973**

CATEGORIAS	URBANAS	RURAIS	TOTAL
CONFEDERAÇÕES			
Econômicas.....	3	1	
Profissionais.....	7	1	
Liberais.....	1	—	
	11	2	13
FEDERAÇÕES			
Econômicas.....	61	21	
Profissionais.....	120	19	
Liberais.....	6	—	
Autônomas.....	4	—	
	191	40	231
SINDICATOS			
Econômicas.....	1.042	1.391	
Profissionais.....	1.999	1.388	
Liberais.....	130	—	
Autônomos Econômicos.....	179	—	
Autônomos Profissionais.....	40	—	
	3.390	2.779	6.169
			6.413

**N.º DE ENTIDADES SINDICAIS SOB INTERVENÇÃO
E ORIENTAÇÃO DE JUNTA GOVERNATIVA**

ESTADOS E TERRITÓRIOS	INTERVENÇÕES	JUNTAS GOVERNATIVAS
Acre.....	1	7
Amazonas.....	2	4
Bahia.....	0	24
Brasília.....	2	0
Ceará.....	2	2
Guanabara.....	3	0
Maranhão.....	0	1
Mato Grosso.....	0	6
Minas Gerais.....	2	1
Pará.....	0	7
Paraná.....	0	16
Paraná.....	1	7
Pernambuco.....	7	3
Rio Grande do Norte.....	3	2
Rio Grande do Sul.....	2	7
Santa Catarina.....	2	32
São Paulo.....	8	5
Sergipe.....	1	1
Amapá.....	0	1
	36	126

RESUMO: INTERVENÇÕES..... 36
JUNTAS GOVERNATIVAS..... 126
TOTAL..... 162

O Decreto nº 67.227, de 21-9-70, estabeleceu prioridades para uma política de Valorização da Ação Sindical, prevendo a doação de bens e equipamentos aos sindicatos, para instalação e funcionamento de seus serviços assistenciais e de interesse coletivo; a concessão de empréstimos financeiros, com o objetivo de incentivar a construção, reforma, ampliação ou aquisição de sedes, escolas, colônias de férias, campos de esportes, clubes recreativos, hospitais, creches, ambulatórios e cooperativas de consumo; concessão de empréstimo simples ao trabalhador sindicalizado, mediante descontos em folha sob a responsabilidade dos sindicatos.

O material doado às entidades sindicais em 1972 importou em Cr\$ 791.613,00, destacando-se entre as doações: gabinetes odontológicos, ambulâncias, viaturas, aparelhos de Raio-X, eletrocardiógrafos, mimeógrafos, máquinas de escrever e outros.

Os empréstimos financeiros àquelas entidades beneficiaram 22 órgãos sindicais, com um valor total de Cr\$ 892.000,00.

CONVÊNIOS SINDICAIS APROVADOS

POSIÇÃO EM 15/10/1973

ESTADOS	N.º	ASSOC.	DEP.	TOTAL SUBVENÇÃO MENSAL
Alagoas.....	13	11.000	44.000	26.152,20
Amazonas.....	3	3.015	12.050	24.693,60
Bahia.....	13	41.891	168.090	149.072,95
Ceará.....	2	12.200	38.000	28.583,00
Guanabara.....	8	94.417	213.309	329.669,50
Espírito Santo.....	9	20.173	60.690	84.404,60
Goias.....	12	114.028	(assoc. e dep)	22.536,00
Maranhão.....	—	—	—	—
Mato Grosso.....	—	—	—	—
Belo Horizonte.....	100	136.224	500.687	844.204,57
Pará.....	3	1.450	5.900	13.633,20
Paraná.....	22	29.283	96.920	156.824,00
Pernambuco.....	15	22.520	71.976	67.488,00
Estado do Rio.....	28	161.358	640.733	700.309,00
Rio Grande do Norte.....	39	45.281	115.000	381.751,30
Rio Grande do Sul.....	1	5.052	(assoc. e dep.)	6.336,00
Santa Catarina.....	85	101.358	285.186	573.805,80
São Paulo.....	51	39.854	149.231	146.138,60
Sergipe.....	41	193.426	554.957	433.970,40
Brasília.....	9	14.000	28.000	25.407,10
TOTAIS.....	2	2.351	7.800	8.293,00
TOTAIS.....	456	1.048.881	2.991.929	4.023.272,82

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CONVÊNIOS FIRMADOS
COM EMPRESAS ATÉ 15/10/1973

EMPRESAS CONVENIENTES

ESTADOS E CAPITAIS	N.º	SEGURADOS ABRANGIDOS	TOTAL SUBVENÇÃO ANUAL
Alagoas.....	—	—	—
Amazonas.....	(*) 2	40	767.686,00
Bahia.....	64	12.804	2.279.694,00
Ceará.....	14	258	12.074,40
Guanabara.....	325	137.717	24.590.749,52
Vitória.....	2	230	10.764,00
Goias.....	4	741	408.164,00
São Luís.....	—	—	—
Mato Grosso.....	3	319	29.858,40
Minas Gerais.....	82	17.800	2.529.200,00
Pará.....	2	2.420	432.115,20
Paraná.....	—	—	—
Curitiba.....	193	15.300	2.786.436,00
Pernambuco.....	171	43.110	7.691.133,60
Piauí.....	—	—	—
Estado do Rio.....	—	—	—
Rio Grande do Norte.....	—	—	—
Rio Grande do Sul.....	78	15.280	2.714.856,00
Santa Catarina.....	14	6.180	1.103.500,00
São Paulo.....	1.570	867.200	154.840.992,00
Sergipe.....	—	—	—
Brasília.....	5	950	280.009,00
TOTAIS.....	2.531	1.120.349	(**) 200.540.223,12

(*) Não foram incluídos segurados abrangidos por convênios firmados com as Empresas Construtoras das RODOVIAS situadas na área considerada como AMAZONIA LEGAL. Entretanto, foram consideradas as respectivas despesas.

(**) Importância prevista para todo o exercício.

O número de convênios assinados a partir de 1971, entre o INPS e entidades sindicais, para prestação da assistência médica, acusa até 15-10-73, um total de cerca de 460 Convênios. Com as empresas privadas e o INPS, o número se eleva a mais de 2.500.

Em 1970 intensificaram-se estudos sobre as condições para o trabalho de menores de doze e quatorze anos, objetivando preservá-los a saúde e garantir-lhes bem-estar.

No exercício de 1971, intensificou-se a campanha de prevenção de acidentes, tendo em vista o acelerado desenvolvimento industrial. Coadjuvando os trabalhos desenvolvidos pela Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho, o Decreto nº 68.255, de 16-2-71, instituiu,

em caráter permanente, a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes.

Ainda nesse exercício, realizou-se na Capital Federal o "X Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho", no qual foram expostas 66 teses, destacando-se as referentes à importância do uso de equipamento de Proteção Individual e à segurança no serviço de transportes.

O Ministério esteve representado no seminário realizado em Buenos Aires, organizado pela Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, onde apresentou o trabalho sobre "Problemas da Mulher que Trabalha — Medidas Adotadas pelo Governo para Resolvê-los", considerado importante, pelo seu caráter informativo.

No mesmo ano, realizou-se em Curitiba o "XI Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho", com a participação de delegações de 21 Estados, com 751 congressistas e representantes de entidades governamentais e de entidades sindicais.

No exercício de 1973 foi realizado o XII Congresso de Prevenção de Acidentes do Trabalho, em Guarapari, Estado do Espírito Santo, onde se desenvolveram os seguintes temas: "Segurança e Higiene do Trabalho nas Atividades de Mineração de Ferro", "Técnicas de Investigação de Acidentes do Trabalho" e "Atualização das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes — CIPAS".

As diligências decorrentes de denúncias por parte de Sindicatos e outras Entidades têm sido objeto de constante atenção e imediata verificação pela inspeção trabalhista-previdenciária, podendo-se citar sua pronta atuação quanto às denúncias recebidas sobre "trabalho-escravo" no Amazonas e Pará, bem como sobre os problemas surgidos na zona agro-açucareira do Nordeste, nos exercícios de 70-72.

A área mais prejudicada, a da segurança e higiene do trabalho, em face da necessidade de especialização de seus Agentes: Médicos do Trabalho, Engenheiros de Segurança e Assistentes Sociais, mereceu tratamento especial, tendo-se incluído projeto específico no Programa Nacional de Valorização do Trabalhador, para aperfeiçoamento de profissionais ligados àquela área. Medidas complementares adotadas obrigam empresas de grande porte à manutenção de profissionais daquelas categorias em seus quadros, objetivando a redução do índice de acidentes do trabalho e condições adequadas de seu funcionamento.

Com alguns governos estaduais celebraram-se convênios para expandir a fiscalização trabalhista, incluindo a segurança e higiene, mediante credenciamento de determinado número de servidores.

Paralelamente, o Ministério vem intensificando a atuação da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes, realizada anualmente em todos os Estados, bem como do Congresso Anual de Prevenção de Acidentes.

De relevante importância para a execução das atividades de planejamento, coordenação e controle que o Ministério imprime à sua área foi a criação do Centro de Documentação e Informática — CDI, que absorveu os Serviços de Estatística da Previdência e Trabalho, e de Documentação. Têm sido de grande aceitação e procura por parte dos órgãos públicos, entidades privadas e organismos internacionais, os trabalhos de pesquisa e apuração estatística realizados pelo CDI sobre Previdência e Trabalho.

As medidas que objetivam a descentralização da prestação de assistência médico-ambulatorial e que se iniciaram por meio de convênios e credenciamentos, foram ampliadas com a unificação do atendimento pelos órgãos da linha de previdência e, ultimamente por decreto que dispõe sobre o atendimento dos servidores civis pelas Organizações Militares de Saúde do Exército.

No campo da Previdência Social e da prestação de Assistência Médica, as políticas desenvolvidas se entrosam, beneficiando o empregado não só da área privada como do serviço público em geral.

No atual Governo, acelerou-se a implantação de medidas visando a incrementar a Previdência Social e a prestação da Assistência

Médica, incluindo a distribuição de medicamentos, por intermédio da CEME.

As providências adotadas asseguram, praticamente, a toda a população brasileira, incluindo o trabalhador rural, o empregado doméstico, os pescadores, os religiosos e os futebolistas profissionais, a cobertura dos riscos inerentes à vida humana, pela Previdência Social e Assistência Médica. Para tanto, houve necessidade de reformular-se a Lei Orgânica da Previdência Social, de modo que nenhum encargo lhe fosse atribuído ou mantido sem que uma fonte de receita apta lhe propiciasse recursos financeiros necessários.

O salário-de-benefício foi majorado, não podendo ser inferior ao valor do salário-mínimo regional nem superior a vinte vezes o maior salário-mínimo.

Com a fusão dos antigos Institutos, o INPS passou a representar importante órgão da Previdência Social, com encargos também da prestação de assistência médica a segurados e dependentes.

Na área da arrecadação várias medidas foram aplicadas com vistas a racionalizar o processo de receber e incrementar a receita de contribuição, da qual depende todo o funcionamento da Instituição. Em consequência, houve necessidade de se compatibilizar o Plano de Custeio da Previdência Social, para garantir o equilíbrio técnico do Sistema, adaptando-o às exigências dos fenômenos sociais modernos.

A despesa com o pagamento de benefícios no exercício de 1969, atingiu a NCr\$ 3.784.621.902,93 e a prestação de Assistência Médica consumiu NCr\$ 1.493.673.033,57.

A partir de 1970, procurou-se sanar as dificuldades, ampliando a atuação da Previdência Social — urbana e rural, mediante:

a) dinamização e humanização do atendimento, na área da prestação da assistência médico-social, com aumento de eficiência operativa e eliminação de entraves burocráticos;

b) extensão da assistência farmacêutica, pelo fornecimento de medicamentos básicos, gratuitamente, aos segurados de baixa renda salarial;

c) estudo do progressivo amparo da Previdência Social aos trabalhadores vinculados ao Plano Básico da Previdência Social, instituído em 1º de maio de 1968;

d) estabelecimento de convênios com os Sindicatos, que já dispunham ou viessem a dispor de serviços médicos e odontológicos, e, também, com entidades privadas;

e) reestruturação do INPS.

No exercício de 1970, os gastos com benefícios e assistência médica, totalizaram, respectivamente, Cr\$ 5.530.357.786,30 e Cr\$ 2.202.823.083,06.

Em 1971, foi criada a CEME como órgão regulador da produção e distribuição de medicamentos dos laboratórios farmacêuticos dos Ministérios Militares, do Trabalho e Previdência Social e da Saúde.

Ainda em 1971, foram criadas as SECRETARIAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL e da ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL, constituindo novo tipo de relacionamento entre o Ministério e os órgãos integrantes do Sistema Geral da Previdência Social.

Adotou-se, então, política de ação conjunta, integrada e coordenada, a ser seguida pelo INPS, IPASE, FUNRURAL e SASSE, com o propósito de melhorar qualitativa e quantitativamente a prestação da assistência médica, em âmbito nacional.

A criação de um sistema de "inspeção por amostragem" permitiu a realização de diligências em estabelecimentos médico-hospitalares, proporcionando adoção de medidas para coibir irregularidades encontradas no campo do atendimento médico. A Assistência Médica passou a contar com novos padrões de serviços hospitalares e ambulatoriais, tendo sido adotado o controle de contas médicas e hospitalares por computador. Os gastos efetuados com essa Assistência, incluindo administração específica e Indústria Farmacêutica, totalizaram Cr\$ 2.665.696.280,47, com o percentual de 23,88% sobre a despesa total, naquele ano.

Em benefícios foram empregados Cr\$ 7.115.084.931,05, isto é, 63,98% da despesa total.

O pagamento de benefícios já se faz com maior rapidez e a prestação da assistência médica se descentraliza, permitindo progressiva melhoria no atendimento.

Até 15-10-73 os convênios realizados com o INPS envolviam cerca de 460 entidades sindicais.

As empresas privadas também foi assegurado o direito a convênios semelhantes e o número dos já celebrados se eleva a 2.531.

O atendimento de urgência, por qualquer entidade hospitalar do Sistema, independentemente da filiação do segurado, foi medida concretizada em 1973. As providências já implantadas vão desde a ampliação do horário de atendimento até o melhor sistema de carnes para o pagamento de benefícios através da rede bancária.

A par dessas atividades, o Instituto desenvolve ampla programação de assistência ao segurado, procurando: reduzir o alto índice de morbidade e mortalidade infantil mediante o combate dos fatores psicológicos, sociais e econômicos interferentes; evitar a marginalização do segurado desempregado, que o leva à desvinculação da Previdência; e criar condições capazes de assegurar meios de recuperação rápida e eficiente de sua capacidade laborativa. As medidas adotadas se integram no Programa do Trabalhador, alcançando justamente a faixa mais carente, com efeitos sobre todo o grupamento familiar, por meio de projetos específicos, proporcionando ao segurado e seus dependentes treinamento profissional adequado.

Ao menor excepcional e aos acidentados do trabalho é dispensado tratamento especial. Até 30-6-73, o número de atendidos era de, aproximadamente, 16.000 menores, por 104 Entidades Beneficentes e 65 Clínicas Particulares.

Os projetos ligados à Reabilitação Profissional tendem a estender-se a todos os Estados.

Novos hospitais foram adquiridos e reaparelhados, entre os quais, estabelecimentos especializados em recuperação de acidentados do trabalho, estabelecendo-se condições para se atender, durante o exercício de 1973, a 2.900.000 internações hospitalares e 100.000 atendimentos de natureza ambulatorial, sem afetar o orçamento aprovado para o exercício e mantendo-se em dia o controle das contas médicas e hospitalares. No exercício anterior, os atendimentos ambulatoriais atingiram a mais de 91.000.000 de beneficiários e, em 1971, se situaram na faixa de 80.000.000.

Conta o INPS com 27 hospitais próprios e 2.622 contratados. Foram inaugurados no exercício de 1973: "Presidente Vargas" — Porto Alegre; "Cardoso Fontes" (cirurgia geral com especialidade torácica), na Guanabara; "José Pessoa de Queiroz" (900 leitos) no Recife; "Geral" de Goiânia e Antigo Hospital dos Acidentados, na Guanabara, totalmente reequipado e agora denominado "Traumatologia-Ortopedia". Inauguraram-se no mesmo ano: Posto de Benefícios e Perícias Médicas (GB), com capacidade para atendimento diário de 3.000 segurados; Ambulatório de Urgência Médica e Acidentes do Trabalho, anexo ao Hospital Orêncio de Freitas, em Niterói; Ambulatório Integrado de São Cristóvão, aparelhado, para atendimento de emergência e acidentes do trabalho, pequenas cirurgias, perícias médicas, fisioterapia, oftalmologia, otorrino e odontologia, com capacidade para atender a 400 segurados, por dia; melhoramentos no Pronto-Socorro de Andaraí (GB), com instrumental para socorrer casos de parada cardíaca; Hospital de Oncologia (GB), com 125 leitos e capacidade para 150 atendimentos diários, destacando-se um ambulatório para diagnóstico precoce do câncer ginecológico; Posto Médico em Santos; Posto Médico em Rio Grande (RS), afora outros de menor porte.

Para desincumbência de seus encargos, presentemente, o INPS conta com 36.598 servidores na área médica e paramédica e 56.635 na área burocrática, sendo de mais de 37.000.000 a massa segurada atendida pelo Instituto, através de 471 órgãos regionais, 146 Postos de Benefícios, 11 Ambulatórios de Acidentes do Trabalho, 12 Centros de Reabilitação Profissional, 30 Centros de Serviço Social, 24 Hospitais próprios, 517 Postos de Assistência Médica e 2.622 Hospitais, com os quais mantém convênio.

Para atendimento dos segurados e beneficiários do INPS, foi instituída a assistência médica domiciliar e de socorro urgente a ser pres-

tada pelo Serviço de Pronto-Socorro (SPS) que será implantado em todo o território nacional, nas capitais dos Estados e nas cidades de maior densidade demográfica, conforme dispõe o Decreto nº 73.031, de 30-10-73.

Na área internacional promovem-se Acordos com os Governos de Portugal e da Espanha, com a finalidade de amparar os trabalhadores brasileiros e desses países, quando radicados fora do domicílio de origem, concedendo-lhes direito à aposentadoria e à assistência médica. O acordo Brasil/Itália, assinado em 19-3-73, sofreu alterações em sua redação, incluindo alguns benefícios e excluindo outros, por inexistir reciprocidade nas legislações dos dois Países.

A consolidação do FUNRURAL efetivou-se com a assinatura da Lei Complementar nº 11, de 25-5-71, que instituiu, também, o PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL — PRORURAL, passando a contar o homem do campo com uma assistência mais ampla e efetiva, conjugada com as peculiaridades regionais.

A partir dessa data, a atuação do FUNRURAL, que conta com 762 Representações Locais, assistidas por Agentes incumbidos de fiscalizar a arrecadação da alíquota de 2% (Leis Complementares nºs. 11 e 16, de 1971 e 1973), passou a ter maior expressão. Até 31-8-73, os convênios para prestação de assistência médico-hospitalar-ambulatorial e odontológica, com despesa mensal de mais de 16 milhões de cruzeiros, elevam-se a cerca de 4.500.

O atendimento às populações rarefeitas ao longo das rodovias da Amazônia vem sendo realizado através de Ônibus-Ambulatórios-Circulantes, devidamente equipados, inclusive com mesa para partos e pequena cirurgia. Dos 25 ônibus existentes, 13 se encontram funcionando na Amazônia.

Nas localidades onde não existiam instalações hospitalares, o FUNRURAL construiu e equipou pequenos hospitais com 10 e 30 leitos.

Responsável pela execução do PRORURAL, o FUNRURAL vem concedendo benefícios pecuniários — aposentadorias por invalidez, velhice, pensão, auxílio-funeral, serviços de saúde e social.

Até dezembro de 1972 foram emitidos 542.429 carnês de aposentadorias, no total de Cr\$ 922.273.192,00. Outros 59.577 talões ficaram em fase de codificação para emissão em janeiro de 1973, perfazendo um total de 602.006 carnês.

Em 1973, elevavam-se a 866.005 as aposentadorias e pensões concedidas. O auxílio-funeral somava 30.763.

Em setembro do mesmo ano, o total de benefícios concedidos, incluídos os pescadores, considerados beneficiários a partir do Decreto nº 71.498, de 8-12-72, foi de 927.026, com um dispêndio mensal de Cr\$ 240.000.000,00, aproximadamente.

A última providência adotada na área diz respeito à elevação do teto das pensões concedidas às famílias, por morte de seus chefes, para 50% do maior salário-mínimo vigente no País, isto é, o mesmo valor das aposentadorias.

Vem o IPASE desde 1969 celebrando convênios para sepultamento, auxiliando os segurados e beneficiários. A partir de 1970, adotaram-se providências no sentido de assegurar maior rapidez na tramitação dos processos de benefícios. A descentralização dos serviços foi executada por etapas e, em 1971, atingiu a todos os Estados, começando os pagamentos a serem feitos através da rede bancária, dentro do mês de competência e com mais vantagens para os pensionistas. No mesmo exercício foram iniciados os cálculos para reajustamento dos valores dos benefícios, levando-se em conta a reversão das cotas de pensionistas falecidos; as diferenças ocorridas "post-mortem" nos níveis de vencimentos dos segurados; a aplicação das leis de aumento antes de as pensões serem controladas pelo Centro de Processamento de Dados. Em junho de 1972, iniciou-se o pagamento dos reajustamentos, trabalho que, no 3º trimestre de 1973, já acusou uma diferença de Cr\$ 1.864.600,00.

A melhoria dos serviços se realiza ao mesmo tempo que crescem os grupos familiares.

O Instituto vem acompanhando os trabalhos relacionados com o novo Plano de Previdência e outros projetos do maior interesse.

Objetivando o acesso do servidor ao crédito, através do IPASE, foi celebrado com a Caixa Econômica Federal, em 1970, convênio para concessão de empréstimo aos funcionários públicos federais.

Novo Convênio foi assinado em 1972, elevando o valor de empréstimos para Cr\$ 60.000,00 e do teto de Cr\$ 2.000,00 para Cr\$ 10.000,00, acordo que passou a vigorar em fevereiro de 1973, sendo atendidos, até setembro, 20.542 servidores, somando os empréstimos Cr\$ 39.179.654,75.

A Autarquia lançou no dia 10-5-72, em São Paulo, o Sistema de Crédito Direto ao Servidor Federal, que visa oferecer aos seus segurados obrigatórios facilidades na aquisição de bens duráveis necessários ao conforto do ambiente da vida privada. Minas Gerais e o Rio Grande do Sul também adotaram o Sistema em agosto e setembro, respectivamente.

Problemas que dificultaram o desenvolvimento da Carteira Imobiliária, como construções sem prévio conhecimento do mercado de venda, foram superadas em 1969-70 mediante Convênio que permitiu ao Instituto colocar em dia as prestações de contas das entidades responsáveis pelas construções. Em consequência tornou-se possível a conclusão do Conjunto João Baptista Mascarenhas de Moraes, em Manaus, com 145 unidades vendidas. Iniciou-se a construção de um conjunto em São Luiz do Maranhão, com 536 unidades e concluíram-se prédios em Campo Maior e Parnaíba, no Piauí; 145 unidades em Fortaleza, 300 em Caucaia, 16 em Pentecostes e 21 em Crateús, no Ceará; 70 no Rio Grande do Norte, 142 na Paraíba; 896 no Recife e 285 em Mato Grosso.

O Conjunto de Vicente Carvalho, na Guanabara, com 1932 unidades, foi parcialmente inaugurado. Em Brasília celebrou-se convênio com a CODEBRÁS para construção da SQS 207, enquanto em São Luís do Maranhão está sendo erguido o prédio da Superintendência. Também na Transamazônica o IPASE se fez presente, construindo 30 unidades em Itaituba, Marabá e Santarém.

Em 1969, a rede hospitalar do IPASE dispunha do Hospital dos Servidores do Estado da Guanabara; do "Alcides Carneiro", em Campina Grande, na Paraíba, e do Sanatório "Alcides Carneiro", em Correias, no Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, em 1972, foi inaugurado o Hospital dos Servidores da União, em Brasília, com 240 leitos distribuídos pelas diversas clínicas. Representa o HSU a maior realização do Instituto na área de assistência médica, no período de 1969/73, um dos mais completos do País, graças à sua aparelhagem importada pelo próprio Instituto.

O Hospital dos Servidores do Estado, na Guanabara, depois de reaparelhado, foi reincluído entre os da categoria "Classe A", estando capacitado para efetuar até 100 operações diárias, através de suas 23 salas próprias que constituem seu Centro Cirúrgico, considerado o melhor da América Latina.

O Hospital ganhou nova Unidade de Emergência, instalou o Serviço de Cirurgia Cárdio-Vascular, Unidade de Radioisótopos e um Centro de Esterilização de material cirúrgico, capaz de atender a solicitações de todos os hospitais da Guanabara.

Por meio de convênios e credenciamentos, a Instituição prestou assistência médica na capital e no interior, com resultados satisfatórios, permitindo o atendimento a 715 Municípios.

A contribuição do servidor público federal para o IPASE destina-se, exclusivamente, ao pagamento dos benefícios de previdência (e século e pensão), sendo a assistência médica custeada com recursos fornecidos pela União.

A classe econômica tem no Serviço de Assistência e Seguro de Assistência e Seguro Social dos Econômicos — SASSE, o seu órgão de previdência e assistência, integrado na política que o Ministério vem desenvolvendo.

A prestação da assistência médica proporcionada aos seus usuários atuais é realizada mediante convênios com hospitais e laboratórios de análises, abrangendo todas as clínicas, incluindo serviços de recuperação. O atendimento ambulatorial e odontológico é realizado por meio de credenciamento **pro labore** de médicos e dentistas, que

abrange cerca de 6.000 desses profissionais, dos quais mais de 5.000 são de classe médica.

O crescimento do número de beneficiários foi de 5.493, enquanto o quadro de associados ganhou mais 3.571 membros. Em razão desse crescimento, a Receita de Contribuição (empregado e empregada) passou de Cr\$ 2.109.324,07 mensais em 1969, para Cr\$ 6.466.184,02, em 1973.

Aé 1-10-69, a Autarquia concedeu 1.154 aposentadorias e 516 pensões. Em 30-9-73 a situação na área de benefícios foi alterada para: 2.020 aposentadorias (aumento de 866) e 933 pensões (mais 317). A despesa mensal subiu de Cr\$ 187.580,91 e Cr\$ 1.031.580,61 respectivamente.

A Fundação de Assistência aos Garimpeiros, instituída em 1957, tem como objetivo principal a prestação de serviços que visam à melhoria das condições de vida das populações garimpeiras, notadamente no que tange à saúde, educação e higiene; ao incentivo, valorização e amparo às atividades extrativo-produtoras.

Em 1969, data em que passou a receber recursos orçamentários, procurou melhor estruturar-se administrativamente, empenhando-se em delimitar as áreas de garimpo e levantar suas populações e necessidades.

Posteriormente, ainda com apoio nas conclusões do tipo de trabalho, instalou experiência-piloto de um programa, com a finalidade de testar o sistema cooperativista na Região do Tapajós (PA), supervisionado pelo SUPROTAP — Supervisão do Projeto Tapajós, com sede em Itaituba (PA).

Em 1972 assinou-se convênio objetivando o cadastramento, fiscalização e orientação técnica dos garimpos em todo o Território Nacional, trabalho que a respectiva Comissão Executiva deu início precisamente na Região Amazônica, escolhida não só pela presença da Fundação como, também, em decorrência dos princípios que norteiam o Programa de Integração Nacional.

De ano para ano vem crescendo o número de escolas assistidas pela FAG nas regiões garimpeiras, que inclui a quase totalidade de educandários da zona rural e da periferia urbana, face à carência de recursos das municipalidades.

No transcurso de 1973 a Instituição está proporcionando assistência com merenda escolar a 26.455 menores dependentes de garimpeiros, e, também, a não dependentes.

Na área médico-assistencial foram atendidos 31.465 garimpeiros no período de 1971/73, com um dispêndio mensal da ordem de Cr\$ 370.000,00, do qual, aproximadamente Cr\$ 15.000,00 se referem à distribuição de medicamentos.

Constaram do programa de construções, impulsionado a partir de 1969, as seguintes obras: Hospital Sagrada Face, em Alto Paraguai (MT); término da Escola Rural, em Almas (GO); Escola Rural do Garimpo dos Bagres (GO); Grupo Escolar de Jacareacanga (PA); Escola de São Félix (PA); Escola Rural de Espírito Santo (PA); Escola Rural de Pimentel (PA); Escola Rural de Buritizinho, no Alto Paraguai (MT); Escola de Pai Luiz (MT) e Escola Rural de Santa Rita (MT).

A Legião Brasileira de Assistência tem a responsabilidade de assistir a maternidade, a infância e o adolescente, dando prioridade àqueles não assistidos por outro sistema de assistência. Ao mesmo tempo desenvolve atividades educacionais, de treinamento e assistência médica, com recursos que lhe são entregues pela Loteria Esportiva. Opera, atualmente, por intermédio de 26 Diretorias Estaduais e Territoriais, 104 Agências de Serviço Social, 10 "Casas da Criança" e de Creches, 69 Maternidades, 3 Hospitais Infantis, 144 Postos Médicos, 2 Laboratórios Industriais Químicos e Farmacêuticos, 89 Hospitais, 34 Unidades de Medicina Preventiva, 102 Unidades de Assistência ao Parto e 74 Unidades de Assistência ao Pré-Escolar.

No período de 1970/73, a Entidade sustentou 1.942 convênios com instituições públicas e privadas, cobrindo 900 municípios com programas de serviço social; 548 projetos específicos de medicina preventiva e educação sanitária e 527 mediante cursos de qualifica-

ção profissional. Distribuiu vacinas a cerca de 2 milhões de crianças e adultos e assistiu, mensalmente, 100 mil parturientes, aproximadamente.

Ampliou as sedes das Diretorias Estaduais do Pará, Rio Grande do Sul, Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro e outros imóveis, inclusive hospitais e maternidades. Investiu em títulos da Eletrobrás e Petrobrás recursos incluídos no Orçamento do exercício.

Adquiriu novos equipamentos para as Obras Próprias de Serviço Social, conforme projetos apresentados pelas 90 Agências, 23 Centros Regionais, 2 Educandários e 9 Obras de Atendimento a Pré-Escolares.

A Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, instituída pela Lei nº 5.161, de 26 de outubro de 1966 e sediada em São Paulo, tem como objetivo principal a realização de pesquisas e estudos pertinentes aos problemas de segurança, higiene e medicina do trabalho de todas as categorias econômicas e profissionais. Colabora com instituições e órgãos especializados em reabilitação de trabalhadores, vítimas de doenças crônicas ou defeitos físicos, provenientes ou não de acidentes do trabalho.

A Fundação tem dado destaque aos estudos e pesquisas, participando, também, de reuniões nacionais e internacionais. Patrocinou cursos de níveis elementar, médio e universitário e ampliou os setores de Divulgação, Documentação e Biblioteca.

Em 1973, a Fundação cuidou especialmente do setor de formação e treinamento de pessoal técnico, objetivando a formação de 6.150 profissionais: Médicos do Trabalho, Engenheiros de Segurança, Inspectores de Segurança do Trabalho e Auxiliar de Enfermagem do Trabalho.

COMUNICAÇÕES

Inaugurada em maio de 1973 a sede do Ministério em Brasília, onde se instalaram todos os seus órgãos da Administração Direta, criaram-se condições mais favoráveis a um trabalho harmônico no cumprimento de suas atribuições.

Reorganizou-se totalmente a área da Administração Indireta, criando-se condições para desempenho dos encargos relativos aos dois campos de atividades do Ministério — Serviços Postais e de Telecomunicações — com a definição de suas empresas:

— Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com novo Estatuto recentemente aprovado, da qual estão sendo retirados, progressivamente, os Serviços Telegráficos, por serem serviços de Telecomunicações;

— Telecomunicações Brasileiras S/A, criada em 1972, contando hoje, com 29 subsidiárias e associadas operando serviços de telecomunicações em âmbito internacional, interestadual, interurbano e local.

Com a criação da TELEBRÁS, os Serviços Públicos de Telecomunicações tornaram-se de responsabilidade federal e estabeleceram-se ainda Políticas específicas para a indústria de telecomunicações e para a Radiodifusão.

A transformação do antigo DCT em empresa foi completada no período, conferindo agilidade considerável às suas atividades, permitindo-se adotarem novos procedimentos operacionais, que modificaram as antigas rotinas e conduziram à recuperação total dos correios, a médio prazo, sem alterar sua dotação orçamentária. Instituíram-se novos serviços e retomaram-se, de acordo com dispositivo constitucional, aqueles executados por terceiros.

Ao final de 1973, o número de funcionários na ECT é de 63.793, dos quais 22% são contratados pelo regime da CLT. O acréscimo de servidores foi de 0,8% em relação a 1969.

No período de 1970 a 1973 foram treinados, dentro ou fora da empresa, 48.513 funcionários, o que corresponde a cerca de 75% do total de servidores.

O número de agências postais, postos ou balcões de correio foi elevado para 6.150 e o de imóveis legalizados alcança a soma de 1.327.

Em 1973 transportaram-se 11 milhões de malas postais e criaram-se Linhas Troncos Nacionais e Regionais para transporte rodoviário de correspondência, que já atingem mais de 30.000 km.

A emissão de selos comemorativos, inteiramente reformulada, está contribuindo poderosamente para a divulgação do Brasil no exterior e para o aumento da receita da ECT.

Os serviços de telecomunicações receberam instrumentos adequados planejamento e controle, recursos humanos e financeiros, a fim de recuperarem o atraso que ainda se faz sentir no seu desenvolvimento.

A EMBRATEL, subsidiária da TELEBRÁS, continuou a execução dos planos aprovados, expandindo os serviços internacionais de Telecomunicações, com o lançamento de cabo submarino entre o Brasil e a Europa e com o aumento do número de canais via satélite. No campo dos serviços interestaduais de Telecomunicações, concluiu-se, em 1972, a ligação de todas as capitais do País, mediante um sistema de 16.000 km de troncos, o qual se acha, em sua maior parte, em duplicação.

No campo dos serviços internacionais e interestaduais a situação é a seguinte, em 1973:

- serviço telefônico internacional: 6.300.000 minutos/ano;
- serviço de telex internacional: 4.300.000 minutos/ano;
- serviço telegráfico internacional: 16.080.00 palavras/minuto;
- número de canais de voz com o exterior: 327;
- serviço telefônico interestadual: 64.000.000 chamadas/ano.

A implantação de serviços telefônicos urbanos e interurbanos foi bastante acelerada no período, estando em execução planos que, em 1975, praticamente dobrarão o número de telefones instalados no País. Investiram-se, também, grandes somas no descongestionamento dos sistemas das principais capitais. A criação da TELEBRÁS e a passagem à sua disposição do Fundo Nacional de Telecomunicações permitiram dar nova forma ao sistema, com o planejamento global e integrado dos serviços, a redução do preço dos equipamentos, a melhoria de sua qualidade e o controle do cumprimento dos prazos, a par de aumentar consideravelmente a eficiência operacional das empresas do grupo.

As aplicações financeiras da TELEBRÁS, no ano de 1973, atingiram a cifra de 0,9 bilhões, estando previsto, para 1974, o montante de 2,9 bilhões.

Mais de 100 cidades contam hoje com o serviço de Discagem Direta à Distância (DDD) e o número total de telefones instalados é de cerca de 2.400.000 que produziram não somente o vigoroso acréscimo do tráfego internacional e interestadual já citados, como também aumento interurbano de mesmas proporções. Está em plena execução o plano de expansão do serviço de telex que substituirá, em 1974, a atual rede por outra com 16.900 terminais espalhados por todas as capitais brasileiras e em muitas cidades do interior. A rede conta hoje, com 4.200 terminais.

Outros serviços de telecomunicações foram implantados ou receberam apoio e estímulos, como a transmissão de dados por meio de sistemas que interligam computadores situados nos mais diferentes pontos do País e, também, no exterior. Novo serviço costeiro se encontra em implantação e permitirá, em 1974, a ligação de navios em qualquer ponto de nossa costa com o sistema nacional ou com o exterior, de acordo com as suas disponibilidades, através de telefone, telex ou telégrafo.

O Fundo Nacional de Telecomunicações atinge, em 1973, o montante de 800 milhões de cruzeiros e está sendo empregado nas subsidiárias estaduais da TELEBRÁS, com a finalidade de expandir os serviços interurbanos e locais, permitindo, como consequência, a diminuição da participação do usuário no autofinanciamento.

O Fundo de Fiscalização das Telecomunicações arrecadado em 1973 atinge a apreciável quantia de Cr\$ 13.000.000,00.

O Orçamento da União, além de prover recursos para as despesas de custeio do Ministério e para subvenção à ECT — 370 milhões de cruzeiros — já consigna verbas para investimento em telecomunicações, as quais em 1973, somaram 80 milhões de cruzeiros.

Contribui o usuário diretamente com o setor, mediante o sistema de autofinanciamento de telefones. Sua participação, no entanto, no Plano de Um Milhão de Telefones, foi reduzida a 85% nas grandes cidades e 65% nas pequenas.

No setor da Radiodifusão Sonora, tem-se dado grande incentivo à instalação de emissoras de ondas tropicais e de frequência modulada, sistemas que vão abrir campo totalmente novo e inexplorado, tanto para os concessionários, como para os fabricantes de equipamentos. Com o sistema de telecomunicações da EMBRATEL, surgiu a possibilidade de interligação de emissoras de todos os quadrantes do País, abrindo oportunidade para a criação de redes noticiosas e transmissões em cadeia de programas educativos.

Na área da radiodifusão de sons e imagens, o quadro é semelhante. Tratou-se de abrir novas emissoras nas cidades do interior, e de levar até elas as transmissões em cadeia realizadas pelo sistema da EMBRATEL. A implantação da TV em cores, em 1972, abriu para a televisão novas perspectivas, colaborando, nitidamente, para a elevação do nível de sua programação e gerando novo e grande mercado para os fabricantes de aparelhos.

As medidas adotadas no campo das telecomunicações, especialmente o seu planejamento global e o estabelecimento de nova política de aquisição e emprego dos equipamentos, proporcionaram a regularização do setor industrial e o alívio das tensões. As grandes encomendas, para períodos de quatro a cinco anos, permitiram a fabricação em termos mais econômicos, acarretando, como consequência final, preços mais baixos, prazos de entrega mais seguros e qualidade superior. Ao mesmo tempo, tais medidas conferiram maiores atrativos ao mercado, propiciando que muitas novas fábricas fossem instaladas e outras empresas se implantassem.

O crescimento da indústria ligada ao setor, segundo suas próprias informações, manteve-se acima de 20% ao ano, no período de 1970/73.

Estima-se em mais de 60.000 empregados o efetivo que trabalha nas empresas operadoras de serviços de telecomunicações, não considerando a parte relativa aos fabricantes de equipamentos. Durante o ano de 1973, foram treinados mais de 15.000 empregados, o que significa cerca de 25% do total.

No campo da pesquisa, começaram a ser dados os primeiros passos, principalmente em telecomunicações, tendo-se, para isso, celebrado vários convênios com Universidades.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO PESSOAL CIVIL — DASP

Na área da Administração de Pessoal, o Governo desflagrou marcante e profunda reformulação, desenvolvendo inédita estratégia de recursos humanos.

Iniciou-se esse programa de ação com a reforma organizacional do Departamento Administrativo do Pessoal Civil — DASP, dando-lhe estrutura funcional e maleável, com o propósito de racionalizar as suas atividades e capacitá-lo a participar efetivamente da nova política de pessoal.

Supletivamente, institucionalizou-se o Sistema de Pessoal Civil, disciplinando o complexo de atividades e órgãos relacionados com a problemática de recursos humanos no Serviço Público Civil e com a constituição da Auditoria de Pessoal, já em funcionamento experimental.

Prosseguiram a elaboração e aprovação dos documentos relativos à classificação e retribuição de cargos e empregos dos órgãos da Administração Direta e das Autarquias: a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estabeleceu as suas diretrizes, bem como as normas complementares que vivificaram os sistemas ali instituídos; o estabelecimento de critérios técnicos e uniformes de avaliação de cargos e empregos, que orientaram a fixação e a aprovação legislativa dos novos níveis de vencimentos dos grupos de categorias funcionais; a estruturação dos Grupos "Direção e Assessoramento Superiores", "Pesquisa Científica e Tecnológica", "Diplomacia", "Serviços Jurídicos", "Política Federal", "Tributação, Arrecadação e Fiscalização", "Artesanato", "Serviços Auxiliares", "Outras Atividades de Nível Superior", "Outras Atividades de Nível Médio" e "Transporte Oficial e Portaria", bem como a aprovação das especificações de classes das respectivas Categorias Funcionais; o início da aplicação dos

novos planos, abrangendo os Grupos "Direção e Assessoramento Superiores", "Diplomacia", "Serviços Auxiliares" e "Transporte Oficial e Portaria".

Completo-se, assim, a montagem das novas sistemáticas de classificação e retribuição de cargos e empregos, restando, apenas, a sua implementação, situada na área de competência dos órgãos setoriais e seccionais de pessoal, dependente de recursos orçamentários para custear as correspondentes despesas.

Não descuidou o Governo das tarefas relacionadas com a normalização do plano de classificação em fase de extinção, erradicando os casos individuais de readaptação e redistribuindo servidores desnecessários aos órgãos a que pertenciam.

Constituem fases operacionais relevantes o planejamento e a implantação gradativa do Cadastro Geral de Pessoal, que irá processando eletronicamente os dados ou registros inerentes aos cargos e seus ocupantes — instrumento essencial ao controle dos quadros de pessoal e ao levantamento e atualização dos respectivos custos.

As atividades de Recrutamento e Seleção vêm participando eficazmente, mediante fixação do processo seletivo adequado, na transposição ou transformação dos cargos ocupados para a nova sistemática. Nessa mesma área, vem constituindo constante preocupação a pesquisa e o estabelecimento de modernas metodologias a serem utilizadas na revitalização dos atuais quadros de pessoal.

No âmbito da Legislação de Pessoal, realizaram-se pesquisas e estudos com vistas a novo Estatuto dos Servidores Civis, elaborado sob as mais atualizadas técnicas legislativas, fixando apenas os princípios substantivos. Enquanto isso, as FORMULAÇÕES disseminam normas destinadas a orientar os órgãos operacionais, cristalizando a jurisprudência administrativa.

No campo do Treinamento do funcionalismo em geral, instrumentaram-se os órgãos componentes do Sistema de Pessoal Civil para a iniciação do processo contínuo, permanente, de atualização de conhecimentos e aquisição de novas técnicas de trabalho.

Programa específico, constituído do recrutamento, seleção, aperfeiçoamento e administração, atinente aos cargos integrantes do Grupo — Direção e Assessoramento Superiores, mereceu cuidados especiais do Governo, que está empenhado na já iniciada construção, bem como no funcionamento, em Brasília, do Centro de Aperfeiçoamento — órgão autônomo vinculado ao DASP, carregando recursos na ordem de Cr\$ 21.300.000,00.

Concretizou-se, desse modo, a promessa do Governo de adotar as medidas cabíveis para dignificar a função pública e profissionalizar seus funcionários, simultaneamente com a premência de dotar a Administração de recursos humanos altamente capacitados, indispensáveis à realização de suas relevantes atribuições.

CENTRAL DE MEDICAMENTOS

No campo médico-social, a Central de Medicamentos, criada em 1971, completou, ao término do primeiro semestre de 1973, a cobertura territorial do País, cujas unidades federativas, com exceção de São Paulo, recebem regularmente os produtos farmacêuticos de sua linha padronizada. Milhões de brasileiros beneficiam-se do medicamento CEME, distribuído em 2.100 municípios, mediante receita médica, na rede oficial de saúde.

Traduzindo a solidariedade e integração continental, os produtos CEME foram também encaminhados a países irmãos da América.

Conta a Central de Medicamentos com 136 produtos considerados essenciais, dos quais 80 já se encontram em linha de produção e distribuição regular. Os produtos selecionados representam, dentro das limitações atuais, a medicação básica necessária à eficiente atuação das entidades incumbidas de defender a saúde da população brasileira. Mais da metade dos medicamentos CEME destina-se ao atendimento de doenças infecciosas e parasitárias, ainda as de maior significado no quadro nosológico do País.

Iniciado oficialmente em abril de 1972, o programa de assistência farmacêutica da CEME, em dezembro do mesmo ano, havia suprido medicamentos a cerca de 3,1 milhões de pessoas. Em 1973, foi notável o incremento da cobertura populacional do programa, registrando-se o atendimento de 9,2 milhões de pessoas, cerca de 290% de aumento sobre as cifras correspondentes a 1972. O total de atendimentos, no biênio 72/73, atingiu a cifra de 12,3 milhões.

A produção dos medicamentos distribuídos pela CEME está confiada, basicamente, a 20 laboratórios governamentais, cuja utilização, com essa finalidade, é função da necessidade de aproveitar racionalmente as suas capacidades instaladas e, ao mesmo tempo, agilizar a aquisição de conhecimentos e experiências no setor industrial farmacêutico.

Além da produção oriunda dos laboratórios governamentais, a CEME tem recorrido, igualmente, à iniciativa privada, para aquisição de diversos produtos considerados essenciais e que o setor público ainda não está produzindo. Em 1973, a CEME adquiriu, à indústria privada, medicamentos e vacinas no montante de Cr\$ 22,4 milhões. Fornece a CEME todas as vacinas necessárias ao Programa Nacional de Imunizações, elaborado em conjunto com o Ministério da Saúde, em agosto de 1973, com o fim de viabilizar o controle de importantes doenças transmissíveis, como a tuberculose, o sarampo, a poliomielite, a difteria, a coqueluche, o tétano, e manter erradicada a varíola. Foram distribuídas pela CEME, em 1973, 29,5 milhões de doses de vacinas para o desenvolvimento do Programa Nacional de Imunizações e para o bloqueio de surtos epidêmicos registrados em diversos pontos do território nacional.

Verificando que, no País, apenas 10 empresas, todas estrangeiras, detêm 100% dos conhecimentos técnicos e do respectivo domínio industrial farmacêutico, a CEME vem atuando, mediante concessão objetivos financeiros, no desenvolvimento de programas e projetos de pesquisas que objetivam:

- a) a produção no País de matérias-primas farmacêuticas essenciais;
- b) o desenvolvimento, aperfeiçoamento e adaptação de técnicas e processos de fabricação, nos setores químico e farmacêutico;
- c) a investigação de recursos naturais, com vistas à obtenção de novas matérias-primas de utilização terapêutica.

Em 1973, a programação de pesquisas da CEME entrou em fase operacional, com a assinatura dos 5 primeiros convênios para financiamento de projetos prioritários, a cargo da Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Bahia e Instituto Militar de Engenharia, mobilizando recursos da ordem de 10,5 milhões de cruzeiros.

Como resultado de estudos diagnósticos exaustivos realizados pela Central de Medicamentos, o Governo expediu o Decreto nº 72.552, de 30 de julho de 1973, aprovando o Plano Diretor de Medicamentos, com o objetivo de racionalizar, em todo o País, as atividades de produção, comercialização e distribuição de medicamentos e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento orientado do setor industrial farmacêutico, para que possa ajustar-se, sem distorções, ao processo de desenvolvimento nacional.

POLÍTICA EXTERNA

RELAÇÕES EXTERIORES

A política externa brasileira, atenta aos interesses nacionais permanentes e fiel às tradições do passado, renova-se, constantemente, para adaptar-se ao ritmo cada vez mais rápido da História. Vem a ação diplomática brasileira perseguindo, como objetivos essenciais: a preservação do espaço físico nacional; o reconhecimento de nosso direito inalienável ao aproveitamento máximo e soberano de nossos recursos naturais; a transferência para o Brasil de experiências e recursos de outros povos, a fim de acelerar o nosso desenvolvimento; a ampliação e o reforço da cooperação interamericana; a expansão, para o benefício coletivo, do entendimento entre o Brasil e os demais

países do mundo, em favor da paz, condição essencial à conquista do progresso.

Não se afasta a diplomacia brasileira da linha de pensamento que se exprime na adesão constante aos princípios da igualdade de direitos dos Estados, da autodeterminação dos povos e da não-intervenção de um Estado nos assuntos internos de outro Estado, da prevalência da solução pacífica das controvérsias, do favorecimento de sistemas de cooperação que conduzam à segurança coletiva, tanto política, quanto econômica. Repele o Brasil as políticas de poder, reclama a eliminação das desigualdades econômicas, sociais e científicas entre as Nações, e advoga a distribuição equitativa dos frutos do trabalho internacional.

Com base nesses postulados as diretrizes da política externa do País, nos últimos quatro anos, assim podem sintetizar-se:

- pleiteia o Brasil a mudança das regras da convivência internacional; é contra a cristalização de posições de poder e se recusa a crer que a História se desenrole necessariamente em benefício de uns e em prejuízo de outros povos;

- à medida que o País cresce, aumentam as dimensões de seus interesses externos e, em consequência, sua participação e suas responsabilidades nas relações internacionais;

- cabe ao Brasil, dentro da comunidade internacional, parcela de decisão cada vez maior, que deverá usar em favor de povos que, igualmente, aspiram ao progresso;

- a verdadeira paz não pode ser identificada como a simples manutenção do *status quo*, como resultante do equilíbrio do poder, nem ser instrumento da ampliação da distância que separa as nações ricas das nações pobres; implica, ao contrário, a mudança das regras do comércio internacional e a alteração do mecanismo de distribuição mundial do progresso científico e tecnológico; não há verdadeira paz sem desenvolvimento;

- a posição brasileira é de ativa solidariedade com os países em desenvolvimento, competindo à nossa diplomacia estreitar o entendimento com os povos que travam conosco a dura batalha do progresso;

- a política externa brasileira deve ser globalista, de íntima cooperação com os países em desenvolvimento e de intenso diálogo com os países desenvolvidos; deve estar à altura do momento histórico que vive o País e das profundas transformações ocorridas, nos últimos vinte e cinco anos, no panorama mundial, com o surgimento de numerosos Estados, que conferiram nova dimensão à comunidade internacional; em nossos dias, a História não mais se faz em continentes ou áreas estanques, mas se projeta como realização coletiva de toda a humanidade.

Traduziu o Governo, em ação diplomática, essas diretrizes de política externa, nos foros bilaterais e multilaterais, tanto no campo político, quanto no econômico e no cultural. Profícua atividade foi desenvolvida para ver regulado, de forma justa, o comércio de produtos de base, favorecer o acesso das manufaturas dos países em desenvolvimento aos mercados altamente desenvolvidos, ampliar a colaboração em áreas de interesse multinacional, erradicar o terrorismo, dar nova e mais justa forma ao Direito do Mar. Por outro lado, rejeitou o Brasil tudo o que pudesse atentar contra a intangibilidade de nosso espaço geográfico, reduzir o ritmo de nosso desenvolvimento, contribuir, pela competição desigual, para atingir nossos recursos ou limitar nossa soberania. Reclamou, sistematicamente, o livre acesso aos mercados internacionais de bens e serviços, às rotas de transportes marítimos e aéreos, às conquistas da ciência e da técnica.

Os tradicionais laços de amizade que ligam o Brasil aos demais países da América foram, nos últimos quatro anos, estreitados e fortalecidos, graças à série de iniciativas que levaram a considerável ampliação de nossas relações continentais.

Com os Estados Unidos da América alcançaram essas relações altíssimo nível, decorrência de firme desejo de cooperação baseado na identidade de propósitos. A visita a Washington do Presidente da República, em 1971, a convite do Presidente Nixon, permitiu o

exame dos mais prementes problemas da ordem mundial e regional, marcando nova fase das relações entre o Brasil e os E. U. A., caracterizada pela ausência de atitudes emocionais e pela busca de soluções que conciliem, sempre que possível, os interesses divergentes.

Com o Canadá, país com o qual até há pouco era menos intenso nosso relacionamento, ampliaram-se os contatos e já hoje mantemos crescentes intercâmbio e colaboração.

Em todo esse período, foi intensa a diplomacia pessoal e direta com os Governos dos países da América Latina. Os encontros do Presidente da República com os Chefes de Estado do Uruguai, do Paraguai, da Colômbia, e da Argentina foram complementados pelas visitas que fizeram ao Brasil os Chanceleres do Peru, da Venezuela, do Equador, da Colômbia, da Bolívia, da Costa Rica e da Guatemala e pelas viagens do Ministro das Relações Exteriores ao Paraguai, à América Central, às Caraíbas, à Colômbia, à Venezuela, à Bolívia, ao Equador e ao Peru.

Na área da Bacia do Prata, desdobrou-se intensa rede de cooperação com países com os quais tem o Brasil longa e frutífera tradição de diálogo.

Ampliaram-se cada vez mais todas as formas de entendimento com o Uruguai, país que acentua o ritmo de seu desenvolvimento, dentro da sua vocação de progresso e bem-estar.

Com a Argentina, intentou o Brasil consolidar as numerosíssimas formas de cooperação já existentes, criar novos laços e aumentar os níveis de comércio.

Nossas relações com o Paraguai atingiram a plenitude de verdadeira aliança para o desenvolvimento. Os encontros entre o Presidente da República e o Presidente Stroessner, na fronteira e em Brasília, consolidaram amizade que se expressa de forma extremamente prática e objetiva, e tem na construção da grande usina hidrelétrica de Itaipu o maior exemplo do esforço concertado e paciente que empreendem os dois países para dar decisivo impulso às respectivas economias e, ao mesmo tempo, proporcionar nova dimensão econômica ao centro da América do Sul.

No mesmo sentido, desenvolveram-se as relações entre o Brasil e a Bolívia, buscando-se criar projetos comuns, nos setores do gás natural, do petróleo, da siderurgia e das vias de comunicação, capazes de, pela justa aliança de interesses, ajudar o progresso daquele país e da parte do Brasil que lhe é lindeira.

Acompanhou-se de perto e com atenção o desenrolar da vida política do Chile e tratou-se de manter em constante progresso, mesmo nos momentos mais difíceis e delicados, o nosso comércio com aquela Nação, criando novos estímulos para ativá-lo.

Tem-se tentado, com indiscutível êxito, aprofundar a política de colaboração com os países amazônicos, de modo que a intimidade de convivência se torne também a característica de nosso intercâmbio com a Guiana, a Venezuela, a Colômbia, o Equador, o Peru e o Suriname. Com todos esses países aumentou o Brasil os contatos políticos, o diálogo cultural, as relações econômicas e o intercâmbio comercial.

O encontro de 1971, em Leticia, entre o Presidente da República e o Presidente Pastrana Borrero, da Colômbia, abriu precedente histórico: foi o primeiro encontro de dois Chefes de Estado latino-americanos na Amazônia. Com a Colômbia cria o Brasil nova rede de interesses comuns e espera venham a frutificar amplamente as tentativas para unir esforços na exploração do carvão e do petróleo e na valorização dos espaços amazônicos.

Também em ponto de fronteira, em Santa Elena de Uaiarén, encontraram-se, em 1973, os Presidentes do Brasil e da Venezuela, para inaugurar a estrada que estabelece o primeiro vínculo entre os sistemas rodoviários brasileiro e venezuelano. Amplia-se, a cada dia, toda uma teia de relações entre o sul daquele país e o Território de Roraima, ao mesmo tempo em que aumentam rapidamente as exportações do Brasil para a Venezuela — nosso mais tradicional fornecedor de petróleo.

Com o Equador, desenvolvem-se importantes projetos, entre os quais ressalta o da Via Inter-Oceânica, que permitirá a ligação entre o Pacífico e o Atlântico, através da Amazônia. Empreendem o Brasil e o Equador o exame de todas as possibilidades de maior cooperação entre os países, agora que a estrutura econômica daquele país se modifica com rapidez, devido à crescente importância do petróleo em sua pauta produtora.

Também com o Peru são numerosos os projetos de cooperação em andamento e estabelecem-se novas correntes de trocas comerciais mutuamente vantajosas. Mantém-se com o Peru, assim como com os outros países latino-americanos que sustentam as 200 milhas como limite das águas territoriais, permanente diálogo, para harmonizar e combinar a defesa desse princípio nos foros internacionais.

As relações entre o Brasil e a Guiana oferecem igualmente razões de otimismo. Não só já se desenvolveram com aquele país alguns eficazes projetos de cooperação técnica no plano da formação profissional, como se estabeleceram mecanismos que permitirão dar maior ajuda à vinculação rodoviária entre a capital guianense e a fronteira brasileira e apressar a instituição de entreposto de depósito franco no porto de Georgetown, criando condições de acesso de nossos produtos às Caraíbas e novos estímulos ao progresso de Roraima.

Deu-se grande impulso às relações do Brasil com os países das Caraíbas e imprimiu-se novo e dinâmico enfoque ao diálogo com a América Central.

Paralelamente ao processo de estreitamento dos laços que nos unem aos países americanos, a diplomacia brasileira voltou-se para outras regiões do mundo em desenvolvimento, partindo de novo conceito, mais dinâmico, de vizinhança. Atentou o Brasil para sua fronteira leste, para os países da África, dos quais está apartado tão-somente pelos fáceis caminhos do oceano, países próximos por pertencerem, como o Brasil, ao mundo dos trópicos, com interesses básicos que coincidem e inúmeros vínculos que os unem.

Essa política de aproximação com a África teve seu ponto culminante nas visitas do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 1972, ao Senegal, Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomê, Nigéria, Camarões, Gabão e Zaire, e em 1973, ao Quênia. Delas resultaram numerosos acordos de cooperação econômica, comercial, cultural e técnica, que constituem o necessário arcabouço jurídico para intercâmbio promissor. Missões comerciais brasileiras percorreram também esses países realizando entendimentos para a dinamização das trocas comerciais, ao mesmo tempo que Ministros de Estado e altas autoridades africanas visitaram o Brasil para definir novos projetos e novas modalidades de cooperação.

Com os países do Oriente Próximo, as relações de natureza política e econômica adquiriram nova dimensão, mercê do notável incremento da presença brasileira e das crescentes importações de petróleo, assim como da necessidade de dar apoio às iniciativas da BRASPETRO junto aos centros produtores da região.

O dinamismo crescente das relações do Brasil com a África e Oriente Próximo levou à ampliação e reestruturação da nossa rede diplomática, criando-se Missão no Zaire e tornando-se diretas nossas relações com o Iraque e a Arábia Saudita, mediante abertura de Embaixadas em Bagdá e Jeddah.

Não menos significativo que os resultados concretos alcançados pela ação externa do Brasil no continente africano e no Oriente Próximo, é ter logrado afirmar sua imagem de país que procura desenvolver suas potencialidades com vistas à prosperidade de seu povo e se mantém fiel à tradição pacifista, certo de que o diálogo franco e a negociação constituem a única solução legítima para as inevitáveis divergências entre nações. Nesse sentido, é entendida a posição brasileira no que respeita aos conflitos que subsistem naquelas áreas. Em diversas oportunidades, ao mesmo tempo em que se reafirmou a equidistância do Brasil em relação aos países envolvidos, reiterou-se nossa disposição de contribuir para a paz, na medida de nossas possibilidades, com o encontro de soluções justas.

Procurou-se também dar nova dimensão às nossas relações com os países da Ásia. Ampliaram-se os contatos com a Índia, com o Irã e com a Coreia, e alargam-se com o Japão as áreas de coincidência de interesses. As relações nipo-brasileiras atingem, cada ano, pontos mais altos, tanto no setor comercial, quanto no plano dos investimentos, e os processos paralelos de expansão econômica do Brasil e do Japão abrem continuamente novas perspectivas de incremento dessas relações.

Com os países da Europa Ocidental, as relações do Brasil continuaram a desenvolver-se em espírito de harmonia e cooperação, intensificando-se, sobretudo, os contatos nos terrenos comercial, financeiro e científico-tecnológico. Se, individualmente, nem todos os países europeus aumentaram substancialmente sua participação em nosso comércio exterior — peça fundamental no processo de desenvolvimento brasileiro — foi crescente a importância do comércio com a Comunidade Econômica Européia, havendo-se concluído Acordo Comercial não-preferencial, no final de 1973, que garante aos produtos brasileiros condições de competitividade no mercado comunitário. Significativas foram também, individualmente, as relações comerciais com a Grã-Bretanha, a República Federal Alemã e a França, bem como muito grande a atração que exercemos sobre o mercado de capitais do continente europeu. Paralelamente, ganhou notável relevo a cooperação científico-tecnológica, sobretudo no que diz respeito às relações com a RFA. No plano da diplomacia pessoal incluem-se, com relevo, as visitas ao Brasil dos Ministros das Relações Exteriores do Japão, da RFA e da Espanha.

O período em exame foi marcado ainda por diversos acontecimentos que propiciaram ao Brasil e a Portugal renovarem os estreitos vínculos que unem os dois países. Em 1973, em nova demonstração de amizade recíproca, visitou oficialmente Portugal o Presidente da República.

No que concerne aos países da Europa Oriental, a ação diplomática brasileira desenvolveu-se sobretudo no sentido de expandir e diversificar o intercâmbio econômico-comercial com os mercados socialistas, dentro da política de fortalecimento de nosso comércio exterior. Nesse sentido, tratou-se ainda de promover esclarecimento mais amplo do empresário nacional, não só a respeito das possibilidades de colocação de seus produtos na área socialista, como também sobre a oferta daqueles países. Acontecimento político de especial importância, nessa área, foi o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Democrática Alemã, no final de 1973.

No plano multilateral, colaborou o Brasil, ativamente, na Organização dos Estados Americanos, na reforma da Carta, a fim de preservar a integridade do sistema continental. Buscou, também, se adotasse instrumento de cooperação coletiva para dar combate às formas internacionais de terrorismo. A frequência com que o assunto tem sido representado em outros foros intercontinentais, como a ONU e a Organização Internacional da Aviação Civil, indicam o quanto estava certo nosso diagnóstico de problema grave e urgente, bem como a nossa formulação de política realista para conter a propagação das práticas de terror.

Na ALALC, nosso País continuou a dar apoio ao processo de integração econômica latino-americana, para resguardar e consolidar, ao máximo, as conquistas logradas. Espera-se que os resultados já obtidos no plano institucional se traduzam com plenitude no plano concreto, com aumento ainda maior do comércio interlatino-americano, que hoje constitui parcela ponderável nas estatísticas de exportação da maior parte dos países da área. Espera-se, também, se estabeleçam mecanismos efetivos de cooperação com os países signatários do Acordo de Cartagena, desenvolvendo o Brasil, para isso, com cada um deles, política de íntima aproximação.

Nas Nações Unidas, e em todos os seus organismos, a presença do Brasil foi sempre efetiva e criadora. Viu-se finalmente aceita a tese brasileira da segurança econômica coletiva. Continuou-se a propugnar pela reforma da Carta, para atualizar as Nações Unidas e evitar se transforme em instrumento de congelamento de poder.

Reafirma o Brasil sua confiança em que deve caber à Organização das Nações Unidas papel eminentemente político, não podendo ser dela retirado o trato das grandes crises internacionais, nem as grandes linhas de negociação mundial correrem paralelas ao sistema normativo da Carta da ONU, quando o concurso de todos é imprescindível para a paz, a segurança e o progresso da humanidade.

Quer no plano multilateral, quer no bilateral, tem o Governo atribuído prioridade aos assuntos relacionados com o programa brasileiro de desenvolvimento, para assegurar a participação externa necessária à expansão de nossa economia. O Ministério pôde exercer, no plano externo, ação eficaz e dar total cobertura às atividades de natureza econômica e comercial do País.

Durante o último quadriênio, dentre as realizações no campo da cooperação econômica internacional, cabe alinhar, com especial ênfase, a celebração de acordos com países amigos (Estados Unidos, Barbados, Suriname e Trinidad-e-Tobago), que lhes proporcionaram, respeitada a soberania brasileira e observadas determinadas condições, a pesca de camarão na faixa interior do mar territorial brasileiro, a celebração de acordos de transportes marítimos com diversos países, à luz dos princípios que norteiam a política brasileira de se reservar a parceiros comerciais participação majoritária no transporte da carga, a celebração de acordos bilaterais de transportes aéreos, a atuação dinâmica e ininterrupta no processo desencadeado, em âmbito mundial, para a reestruturação do comércio internacional; a assinatura, com as Comunidades Econômicas Europeias, de Acordo Comercial não-preferencial, que dará condições de competitividade a produtos brasileiros naquele mercado. Assinala-se, também, a ativa participação do Ministério no foro em que se desenrolam as negociações no sentido da reforma do sistema monetário internacional e no intenso processo de negociações que se acelerou com a eclosão da crise energética, no sentido de garantir o abastecimento de petróleo para o País e enfrentar a alta de preços que as atuais circunstâncias vêm impondo ao produto. Não cessaram, ademais, os esforços e gestões seguidamente desenvolvidos em torno do ordenamento dos mercados dos principais produtos de base, que apresentaram, durante os últimos anos, recrudescimento das divergências entre produtores e consumidores.

Desenvolveu ainda o Ministério atividade intensa nos foros multilaterais e nas relações com os Governos estrangeiros, a fim de carrear para o Brasil a cooperação técnica e científica adequada às prioridades e ao estágio de desenvolvimento do País. Estimulou, igualmente, as possibilidades de aperfeiçoamento de brasileiros no exterior, ao mesmo tempo em que impulsionou a cooperação brasileira a países em desenvolvimento.

POLÍTICA INTERNA E SEGURANÇA

JUSTIÇA

Na área da Justiça, foi bastante fecunda, no quadriênio, a atuação do Governo na elaboração de projetos de lei de interesse geral.

Encaminhou-se ao Congresso Nacional, nos primeiros dias do Governo, projeto de lei determinando a adaptação dos Tribunais de Contas dos Estados à Constituição de 1969, o qual se transformou na Lei nº 5.570, de 28-11-1969. Estabeleceu esta não poderem aqueles Tribunais funcionar com mais de sete membros e regulou a disponibilidade dos mais recentemente empossados que excedessem tal número.

Logo no primeiro mês do ano subsequente, expediu o Governo dois Decretos-leis de grande repercussão social: o de nº 1.075, que regulou a imissão de posse, *initio litis*, na desapropriação de imóveis residenciais urbanos, para evitar o desabrigo dos desapropriados; e o de nº 1.077 que, dispondo sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição, estabeleceu a verificação prévia dos livros e periódicos com matéria contrária à moral e aos bons costumes.

Em seguida, para plena execução do Estatuto do Estrangeiro (Decreto nº 941, de 13 de outubro de 1969), expediu-se o Decreto nº 66.689, de 11 de junho de 1970, que o regulamentou.

Projeto do Executivo, também elaborado no primeiro semestre de 1970, resultou na Lei nº 5.588, sancionada a 2 de julho do mesmo ano, que dispõe sobre o pagamento dos proventos aos servidores das autarquias, sociedades de economia mista e empresas públicas federais, aposentados com fundamento no art. 6º do Ato Institucional nº 5.

Concluíram-se, ainda, naquele ano, o projeto de lei que define o Estatuto do Índio e o que regula o § 5º do artigo 144 da Constituição, enumerando as matérias compreendidas nos conceitos de divisão e organização judiciárias e conciliando a competência aí conferida aos Tribunais de Justiça com a privatividade estatuída no artigo 57 da Constituição, aplicável também aos Estados, por força do seu artigo 13, inciso III.

No ano de 1971, elaborou o Ministério quatro importantes leis de interesse geral: Lei nº 5.670, sobre o cálculo da correção monetária; Lei nº 5.675, acrescentando parágrafo ao artigo 77 do Código de Menores; Lei nº 5.709, que regulou a aquisição de imóvel rural por estrangeiros; e Lei nº 5.726, estabelecendo medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

Introduziu-se na legislação brasileira, com a Lei de cálculo da correção monetária, o princípio de que, em qualquer caso, não recairá ela sobre período anterior à lei que a instituiu.

Por sua vez, o acréscimo feito pela Lei nº 5.675, ao artigo 77, do Código de Menores, veio resolver controvérsias quanto aos limites de idade impostos aos espectadores de peças teatrais, filmes cinematográficos e outros espetáculos. Pela nova Lei, ficaram os Juizes de Menores com o poder de aumentar o limite de idade fixado nos certificados da Censura Federal, vedada a sua redução. Esse preceito preserva a competência constitucional da Polícia Federal, ao mesmo tempo em que permite que os Juizes de Menores, atentos às peculiaridades locais e à diversidade de desenvolvimento social e cultural nas várias regiões do País, venham a elevar os limites fixados pela Censura.

A nova Lei que regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro veio atender de um lado, às exigências da Segurança Nacional, e de outro, procurou não constituir obstáculo ao ingresso de mão-de-obra e tecnologia de nações mais desenvolvidas, considerado necessário ao desenvolvimento.

A Lei de combate ao tráfico e uso de tóxicos deu importante passo na sua prevenção e na recuperação dos viciados. Quanto à prevenção, regulou a preparação de educadores e enumerou diversas medidas preventivas, que abrangem também o âmbito escolar. Quanto à recuperação dos viciados infratores, estabeleceu medidas de segurança, dando especial proteção aos menores. Para maior eficácia da repressão penal, o novo diploma legal criou rito especial para o processo e julgamento dos crimes de entorpecentes, assegurando brevidade no julgamento e plenitude de defesa. Acha-se a Lei nº 5.726 regulamentada pelo Decreto nº 69.845, de 27 de dezembro de 1971, que, entre outras medidas, criou o Conselho de Prevenção Antitóxicos, no Ministério da Educação e Cultura.

O ano do Sesquicentenário da Independência foi marcado pela elaboração do Estatuto da Igualdade de Direitos entre Portugueses e Brasileiros. A Convenção que o adotou foi promulgada pelo Decreto nº 70.391, de 12 de abril de 1972, cuja regulamentação, pelo Decreto nº 70.436, de 18 de abril do mesmo ano, possibilitou a execução daquele Estatuto.

No âmbito das leis de interesse geral, preparou o Executivo, ainda no ano de 1972, três projetos, que se transformaram nas Leis nºs 5.778, 5.786 e 5.797. A primeira mandou aplicar à intervenção dos Estados nos Municípios, admitida pela alínea d do § 3º do artigo 15 da Constituição, o processo da ação direta de declaração de inconstitucionalidade, regulado na Lei nº 4.337, de 1º de junho de 1964. A de nº 5.786, de 27 de junho de 1972, introduziu na legislação

brasileira, como crime contra a segurança nacional, o delito de apoderamento e controle ilícito de aeronaves em voo ou em pouso, conforme o princípio incerto no artigo 1º da Convenção para a Repressão ao Apoderamento de Aeronaves, assinada em Haia a 16 de dezembro de 1970, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 71, de 28 de setembro de 1971, e promulgada pelo Decreto nº 70.201, de 24 de fevereiro de 1972. Com a Lei nº 5.797, de 10 de agosto de 1972, criou-se pensão especial por morte de servidor civil, vítima de agressão em função policial ou de segurança. Assegurou-se, assim, aos seus dependentes recursos suficientes para que possam viver condignamente.

O segundo semestre de 1972 foi assinalado pela discussão e votação do projeto de novo Código de Processo Civil, elaborado no Ministério, que se transformou na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, entrando em vigor a 1º de janeiro de 1974. Manteve o Código o sistema de processo oral, mitigando o princípio da identidade física o juiz e o da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, para atender a imposições da realidade nacional. Entre as principais inovações, destacam-se: a severa punição da fraude processual; a adoção do princípio do sucumbimento, pelo qual o vencido responde por custas e honorários advocatícios em benefício do vendedor; a inclusão do instituto do *Chamamento ao Processo*, à semelhança do Código de Processo Civil português; simplificação do procedimento, acolhendo-se o julgamento conforme o estado do processo, logo após os articulados, quando ocorrer a revelia do réu ou quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir provas em audiências. No processo de execução, o Código unifica num só procedimento as execuções por título judicial ou extrajudicial e cria o instituto da insolvência civil. Os procedimentos especiais foram sensivelmente reduzidos, dividindo-se em duas categorias: de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária. Constitui inovação o sistema de recursos, abolindo-se o agravo de petição, o agravo no auto do processo e o recurso de revista, e concedendo-se agravo de instrumento das decisões interlocutórias. Em cumprimento ao parágrafo único do artigo 112 da Constituição, dedicou o Código capítulo ao *procedimento sumário*, cuja disciplina atendeu aos critérios do valor da causa e da matéria que for objeto do litígio.

Preocupou-se o Governo, desde os primeiros dias, com o aprimoramento da legislação político-eleitoral, com o regular funcionamento dos partidos políticos e com a lisura das eleições em todos os níveis.

A primeira providência visou a assegurar a regularidade do pleito municipal de 30 de novembro de 1969, com observância do Decreto-lei nº 1.063, de 24 de outubro do mesmo ano, que mandou aplicar o novo regime de inelegibilidades ao processo eleitoral em curso e reabriu o prazo para impugnações. Diante da alternativa de adiar as eleições municipais ou suspender a vigência do artigo 18 do mencionado Decreto-lei, preferiu o Governo a segunda, editando o Decreto-lei nº 1.069, de 4 de novembro de 1969.

No campo eleitoral, cuidou o Ministério, em 1970, da preparação das eleições de 15 de novembro e da alteração da lei de inelegibilidades. Para as eleições adotaram-se as normas da Lei nº 5.581, de 26 de maio de 1970, modificada pela Lei nº 5.607, de 9 de setembro do mesmo ano. As inelegibilidades, por sua vez, exigiram projeto de que resultou a Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970. Dedicou-se, a seguir, em 1971, à redação do projeto de nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, pois a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, impunha a revisão dos requisitos para a criação dos partidos políticos e a regulamentação da perda do mandato parlamentar por infidelidade partidária. Por fim, a proximidade das Convenções para escolha dos Diretórios partidários aconselhava fosse a matéria inteiramente regulada, com unidade e sistemática. Desse trabalho resultou a Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, ligeiramente modificada pela Lei nº 5.697, de 27 de agosto seguinte.

No ano subsequente, preparou-se o texto da Emenda Constitucional nº 2, de 9 de maio, que determinou se realize a 3 de outubro de 1974 a eleição dos Governadores e Vice-Governadores dos Estados

mediante sufrágio de colégio eleitoral constituído pelas respectivas Assembleias Legislativas.

Tratou-se, em seguida, de regulamentar com as Leis nºs 5.779 e 5.817 as eleições municipais a 15 de novembro, simultaneamente em todo o País.

Marcou o ano de 1973 a adoção de medidas preparatórias da eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República por um colégio eleitoral, a 15 de janeiro de 1974, na forma dos artigos 76 e 77 da Constituição. Após consultas aos setores interessados, concluiu-se o projeto de que adveio a Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973.

Empenhou-se, também, o Governo em reaparelhar os órgãos do Poder Judiciário da União, promovendo ampliação dos seus quadros, melhoria da remuneração da magistratura federal e reestruturação dos serviços auxiliares. Destacou-se, neste particular, a revisão dos vencimentos dos Magistrados e membros do Tribunal de Contas da União, por meio da Lei nº 5.660, de 14 de junho de 1971, que lhes assegurou remuneração condigna.

A Justiça Federal, a do Trabalho, a Militar, a Eleitoral e a do Distrito Federal foram beneficiadas por leis especiais que aumentaram extraordinariamente a sua eficiência.

Recebeu a Justiça do Trabalho, logo no primeiro ano de Governo, grande impulso, com o advento das Leis nºs 5.584, 5.630, 5.633, 5.643, 5.644 e 5.650, preparadas pelo Executivo.

A de nº 5.584, de 26 de junho de 1970, simplificou o processo trabalhista, disciplinando, ainda, a concessão da assistência judiciária na Justiça do Trabalho e alterando dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

A Lei nº 5.630, de 2 de dezembro de 1970, uniformizou os critérios para a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento, bem como para a alteração da competência territorial das Juntas já existentes, visando à equitativa distribuição de serviço. Determinou, ainda, a audiência prévia do Tribunal Superior do Trabalho em todas as propostas de criação de Juntas.

Com as Leis nºs 5.633, 5.643, 5.644 e 5.650, criaram-se, ao todo, 74 Juntas de Conciliação e Julgamento distribuídas pelas oito Regiões da Justiça do Trabalho.

Teve, também, grande incremento a Justiça Federal.

A Lei nº 5.632, de 3 de dezembro de 1970, veio atenuar as dificuldades enfrentadas pelos Juizes Federais em virtude de má remuneração. Atendida essa emergência, preparou-se projeto de aumento geral de vencimentos, transformado na Lei nº 5.660, de 14 de junho de 1971.

Elaborou, ainda, o Governo, a Lei nº 5.638, de 3 de dezembro de 1970, esclarecendo a aplicação do preceito da Emenda Constitucional nº 1/69, que atribuiu à Justiça Federal o processo e julgamento das ações trabalhistas em que sejam partes a União, suas autarquias e as empresas públicas federais. Regulou o processo dessas ações e estabeleceu normas de direito transitório necessárias.

Foi sancionada, a 19 de julho de 1971, a Lei nº 5.677, criando 14 Varas Federais em todo o País, bem como o Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares da Justiça Federal, regulando, também, a nomeação, a permuta e a remoção dos Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos e extinguindo as Seções judiciárias dos Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia.

Em 1973 concluiu-se a elaboração do projeto de Regimento de Custas da Justiça Federal e do projeto de lei que autoriza a contagem de até quinze anos de advocacia para a aposentadoria dos Juizes Federais.

Outras medidas visaram atender ao recente crescimento do volume de trabalho da Justiça Militar, entre as quais se destacam o Decreto-lei nº 1.144-70, a Lei nº 5.661-71 e a Lei nº 5.849-72. O primeiro autorizou a convocação dos Substitutos de Auditor para exercerem

as atribuições dos Auditores efetivos, nos casos de vaga, férias ou licença. A segunda criou a 3ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, com sede em São Paulo. E a Lei nº 5.849, de 7 de dezembro de 1972, alterou os Quadros de Pessoal da Secretaria do Superior Tribunal Militar e dos Cartórios das Auditorias da Justiça Militar, o que veio possibilitar a transferência do Tribunal para Brasília e dar maior eficiência aos Serviços Auxiliares das Auditorias.

Recebeu a Justiça Eleitoral todo o apoio necessário ao desempenho de suas funções. Sensível à sobrecarga de trabalho que representa para os juizes, escrivães e procuradores o serviço eleitoral, propôs o Ministério o reajustamento do valor das suas gratificações, o que foi consagrado na Lei nº 5.828, de 29 de novembro de 1972.

Ganhou a Justiça do Distrito Federal novo alento com a criação de 16 novas Varas, pela Lei nº 5.959, de 29 de novembro de 1973.

Logrou estímulo, também, o Ministério Público Federal, em seus três ramos, para o fiel desempenho de suas funções.

A designação de Substitutos de Procuradores de Justiça Militar e do Trabalho veio solucionar as dificuldades de arregimentação de elemento humano, em que se encontravam as duas Procuradorias, como consequência dos reduzidos índices de remuneração de seus membros, recentemente corrigidos, mediante a Lei nº 5.936, de 19 de novembro de 1973.

Ampliou-se, também, o quadro do Ministério Público do Distrito Federal com o aumento do número de Varas de Justiça local.

Do elenco de projetos elaborados pelo Governo destacam-se ainda: a Lei Complementar nº 14, de 8 de junho, estabelecendo as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza; a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro (Estatuto do Índio); a Lei nº 5.925, de 1º de outubro, dando nova redação a vários artigos do novo Código de Processo Civil; a Lei nº 6.014, de 31 de dezembro, adaptando ao sistema processual várias leis especiais; e a Lei nº 5.988, de 14 de dezembro sobre Direitos Autorais.

Com o projeto que se transformou na Lei nº 6.016, de 31 de dezembro, modificou-se a redação de vários artigos do novo Código Penal, definindo-se figuras típicas não contempladas no Decreto-lei nº 1.004-69. Sobre as normas de Registros Públicos, também apresentou o Governo projeto que se transformou na Lei nº 6.015, de 31 de dezembro, regulando inteiramente a matéria.

Além de participar de várias reuniões internacionais, patrocinou o Ministério: o Congresso da Federação Interamericana dos Advogados, de iniciativa do Instituto dos Advogados Brasileiros; a reunião de peritos latino-americanos, preparatória do 5º Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento dos Delinquentes; e reuniões de Secretários de Segurança Pública de todos os Estados, para coordenação de trabalhos e apreciação de questões de interesse comum, bem como de Secretários de Justiça e Promoção Social de todas as unidades da Federação, para implantação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor.

Com a transferência do Ministério para Brasília, enriqueceu-se a sua Biblioteca com a aquisição do acervo completo de bibliotecas particulares.

Continuam em análise, na Comissão de Estudos Legislativos, a Lei das Contravenções Penais, o Código de Menores, o Código de Navegação e o Código de Processo Penal.

Em conformidade com o Plano Nacional de Informações, diversos órgãos já se acham em pleno funcionamento nos novos moldes e dentro dos prazos estabelecidos.

A fim de minorar o angustiante problema carcerário, aprovou-se destaque de Cr\$ 100.000.000,00 para o programa de construção de estabelecimentos penitenciários em todos os Estados, com base em levantamento das verdadeiras necessidades de cada unidade, e elaborou-se projeto de penitenciária-padrão a ser construída em área de cerca de 200 ha, própria para lavoura e pecuária, nas proximidades de centros urbanos que contem com pelo menos luz elétrica, água potável, hospital, destacamento policial-militar e via de fácil acesso.

Em 1973, ativou-se o processo de transferência para Brasília, achando-se o núcleo central do Ministério já quase totalmente instalado na nova Capital.

Com base no Decreto-lei nº 200-67, iniciou-se e concluiu-se a reestruturação de vários órgãos que compõem a estrutura ministerial. Implanou-se a Reforma Administrativa no Departamento Federal de Justiça e no Departamento de Polícia Federal, que já haviam sofrido modificações substanciais no ano anterior, e deu-se nova estrutura organizacional ao Conselho Nacional de Trânsito pelo Decreto nº 72.873, de 4 de outubro de 1973.

Renovado o parque gráfico do Departamento de Imprensa Nacional com o que há de mais moderno nesse campo, elaborou-se projeto de sua nova estrutura.

Para a implantação dos sistemas previstos no Decreto-lei nº 200-67, celebraram-se convênios de assistência técnica ao Arquivo Nacional, à Secretaria Geral e ao Departamento de Imprensa Nacional.

Por outro lado, para programa especial de assistência a menores por intermédio da FUNABEM, foram cronogramados e entregues recursos no total de Cr\$ 20.000.000,00.

Elaboraram-se dois projetos para a construção do prédio do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e do Arquivo Nacional, em locais já determinados pela NOVACAP, dentro do plano piloto de Brasília.

O Ministério Público da União deu continuidade à sua atuação precipua de representar a União em Juízo e zelar pelo cumprimento das Leis e dos atos emanados dos Poderes Públicos.

O Departamento de Polícia Federal, com nova estratégia operacional, e em ação ordenada e essencialmente técnica atuou com êxito no combate aos diversos delitos, na prevenção e repressão ao contrabando, bem como ao terrorismo e na neutralização de engenhos explosivos em cartas postais e na detenção de agentes internacionais de tráfico de drogas e entorpecentes.

MARINHA

Nos últimos 4 anos, as Forças Navais, Aeronavais e do Corpo de Fuzileiros Navais, e ainda as Unidades da Diretoria de Hidrografia e Navegação, realizaram inúmeras operações visando ao cumprimento de suas tarefas específicas e ao adestramento de suas guarnições, tendo-se estimulado o comparecimento de observadores aos exercícios de Controle Naval do Tráfego Marítimo e a coleta de dados para a elaboração de estudos e planos destinados à organização e ao controle do tráfego em tempo de guerra. Enfatizou-se, também, o apronto das Forças Navais para seu emprego em ações de segurança interna.

Os exercícios em conjunto com as demais Forças Singulares proporcionaram troca de experiências, possibilitando a aquisição de novos dados para a formulação de procedimentos e doutrinas comuns para as operações conjuntas.

Operações em companhia de outras Marinhas propiciaram intercâmbio de experiências e conhecimentos altamente proveitosos, as quais permitiram a presença da Marinha Brasileira em áreas estrangeiras de nosso interesse político-econômico.

As Forças Distritais, além das comissões de adestramento de apoio às populações ribeirinhas, socorro, transporte e outras, tiveram, como principal atividade, a Patrulha do Mar Territorial.

Dentre as comissões realizadas no período de 1970 a 1973, destacam-se:

— Viagens de adestramento de Aspirantes da Escola Naval, de Guardas-Marinha da Escola de Formação de Oficiais da Reserva, de alunos do Colégio Naval e das Escolas de Marinha Mercante, realizadas anualmente, com visitas aos portos de Santos, Angra dos Reis, Salvador, Recife, Natal, San Juan de Porto Rico, Willemstad e Buenos Aires;

— Operações SPRINGBOARD, anuais, na área de Porto Rico, juntamente com unidades das Marinhas Norte Americana, Canadense e Venezuelana, com visitas aos Portos de Salvador, Recife,

Fortaleza, La Guaira, Willemstad, Cartagena e San Juan de Porto Rico;

— Operações UNITAS XI, UNITAS XII, UNITAS XIII e UNITAS XIV realizadas, respectivamente, com participação das Marinhas Norte Americana, Venezuela, Argentina e do Uruguai, com visitas aos portos de Salvador, Tubarão, Rio de Janeiro, Paranaguá e Rio Grande, além de Buenos Aires e Puerto Belgrano;

— Operações VERITAS III, VERITAS IV, VERITAS V e VERITAS VI. Operações de Adestramento de desembarque anfíbio de tropas e viaturas, com participação de contingentes do Corpo de Fuzileiros Navais, e do "US Marine Corps", na área de Porto Rico;

— Viagens de Instrução de Guardas-Marinha, realizadas atualmente, com visitas aos portos de Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Manaus, Miami, New York, Portsmouth, Southampton, Copenhagen, Oslo, Hamburgo, Amsterdam, Le Havre, Cherburgo, Brest, Lisboa, Barcelona, Gênova, Civitavecchia, Nápoles, Pireu, Istambul, Beirute, Casablanca, Las Palmas, Dakar, Funchal e Buenos Aires;

— Operações DRAGÃO, anuais, na costa brasileira, de desembarque anfíbio, com participação de navios da Esquadra e da Força de Transporte e de Tropas do Corpo de Fuzileiros Navais.

— Operação RIO APA, em conjunto com a Marinha Paraguuaia, em 1971, com visita ao porto de Assunção;

— Operações NINFA I e NINFA II, realizadas, respectivamente, em 1972 e 1973, em conjunto com a Marinha Paraguuaia, de exercícios anti-guerrilha e de patrulha fluvial, com visita ao porto de Assunção;

— Operações e Exercícios de manobras táticas, tiro real, adestramento aéreo, minagem e varredura, transferência de carga no mar, tática anti-submarino, qualificação de pilotos, navegação às escuras, desembarque anfíbio, navegação em águas restritas, reboque, abandono, postos de combate, controle naval do Tráfego Marítimo e vários outros, com a participação de quase todos os navios da Esquadra, da Força de Transportes, da rede da DHN e das Forças Distritais, além de navios de outras Marinhas das Américas e da Europa. Visitaram-se os principais portos brasileiros e ainda vários outros de Nações amigas;

— Operações anti-guerrilhas, em conjunto com o Exército e a Força Aérea e algumas com Forças Policiais Estaduais;

— Exercícios de adestramento, executados pelo Corpo de Fuzileiros Navais, de desembarque de tropas e viaturas, lançamento de paraquedistas, de tiro real e de aplicação de todo o armamento, operações de montanhismo, operações anti-guerrilha e de acampamento, exercício de patrulha, exercícios táticos, de observação aérea, e de familiarização com aeronaves;

— Operação ALIVIO, de socorro às vítimas da enchente da cidade do Recife;

— Operação MARUJO, de levantamento sanitário-sócio-econômico das regiões de Corumbá, Bela Vista e do Rio Paraguai;

— Operações FRATERNIDADE I e II, de ação cívico-social em Aruaçu, Bandeirantes e Porto Luiz Alves, ao longo do Rio Araguaia;

— Operações de Apoio aos PROJETOS RONDON e MAUÁ;

— Operações de assistência às populações ribeirinhas das Bacias Amazônica, do Rio São Francisco e do Rio Paraguai e às colônias de pesca do litoral;

— Missão de socorro, do governo brasileiro, ao povo da Nicarágua por ocasião do grande terremoto recente;

— Operações ACISO, do fundo sócio-assistencial, realizadas na área de Goiás;

— Missão de cooperação no resgate da cápsula APOLO XIII;

— Missões de apoio aos lançamentos de foguetes da BARREIRA DO INFERNO;

— Missões de apoio às experiências científicas de controle da poluição;

— Missões de apoio generalizadas por solicitação de outras Forças Armadas e de Governos Estaduais;

— Missões de apoio permanente de abastecimento das Ilhas de Abrolhos, Trindade e do Território de Fernando de Noronha;

— Missões de apoio às Regatas de longo curso de âmbito Nacional e Internacional;

— Visitas à cidade de Assunção, por ocasião dos festejos da Independência do Paraguai;

— Visitas à cidade de Iquitos, por ocasião dos festejos da Independência do Peru;

— Visita à cidade de Leticia, quando do 1º encontro dos Presidentes do Brasil e Colômbia;

— Missão de apoio ao encontro dos Presidentes do Brasil e Bolívia, em Ladário;

— Missão de apoio à visita do Presidente da República a Santa-rém;

— Operação IPIRANGA: Escolta dos despojos de D. Pedro I, entre Portugal e o Brasil, com visitas aos portos de Dakar, Las Palmas, São Vicente e Lisboa;

— Missões de participação em festejos da Semana da Pátria e de datas regionais, em vários Estados e Territórios Federais;

— Missão de Participação nas comemorações da Batalha Naval de Maracaibo, com visitas aos portos de La Guaira, Curaçau, Maracaibo, e Port-of-Spain.

Visitas constantes são feitas à região Amazônica pelos navios da Força de Transporte, levando o apoio logístico necessário não só às Organizações Navais lá sediadas, mas também, aos órgãos que integram o programa de desenvolvimento da Amazônia.

Além das comissões de caráter eminentemente militar, transportando tropas para operações anfíbias, fazem os navios da Força de Transporte cerca de quatro viagens trimestrais a portos nacionais e estrangeiros.

Dentre as Comissões Hidrográficas cabe alinhar:

— Levantamento da costa norte do Brasil, entre CABO ORANGE e SALINÓPOLIS, completando-se a elaboração das cartas náuticas correspondentes a toda a costa do País;

— Término do levantamento hidrográfico do Rio Amazonas entre MACAPÁ e MANAUS, necessário à elaboração de trinta (30) cartas náuticas;

— Levantamento hidrográfico do Braço Sul do Rio Amazonas caracterizando novo canal de acesso;

— Levantamentos hidrográficos de BELÉM até os estreitos de Boiuçu e Breves, a fim de manter atualizada a cartografia náutica das entradas marítimas para a Amazônia;

— Levantamento hidrográfico de verificação ao Norte do Rio Amazonas para garantir o acesso ao Porto de Santana;

— Levantamentos hidrográficos na Barra do Rio Pará (Canal das Porções) e em Itaqui (MA), com vistas ao estudo de viabilidade relativo ao minério da Serra dos Carajás; da costa nordeste, compreendendo o litoral do Cabo Branco (AL) a Ponta de Três Irmãos (RN) e o litoral cearense, incluindo as áreas marítimas de AREIA BRANCA e MACAU, com vistas à implantação do Terminal Salineiro; e ainda da costa leste, incluindo o novo porto do Malhado, em ILHÉUS; do porto de TUBARÃO; da área marítima da Ilha Guaíba;

— Verificação do levantamento hidrográfico do canal de São Sebastião;

— Levantamentos hidrográficos no canal de Piaçagüera em SANTOS; e de SÃO FRANCISCO DO SUL;

— Iniciado o levantamento hidrográfico do Rio Paraguai, de CORUMBÁ até ASSUNÇÃO.

Dos levantamentos realizados resultou a edição de 73 novas cartas náuticas.

Dentre as Comissões Oceanográficas merecem destacar-se:

— Quatro grandes operações de pesquisas geológicas no mar, segundo o Programa Nacional de Geologia Marinha, formulado pelo

DHN, com a participação do Conselho Nacional de Pesquisas, Petróbrás, Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais e de várias Universidades Federais; cuja execução permite: acumular conhecimento básico sobre topografia, sedimentologia e estrutura da Margem Continental Brasileira; formar pessoal nacional especializado, segundo as solicitações do nosso país no setor, evitando a contratação, sempre onerosa, de especialistas estrangeiros; promover o surgimento de sólida base para posteriores projetos específicos de exploração do fundo e do subsolo marinhos; proporcionar informações científicas fundamentais para os demais ramos da oceanografia, visando à execução de projetos detalhados nos campos da oceanografia física, química e biológica; e gerar a aquisição, o desenvolvimento e o estabelecimento de tecnologia nacional para pesquisa geológica e geofísica de nosso mar territorial, permitindo e incentivando a implantação de engenharia nacional de produção e operação de equipamentos oceânicos;

— Quatro operações de oceanografia física, de norte a sul do País, a fim de acumular dados necessários à definição dos sistemas de circulação oceânica, o que permitirá especificar rotas mais econômicas e seguras para o comércio marítimo;

— Seis operações oceanográficas — ao largo de CABO FRIO (4) e do CABO DE SANTA MARIA (2) — em projeto conjunto, envolvendo o INSTITUTO DE PESQUISAS DA MARINHA, o INSTITUTO DE PESQUISAS ESPACIAIS e a DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO, visando à identificação dos mecanismos de fertilização das águas epicontinentais, desenvolvendo-se a tecnologia de sensores remotos — instalados inicialmente em aviões e futuramente em satélites — de aplicação na pesquisa oceanográfica e na cartografia náutica.

A expansão da economia da nação, nos quatro últimos anos, demandou exigências crescentes de investimentos em sinalização náutica. Importantes convênios foram firmados entre a Marinha e diversos setores da economia nacional, visando ao estabelecimento e à operação de sistemas de sinalização náutica em portos e terminais. Em 1974 haverá acréscimo de 71% do número de bóias luminosas, relativamente ao existente no início da presente década, em todos os portos brasileiros.

De 1970 a 1973, realizaram-se 245 missões de Patrulhamento do Mar Territorial, assim distribuídas:

Área Norte	161
Área Sul	41
Área Nordeste	43

No mesmo período somaram 75 as missões de Patrulha Fluvial.

Intensas foram as atividades de Socorro e Salvamento, não apenas em adiestramento, como também, em operações reais que atingiram 200 missões na costa e em alto mar durante os últimos 4 anos. Além destas, efetuaram-se inúmeras missões de salvamento por embarcações menores em águas interiores.

Como peça da Estrutura Governamental voltada para a área da Segurança Nacional, procurou a Marinha desenvolver, manter e operar Força com o máximo de poder combatente, capaz de garantir o desejado grau de segurança no uso das linhas de tráfego marítimo, na defesa do litoral e nas áreas marítimas de interesse do Brasil. Por outro lado, o crescimento da Marinha Mercante, a política adotada na conquista de novos mercados, na busca de maior participação nos fretes e na obtenção de menores custos de exportação, exigem Poder Naval à altura de nossa projeção econômica sobre o mar. Tal poder vem sendo fortalecido, não só no que se refere a meios flutuantes, mas, também, a meios aéreos e do Corpo de Fuzileiros Navais.

Entre o início e o término da construção das novas unidades previstas no Plano de Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes, ocorre considerável período, durante o qual é necessário substituir os navios velhos e obsoletos por outros mais atualizados, que permitam à Nação manter Poder Naval à altura de seu acelerado crescimento econômico, até que novas unidades entrem em operação.

Para a consecução desse propósito, cumpriu a Marinha programa de construção de novos meios flutuantes, de aquisição de navios Americanos e de desativação e baixa de unidades, cuidadosamente elaborado, levando em conta a situação econômico-financeira do País, o custo de manutenção e a eficiência operativa.

Tendo-se incorporado 43 navios e desincorporado 16, programa-se para 1974: recebimento de dezoito helicópteros de instrução americanos, Bell Jet Ranger; o oferecimento para compra de quatro Contratorpedeiros classe "Gearing", pela Marinha Norte-Americana, e a incorporação de três Navios-Patrulha Fluvial de 42 metros, em construção no estaleiro nacional Mac Laren.

Dentro da filosofia do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, vem a Marinha imprimindo maior vitalidade e dinamismo no funcionamento de sua máquina administrativa, conseguindo elevado grau de desburocratização e desemperramento, bem como a racionalidade no processo de decisão. Paralelamente à implantação da Reforma Administrativa, recomenda a utilização de técnicas gerenciais, visando atribuir *status* de empresa aos setores industriais de Bases, Arsenalis e Fábricas.

Os instrumentos da Delegação de Competência e o do Processamento Automático de Dados são constantemente utilizados na organização dos serviços administrativos, orientados no sentido de, em caso de guerra, ser suficiente apenas expandi-los, sem necessidade de alterações.

Paralelamente ao esforço aplicado no cumprimento de sua destinação constitucional, vem a Marinha participando no desenvolvimento econômico e social do País não só no que se relaciona com o Poder Marítimo, mas também em áreas consideradas prioritárias pelo Governo. Assim, no estabelecimento das Políticas e Diretrizes Básicas do Ministério, além dos aspectos tipicamente navais, foram considerados os elementos que caracterizam a política nacional para a consecução dos Objetivos Nacionais.

A avaliação do desenvolvimento dessa Política resultante da evolução da conjuntura nacional exige periódica revisão das Políticas e Diretrizes Básicas. Tal revisão constitui o elemento propulsor da Dinâmica do Plano Diretor, que expressa as metas da Política Naval, condicionando processos e meios para alcançá-las de maneira mais racional e econômica.

Tem o Plano Diretor possibilitado a adoção da técnica de Administração por Objetivos que permite dar caráter de continuidade à ação administrativa.

No campo do pessoal militar, importa assinalar que, em 1973, foram matriculados no Colégio Naval 385 alunos; 681 aspirantes na Escola Naval; cerca de 400 candidatos na Escola de Formação de Oficiais da Reserva da Marinha; 1.223 oficiais nos Cursos Básico e Básico Avulso da Escola de Guerra Naval; 270 no Curso de Comando e Estado-Maior; 122 no Curso Superior de Guerra Naval; 5.142 candidatos nas Escolas de Aprendizes-Marinheiro, dos quais 4.645 obtiveram aproveitamento; 919 oficiais e 1.915 sargentos nos Cursos de Aperfeiçoamento; e 11.150 cabos e marinheiros nos Cursos de Especialização e Subespecialização.

O dinamismo nas atividades relacionadas com a administração do pessoal civil teve como meta preponderante a valorização e dignificação da função pública.

Preocupou-se a Marinha não só com os aspectos da formação de seu pessoal, mas também com o bem-estar médico-social do homem e de seus dependentes. A política estabelecida visou dar ao profissional, militar ou civil, condições de tranquilidade, para melhor rendimento no trabalho.

Em todas as sedes do Distrito ou Comando Naval já foram implantadas Casas do Marinheiro, notando-se que a da Guanabara, por atender à região de maior concentração de pessoal da Marinha, foi a que maior impulso tomou nos últimos quatro anos, preparando 6.434 alunos, entre militares e seus dependentes.

Ainda no período de 1970 a 1973, distribuíram-se 8.300 bolsas de estudo, que somente em 1973, absorveram recursos da ordem de Cr\$ 1.100.000,00.

De 1970 a 1973, os atendimentos prestados pela rede hospitalar e ambulatorial do Serviço de Saúde da Marinha alcançaram os seguintes números:

Exames radiográficos	408.597
Exames de laboratório	1.814.282
Atendimentos odontológicos	738.121
Consultas em ambulatório	1.561.722
Internações	66.370
Cirurgias	20.716
Partos	10.038

Do compromisso assumido com a Central de Medicamentos, em 1972, resultou considerável majoração dos recursos canalizados para o Laboratório Farmacêutico da Marinha, o qual, tendo seu capital de giro aumentado, cumpriu plenamente sua missão, tanto no fornecimento às organizações navais, como à própria CEME.

Em recente convênio firmado com o INPS, com intervenção da CEME, a Marinha passou a ocupar, por 10 anos, as amplas instalações pertencentes àquele Instituto, no Rio de Janeiro, tornando ainda mais promissora a produção do Laboratório Farmacêutico.

Pelo convênio com o INPS, a Marinha assumiu, perante a CEME, o compromisso de distribuição dos produtos farmacêuticos de sua linha de fabricação, quando na execução de operações de Assistência Médica às populações ribeirinhas. No período de apenas 7 meses, já foram distribuídas 5.399.300 unidades de medicamentos, abrangendo 71 das diferentes espécies dos produtos relacionadas pela CEME.

O programa habitacional, colocado em execução na Marinha, é o que mais significativamente retrata a preocupação do Ministério em proporcionar ao servidor e dependentes os principais elementos de suas necessidades básicas.

O número de residências funcionais construídas após 1969 vai a 1.468, que elevou para 3.120 o número de unidades do atual patrimônio residencial da Marinha.

De 1970 a 1973, desenvolveram-se projetos de construção, ampliação e renovação de centros de esportes em várias unidades, principalmente em Escolas, Casas do Marinheiro, Quartéis e Bases.

O Centro de Educação Física "Almirante Adalberto Nunes", em construção no Estado da Guanabara, será dos maiores Centros Desportivos da América Latina. Ocupará 236 mil metros quadrados e sua conclusão total está prevista para 1975.

Tem a Marinha acompanhado o desenvolvimento industrial do País, não só auxiliando a indústria por intermédio de suas bases e arsenais, mas também interessando-a nos campos de atividades militares específicos da Marinha, com vistas à nacionalização progressiva do material em geral e ao desenvolvimento de protótipos de equipamentos, objetivando a produção em série e a padronização.

A permanecerem as políticas adotadas no Desenvolvimento Industrial do País e no campo da Construção Naval em particular, teremos, a médio prazo, oportunidade cada vez maior de utilização de material de nossa indústria na Construção Naval e o retorno do Arsenal de Marinha à construção de navios de porte.

Apesar dos esforços empreendidos para o desenvolvimento industrial, contamos ainda com consideráveis óbices à nacionalização, dada a complexidade exigida para os equipamentos militares, não só no campo da construção naval como na fabricação de armamento e de material eletrônico.

A mudança da filosofia de Bases integrais e de múltiplos propósitos para a idéia do apoio seletivo, pede planejamento cuidadoso e investimentos de vultos, para que as várias Bases sejam providas de infra-estrutura condizente com suas tarefas específicas. Por essa razão as Bases de Aratu, Val-de-Cães e Castro e Silva vêm recebendo

substanciais recursos, a fim de possibilitar a descentralização do apoio e a transferência de Forças.

Prioridade máxima destinou a atual Administração à de Aratu, nossa principal Base, que deverá contar com população militar de 10.000 homens e cerca de 2.000 metros de cais, destinando-se ao apoio integral dos Contratorpedeiros, Navios Varredores, Rebocadores de Alto Mar e apoio parcial às demais classes de navios.

O Plano de Ação de 1973 manteve em execução 107 projetos de importantes obras civis, espalhadas por várias regiões do País e abrangendo todos os setores operativos e administrativos do Ministério. Tais projetos incluíram construções, ampliações e recuperação de prédios administrativos, alojamentos, paióis, diques, salas de aulas, residências, clubes, centros de esporte, hospitais e urbanizações.

No setor de Pesquisas, a Marinha vem apresentando consideráveis progressos. Além das específicas do setor militar, realizaram-se outras de interesse civil nos campos da bioquímica, biologia marinha, eletrônica, oceanografia física, química e nucleônica.

São dignas de nota as seguintes pesquisas desenvolvidas pela Marinha, de 1969 a 1973: desenvolvimento de armas novas sem recuo, mais leves e de menor custo; armamento utilizando o princípio da carga entalhada de grande interesse para operações submarinas contra couraças; programas de computação para o cálculo de propelentes de foguetes; sistema de Arma de alta cadência de tiro; nacionalização do foguete similar aos modelos Bofors, Malli, Flora ou Erika para utilização no lançador Bofors 375mm anti-submarino; projeto de Lançador Universal de 68mm; dispositivo para helicópteros, destinado ao lançamento de granadas de mão, em sequência programada, para emprego em operações antiguerrilha; pesquisa de agentes contra o caramujo transmissor da esquistossomose; pesquisa de Concentrado Proteico de Peixe para enriquecimento de alimentos pobres; desenvolvimento de circuitos integrados para mini-computadores de origem nacional; aperfeiçoamento de bóia oceanográfica automática; programa para desenvolver sistema de navegação por satélites.

EXÉRCITO

As ações desenvolvidas na área do Exército proporcionaram, no período de 1969 a 1973:

— a consolidação definitiva da instalação de todos os órgãos de cúpula em Brasília;

— a reorganização da direção setorial e de apoio, de acordo com os sistemas e subsistemas de atividades, visando à homogeneidade, descentralização e funcionalidade;

— o estabelecimento de normas e procedimentos de administração financeira, contabilidade e auditoria, proporcionando orientação segura à gestão dos recursos orçamentários;

— a redução das atividades de natureza comercial, possibilitando a liberação de pessoal para as atividades-fim, com a extinção de granjas, armazéns reembolsáveis e outros órgãos cujos serviços já se faziam dispensáveis;

— a modernização da rede hospitalar;

— a reorganização e rearticulação das Grandes Unidades e Unidades, executadas nos I, II e III Exércitos e iniciadas no IV Exército;

— a mecanização e motorização das Brigadas de Infantaria e Cavalaria dos I, II e III Exércitos;

— a padronização do calibre do armamento leve;

— melhoria sensível dos padrões de qualidade, durabilidade e confecção dos uniformes, equipamentos e calçados;

— construção de 4.950 residências, das quais 2.670 em Brasília;

— aperfeiçoamento do sistema de processamento de dados e sua utilização na administração do pessoal, orçamentária, financeira e nas atividades logísticas;

— elaboração dos Regulamentos de todos os órgãos setoriais e de apoio, reorganizados em decorrência da Reforma Administrativa, num total de 35; e regulamentação das Leis sancionadas.

Coeso e disciplinado em torno de seus chefes, e em absoluta harmonia com a Marinha e a Força Aérea, o Exército cumpriu sua des-

tinuação constitucional durante o período do III Governo da Revolução, dedicando-se integralmente ao pleno exercício de sua atividade-fim: prover segurança para o desenvolvimento nacional.

O funcionamento na Capital Federal de toda a Alta Administração do Exército exigiu a criação da Diretoria Patrimonial de Brasília, que centraliza a administração e conservação de cerca de 4.000 residências, aquartelamentos de tropa, o edifício da Esplanada dos Ministérios e o grande conjunto de 9 blocos do Quartel-General, além das áreas verdes do Setor Militar Urbano.

Contam-se entre os resultados da implantação da Reforma Administrativa:

- Criação dos Departamentos de Ensino e Pesquisa, de Material Bélico e de 10 Diretorias.
- Reorganização dos demais Departamentos e Diretorias.
- Redistribuição de atribuições dos Departamentos.
- Criação de 6 Inspetorias Seccionais de Finanças.
- Criação do Centro de Documentação do Exército, encarregado das atividades de Informática, História e da preservação do patrimônio cultural.
- Realização da estimativa de custos, referente à implantação de 80 novos Quadros de Organização, que forneceu importante subsídio para os futuros estudos de criação ou transformação de Unidades.

O Fundo do Exército, perfeitamente racionalizado, permitiu atender a todas as emergências surgidas durante a execução do orçamento, proporcionando a correção dos planejamentos e o dinamismo da administração.

Aumentaram substancialmente ao longo desses quatro anos os recursos do orçamento que, somados aos do Projeto Especial de Reaparelhamento e do Fundo do Exército, possibilitaram opções racionais para o reequipamento e verbas de custeio compatíveis com as necessidades.

Para atender não só aos reclamos de segurança como aos de cooperação, no esforço de ocupação dos espaços vazios do Território Nacional, foram criadas 5 Grandes Unidades — Grupamento do Leste Catarinense, Grupamento de Unidades-Escola, 1ª e 2ª Grupamentos de Fronteira e 10ª Briga de Infantaria Motorizada. Além disso, transformaram-se outras 13 Grandes Unidades em 3 Brigadas de Infantaria, 4 Brigadas, 2 Brigadas de Cavalaria Mecanizada e 1 Briga-Infantaria Blindada, 2 Brigadas de Cavalaria Mecanizada e 1 Briga-da de Cavalaria Blindada. Transferiram-se de sede 3 Comandos de Grandes Unidades, 10 Unidades e 7 Subunidades e criaram-se 5 Batalhões de Infantaria de Selva, em Imperatriz (MA), Altamira (PA), Marabá (PA), Itaituba (PA), e Humaitá (AM).

Expandiram-se os Órgãos de Formação da Reserva e foram criados novos Tiros de Guerra, que marcam a presença do Exército onde não há quartéis e contribuem para o aprimoramento do espírito comunitário e do sentimento cívico da população.

Equacionou-se a ampliação da Força Terrestre nos próximos 10 anos, em compasso com o desenvolvimento brasileiro e suas implicações na conjuntura nacional e internacional; e procedeu-se à estimativa de custos com pessoal, instalações, equipamentos e custeio para atender a essa evolução.

A perfeita execução do Projeto Especial de Reaparelhamento vem alcançando os objetivos pretendidos no que respeita à motivação dos quadros, ao adestramento e operacionalidade da tropa, à modernização da maquinaria e aumento de produtividade das Fábricas e Arsenais.

No reaparelhamento de Fábricas e Arsenais destacam-se as novas instalações para pesquisa e fabricação de Trinitrotolueno, Lama explosiva, Nitrocelulose e Hexogênio. Está em andamento a aquisição de usina-piloto para fabricação de propelentes de foguetes, a funcionar na Fábrica Presidente Vargas.

As bases para a Doutrina Militar da Força Terrestre foram submetidas a várias revisões e atualizações, que as ajustaram ao Conceito Estratégico Nacional e às evoluções da realidade brasileira.

Houve incremento na atividade de divulgação da doutrina, com edição e distribuição de 39 Manuais de Campanha e de 105 Manuais Técnicos.

Através da realização de exercícios e manobras nas várias regiões do País, em operações convencionais e de guerra revolucionária, e contando com a participação das demais Forças Armadas, foi possível testar a nova organização adotada pelo Exército e o material adquirido no exterior ou produzido pela indústria nacional.

Realizaram-se quatro Olimpíadas do Exército, reconhecidas como das maiores competições no gênero não só no Brasil como em toda a América Latina. Os frutos desta iniciativa pioneira já se fazem sentir, através da melhoria progressiva das marcas atingidas e pelo interesse crescente do público e dos atletas. Em campeonatos realizados no exterior, as equipes do Exército alcançaram excelentes resultados, especialmente nas modalidades de tiro, pentatlo militar e pára-quedismo.

Na área de Segurança Interna, o Ministério determinou que os Exércitos elaborassem seus planejamentos, orientando-os para ações, primordialmente preventivas, desenvolvidas em caráter permanente e com o máximo de intensidade.

A ação do Exército caracterizou-se mais pela orientação e apoio, atendendo às solicitações estaduais, pela coordenação e pelo controle, realizados por intermédio dos Conselhos de Defesa Interna e dos Centros de Operações de Defesa Interna, criados nos Exércitos e Comandos Militares de Áreas.

O aperfeiçoamento da instrução do pessoal de informações invertiu a incidência de baixas nos encontros com grupos armados das organizações terroristas: estes últimos, ao contrário do que ocorria no passado, sofreram perdas numerosas e de difícil substituição.

Depois dos primeiros dias marcados por seqüestros de diplomatas, as medidas de coordenação adotadas devolveram ao País uma tranquilidade que perdurou, sem solução de continuidade, por todo o período de Governo. No campo de ensino, tiveram maior significação:

— A diplomação de 18.059 alunos nos diferentes Estabelecimentos de Ensino subordinados ao Departamento de Ensino e Pesquisa.

— A criação do Colégio Militar em Manaus, atendendo ao grande anseio da família militar da região amazônica. Seus atuais 537 alunos contribuíram com significativa parcela no aumento de alunos dos Colégios Militares: de 5.825 em 1969 para 7.235 alunos em 1973.

— A entrada em vigor das novas Leis do Magistério e do Ensino, a atualização dos Regulamentos, os convênios estabelecidos com entidades governamentais e civis, e os estágios e cursos no exterior, que concorreram para o aprimoramento e atualização das técnicas de aprendizagem e dos conhecimentos.

— Convênios para troca de conhecimentos e utilização de instalações, que têm promovido sadio e produtivo intercâmbio entre estabelecimentos de ensino militares e civis. São exemplos a utilização dos laboratórios do IME pelos universitários da Guanabara e os estágios de Técnica de Ensino realizados pelo Centro de Estudos de Pessoal para professores de várias universidades brasileiras.

No campo da pesquisa, cumpre assinalar:

Na área Tecnológica:

— Projetos "Usina de Propelentes", "Anticarro COBRA" e "ROLAND", que representam o ingresso da pesquisa do Exército no campo dos mísseis.

— Projetos "Reator Subcrítico", "Acelerador Linear de Elétrons" e "Preservação de Alimentos", conseqüentes das incursões de nossa pesquisa no campo da Energia Nuclear.

Na área das ciências do comportamento humano:

— Projeto "ESCEME" — bateria de testes psicológicos para seleção de candidatos àquela Escola.

— Projeto "Teste de Estímulos Ambíguos" — teste de personalidade, de aplicação coletiva e correção automática, para seleção de convocados para o Serviço Militar.

— Projeto "DSM/CEP" — bateria de testes para seleção e qualificação para o Serviço Militar, processados por computador.

No setor de motomecanização, cumpre destacar:

— Aquisição de 201 carros de combate, 500 viaturas blindadas de transporte de pessoal e 14 viaturas-socorro.

— Aquisição de cerca de 6.500 viaturas motorizadas e de 400 viaturas administrativas, 360 reboques e 4.900 jogos de ferramentas.

— Recuperação de cerca de 1.450 viaturas s/rodas, de 330 viaturas s/lagartas, de 1.830 motores e de outros elementos acessórios de viaturas.

— Desenvolvimento do projeto do carro de reconhecimento sobre rodas, com provas de estrada completadas e testes de armamento em estágio avançado.

— Viaturas blindadas 6x6 — M8 e M20 — substituição do motor, caixa de mudanças, servomotor e pneus à prova de bala de fabricação nacional.

— Viaturas blindadas meia lagarta — utilização de motor diesel, substituição das lagartas, pneus e reservatórios de gasolina por similares nacionais.

— Carro de combate leve M3 A1 — substituição do motor a gasolina por óleo diesel, troca das lagartas por outras mais largas e substituição da torre por outra com canhão de 90 mm.

— Construção de carroçaria metálica para viaturas de 2 1/2 toneladas e de cabinas metálicas para viaturas de 2 1/2 e 5 t.

— Com vistas à substituição gradativa do material adquirido no exterior pela indústria nacional, várias Comissões de Estudos foram criadas e os resultados, na prática, já se fazem sentir, pelos testes apresentados.

São de assinalar-se no setor de armamento e munição:

— aquisição de 72 obuses, 105 autopropulsados, 18 obuses 105,20 obuses 155, 2.000 metralhadoras 7,62 (MAG), 10.000 metralhadoras 9 mm (Beretta), 2.000 fuzis-metralhadoras 7,62 (FAP) e 30.000 conjuntos-peças para o fuzil 7,62 (FAL);

— fabricação de cerca de 39.000 fuzis 7,62 (FAL) e de cerca de 35.000 mosquetões 7,62;

— fabricação de cerca de 41 milhões de catuchos de infantaria, 2 milhões de granadas de artilharia e elementos, 1.518 t de pólvora e explosivos e de aproximadamente 650 mil t de material de destruição e guerra química;

— a estocagem de munição praticamente atingiu o total de 5 dotações de diversos tipos nos vários níveis.

No setor de material de engenharia, cumpre mencionar:

— Aquisição de 441 botes diversos, 28 tratores diversos, 5 scraper, 14 motoniveladores, 35 lanchas diversas, 25 equipagens de Ponte B4 A1, 8 equipagens de Ponte Bailey, 10 equipagens de Ponte M4 T6 e 14 embarcações diversas (balsas chatas).

— Nacionalização de equipamentos de suprimento de água, botes de reconhecimento para 5 e 18 homens e de transposição de curso de água.

Mapearam-se diretamente, ou em convênios com outros órgãos da Administração Pública, 1.200.000 km², correspondentes a 14% do território nacional ou cerca de 78% do total realizado até o presente.

O investimento da ordem de Cr\$ 170.000.000,00 no setor de Comunicações é significativo do volume de equipamentos adquiridos, com reflexos positivos na operacionalidade do Exército.

No campo da saúde, houve sensível melhoria no atendimento aos militares e suas famílias, pela modernização dos equipamentos e instalações dos Hospitais e Policlínicas e convênios firmados com outras instituições. Cumpre destacar a utilização de acadêmicos de medicina; a instalação de 3 centros de terapia intensiva, com unidades coronarianas, renais e respiratórias; a reforma nas instalações do Hospital Central do Exército; e a realização de convênios com a CEME, o FUNRURAL e a Fundação PETROS.

A atividade de Processamento de Dados teve grande incremento mediante não só pesquisa no meio militar como também a implanta-

ção do sistema. Merecem destaque o desenvolvimento e a implantação de Sistemas Administrativos, tais como: Orçamentação, Recrutamento para o Serviço Militar, Controles de Pessoal, de Inativos, de Pensionistas, de saltos da Brigada Paraquedista e do material de motomecanização em depósito.

No campo da Engenharia, foram aplicados Cr\$ 960.349.136,00 em 181 organizações militares, novas residências e aquisição de imóveis. Sobressai o esforço para a consolidação de Brasília, através da construção do Quartel-General do Exército, aquartalamientos, instalações sociais e unidades residenciais, que já totalizam 4.019.

Ressalte-se também a aplicação de Cr\$ 19.367.854,00 em desapropriações de áreas e edificações, destinadas a melhorar a infraestrutura administrativa, logística e operacional do Exército.

A construção de 71 depósitos especializados aumentou substancialmente a capacidade logística do Exército em estocagem de munição.

Também 15 novos quartéis estão sendo construídos em áreas pioneiras, na continuada participação do Exército para interiorização do progresso.

Sem desmerecer a ação precípua no campo da segurança o Exército vem participando completamente em programas setoriais do Governo, em particular no Nordeste e áreas pioneiras da Amazônia e da faixa de fronteira terrestre. Merecem destaque as participações particularmente nos setores de Educação, Transportes e Ação Cívico-Social. Participou o Exército de empreendimentos de interesse do desenvolvimento e da integração nacionais, particularmente na construção de rodovias e ferrovias no Norte, Nordeste, Centro-Sul e Sul. Aplicou cerca de Cr\$ 1.790.000.000,00 e força de trabalho representada por 23.000 militares e civis e 4.100 veículos automóveis e equipamentos mecânicos dos mais variados tipos em 17 trechos espalhados por todo o Brasil, notadamente na Amazônia.

Sem prejuízo de sua destinação principal, extensos programas de ação cívico-social foram desenvolvidos pelas Organizações Militares, atingindo, principalmente, regiões de condições de vida precária onde há deficiências no atendimento às populações, em termos de educação, saúde e saneamento básico.

As "Colônias de Férias" desenvolvidas, pelos Grandes Comandos de Áreas e Estabelecimentos de Ensino vêm sendo aperfeiçoadas ano a ano, buscando o preparo físico da juventude, proporcionando atendimento médico-odontológico, passeios educativos e recreativos, solenidades cívicas, campanha de preservação da natureza, etc.

Programa o Exército para 1974:

— Ampliação da Força Terrestre, mediante proposta de Lei de Efetivos que consolidará todos os dispositivos legais vigentes e estabelecerá tetos a serem atingidos progressivamente, em 10 anos, consoante as necessidades e em função das disponibilidades orçamentárias anuais.

— Prosseguimento da Reorganização do IV Exército e início da dos Comandos Militares de Áreas.

— Instalação de Unidades nos quartéis em construção ao longo da Rodovia Transamazônica, no Vale do Rio São Francisco e na área do PRODOESTE.

— Aquisição de novos materiais e equipamentos, particularmente artilharia antiaérea, armamento leve, comunicações e viaturas, programada no Projeto Especial de Reaparelhamento.

— Complementação da instalação da Administração em Brasília, com a transferência das Diretorias remanescentes no Rio de Janeiro.

— Execução da atividade de subsistência pelo Sistema de Processamento de Dados.

— Ampliação da capacidade de atendimento do Serviço de Saúde, pela convocação e contratação de médicos, relocação de pessoal civil e prosseguimento de reequipamento de hospitais e policlínicas.

AERONÁUTICA

O Ministério da Aeronáutica — incumbido de formular a política aeroespacial nacional; estruturar e propor diretrizes visando à consecução dessa política; promover o fortalecimento do poder aeroespacial, estabelecer, equipar e operar a infra-estrutura aeronáutica; orientar, incentivar e apoiar indústrias empenhadas em atividades relacionadas com aeronáutica e espaço; realizar pesquisas de desenvolvimento aeroespacial; e operar o Correio Aéreo Nacional — registrou os seguintes eventos primordiais, no período de 1969 a 1973:

— criação da Base Aérea de Anápolis, hoje sede dos poderosos aviões Mirage, de emprego na defesa aérea do País;

— elevação do Destacamento de Campo Grande à categoria de Base Aérea, representando desdobramento adequado da Força Aérea no extenso oeste brasileiro;

— criação da Base Aérea de Santa Maria com o objetivo específico de sediar Unidades de emprego conjunto, ou combinado, com Forças Terrestres;

— criação da Base Aérea de Manaus, significativo desdobramento da Força Aérea na extensa Amazônia;

— transformação dos Comandos de Zonas Aéreas em Comandos Regionais (COMAR), dotados de meios aerostáticos e constituindo embriões de Forças Aerostáticas, junto a cada Exército Numerado, permitindo a máxima exploração do potencial inerente às forças aeroespaciais;

— criação da Secretaria Geral da Aeronáutica, destinada à administração financeira, contabilidade e auditoria, como órgão integrado ao sistema correspondente na órbita federal;

— criação da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo, órgão central no apoio de comunicações e de proteção ao voo;

— constituição da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária — INFRAERO, destinada a explorar a infra-estrutura aeroportuária que lhe for atribuída; e

— renovação do equipamento com vistas a dotar a Força Aérea de aviões e suportes capazes de lhe proporcionar os meios necessários ao cumprimento de sua missão constitucional. Assim, foram assinados contratos prevendo a aquisição no exterior, e a fabricação no Brasil, de aproximadamente 200 (duzentas) aeronaves que, entrando em serviço, permitirão a desativação de outras já obsoletas, com a propriedade de aumentar a eficácia da Força Aérea com redução numérica de 10% do total de aeronaves e de 50% dos tipos diferentes;

— crescimento da "indústria" do transporte aéreo onde os deficits, que eram constantes nos balanços das empresas de transporte aéreo, foram convertidos em saldos positivos, de ano para ano, atingindo índices surpreendentes no último quadriênio, sendo, em 1973, superior a 25%;

— expansão e melhoria da rede de aeroportos, destacando-se as construções em ritmo acelerado dos aeroportos internacionais do Galeão e de Manaus; os terminais de passageiros de Brasília, Foz do Iguaçu e Macapá, e a construção dos aeroportos de Tabatinga, Tefé, Rio Branco, Boa Vista e Imperatriz;

— implantação de sistema integrado de defesa aérea e controle de tráfego aéreo, na área Rio—São Paulo—Belo Horizonte—

Brasília, com a cobertura efetiva de radares de rota, cuja entrada em operação permitirá maior e mais rápido fluxo de tráfego aéreo, possibilitando a ligação continuada, via aérea, entre os principais centros econômicos da Nação;

— fomento à indústria aeronáutica com a encomenda, já em avançado recebimento, de 180 aviões a reação-jato de treinamento de caça e emprego tático, do tipo Xavante; de 80 aviões de emprego múltiplo, turbo-hélice, tipo Bandeirante; e de 150 aviões de treinamento básico e avançado, na formação de pilotos militares, do tipo Universal; beneficiando-se, ainda, a indústria nacional, pela crescente necessidade de subcontratação pelas empresas construtoras de aeronaves. Exemplo significativo é a existência, em 1973, de cerca de duzentas empresas subcontratadas pela EMBRAER para a manufatura de peças. A EMBRAER, em 22 de novembro de 1973, fez a entrega de 100º avião de sua fabricação;

— realização em setembro de 1973, sob os auspícios do Ministério, do I Salão Aeroespacial que, a par de acontecimento técnico e político de imensa repercussão no exterior, se constitui em excelente oportunidade comercial para a indústria aeronáutica brasileira. Na ocasião, foram concluídas vendas e estabelecidos contratos internacionais, por parte de nossa indústria, especialmente nos setores de aeronaves e peças de motores.

— pesquisas para dotar o Brasil de tecnologia espacial, própria, no menor prazo possível, tiveram no Ministério liderança reconhecida. Tais pesquisas, somadas aos trabalhos do Campo de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno, em Natal, alcançaram resultados significativos no último quadriênio. O foguete SONDA I para camadas até 70 quilômetros de altura, já em desempenho operacional, é de tecnologia inteiramente brasileira, podendo concorrer no mercado internacional na sua classe. O SONDA II, com carga útil de 50 quilogramas, atinge sondagens meteorológicas até 180 quilômetros de altura. É também projeto brasileiro, empregando tecnologia e materiais nacionais. Em fase de qualificação de componentes, com primeiro lançamento previsto para 1974, está o SONDA III, de dois estágios e alcance de 500 quilômetros, engenho de grande porte com estrutura e propulsores nacionalizados. Encontra-se em fase de estudo o SONDA IV, foguete multi-estágio.

O Correio Aéreo Nacional, no período de 30 de outubro de 1969 a 15 de dezembro de 1973, atendendo necessidades preçpivas de integração e desenvolvimento, atingiu o expressivo índice de 300.000 horas de voo que representam 35% do total de horas voadas pela FAB no mesmo período. Desse total, 50% foram em proveito de salvamento de vida humana, integração, pesquisa e desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Declaro cumpridas as finalidades da presente sessão.

Antes de encerrar a sessão, desejo agradecer às autoridades que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-as para uma recepção que será oferecida no Salão Nobre do Senado Federal.

A presidência participa que o Senhor Presidente da República receberá hoje, às 17 horas, no Palácio do Planalto os Srs. Congressistas.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 10 minutos.)

ATA DA 2ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE MARÇO DE 1974

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 7ª LEGISLATURA
PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TORRES

Às 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José

Sarney — Fausto Castelo-Branco — Patrônio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival

Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Itálio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Ney Braga — Antônio Carlos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

E os Srs. Deputados:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Édison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA; Pires Saboia — ARENA.

Piauí

Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Heitor Cavalcanti — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA; Severo Eulálio — MDB.

Ceará

Álvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Osires Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Ernesto Valente.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Jan-duhy Carneiro — MDB; Petrônio Figueredo — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; Vinicius Cansção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Hanequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; João Borges — MDB; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Dirceu Cardoso — MDB; José Carlos Fonsêca — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinias — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacyr Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Reynaldo Santana — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonsêca — MDB; Fernando Fagundes Netto — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coelho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sinval Boaventura — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Athiê Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Bezerra de Mello — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Italo Fittipaldi — ARENA; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Paulo Alberto — ARENA; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Silvio Lopes — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasília Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fans-

tone — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Marcilio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macedo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Luiz Losso — ARENA (SE); Mário Stamm — ARENA; Olivir Garbardo — MDB; Roberto Galvani — ARENA; Túlio Vargas — ARENA.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Cesar Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Aldo Fagundes — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Arnaldo Prieto — ARENA; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauër — MDB; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Mário Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Issler — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — As listas de presença acusam o comparecimento de 54 Srs. Senadores e 250 Srs. Deputados. Havendo número regimental declarado aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Esta Presidência comunica aos Senhores Congressistas ter verificado a ocorrência de erros nos autógrafos referentes ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 18, de 1973, que "adapta ao novo Código de Processo Civil as Leis que menciona".

No artigo 4º, que reproduz o *caput* do artigo 9º da Lei nº 5.478, ficou constando a referência *caput* no próprio texto da Lei. E a expressão — "do presente projeto" consta do artigo 20 do Projeto, quando deveria ser "da presente Lei".

A fim de evitar que a Lei fosse publicada com tais erros de Técnica Legislativa, esta Presidência adotou as providências cabíveis junto à Presidência da República, com a remessa de novos autógrafos, devidamente escoimados dos referidos erros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações. (Pausa.)

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. Primeiro-Secretário irá proceder à leitura da Mensagem nº 1/74-CN.

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 01, DE 1974-CN (nº 514/73, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos dos artigos 59, parágrafo 1º e 81, item IV da Constituição Federal resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei nº 13/73 (CN), que "regula os Direitos Autorais, e dá outras providências".

O veto incide sobre o artigo 83 por considerá-lo contrário ao interesse público, pelas razões que passo a expor.

Com efeito, pela redação dada a esse artigo, criou-se a obrigação de as obras constantes de fonogramas serem numeradas, quando de sua edição. Essa numeração, além de ociosa, é impraticável, tendo em vista a circunstância de uma mesma obra musical poder ser gravada, simultaneamente por produtores fonográficos diversos, visto como, em geral, as gravações se fazem sem exclusividade.

Ainda, porém, que se interprete o dispositivo no sentido de tornar obrigatória a numeração apenas dos fonogramas produzidos, não acarreta ele benefício para os compositores municipais, e cria, para a indústria fonográfica, dificuldades e ônus desnecessários. O interesse daqueles está acobertado, a partir do Ato Complementar nº 36, confirmado, no particular, pelo Decreto-lei 406 e pela Lei Complementar nº 4, pela facilidade que se concedeu às produtoras de fonogramas de deduzirem, integralmente, do Imposto de Circulação de Mercadorias, as quantias pagas a autores e artistas brasileiros. À indústria fonográfica impõe-se, pelo menos, mais uma operação em sua linha de produção, além de não se ressaltar, sequer, como ocorre no tocante ao contrato de edição (art. 64), a hipótese em que tenha havido cessão de direitos patrimoniais ao produtor fonográfico.

Ademais, e ao contrário do que sucede com o contrato de edição, preceito semelhante ao ora vetado não se encontra em nenhuma legislação de direito autoral em todo o mundo, o que está a indicar a desnecessidade e a inconveniência da regra.

Estes são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto em causa, os quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 14 de dezembro de 1973.

EMÍLIO G. MÊDICI

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Regula os direitos autorais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1º. Esta Lei regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e direitos que lhe são conexos.

§ 1º. Os estrangeiros domiciliados no exterior gozarão da proteção dos acordos, convenções e tratados ratificados pelo Brasil.

§ 2º. Os apátridas equiparam-se, para os efeitos desta Lei, aos nacionais do país em que tenham domicílio.

Art. 2º. Os direitos autorais reputam-se, para os efeitos legais, bens móveis.

Art. 3º. Interpretam-se restritivamente os negócios jurídicos sobre direitos autorais.

Art. 4º. Para os efeitos desta lei, considera-se:

I — publicação — a comunicação da obra ao público, por qualquer forma ou processo;

II — transmissão ou emissão — a difusão, por meio de ondas radioelétricas, de sons, ou de sons e imagens;

III — retransmissão — a emissão, simultânea ou posterior, da transmissão de uma empresa de radiodifusão por outra;

IV — reprodução — a cópia de obra literária, científica ou artística, bem como de fonograma;

V — contrafação — a reprodução não autorizada;

VI — obra:

- a) em colaboração — quando é produzida, em comum, por dois ou mais autores;
- b) anônima — quando não se indica o nome do autor, por sua determinação, ou por ser desconhecido;
- c) pseudônima — quando o autor se oculta sob nome suposto que lhe não possibilita a identificação;
- d) inédita — a que não haja sido objeto de publicação;
- e) póstuma — a que se publique após a morte do autor;
- f) originária — a criação primigena;
- g) derivada — a que, constituindo criação autônoma, resulta da adaptação de obra originária;

VII — fonograma — a fixação, exclusivamente sonora, em suporte material;

VIII — videofonograma — a fixação de imagem e som em suporte material;

IX — editor — a pessoa física ou jurídica que adquire o direito exclusivo de reprodução gráfica da obra;

X — produtor:

- a) fonográfico ou videofonográfico — a pessoa física ou jurídica que, pela primeira vez, produz o fonograma ou o videofonograma;
- b) cinematográfico — a pessoa física ou jurídica que assume a iniciativa, a coordenação e a responsabilidade da feitura da obra de projeção em tela;

XI — empresa de radiodifusão — a empresa de rádio ou de televisão, ou meio análogo, que transmite, com a utilização ou não, de fio, programas ao público;

XII — artista — o ator, locutor, narrador, declamador, cantor, bailarino, músico, ou outro qualquer intérprete, ou executante de obra literária, artística ou científica.

Art. 5º Não caem no domínio da União, do Estado, do Distrito Federal ou dos Municípios, as obras simplesmente por eles subvencionadas.

Parágrafo único. Pertencem à União, aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios, os manuscritos de seus arquivos, bibliotecas ou repartições.

TÍTULO II

Das obras intelectuais

CAPÍTULO I

Das obras intelectuais protegidas

Art. 6º São obras intelectuais as criações do espírito, de qualquer modo exteriorizadas, tais como:

I — os livros, brochuras, folhetos, cartas-missivas e outros escritos;

II — as conferências, alocuções, sermões e outras obras da mesma natureza;

III — as obras dramáticas e dramático-musicais;

IV — as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;

V — as composições musicais, tenham, ou não, letra;

VI — as obras cinematográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da cinematografia;

VII — as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia, desde que, pela escolha de seu objeto e pelas condições de sua execução, possam ser consideradas criação artística;

VIII — as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, e litografia;

IX — as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;

X — os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, topografia, engenharia, arquitetura, cenografia e ciência;

XI — as obras de arte aplicada, desde que seu valor artístico possa dissociar-se do caráter industrial do objeto a que estiverem sobrepostas;

XII — as adaptações, traduções e outras transformações de obras originárias, desde que, previamente autorizadas e não lhes causando dano, se apresentarem como criação intelectual nova.

Art. 7º Protegem-se como obras intelectuais independentes, sem prejuízo dos direitos dos autores das partes que as constituem, as coletâneas ou as compilações, como seletas, compêndios, antologias, enciclopédias, dicionários, jornais, revistas, coletâneas de textos legais, de despachos, de decisões ou de pareceres administrativos, parlamentares ou judiciais, desde que, pelos critérios de seleção e organização, constituam criação intelectual.

Parágrafo único. Cada autor conserva, neste caso, o seu direito sobre a sua produção, e poderá reproduzi-la em separado.

Art. 8º É titular de direitos de autor, quem adapta, traduz, arranja ou orchestra obra caída no domínio público; todavia não pode, quem assim age, opor-se a outra adaptação, arranjo, orquestração ou tradução, salvo se for cópia da sua.

Art. 9º A cópia de obra de arte plástica feita pelo próprio autor é assegurada a mesma proteção de que goza o original.

Art. 10. A proteção a obra intelectual abrange o seu título, se original é inconfundível com o de obra, do mesmo gênero, divulgada anteriormente por outro autor.

Parágrafo único. O título de publicações periódicas, inclusive jornais, é protegido até um ano após a saída de seu último número, salvo se foram anuais, caso em que esse prazo se elevará a dois anos.

Art. 11. As disposições desta lei não se aplicam aos textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais.

CAPÍTULO II

Da autoria das obras intelectuais

Art. 12. Para identificar-se como autor, poderá o criador da obra intelectual usar de seu nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais, de pseudônimo ou de qualquer sinal convencional.

Art. 13. Considera-se autor da obra intelectual, não havendo prova em contrário, aquele que, por uma das modalidades de identificação referidas no artigo anterior, tiver, em conformidade com o uso, indicada ou anunciada essa qualidade na sua utilização.

Parágrafo único. Na falta de indicação ou anúncio, presume-se autor da obra intelectual, aquele que a tiver utilizado publicamente.

Art. 14. A autoria da obra em colaboração é atribuída àquele ou àqueles colaboradores em cujo nome pseudônimo ou sinal convencional for utilizada.

Parágrafo único. Não se considera colaborador quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra intelectual, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou sua apresentação pelo teatro, cinema, fotografia ou radiodifusão sonora ou audiovisual.

Art. 15. Quando se tratar de obra realizada por diferentes pessoas, mas organizada por empresa singular ou coletiva e em seu nome utilizada, a esta caberá sua autoria.

Art. 16. São co-autores da obra cinematográfica o autor do assunto ou argumento literário, musical ou lítero-musical, o diretor e o produtor.

Parágrafo único. Consideram-se co-autores de desenhos animados os que criam os desenhos utilizados na obra cinematográfica.

CAPÍTULO III

Do registro das obras intelectuais

Art. 17. Para segurança de seus direitos, o autor da obra intelectual poderá registrá-la, conforme sua natureza, na Biblioteca Nacional, na Escola de Música, na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Instituto Nacional do Cinema, ou no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

§ 1º Se a obra for de natureza que comporte registro em mais de um desses órgãos, deverá ser registrada naquele com que tiver maior afinidade.

§ 2º O Poder Executivo, mediante Decreto, poderá, a qualquer tempo, reorganizar os serviços de registro, conferindo a outros Órgãos as atribuições a que se refere este artigo.

§ 3º Não se enquadrando a obra nas entidades nomeadas neste artigo, o registro poderá ser feito no Conselho Nacional de Direito Autoral.

Art. 18. As dúvidas que se levantarem quando do registro serão submetidas, pelo Órgão que o está processando, a decisão do Conselho Nacional de Direito Autoral.

Art. 19. O registro da obra intelectual e seu respectivo traslado serão gratuitos.

Art. 20. Salvo prova em contrário, é autor aquele em cujo nome foi registrada a obra intelectual, ou conste do pedido de licenciamento para a obra de engenharia ou arquitetura.

TÍTULO III

Dos direitos do autor

CAPÍTULO I

Disposições preliminares

Art. 21. O autor é titular de direitos morais e patrimoniais sobre a obra intelectual que produziu.

Art. 22. Não pode exercer direitos autorais o titular cuja obra foi retirada de circulação em virtude de sentença judicial irrecorrível.

Parágrafo único. Poderá, entretanto, o autor reivindicar os lucros, eventualmente auferidos com a exploração de sua obra, enquanto a mesma esteve em circulação.

Art. 23. Salvo convenção em contrário, os co-autores da obra intelectual exercerão, de comum acordo, seus direitos.

Parágrafo único. Em caso de divergência, decidirá o Conselho Nacional de Direito Autoral, a requerimento de qualquer deles.

Art. 24. Se a contribuição de cada co-autor pertencer a gênero diverso, qualquer deles poderá explorá-la separadamente, desde que não haja prejuízo para a utilização econômica da obra comum.

CAPÍTULO II

Dos direitos morais do autor

Art. 25. São direitos morais do autor:

I — o de reivindicar, a qualquer tempo, a paternidade da obra;

II — o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;

III — o de conservá-la inédita;

IV — o de assegurar-lhe a integridade, opondo-se a quaisquer modificações, ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la, ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;

V — o de modificá-la, antes ou depois de utilizada;

VI — o de retirá-la de circulação, ou de lhe suspender qualquer forma de utilização já autorizada.

§ 1º Por morte do autor, transmitem-se a seus herdeiros os direitos a que se referem os incisos I a IV deste artigo.

§ 2º Compete ao Estado, que a exercerá através do Conselho Nacional de Direito Autoral, a defesa da integridade e genuinidade da obra caída em domínio público.

§ 3º Nos casos dos incisos V e VI deste artigo, ressalvam-se as indenizações a terceiros, quando couberem.

Art. 26. Cabe exclusivamente ao diretor o exercício dos direitos morais sobre a obra cinematográfica; mas ele só poderá impedir a utilização da película após sentença judicial passada em julgado.

Art. 27. Se o dono da construção, executada segundo projeto arquitetônico por ele aprovado, nela introduzir alterações, durante sua execução ou após a conclusão, sem o consentimento do autor do projeto, poderá este repudiar a paternidade da concepção da obra

modificada, não sendo lícito ao proprietário, a partir de então e em proveito próprio, dá-la como concebida pelo autor do projeto inicial.

Art. 28. Os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis.

CAPÍTULO III

Dos direitos patrimoniais do autor e de sua duração

Art. 29. Cabe ao autor o direito de utilizar, fruir e dispor de obra literária, artística ou científica, bem como o de autorizar sua utilização ou fruição por terceiros, no todo ou em parte.

Art. 30. Depende de autorização do autor de obra literária, artística ou científica, qualquer forma de sua utilização, assim como:

I — a edição;

II — a tradução para qualquer idioma;

III — a adaptação ou inclusão em fonograma ou película cinematográfica;

IV — a comunicação ao público, direta ou indireta, por qualquer forma ou processo, como:

a) execução, representação, recitação ou declaração;

b) radiodifusão sonora ou audiovisual;

c) emprego de autôfalantes, de telefonia com fio ou sem ele, ou de aparelhos análogos;

d) videofonografia.

Parágrafo único — Se essa fixação for autorizada, sua execução pública, por qualquer meio, só se poderá fazer com a permissão prévia, para cada vez, do titular dos direitos patrimoniais de autor.

Art. 31. Quando uma obra feita em colaboração não for divisível, nenhum dos colaboradores, sob pena de responder por perdas e danos, poderá, sem consentimento dos demais, publicá-la, ou autorizar-lhe a publicação, salvo na coleção de suas obras completas.

§ 1º Se divergirem os colaboradores, decidirá a maioria, e, na falta desta, o Conselho Nacional de Direito Autoral, a requerimento de qualquer deles.

§ 2º Ao colaborador dissidente, porém fica assegurado o direito de não contribuir para as despesas da publicação, renunciando a sua parte nos lucros, bem como o de vedar que se inscreva o seu nome na obra.

§ 3º Cada colaborador pode, entretanto, individualmente, sem aquiescência dos outros, registrar a obra e defender os próprios direitos contra terceiros.

Art. 32. Ninguém pode reproduzir obra que não pertença ao domínio público, a pretexto de anotá-la, comentá-la, ou melhorá-la, sem permissão do autor.

Parágrafo único. Podem, porém, publicar-se, em separado, os comentários ou anotações.

Art. 33. As cartas missivas não podem ser publicadas sem permissão do autor, mas podem ser juntadas como documento, em autos oficiais.

Art. 34. Quando o autor, em virtude de revisão, tiver dado à obra versão definitiva, não poderão seus sucessores reproduzir versões anteriores.

Art. 35. As diversas formas de utilização da obra intelectual são independentes entre si.

Art. 36. Se a obra intelectual for produzida em cumprimento a dever funcional ou a contrato de trabalho ou de prestação de serviços, os direitos do autor, salvo convenção em contrário, pertencerão a ambas as partes, conforme for estabelecido pelo Conselho Nacional de Direito do Autor.

§ 1º. O autor terá direito de reunir em livro ou em suas obras completas, a obra encomendada, após um ano da primeira publicação.

§ 2º O autor recobrá os direitos patrimoniais sobre a obra encomendada, se esta não for publicada dentro de um ano após a entrega dos originais, recebidos sem ressalvas por quem a encomendou.

Art. 37. Salvo convenção em contrário, no contrato de produção, os direitos patrimoniais sobre obra cinematográfica pertencem ao seu produtor.

Art. 38. A aquisição do original de uma obra, ou de exemplar de seu instrumento ou veículo material de utilização, não confere ao adquirente qualquer dos direitos patrimoniais do autor.

Art. 39. O autor, que alienar obra de arte ou manuscrito, sendo originais, ou direitos patrimoniais sobre obra intelectual, tem direito irrenunciável e inalienável a participar na mais-valia que a eles advierem, em benefício do vendedor, quando novamente alienados.

§ 1º Essa participação será de vinte por cento sobre o aumento de preço obtido em cada alienação, em face da imediatamente anterior.

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo quando o aumento do preço resultar apenas da desvalorização da moeda, ou quando o preço alcançado foi inferior a cinco vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 40. Os direitos patrimoniais do autor, excetuados os rendimentos resultantes de sua exploração, não se comunicam, salvo se o contrário dispuser o pacto ante nupcial.

Art. 41. Em se tratando de obra anônima ou pseudônima, caberá a quem publicá-la o exercício dos direitos patrimoniais do autor.

Parágrafo único. Se, porém, o autor se der a conhecer, assumirá ele o exercício desses direitos, ressalvados, porém, os adquiridos por terceiros.

Art. 42. Os direitos patrimoniais do autor perduram por toda sua vida.

§ 1º Os filhos, os pais, ou o cônjuge gozarão vitaliciamente dos direitos patrimoniais do autor que se lhe forem transmitidos por sucessão **mortis causa**.

§ 2º Os demais sucessores do autor gozarão dos direitos patrimoniais que este lhes transmitir pelo período de sessenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento.

§ 3º Aplica-se às obras póstumas o prazo de proteção a que aludem os parágrafos precedentes.

Art. 43. Quando a obra intelectual, realizada em colaboração, for indivisível, o prazo de proteção previsto nos §§ 1º e 2º do artigo anterior contar-se-á da morte do último dos colaboradores sobreviventes.

Parágrafo único. Acrescer-se-ão aos dos sobreviventes os direitos de autor do colaborador que falecer sem sucessores.

Art. 44. Será de sessenta anos o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras anônimas ou pseudônimas, contado de 1º de janeiro do ano imediatamente posterior ao da primeira publicação.

Parágrafo único. Se, porém, o autor, antes do decurso desse prazo, se der a conhecer, aplicar-se-á o disposto no artigo 42 e seus parágrafos.

Art. 45. Também de sessenta anos será o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras cinematográficas, fonográficas, fotográficas e de arte aplicada, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua conclusão.

Art. 46. Protegem-se por 15 anos a contar, respectivamente, da publicação ou da reedição as obras encomendadas pela União e pelos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Art. 47. Para os efeitos desta lei, consideram-se sucessores o autor seus herdeiros até o segundo grau, na linha reta ou colateral, bem como o cônjuge, os legatários e cessionários.

Art. 48. Além das obras em relação às quais decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais, pertencem ao domínio público:

I — as de autores falecidos que não tenham deixado sucessores;

II — as de autor desconhecido, transmitidas pela tradição oral;

III — as publicadas em países que não participem de tratados a que tenha aderido o Brasil, e que não confirmem aos autores de obras aqui publicadas o mesmo tratamento que dispensam aos autores sob sua jurisdição.

CAPÍTULO IV

Das limitações aos direitos do autor

Art. 49. Não constitui ofensa aos direitos do autor:

I — A reprodução:

a) de trechos de obras já publicadas, ou ainda que integral, de pequenas composições alheias no contexto de obra maior, desde que esta apresente caráter científico, didático ou religioso, e haja a indicação da origem e do nome do autor;

b) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, sem caráter literário, publicados em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos;

c) em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza;

d) no corpo de um escrito, de obras de arte, que sirvam, como acessório, para explicar o texto, mencionados o nome do autor e a fonte de que provieram;

e) de obras de arte existentes em logradouros públicos;

f) de retratos, ou de outra forma de representação da efígie, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros.

II — A reprodução, em um só exemplar, de qualquer obra, contando que não se destine à utilização com intuito de lucro;

III — A citação, em livros, jornais ou revistas, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica;

IV — O apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem elas se dirigem, vedada, porém, sua publicação, integral ou parcial, sem autorização expressa de quem as ministrou;

V — A execução de fonogramas e transmissões de rádio ou televisão em estabelecimentos comerciais, para demonstração à clientela;

VI — A representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou para fins exclusivamente didáticos, nos locais de ensino, não havendo, em qualquer caso, intuito de lucro;

VII — A utilização de obras intelectuais quando indispensáveis à prova judiciária ou administrativa.

Art. 50. São livres as parafrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária, nem lhe implicarem descrédito.

Art. 51. É lícita a reprodução de fotografias em obras científicas ou didáticas, com a indicação do nome do autor, e mediante o pagamento a este de retribuição equitativa, a ser fixada pelo Conselho Nacional de Direito Autoral.

CAPÍTULO V

Da cessão dos direitos do autor

Art. 52. Os direitos do autor podem ser, total ou parcialmente, cedidos a terceiros por ele ou por seus sucessores, a título universal ou singular, pessoalmente ou por meio de representante com poderes especiais.

Parágrafo único. Se a transmissão for total, nela se compreendem todos os direitos do autor, salvo os de natureza personalíssima, como o de introduzir modificações na obra, e os expressamente excluídos por lei.

Art. 53. A cessão total ou parcial dos direitos do autor, que se fará sempre por escrito, presume-se onerosa.

§ 1º Para valer perante terceiros, deverá a cessão ser averbada à margem do registro a que se refere o artigo 17.

§ 2º Constarão do instrumento do negócio jurídico, especificadamente, quais os direitos objeto de cessão, as condições de seu

exercício quanto ao tempo e ao lugar, e se for a título oneroso, quanto ao preço ou retribuição.

Art. 54. A cessão dos direitos do autor sobre obras futuras será permitida se abranger, no máximo, o período de cinco anos.

Parágrafo único. Se o período estipulado for indeterminado, ou superior a cinco anos, a tanto ele se reduzirá, diminuindo-se, se for o caso, na devida proporção, a remuneração estipulada.

Art. 55. Até prova em contrário, presume-se que os colaboradores omitidos na divulgação ou publicação da obra cederam seus direitos àqueles em cujo nome foi ela publicada.

Art. 56. A tradição de negativo, ou de meio de reprodução análogo, induz à presunção de que foram cedidos os direitos do autor sobre a fotografia.

TÍTULO IV

Da utilização de obras intelectuais

CAPÍTULO I

Da edição

Art. 57. Mediante contrato de edição, o editor, obrigando-se a reproduzir mecanicamente e a divulgar a obra literária, artística, ou científica, que o autor lhe confia, adquire o direito exclusivo a publicá-la, e explorá-la.

Art. 58. Pelo mesmo contrato pode o autor obrigar-se à feitura de obra literária, artística, ou científica, em cuja publicação e divulgação se empenha o editor.

§ 1º Não havendo termo fixado para a entrega da obra, entende-se que o autor pode entregá-la quando lhe convier; mas o editor pode fixar-lhe prazo, com a cominação de rescindir o contrato.

§ 2º Se o autor falecer antes de concluída a obra, ou lhe for impossível levá-la a cabo, poderá o editor considerar resolvido o contrato, ainda que entregue parte considerável da obra, a menos que, sendo ela autônoma, se dispuser a editá-la, mediante pagamento de retribuição proporcional, ou se, consentindo os herdeiros, mandar terminá-la por outrem, indicando esse fato na edição.

§ 3º É vedada a publicação, se o autor manifestou a vontade de só publicá-la por inteiro, ou se assim o decidem seus herdeiros.

Art. 59. Entende-se que o contrato versa apenas sobre uma edição, se não houver cláusula expressa em contrário.

Art. 60. Se, no contrato, ou ao tempo do contrato, o autor não tiver, pelo seu trabalho, estipulado retribuição, será esta arbitrada pelo Conselho Nacional de Direito Autoral.

Art. 61. No silêncio do contrato, considera-se que cada edição se constitui de dois mil exemplares.

Art. 62. Se os originais foram entregues em desacordo com o ajustado, e o editor não os recusar nos trinta dias seguintes ao do recebimento, têm-se por aceitas as alterações introduzidas pelo autor.

Art. 63. Ao editor compete fixar o preço de venda, sem, todavia, poder elevá-lo a ponto que embarace a circulação da obra.

Art. 64. A menos que os direitos patrimoniais do autor tenham sido adquiridos pelo editor, numerar-se-ão todos os exemplares de cada edição.

Parágrafo único. Considera-se contrafação, sujeitando-se o editor ao pagamento de perdas e danos, qualquer repetição de número, bem como exemplar não numerado, ou que apresente número que exceda a edição contratada.

Art. 65. Quaisquer que sejam as condições do contrato, o editor é obrigado a facultar ao autor o exame da escrituração na parte que lhe corresponde, bem como a informá-lo sobre o estado da edição.

Art. 66. Se a retribuição do autor ficar dependendo do êxito da venda, será obrigado o editor a lhe prestar contas semestralmente.

Art. 67. O editor não pode fazer abreviações, adições ou modificações na obra, sem permissão do autor.

Art. 68. Resolve-se o contrato de edição, se, a partir do momento em que foi celebrado, decorrem três anos sem que o editor publique a obra.

Art. 69. Enquanto não se esgotarem as edições a que tiver direito o editor, não poderá o autor dispor de sua obra.

Parágrafo único. Na agência do contrato de edição, assiste ao editor o direito de exigir que se retire de circulação edição da mesma obra feita por outrem.

Art. 70. Se, esgotada a última edição, o editor, com direito a outra, a não publicar, poderá o autor intimá-lo judicialmente a que o faça em certo prazo, sob pena de perder aquele direito, além de responder pelos danos.

Art. 71. Tem direito o autor a fazer, nas edições sucessivas de suas obras, as emendas e alterações que bem lhe parecer, mas, se elas impuserem gastos extraordinários ao editor, a este caberá indenização.

Parágrafo único. O editor poderá opor-se às alterações que lhe prejudiquem os interesses, ofendam a reputação, ou aumentem a responsabilidade.

Art. 72. Se, em virtude de sua natureza, for necessária a atualização da obra em novas edições, o editor, negando-se o autor a fazê-la, dela poderá encarregar outrem, mencionando o fato na edição.

CAPÍTULO II

Da representação e execução

Art. 73. Sem autorização do autor, não poderão ser transmitidos pelo rádio, serviço de alto-falantes, televisão ou outro meio análogo, representados ou executados em espetáculos públicos e audições públicas, que visem a lucro direto ou indireto, drama, tragédia, comédia, composição musical, com letra ou sem ela, ou obra de caráter assemelhado.

§ 1º Consideram-se espetáculos públicos e audições públicas, para os efeitos legais, as representações ou execuções em locais ou estabelecimentos, como teatros, cinemas, salões de baile ou concerto, boates, bares, clubes de qualquer natureza, lojas comerciais e industriais, estádios, circos, restaurantes, hotéis, meios de transporte de passageiros terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo, ou onde quer que se representem, executem, recitem, interpretem ou transmitam obras intelectuais, com a participação de artistas remunerados, ou mediante quaisquer processos fonomecânicos, eletrônicos ou audiovisuais.

§ 2º Ao requerer a aprovação do espetáculo ou da transmissão, o empresário deverá apresentar à autoridade policial, observando o disposto na legislação em vigor, o programa, acompanhado da autorização do autor, intérprete ou executante e do produtor de fonogramas, bem como do recibo de recolhimento em agência bancária ou postal, ou ainda documento equivalente em forma autorizada pelo Conselho Nacional de Direito Autoral, a favor do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, de que trata o art. 115, do valor dos direitos autorais das obras programadas.

§ 3º Quando se tratar de representação teatral o recolhimento será feito no dia seguinte ao da representação, à vista da frequência ao espetáculo.

Art. 74. Se não for fixado prazo para a representação ou execução, pode o autor, observados os usos locais, assiná-lo ao empresário.

Art. 75. Ao autor assiste o direito de opor-se a representação ou execução que não esteja suficientemente ensaiada, bem como o de fiscalizar o espetáculo, por si ou por delegado seu, tendo, para isso, livre acesso, durante as representações ou execuções, ao local onde se realizem.

Art. 76. O autor da obra não pode alterar-lhe a substância, sem acordo com o empresário que a faz representar.

Art. 77. Sem licença do autor, não pode o empresário comunicar o manuscrito da obra a pessoa estranha à representação, ou execução.

Art. 78. Salvo se abandonarem a empresa, não podem os principais intérpretes e os diretores de orquestra ou coro, escolhidos

de comum acordo pelo autor e pelo empresário, ser substituídos por ordem deste, sem que aquele consinta.

Art. 79. É impenhorável a parte do produtor dos espetáculos reservada ao autor e aos artistas.

CAPÍTULO III

Da utilização de obra de arte plástica

Art. 80. Salvo convenção em contrário, o autor de obra de arte plástica, ao alienar o objeto em que ela se materializa, transmite ao adquirente o direito de reproduzi-la, ou de expô-la ao público.

Art. 81. A autorização para reproduzir obra de arte plástica, por qualquer processo, de constar de documento, e se presume onerosa.

CAPÍTULO IV

Da utilização de obra fotográfica

Art. 82. O autor de obra fotográfica tem direito a reproduzi-la, difundi-la e colocá-la à venda, observadas as restrições à exposição, reprodução e venda de retratos, e sem prejuízo dos direitos de autor sobre a obra reproduzida, se de artes figurativas.

§ 1º A fotografia, quando divulgada, indicará de forma legível, o nome do seu autor.

§ 2º É vedada a reprodução de obra fotográfica que não esteja em absoluta consonância com o original, salvo prévia autorização do autor.

CAPÍTULO V

Da utilização de fonograma

Art. 83. Nenhuma obra a ser publicada por processo fonomecânico poderá ser editada sem numeração progressiva de todos os exemplares produzidos, vedada seriação.

CAPÍTULO VI

Da utilização de obra cinematográfica

Art. 84. A autorização do autor de obra intelectual para sua produção cinematográfica implica, salvo disposição em contrário, licença para a utilização econômica da película.

§ 1º A exclusividade da autorização depende de cláusula expressa, e cessa dez anos após a celebração do contrato, ressalvado ao produtor da obra cinematográfica o direito de continuar a exibí-la.

§ 2º À autorização, de que trata este artigo, aplicam-se, no que couber, as normas relativas ao contrato de edição.

Art. 85. O contrato de produção cinematográfica deve estabelecer:

I — A remuneração devida pelo produtor aos demais co-autores da obra e aos artistas, intérpretes ou executantes, bem como o tempo, lugar e forma de pagamento;

II — O prazo de conclusão da obra;

III — A responsabilidade do produtor para com os demais co-autores, artistas, intérpretes ou executantes, no caso de co-produção da obra cinematográfica.

Art. 86. Se, no decurso da produção da obra cinematográfica, um de seus colaboradores, por qualquer motivo, interromper, temporária ou definitivamente, sua participação não perderá os direitos que lhe cabem quanto à parte já executada, mas não poderá opor-se a que esta seja utilizada na obra, nem a que outrem o substitua na sua conclusão.

Art. 87. Além da remuneração estipulada, têm os demais co-autores da obra cinematográfica o direito de receber do produtor cinco por cento, para serem entre eles repartidos, dos rendimentos da utilização econômica da película que excederem ao décuplo do valor do custo bruto da produção.

Parágrafo único. Para esse fim, obriga-se o produtor a prestar contas anualmente aos demais co-autores.

Art. 88. Não havendo disposição em contrário poderão os co-autores de obra cinematográfica utilizar-se, em gênero diverso, da parte que constitua sua contribuição pessoal.

Parágrafo único. Se o produtor não concluir a obra cinematográfica no prazo ajustado, ou não a fizer projetar dentro em três anos a contar de sua conclusão, a utilização a que se refere este artigo será livre.

Art. 89. Os direitos autorais relativos a obras musicais, litero-musicais e fonogramas incluídos em filmes serão devidos a seus titulares pelos responsáveis dos locais ou estabelecimentos a que alude o § 1º do art. 73, ou pelas emissoras de televisão, que os exibirem.

Art. 90. A exposição, difusão ou exibição de fotografias ou filmes de operações cirúrgicas dependem da autorização do cirurgião e da pessoa operada. Se esta for falecida, da de seu cônjuge ou herdeiros.

Art. 91. As disposições deste capítulo são aplicáveis às obras produzidas por qualquer processo análogo à cinematografia.

CAPÍTULO VII

Da utilização da obra publicada em diários ou periódicos

Art. 92. O direito de utilização econômica dos escritos publicados pela imprensa, diária ou periódica, com exceção dos assinados ou que apresentem sinal de reserva, pertence ao editor.

Parágrafo único. A cessão de artigos assinados, para publicação em diários ou periódicos, não produz efeito, salvo convenção em contrário, além do prazo de vinte dias, a contar de sua publicação, findo o qual recobra o autor em toda a plenitude o seu direito.

CAPÍTULO VIII

Da utilização de obras pertencentes ao domínio público.

Art. 93. A utilização, por qualquer forma ou processo, que não seja livre, das obras intelectuais pertencentes ao domínio público depende de autorização do Conselho Nacional de Direito Autoral.

Parágrafo único. Se a utilização visar a lucro, deverá ser recolhida ao Conselho Nacional de Direito Autoral importância correspondente a cinquenta por cento da que caberia ao autor da obra, salvo se se destinar a fins didáticos, caso em que essa percentagem se reduzirá a dez por cento.

TÍTULO V

Dos direitos conexos

CAPÍTULO I

Disposição preliminar

Art. 94. As normas relativas aos direitos do autor aplicam-se, no que couber, aos direitos que lhes são conexos.

CAPÍTULO II

Dos direitos dos artistas, intérpretes ou executantes, e dos produtores de fonogramas

Art. 95. Ao artista, herdeiro ou sucessor, a título oneroso ou gratuito, cabe o direito de impedir a gravação, reprodução, transmissão, ou retransmissão, por empresa de radiodifusão, ou utilização por qualquer forma de comunicação ao público, de suas interpretações ou execuções, para as quais não tenha dado seu prévio e expresso consentimento.

Parágrafo único. Quanto na interpretação ou execução participarem vários artistas, seus direitos serão exercidos pelo diretor do conjunto.

Art. 96. As empresas de radiodifusão poderão realizar fixações de interpretação ou execução de artistas que as tenham permitido para utilização em determinado número de emissões, facultada sua conservação em arquivo público.

Art. 97. Em qualquer divulgação, devidamente autorizada, de interpretação ou execução, será obrigatoriamente mencionado o nome ou o pseudônimo do artista.

Art. 98. Tem o produtor de fonogramas o direito de autorizar ou proibir-lhes a reprodução, direta ou indireta, a transmissão e a retransmissão por empresa de radiodifusão, bem como a execução pública a realizar-se por qualquer meio.

CAPÍTULO III

Dos direitos das empresas de radiodifusão

Art. 99. Cabe às empresas de radiodifusão autorizarem ou proibirem a retransmissão, fixação e reprodução de suas emissões, bem como a comunicação ao público, pela televisão, em locais de frequência coletiva, com entrada paga, de suas transmissões.

CAPÍTULO IV

Do direito de arena

Art. 100. À entidade a que esteja vinculado o atleta, pertence o direito de autorizar, ou proibir, a fixação, transmissão ou retransmissão, por quaisquer meios ou processos de espetáculo desportivo público, com entrada paga.

Parágrafo único. Salvo convenção em contrário, vinte por cento do preço da autorização serão distribuídos, em partes iguais, aos atletas participantes do espetáculo.

Art. 101. O disposto no artigo anterior não se aplica à fixação de partes do espetáculo, cuja duração no conjunto, não exceda a três minutos, para fins exclusivamente informativos, na imprensa, cinema ou televisão.

CAPÍTULO V

Da duração dos direitos conexos

Art. 102. É de sessenta anos o prazo de proteção aos direitos conexos, contado a partir de 1º de janeiro do ano subsequente à fixação, para os fonogramas; à transmissão, para as emissões das empresas de radiodifusão; e à realização espetáculo, para os demais casos.

TÍTULO VI

Das associações de titulares de direitos do autor e dos que lhes são conexos

Art. 103. Para o exercício e defesa de seus direitos, podem os titulares de direitos autorais associar-se, sem intuito de lucro.

§ 1º É vedado pertencer a mais de uma associação da mesma natureza.

§ 2º Os estrangeiros domiciliados no exterior poderão outorgar procuração a uma dessas associações, mas lhes é defesa a qualidade de associado.

Art. 104. Com o ato de filiação, as associações se tornam mandatários de seus associados para a prática de todos os atos necessários à defesa judicial ou extrajudicial de seus direitos autorais, bem como para sua cobrança.

Parágrafo único. Sem prejuízo desse mandato, os titulares de direitos autorais poderão praticar pessoalmente os atos referidos neste artigo.

Art. 105. Para funcionarem no País, as associações de que trata este título necessitam de autorização prévia do Conselho Nacional de Direito Autoral.

Parágrafo único. As associações com sede no exterior far-se-ão representar, no país, por associações nacionais constituídas na forma prevista nesta Lei.

Art. 106. O estatuto da associação conterá:

I — a denominação, os fins e a sede da associação;

II — os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

III — os direitos e deveres dos associados;

IV — as fontes de recursos para sua manutenção;

V — o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos;

VI — os requisitos para alterar as disposições estatutárias, e para dissolver a associação.

Art. 107. São órgãos da associação:

I — a Assembléia-Geral;

II — a Diretoria;

III — o Conselho Fiscal.

Art. 108. A Assembléia Geral, órgão supremo da associação, reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez por ano, e, extraordinariamente, tantas quantas necessárias, mediante convocação da Diretoria, ou do Conselho Fiscal, publicada, uma vez, no Diário Oficial, e, duas, em jornal de grande circulação no local de sua sede, com antecedência mínima de oito dias.

§ 1º A Assembléia-Geral se instalará, em primeira convocação, com a presença, pelo menos, de associados que representem cinquenta por cento dos votos, e, em segunda, com qualquer número.

§ 2º Por solicitação de um terço dos Associados, o Conselho Nacional de Direito Autoral designará um representante para acompanhar e fiscalizar os trabalhos da Assembléia-Geral.

§ 3º As deliberações serão tomadas por maioria dos votos representados pelos presentes; tratando-se de alteração estatutária, o quorum mínimo será a maioria absoluta do quadro associativo.

§ 4º É defeso voto por procuração. Pode o associado, todavia, votar por carta, na forma estabelecida em regulamento.

§ 5º O associado terá direito a um voto; o estatuto poderá, entretanto, atribuir a cada associado até vinte votos observado o critério estabelecido pelo Conselho Nacional de Direito Autoral.

Art. 109. A Diretoria será constituída de sete membros, e o Conselho Fiscal de três efetivos, com três suplentes.

Art. 110. Dois membros da Diretoria e um membro efetivo do Conselho Fiscal serão, obrigatoriamente, os associados que encabeçarem a chapa que, na eleição, houver alcançado o segundo lugar.

Art. 111. Os mandatos dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão de dois anos, sendo vedada a reeleição de qualquer deles, por mais de dois períodos consecutivos.

Art. 112. Os membros da Diretoria e os do Conselho Fiscal não poderão perceber remuneração mensal superior, respectivamente a 10 e a 3 salários-mínimos da Região onde a Associação tiver sua sede.

Art. 113. A escrituração das associações obedecerá às normas da contabilidade comercial, autenticados seus livros pelo Conselho Nacional de Direito Autoral.

Art. 114. As associações estão obrigadas, em relação ao Conselho Nacional de Direito Autoral, a:

I — informá-lo, de imediato, de qualquer alteração no estatuto, na direção e nos órgãos de representação e fiscalização, bem como na relação de associados ou representados, e suas obras;

II — encaminhar-lhe cópia dos convênios celebrados com associações estrangeiras, informando-o das alterações realizadas;

III — apresentar-lhe, até trinta de março de cada ano, com relação ao ano anterior:

a) relatório de suas atividades;

b) cópia autêntica do balanço;

c) relação das quantias distribuídas a seus associados ou representantes, e das despesas efetuadas;

IV — prestar-lhe as informações que solicitar, bem como exhibir-lhe seus livros e documentos.

Art. 115. As associações organizarão, dentro do prazo e consoante as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Direito Autoral, um Escritório Central de Arrecadação e Distribuição dos direitos relativos à execução pública, inclusive através da radiodifusão e da exibição cinematográfica, das composições musicais ou litero-musicais e de fonogramas.

§ 1º O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição dos direitos relativos à execução pública, inclusive através da radiodifusão e da exibição cinematográfica, das composições musicais ou litero-musicais e de fonogramas.

§ 1º O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição que não tem finalidade de lucro, rege-se por estatuto aprovado pelo Conselho Nacional de Direito Autoral.

§ 2º Bimensalmente o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição encaminhará ao Conselho Nacional de Direito Autoral relatório de suas atividades e balancete, observadas as normas que este fixar.

§ 3º Aplicam-se ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, no que couber, os artigos 113 e 114.

TÍTULO VII

Do Conselho Nacional de Direito Autoral

Art. 116. O Conselho Nacional de Direito Autoral é o órgão de fiscalização, consulta e assistência, no que diz respeito a direitos do autor e direitos que lhes são conexos.

Art. 117. Ao Conselho, além de outras atribuições que o Poder Executivo, mediante Decreto, poderá outorgar-lhe, incumbe:

I — determinar, orientar, coordenar e fiscalizar as providências necessárias à exata aplicação das leis, tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil, sobre direitos do autor e direito que lhes são conexos;

II — autorizar o funcionamento, no País, de associações de que trata o título antecedente, desde que observadas as exigências legais e as que forem por ele estabelecidas; e, a seu critério, cassar-lhes a autorização, após, no mínimo, três intervenções, na forma do inciso seguinte;

III — fiscalizar essas associações e o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição a que se refere o art. 115, podendo neles intervir quando descumprirem suas determinações ou disposições legais, ou lesarem, de qualquer modo, os interesses dos associados;

IV — fixar normas para a unificação dos preços e sistemas de cobrança e distribuição de direitos autorais;

V — funcionar, como árbitro, em questões, que versem sobre direitos autorais, entre autores, intérpretes, ou executantes, e suas associações, tanto entre si, quanto entre uns e outras;

VI — gerir o Fundo de Direito Autoral, aplicando-lhe os recursos segundo as normas que estabelecer, deduzidos, para a manutenção do Conselho, no máximo, vinte por cento, anualmente;

VII — manifestar-se sobre a conveniência de alteração de normas de direito autoral, na ordem interna ou internacional, bem como sobre problemas a ele concernentes;

VIII — manifestar-se sobre os pedidos de licenças compulsórias previstas em Tratados e Convenções Internacionais.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Direito Autoral organizará e manterá um Centro Brasileiro de Informações sobre Direitos Autorais.

Art. 118. A autoridade policial, encarregada da censura de espetáculos ou transmissões pelo rádio ou televisão, encaminhará, ao Conselho Nacional de Direito Autoral, cópia das programações, autorizações e recibos de depósito a ela apresentadas, em conformidade com o § 2º do art. 73 e a legislação vigente.

Art. 119. O Fundo de Direito Autoral tem por finalidade:

I — estimular a criação de obras intelectuais, inclusive mediante instituição de prêmios e de bolsas de estudo e de pesquisa;

II — auxiliar órgãos de assistência social das associações e sindicatos de autores, intérpretes ou executantes;

III — publicar obras de autores novos mediante convênio com órgãos públicos ou editora privada;

IV — custear as despesas do Conselho Nacional de Direito Autoral;

V — custear o funcionamento do Museu do Conselho Nacional de Direito Autoral.

Art. 120. Integrarão o Fundo de Direito Autoral:

I — o produto da autorização para a utilização de obras pertencentes ao domínio público;

II — doações de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras;

III — o produto das multas impostas pelo Conselho Nacional de Direito Autoral;

IV — as quantias que, distribuídas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição às associações, não forem reclamadas por seus associados, decorrido o prazo de cinco anos;

V — recursos oriundos de outras fontes.

TÍTULO VIII

Das sanções à violação dos direitos do autor e direitos que lhes são conexos

CAPÍTULO I

Disposição preliminar

Art. 121. As sanções civis de que trata o capítulo seguinte se aplicam sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

CAPÍTULO II

Das sanções civis e administrativas

Art. 122. Quem imprimir obra literária, artística ou científica, sem autorização do autor, perderá para este os exemplares que se apreenderem, e pagar-lhe-á o restante da edição ao preço por que foi vendido, ou for avaliado.

Parágrafo único. Não se conhecendo o número de exemplares que constituem a edição fraudulenta, pagará o transgressor o valor de dois mil exemplares, além dos apreendidos.

Art. 123. O autor, cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada, poderá, tanto que o saiba, requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação ou utilização da obra, sem prejuízo do direito à indenização de perdas e danos.

Art. 124. Quem vender, ou expuser à venda, obra reproduzida com fraude, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes; e, se a reprodução tiver sido feita no estrangeiro, responderão, como contrafatores o importador e o distribuidor.

Art. 125. Aplica-se o disposto nos artigos 122 e 123 às transmissões, retransmissões, reproduções, ou publicações, realizadas, sem autorização, por quaisquer meios ou processos, de execuções, interpretações, emissões e fonogramas protegidos.

Art. 126. Quem, na utilização, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor, intérprete ou executante, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhe a identidade:

a) em se tratando de empresa de radiodifusão, no mesmo horário em que tiver ocorrido a infração, por 3 (três) dias consecutivos;

b) em se tratando de publicação gráfica ou fonográfica, mediante inclusão de errata nos exemplares ainda não distribuídos, sem prejuízo de comunicação, com destaque, por três vezes consecutivas, em jornal, de grande circulação, do domicílio do autor, do editor, ou do produtor;

c) em se tratando de outra forma de utilização, pela comunicação através da imprensa, na forma a que se refere a alínea anterior.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a programas sonoros, exclusivamente musicais, sem qualquer forma de locução ou propaganda comercial.

Art. 127. O titular dos direitos patrimoniais de autor ou conexos pode requerer à autoridade policial competente a interdição da representação, execução, transmissão ou retransmissão de obra intelectual, inclusive fonograma, sem autorização devida, bem como a apreensão, para a garantia de seus direitos, da receita bruta.

Parágrafo único. A interdição perdurará até que o infrator exiba a autorização.

Art. 128. Pela violação de direitos autorais nas representações ou execuções realizadas nos locais ou estabelecimentos a que alude o § 1º do artigo 73, seus proprietários, diretores, gerentes, empresários e arrendatários respondem solidariamente com os organizadores dos espetáculos.

Art. 129. Os artistas não poderão alterar, suprimir, ou acrescentar, nas representações ou execuções, palavras, frases ou cenas sem autorização, por escrito, do autor, sob pena de serem multados, em um salário mínimo da região, se a infração se repetir depois que o autor notificar, por escrito, o artista e o empresário de sua proibição ao acréscimo, à supressão ou alteração verificados.

§ 1º. A multa de que trata este artigo será aplicada pela autoridade que houver licenciado o espetáculo, e será recolhida ao Conselho Nacional de Direito Autoral.

§ 2º. Pelo pagamento da multa, a que se refere o parágrafo anterior, respondem solidariamente o artista e o empresário do espetáculo.

§ 3º. No caso de reincidência, poderá o autor cassar a autorização dada para a representação ou execução.

Art. 130. A requerimento do titular dos direitos autorais, a autoridade policial competente, no caso de infração do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 73, determinará a suspensão do espetáculo por vinte e quatro horas, da primeira vez, e por quarenta e oito horas, em cada reincidência.

CAPÍTULO III

Da prescrição

Art. 131. Prescreve em cinco anos a ação civil por ofensa a direitos patrimoniais do autor ou conexos, contado o prazo da data em que se deu a violação.

TÍTULO IX

Disposições finais e transitórias

Art. 132. O Poder Executivo, mediante Decreto, organizará o Conselho Nacional de Direito Autoral.

Art. 133. Dentro de cento e vinte dias, a partir da data da instalação do Conselho Nacional de Direito Autoral, as associações de titulares de direitos autorais e conexos atualmente existentes se adaptarão às exigências desta Lei.

Art. 134. Esta Lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1974, ressalvada a legislação especial que com ela for compatível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, fica assim constituída a Comissão Mista que deverá relatar o veto apostado ao Projeto de Lei nº 13/73-CN.

Pela Aliança Renovadora Nacional — Senadores Helvídio Nunes, Ruy Santos e os Srs. Deputados Altair Chagas e Prisco Vianna.

Pelo Movimento Democrático Brasileiro — Senador Franco Montoro e o Sr. Deputado Freitas Nobre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 21 do corrente mês.

A convocação da sessão destinada à apreciação da matéria vetada será feita de acordo com a publicação e distribuição de avulsos com o texto do projeto vetado, do parecer da Comissão que apreciou a matéria e do respectivo relatório da Comissão Mista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — A Presidência comunica aos Senhores Congressistas que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 21 horas, destinada à leitura de Mensagem Presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se às 19 horas e 20 minutos.)

ATA DA 3ª SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE MARÇO DE 1974

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TORRES

Às 21 horas, acham-se presente os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luiz de Barros — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Coelho — Saldanha Derzi — Acioly Filho — Ney Braga — Antônio Carlos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

E os Srs. Deputados:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA; Pires Sabóia — ARENA.

Piauí

Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Heitor Cavalcanti — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA; Severo Eulálio — MDB.

Ceará

Álvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Leão Samapio — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Osiris Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Ernesto Valente.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Hannequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; João Borges — MDB; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; — Dirceu Cardoso — MDB; José Carlos Fonsêca — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinias — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacir Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Reynaldo Santana — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonsêca — MDB; Fernando Fagundes Netto — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coêlho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sinval Boaventura — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Ar-

thur Fonsêca — ARENA; Athiê Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Bezerra de Mello — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Italo Fittipaldi — ARENA; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Paulo Alberto — ARENA; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Silvio Lopes — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasília Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fantone — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Luiz Losso — ARENA (SE); Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Roberto Galvani — ARENA; Túlio Vargas — ARENA.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Cesar Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — ARENA; João Linhares — ARENA; Luerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Aldo Fagundes — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Arnaldo Prieto — ARENA; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Mário Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Issler — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — As listas de presença acusam o comparecimento de 54 Srs. Senadores e 250 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações. (Pausa.)

Atendendo à finalidade da sessão, o Senhor Primeiro-Secretário irá proceder à leitura da Mensagem Presidencial nº 2/74-CN.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 2, DE 1974 (CN)
(Nº 513/73, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de comunicar a Vossas Excelências que, no uso das atribuições que me conferem os arts. 59, § 1º, e 81, IV, da Constituição, resolvi vetar o art. 5º do Projeto de Lei nº 1.595/73, que fixa os vencimentos dos cargos do Grupo — Tributação, Arrecadação e Fiscalização, por julgá-lo contrário ao interesse público.

O art. 5º do projeto de lei exige a verificação de desempenho em único requisito para a transposição de cargo de natureza fiscal.

A Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, dispôs, no art. 6º, que a "ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo". O artigo 9º da mesma lei reiterou este princípio, ao tratar especificamente da transposição ou transformação de cargos.

Fiel a essas diretrizes, o Poder Executivo estabeleceu, em regulamento, para os diversos Grupos de Categorias Funcionais, critérios seletivos uniformes, em que a realização de concurso público, ou de prova pública de habilitação, é fator preponderante.

A essa sistemática não se afeiçoam os art. 5º do projeto de lei. Além de não se harmonizar com a orientação até aqui invariavelmente observada, tal norma ainda criaria para os seus destinatários, em confronto com os integrantes dos outros Grupos de Categorias Funcionais, situação de injustificável privilégio, igualando o funcionário que adquiriu por concurso sua posição ao que ingressou no serviço do Estado sem o atendimento dessa exigência.

Por outro lado, situação de desigualdade seria estabelecida dentro do próprio Grupo — Tributação, Arrecadação e Fiscalização.

O preceito contido no art. 5º do projeto de lei deixa transparecer que a intenção era isentar os ocupantes de cargos de natureza fiscal, não concursados, da prova de desempenho exigida no art. 8º do Decreto nº 72.933, de 1973. A prova seria substituída por uma simples verificação de desempenho, sem as exigências fixadas no art. 11 do Decreto nº 70.320, de 1972. Na enunciação dessa idéia atribuiu-se, porém, tal latitude à regra jurídica que se visava instituir, que ela passaria a abranger, indistintamente, a todos os ocupantes de cargos de natureza fiscal, concursados ou não, consagrando critérios distintos para funcionários de um mesmo Grupo.

Assim, enquanto os Técnicos de Tributos Fiscais concursados e os Controladores de Arrecadação Federal concursados, cujos cargos também serão transformados ou transpostos, acertadamente ficarão isentos da verificação de desempenho, os ocupantes concursados de cargos de natureza fiscal a ela deveriam submeter-se, muito embora já tenham passado pelo mais rigoroso dos processos seletivos, que é, precisamente, o concurso público.

São estas as razões que me levaram a vetar o artigo 5º do projeto de lei, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 14 de dezembro de 1973.

EMÍLIO G MÊDICI

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Fixa os vencimentos dos cargos do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos níveis de classificação dos cargos integrantes do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, a que se refere a Lei

nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, correspondem os seguintes vencimentos:

Níveis	Vencimentos Mensais Cr\$
TAF-5	5.700,00
TAF-4	5.300,00
TAF-3	4.700,00
TAF-2	4.400,00
TAF-1	3.500,00

Art. 2º A gratificação de exercício e parcelas instituídas pelos Decretos-leis nºs 1.024, de 21 de outubro de 1969, e 1.108, de 24 de junho de 1970, as diárias de que trata a Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, e respectivas absorções, as diferenças mensais de que tratam os artigos 103 e 105 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, relativas aos cargos que integram o Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, são absorvidas pelos vencimentos fixados no artigo anterior.

§ 1º O pagamento das vantagens especificadas neste artigo, bem como de todas as outras que, até a entrada em vigor desta lei, venham sendo percebidas pelos funcionários, a qualquer título, inclusive sob a forma de abonos, diferença de vencimentos, gratificação de produtividade e complementos salariais, cessará a partir da vigência dos atos de inclusão dos referidos funcionários no Grupo de Categorias Funcionais a que se refere esta lei, ressalvados, apenas, o salário-família e a gratificação adicional por tempo de serviço.

§ 2º Aos funcionários que, em decorrência da aplicação do disposto neste artigo, sofrerem redução no total da retribuição percebida mensalmente, fica assegurada a diferença, como vantagem pessoal, nominalmente identificável, que será absorvida, progressivamente, pelos aumentos supervenientes a esta lei.

Art. 3º Somente poderão inscrever-se em concurso, para ingresso nas classes iniciais das Categorias integrantes do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, brasileiros, com idade máxima de trinta e cinco anos, que tenham curso superior ou habilitação legal equivalente.

Parágrafo único. A aprovação em concursos realizados para o provimento dos cargos do sistema de classificação anterior à vigência da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que integram o Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, não habilita o candidato ao ingresso previsto neste artigo.

Art. 4º Os vencimentos fixados no Art. 1º desta lei vigorarão a partir da data dos atos de transposição ou transformação dos cargos para as classes das Categorias Funcionais do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização.

Art. 5º Para os atuais ocupantes, em caráter efetivo, de cargos de natureza fiscal, que irão integrar as classes das Categorias Funcionais do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, a respectiva transposição será promovida com a verificação de desempenho, segundo critérios práticos e objetivos, compatíveis com a natureza e especialidade das atividades da Categoria Funcional, estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal da Administração Federal.

Art. 6º Observado o disposto nos artigos 8º, item III, e 12 da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, as despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão atendidas pelos recursos orçamentários próprios do Ministério da Fazenda, do Instituto do Açúcar e do Alcool e do Instituto Nacional da Previdência Social.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, fica assim constituída a Comissão Mista que deverá relatar o veto apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 92/73 (nº 1.595-B/73, na origem):

Pela Aliança Renovadora Nacional — Senadores Osires Teixeira, Virgílio Távora e os Srs. Deputados José Sally e Hugo Aguiar.

Pelo Movimento Democrático Brasileiro — Senador Amaral Peixoto e o Sr. Deputado Athiê Coury.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 21 do corrente mês.

A convocação da sessão destinada à apreciação da matéria será feita de acordo com a publicação e distribuição de avulsos com o texto do Projeto vetado, dos pareceres das Comissões que apreciaram a matéria e do respectivo relatório da Comissão Mista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — A Presidência comunica aos Srs. Congressistas que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se amanhã, dia 2, às 10 horas, destinada à leitura de Mensagem Presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 20 minutos.)

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

PUBLICAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
(antiga DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)
DO SENADO FEDERAL

Volume com 326 páginas — Preço Cr\$ 20,00

ÍNDICE

I — LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

- a) Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — “Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71).
- b) Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — “Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971:
— Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D.O. de 1º-9-71).
- c) Quadro Comparativo:
 - Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — “Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D.O. de 21-7-71; ret. D.O. de 23-7-71);
 - Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971 — “Dá nova redação aos artigos que menciona da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D.O. de 1º-9-71);
 - Projeto de Lei nº 8/71 (CN); e
 - Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965 — “Lei Orgânica dos Partidos Políticos” (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 3-7-65).
- d) Instruções para Organização, Funcionamento e Extinção dos Partidos Políticos — Resolução nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral (D.J. de 13-9-71).

II — CÓDIGO ELEITORAL

- a) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — “Institui o Código Eleitoral” (D.O. de 19-7-65; ret. D.O. de 30-7-65).
- b) alterações:
 - Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966 — “Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral)” (D.O. de 6-5-66) (alterações já consignadas);
 - Decreto-Lei nº 441, de 29 de janeiro de 1969 — “Altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966” (D.O. de 30-1-69; ret. D.O. de 4-2-69) (alterações já consignadas);
 - Decreto-Lei nº 1.064, de 24 de outubro de 1969 — “Altera a redação do art. 302 do Código Eleitoral, e dá outras providências” (D.O. de 27-10-69).

III — SUBLEGENDAS

- Lei nº 5.453, de 14 de julho de 1969 — “Institui o sistema de sublegenda, e dá outras providências” (D.O. de 18-6-68).

IV — INELEGIBILIDADES

- Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970 — “Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências” (D.O. de 29-4-70).

Os pedidos devem ser endereçados à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA — DF

AS OBRAS EDITADAS PELA **SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS** (ANTIGA **DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**) DEVEM SER SOLICITADAS A ESSA SUBSECRETARIA (SENADO FEDERAL — ANEXO I — 11º ANDAR)

70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA-DF

“MANUAL DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA MUNICIPAL”

Volume com 64 páginas — Preço Cr\$ 5,00

ÍNDICE

- I — Da Filiação Partidária
- II — Convocação da Convenção Municipal
- III — Registro das Chapas
- IV — Impugnação do Registro
- V — Instalação e Funcionamento da Convenção
- VI — Ata da Convenção
- VII — Dos Livros do Partido
- VIII — Dos Diretórios Municipais
- IX — Das Comissões Executivas
- X — Dos Delegados dos Diretórios
- XI — Do Registro dos Diretórios
- XII — Dos Municípios sem Diretórios
- XIII — Prazo de filiação para concorrer às eleições municipais de 1972
- XIV — Diretórios Distritais e órgãos de cooperação

ANEXO

- a) Modelo nº 1 — Edital de Convocação da Convenção Municipal
- Modelo nº 2 — Notificação de Convencional para comparecer à Convenção
- Modelo nº 3 — Requerimento de Registro de Chapas
- Modelo nº 4 — Autorização coletiva para inscrição de candidato
- Modelo nº 5 — Ata da Convenção
- Modelo nº 6 — Termos de Abertura e Encerramento
- Modelo nº 7 — Edital de Convocação do Diretório Municipal
- Modelo nº 8 — Notificação aos membros do Diretório
- Modelo nº 9 — Requerimento ao Juiz Eleitoral indicando os Delegados
- b) RESOLUÇÃO nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464).
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)

DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide índice de oradores)

DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

MENSAGEM Nº 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

— Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

SANÇÃO

— Lei Complementar nº 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1ª pág.)

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 558)

— Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTOS DE DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-6-1970, pág. 617)

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
(antiga DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)**

Faça sua assinatura do

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO
OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

PREÇOS DAS ASSINATURAS

Via-Superfície:

SemestreCr\$ 100,00
AnoCr\$ 200,00

Via-Aérea:

SemestreCr\$ 200,00
AnoCr\$ 400,00

O PREÇO DO EXEMPLAR ATRASADO SERÁ ACRESCIDO DE Cr\$ 0,30

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

HISTÓRICO DA LEI Nº 4.740, de 15-7-1965

Tomos I e II, num total de 926 páginas.

PREÇO DOS DOIS TOMOS: Cr\$ 40,00

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

**HISTÓRICO DAS LEIS Nºs 5.682, de 21-7-1971
e 5.697, de 27-8-1971**

Tomos I e II, num total de 892 páginas.
Publicação da Subsecretaria de Edições Técnicas
(antiga Diretoria de Informação Legislativa)
do Senado Federal

PREÇO DOS DOIS TOMOS: Cr\$ 40,00

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL

Os pedidos devem ser endereçados à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL

ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA — DF

LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E COMPLEMENTAR

EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nºs 1 A 3

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 1 A 17

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 96

LEIS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 12

CONTENDO LEGISLAÇÃO CITADA E SINOPSE

**SUPLEMENTO { ATOS COMPLEMENTARES Nºs 97 e 98
LEIS COMPLEMENTARES Nºs 13 a 15**

Preço: Cr\$ 15,00

**(Obra elaborada e revisada pela Subsecretaria
de Edições Técnicas do Senado Federal)**

Os pedidos devem ser endereçados à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL

ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES

BRASÍLIA — DF

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR CR\$ 0,50